PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

PDI

2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023
2024
2025
2026

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL PDI 2020 - 2024

Plano de Desenvolvimento Institucional referente ao ciclo 2020-2024 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade, como documento que identifica a Universidade Federal do Piauí (UFPI). Elaborado de acordo com o Estatuto e o Regimento Geral da UFPI, o Projeto Político Pedagógico Institucional da Universidade, as disposições do Decreto nº 9235/2017 e demais normativas que dispõem acerca da composição e das finalidades do PDI.

Órgão responsável pela elaboração do PDI 2020-2024:
Diretoria de Governança
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella - Bairro Ininga
CEP 64049-550 - Teresina - PI
www.proplan.ufpi.br

Teresina (PI)
2020

FICHA CATALOGRÁFICA

Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Serviço de Processamento Técnico

U58p Universidade Federal do Piauí.
Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI: 2020-2024 /
Universidade Federal do Piauí. – Teresina, 2020.
349 p.

Órgão responsável pela elaboração do PDI 2020-2024:
Diretoria de Governança. Pró-Reitoria de
Planejamento e Orçamento. Campus Universitário
Ministro Petrônio Portella.
1. Plano de Desenvolvimento Institucional. 2. PDI.
3. Planejamento. I. Título.

CDD 371.2

GESTORES DA UFPI

REITORIA

José Arimatéia Dantas Lopes
Reitor

Nadir do Nascimento Nogueira
Vice-reitora

PRÓ-REITORIAS

André Macedo Santana
Pró-Reitor de Planejamento e Orçamento (Proplan)

Lucas Lopes de Araújo
Pró-Reitor de Administração (Prad)

Romina Julieta Sanchez Paradizo
Pró-Reitora de Ensino de Graduação (Preg)

Regina Lucia Ferreira Gomes
Pró-Reitora de Ensino de Pós-Graduação (PRPG)

João Xavier da Cruz Neto
Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação (Propesqi)

Cleânia de Sales Silva
Pró-Reitora de Extensão e Cultura (PREXC)

Adriana de Azevedo Paiva
Pró-Reitora de Assuntos Estudantis e Comunitários (Praec)

DIRETORES DOS *CAMPI* FORA DE SEDE

Edmilza Santana de Araújo
Campus Amílcar Ferreira Sobral (CAFS)

Stélio Bezerra Pinheiro de Lima
Campus Professora Cinobelina Elvas (CPCE)

Francisco Gleison da Costa Monteiro
Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB)

DIRETORES DAS UNIDADES DE ENSINO DO CAMPUS SEDE

Paulo Roberto Ramalho Silva
Centro de Ciências Agrárias (CCA)

Luís Carlos Sales
Centro de Ciências da Educação (CCE)

Edmilson Miranda de Moura
Centro de Ciências da Natureza (CCN)

Viriato Campelo
Centro de Ciências da Saúde (CCS)

Carlos Sait Pereira de Andrade
Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL)

Gildásio Guedes Fernandes
Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD)

Nícia Bezerra Formiga Leite
Centro de Tecnologia (CT)

DIRETORES DOS COLÉGIOS DE ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO

Francisco Edinaldo Pinto Mousinho
Colégio Técnico de Teresina

Raimundo Falcão Neto
Colégio Técnico de Teresina

Ricardo de Castro Ribeiro Santo
Colégio Técnico de Teresina

SUPERINTENDÊNCIAS

Jacqueline Lima Dourado
Superintendência de Comunicação Social (SCS)

Francisco de Assis Sinimbu Neto
Superintendência de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (SEBTT)

Lauro Oliveira Viana
Superintendência de Recursos Humanos (SRH)

Euclydes Gregório de Melo
Superintendência de Tecnologia da Informação (STI)

ÓRGÃOS SUPLEMENTARES

Gabriela Celso Melo Soares de Vasconcelos
Prefeitura Universitária (Preuni)

Rigoberto Veloso de Carvalho
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PDI 2020-2024

COMISSÃO CENTRAL

Ato da Reitoria n. 709/2019

José Arimatéia Dantas Lopes
Reitor (Presidente)

André Macedo Santana
Pró-Reitor de Planejamento e Orçamento (PROPLAN)

Lucas Lopes de Araújo
Pró-Reitor de Administração (Prad)

Romina Julieta Sanchez Paradizo
Pró-Reitora de Ensino de Graduação (Preg)

Regina Lucia Ferreira Gomes
Pró-Reitora de Ensino de Pós-Graduação (PRPG)

João Xavier da Cruz Neto
Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação (PROPESQI)

Cleânia de Sales Silva
Pró-Reitora de Extensão e Cultura (PREXC)

Adriana de Azevedo Paiva
Pró-Reitora de Assuntos Estudantis e Comunitários (Praec)

Jacqueline Lima Dourado
Superintendência de Comunicação Social (SCS)

Francisco de Assis Sinimbu Neto
Superintendência de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (SEBTT)

Lauro Oliveira Viana
Superintendência de Recursos Humanos (SRH)

Ricardo de Andrade Lira Rabelo
Superintendência de Tecnologia da Informação (STI)

Gabriela Celso Melo Soares de Vasconcelos
Prefeitura Universitária

COMISSÕES DE PLANEJAMENTO

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (Preg)
Portaria Preg n. 38/2019
Rosa Lina Gomes do Nascimento Pereira da Silva
Maria Rosália Ribeiro Brandim
Djanira do Espirito Santo Lopes Cunha
Adriana de Alencar Setubal Santos
Maraisa Lopes

Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREXC)
Portaria PREXC n. 08/2020
Cleânia de Sales Silva
Antonio Aécio de Carvalho Bezerra
Marcos Antonio Tavares Lira
Sérgio Luis Galan Ribeiro

Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (Propesqi)
Portaria Propesqi n. 08/2019
Angel Alberto Hidalgo
João Batista Lopes
Eliciana Selvina Ferreira Mendes Vieira
Tito Lívio da Cunha Lopes

Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (Praec)
Portaria Praec n. 10/2019
José Ferreira da Silva Junior
Jaudimar Vieira Moura Menêzes
Rhubens Ewald Moura Ribeiro
Justina da Fonseca Cutrim Costa

Pró-Reitoria de Administração (Prad)
Portaria PRAD n. 70/2019
Alexandre Rodrigues Santos
Larissa Naiana Mendes de Sousa
Simonne Saraiva Nunes
Francisca das Chagas da Silva Mota
Layzianna Maria Santos Lima
Raimunda Virgínia Silva

Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação (PRPG)
Portaria PRPG n. 33/2019
Regina Lúcia Ferreira Gomes
Welter Catanhêde da Silva
Lívia Fernanda Nery da Silva
Ana Karolina Saraiva da Silva

Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (Proplan)
Portaria Proplan n. 08/2019
Regina Ferraz Mendes Viana
Fábio Napoleão do Rêgo Paiva Dias
Kelson Soares Brito
Teresa Christina Torres Silva Honório
Tarianna Lustosa Santos
Airton Júnior Vieira Santos
Sabrina Gomes de Alcântara
Luiz Antônio de Meneses Waquim Silva
Rangel de Sales Meirelles

Superintendência de Tecnologia da Informação (STI)
Portaria STI n. 04/2019
Euclydes Gregório de Melo
Arinaldo Lopes da Silva
Mário Cristiano Lopes de Moura

Superintendência de Comunicação Social (SCS)
Portaria SCS n. 02/2019
Renan da Silva Marques
Cibelle Silva Araújo Resende
Helenilda Nunes Soares de Brito

Superintendência de Recursos Humanos (SRH)
Portaria SRH n. 714/2019
Maxwell Oliveira Dias
João Francisco de Morais Junior
Gustavo Cardoso Teles Dodth

Prefeitura Universitária
Portaria Preuni n. 19/2019
Érica Cecília de Sousa Soares
Geovana Alves Rocha Vieira
Lúcio Fernandes Pires
Marcos Antonio Mastrangelo
Alexsandro Saraiva de Moura
Maria José Carvalho Silva
Marcos Vinícius Nunes Sampaio
Washington Luís Menezes Moura
Cristiana de Sousa Leite
Pedro José Gomes Rodrigues

COMISSÕES CONSULTIVAS

Centro de Ciências Agrárias (CCA)
Portaria CCA n. 20/2019
Maria de Nasaré Bona de Alencar Araripe
Artenisia Cerqueira Rodrigues
Eulália Maria Sousa Carvalho
Karla Brito dos Santos
Raizza Eveline Escórcio Pinheiro
Taciana Galba da Silva Tenório
Cleyton Charles Dantas Carvalho
Evanielle Fernandes Lima
Maria Lucielma da Silva Santos
Pedro Emartino Bezerra Campelo

Centro de Ciências da Educação (CCE)
Portaria CCE n. 32/2019
Maria do Socorro Santos Leal Paixão
Deborah Moraes Gonçalves de Oliveira
Jefferson Mendes de Sousa
Neila Tanísia Rocha Matias Siqueira
Wirla Risany Lima Carvalho
Emanuela Aquino Moreira de Sousa
Lia Altamir Sousa Barradas

Centro de Ciências da Natureza (CCN)
Portaria CCN n. 22/2019
Nelson Leal Alencar
Elvina Maria de Sousa Barbosa
Felipe Pereira da Silva
Marcelo Oliveira Lopes

Centro de Ciências da Saúde (CCS)
Portaria CCS n. 28/2019
Kelly Palombit
Vagner José Mendonça
Weber Leal de Moura
Valdimar da Silva Valente
João Paulo Jacob Sabino
Dionis de Castro Dutra Machado
Amanda Lúcia Barreto Dantas
Beatriz Maria Pereira Girolineto
Marcelo Bezerra Mendes
Lucas Mendes Feitosa Dias
Joaquim Mariano Silva Neto
Ana Paula dos Santos Correia Lima da Silva

Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL)
Portaria CCHL n. 34/2019
Francisco Prancácio Araújo de Carvalho
Francisco Pereira de Farias
Elnora Maria Gondim Machado Lima
Adriana Lopes da Silva
João Victor Oliveira de Carvalho

Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD)
Portaria CEAD n. 19/2019
Leomá Albuquerque Matos
Alexandre José Medeiros do Nascimento
Ubirajara Santana Assunção
Zilda Vieira Chaves
Igor Rodrigues Cirqueira

Centro de Tecnologia (CT)
Portaria CT n. 37/2019

Edivaldo Leal Queiroz
Francisco de Tarso Ribeiro Caselli
Gelson de Sousa Alencar
José Maria Pires de Meneses Junior
Mayra Fernandes Nobre Moscardi
Péricles Picanço Junior
Sandra Selma Barbosa Saraiva
Simone dos Santos Hoefel
Francisco Gaspar de Lima Junior
João Victor Malheiros Tenório

Campus Amílcar Ferreira Sobral (CAFS)
Portaria CAFS n. 75/2019
Florisvaldo Clementino Santos Filho
Giovanna de Oliveira Libório Dourado
Alyson Luiz Santos de Almeida
Isaura Danielli Borges de Sousa
Izabel Cristina Falcão
Juvenal Barbosa
Flávia Lorenne Sampaio Barbosa
Francisco Erlon Barros
Jardel Vianna de Sousa
Dailane Pereira da Rocha

Campus Professora Cinobelina Elvas (CPCE)
Portaria CPCE n. 68/2019
Fábio Luiz Zanatta
Andressa Ribeiro
Leonardo Atta Farias
Amanda Costa Santos
Bruno Pereira Marcos

Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB)
Portaria CSHNB n. 67/2019
Francisco Gleison da Costa Monteiro
Maria do Socorro Meireles de Deus
Juscelino Francisco do Nascimento
Romuere Rodrigues Veloso e Silva
Mairton Celestino da Silva
Isabel Cristina de Aguiar Orquiz
Delmárcio de Moura Sousa
Herlânio Andrade Silva
Gláucia Nonato Porto
Andréia Walkíria da Silva Brito
Fabrício de Oliveira Nobre

Colégio Técnico de Teresina (CTT)
Portaria CTT n. 10/2019
Raimundo José de Sousa Rocha
Maria Rita Barbosa de Sousa
Waldomiro da Silva Barros

Colégio Técnico de Floriano (CTF)
Portaria CTF n. 16/2019
José Ribamar Lopes Batista Júnior
Rosângela Feitosa de França
Macijânio Oliveira da Silva

Colégio Técnico de Bom Jesus (CTBJ)
Portaria CTBJ n. 16/2019
Egnilson Miranda de Sousa
Magno Batista Lima
Edson Ribeiro Lima
Thaylla Ferreira de Sousa

Órgão Suplementar Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Portaria BCCB n. 02/2019
Vanecy Matias da Silva
Joimara Lima Santos
Jociede da Silva Reis
Thais Vieira de Sousa Trindade
Gisele Beatriz Costa O. C. Lima
Rigoberto Veloso de Carvalho
Ana Cristina Guimarães Carvalho
Larissa Lopes Oliveira
Milane Batista da Silva

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ORGANIZAÇÃO, COMPILAÇÃO, PROCESSO CRIATIVO E DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO DO PDI 2020-2024

Regina Ferraz Mendes Viana
Diretora de Governança
regina@ufpi.edu.br

Kelson Soares Brito
Analista de Tecnologia da Informação
kelsonsoares@ufpi.edu.br

Tarianna Lustosa Santos
Secretária Executiva
tarianna@ufpi.edu.br

REVISÃO GRAMATICAL E ORTOGRÁFICA

Maria da Glória Soares Barbosa Lima
Docente do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino/CCE

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

Abed –Associação Brasileira de Educação a Distância
Abrasco – Associação Brasileira de Saúde Coletiva
AC – Auxílio Creche
ACE – Avaliação periódica das Condições de Ensino
Acerp – Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto
AE – Assistência Estudantil
AF – Ações Afirmativas
Andifes – Associação Nacional Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
APCN – Avaliação de Proposta de Cursos Novos
APEC – Auxílio para atividades Acadêmicas e Culturais
Apipa – Associação de Proteção aos Animais do Piauí
AR – Ato da Reitoria
Assinter – Assessoria Internacional
Audin– Auditoria Interna
BAE – Bolsa de Apoio Estudantil
BCCB – Biblioteca Comunitária Carlos Castello Branco
Biama – Bolsa de Incentivo às Atividades Multiculturais e Acadêmicas
Biase – Bolsa de Incentivo às Atividades Socioculturais e Esportivas
Bincs – Bolsa de Inclusão Social
Bincs-ES – Bolsa de Inclusão Social para Estudante Surdo
Bracol– Brasil-Colômbia
Bramex– Brasil-México
CAC – Comissão de Acompanhamento do Contrato
Cacom – Coordenadoria de Assistência Comunitária
CAD – Conselho de Administração
CADAD – Comissão de Avaliação de Desempenho Acadêmico Docente
Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAS – Coordenação de Atenção ao Servidor
CBBU – Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias
CBIO – Comissão de Biodiversidade
CCA – Centro de Ciências Agrárias
CCcontínuo – Conceito de Curso Contínuo
CCE– Centro de Ciências da Educação
CCEA – Coordenação de Engenharia Agronômica
CCfaixa – Conceito de Curso Faixa
CCHL – Centro de Ciências Humanas e Letras
CCL – Coordenadoria de Compras e Licitação
CCMV – Bacharelado em Medicina Veterinária
CCN – Centro de Ciências da Natureza
CCS – Centro de Ciências da Saúde
CCZOO – Bacharelado em Zootecnia
CD – Conselho Diretor
CDAC – Coordenadoria de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular
CEAD – Centro de Educação Aberta e a distância
Celpe-Bras – Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros
CEP – Comitê de Ética
Cepex – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CES – Câmara de Educação Superior
CEUA – Comissão de Ética no Uso de Animais
CFOPS – Coordenadoria de Programas e Cursos de Formação Profissional e Políticas Sociais
CGACGIES – Coordenação Geral de Avaliação dos Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior
CGLMP – Conselho Gestor dos Laboratórios Multiusuários de Pesquisa
CGU – Controladoria Geral da União
Cice – Comissão Interna de Conservação de Energia
CIContínuo – Conceito Institucional Contínuo
CIfaixa – Conceito Institucional Faixa
CIP – Coordenadoria de Infraestrutura de Pesquisa
CIS – Comissão Interna de Supervisão de Carreira

CLOS – Comissão de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia
CMP – Coordenadoria de Manutenção Patrimonial
CMRV – Campus Ministro Reis Velloso
CND – Coordenadoria de Nutrição Dietética
CNE – Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação
Cnes – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COC – Comissão Organizadora de Concurso Docente
Comut – Programa de Comutação Bibliográfica
Conaes – Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
Condetuf – Conselho Nacional de Diretores das Escolas Técnicas
Consun – Conselho Universitário
Coordae – Coordenadoria de Avaliação e Estatística
COORDCC – Coordenadoria de Contratos e Convênios
Coordcom – Coordenadoria de Comunicação Social
Coordor – Coordenadoria de Orçamento
Coordpa – Coordenadoria de Planejamento Administrativo
Copese – Coordenadoria Permanente de Seleção
COS – Coordenadoria de Obras e Serviços
CP – Coordenadoria de Projetos
CPPD – Comissão Permanente de Pessoal Docente
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CPC – Conceito Preliminar de Cursos
CPC – Coordenadoria de Planejamento e Controle
CPCEL – Coordenadoria de Programas, Projetos e Eventos de Cultura, Esporte e Lazer
CPPEC – Coordenadoria de Programas, Projetos e Eventos Científicos e Tecnológicos
CPESI – Coordenadoria de Pesquisa e Inovação
CPL – Comissão Permanente de Licitação
CPLSR – Coordenadoria de Programas *Lato Sensu* e Residências
CPPEC – Coordenadorias de Programas, Projetos e Eventos Científicos e Tecnológicos
CPPGA-AT – Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Agronomia Tropical
CPPGCA – Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal
CPPGM – Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Genética e Melhoramento
CPPGTAIR – Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Tecnologias Aplicadas a Animais de Interesse Regional
CPPTA – Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo
CPSS – Coordenadoria de Programas *Stricto Sensu*
CSO – Coordenadoria de Serviços Operacionais
CT– Centro de Tecnologia
DA – Diretoria Administrativa
Daes – Diretoria de Avaliação da Educação Superior
DCCV – Departamento de Clínica e Cirurgia Veterinária
DCF – Diretoria de Contabilidade e Finanças
DEAS – Departamento de Engenharia Agrícola e Solos
DFIT – Departamento de Fitotecnia
DGA – Divisão de Gestão e Avaliação
DGA – Divisão de Gestão Ambiental
DGOV – Diretoria de Governança
DGR – Diretoria de Gestão de Recursos
Diai– Diretoria de Informação e Avaliação Institucional
Dial – Divisão de Almoxarifado
Dicom – Divisão de Compras
Dinter – Doutorado Interinstitucional
DIPD – Divisão de Protocolo e Documentação
DMV – Departamento de Morfofisiologia Veterinária
DOU – Diário Oficial da União
DPAT – Divisão de Pagamentos de Ativos
DPAT – Divisão de Patrimônio
DPIP – Divisão de Pagamento de Inativos e Pensionistas
DPPA – Departamento de Planejamento e Política Agrícola
DS – Desenvolvimento Sustentável
DVP – Divisão de Vigilância Patrimonial
DZOO – Zootecnia

EaD – Educação a distância
EBC – Empresa Brasil de Comunicação
EBSERH – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
ECT – Empresa de Brasileira de Correios e Telégrafos
EDUFPI – Editora da UFPI
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Enade – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENC – Exame Nacional de Cursos
Enem – Exame Nacional do Ensino Médio
ETE –Estação de Tratamento
e-Tec– Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil
EPT–Educação Profissional e Tecnológica
Fadex – Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação
Faubai – Associação Brasileira de Educação Internacional
FE – Formulário Eletrônico
FEBAB – Federação Brasileira de Associação de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições
FMS – Fundação Municipal de Saúde de Teresina
Forproex - Fórum Nacional de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras
FUFPI – Fundação Universidade Federal do Piauí
FUFSE – Fundação Universidade Federal de Sergipe
Gecon – Gerência de Contratos
GED – Gestão Eletrônica de Documentos
GDE – Gênero e Diversidade na Escola
Geres – Grupo Executivo para Reforma da Educação Superior
GRAFUFPI – Gráfica Universitária da UFPI
HU-UFPI – Hospital Universitário da UFPI
HVU-UFPI – Hospital Veterinário Universitário da UFPI
IACG – Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação: Presencial e a distância
IAIE – Avaliação Institucional Externa: Presencial e a distância
Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IC – Iniciação Científica
ICTs – Instituições de Ciência e Tecnologia
ICV – Iniciação Científica Voluntária
IDD – Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IES – Instituições de Ensino Superior
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
IFPI – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IGC – Índice Geral de Cursos
Incluir – Programa de Acessibilidade na Educação Superior
Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
ITA – Isenção da Taxa de Alimentação
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LEE – Laboratório de Eficiência Energética
LIB – Laboratório de Imunogenética e Biologia Molecular
LIB-CInteg – Laboratório de Imunogenética e Biologia Molecular-Centro Integrado de Biologia Celular
Libras – Língua Brasileira de Sinais
LOA – Lei Orçamentária Anual
MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MEC– Ministério da Educação
MF – Ministério da Fazenda
Minter – Mestrado Interinstitucional
Moodle – *Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*
MP – Ministério Público
NAE – Núcleos de Assistência Estudantil
NAU – Núcleo de Acessibilidade
NDE – Núcleo Docente Estruturante
NE – Necessidades Especiais
NEE – Necessidades Educacionais Especiais
Nepas – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Preservação de Animais Silvestres
Nintec – Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologias

Nudive – Núcleo de Diagnóstico por Imagem Veterinário Especializado
Nueppa – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Processamento de Alimentos
NUPCelt – Núcleo Integrado de Morfologia e Pesquisas com Células-Tronco
Nuplam – Núcleo de Pesquisa em Plantas Aromáticas e Medicinais
ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
PAEC – Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação
PAEE – Público-Alvo da Educação Especial
Paiub – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
Parfor – Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
Paru – Programa de Avaliação da Reforma Universitária
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTIC – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PET – Programas de Educação Tutorial
PI – Pesquisador/Procurador Institucional
Pibex – Programa Institucional de Bolsas de Extensão
Pibic – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
Pibid – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PLS – Plano de Logística Sustentável
PMBOK – *Project Management Body of Knowledge*
Pnaes – Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE – Plano Nacional de Educação
PNEX – Plano Nacional de Extensão Universitária
PNPG – Plano Nacional de Pós-Graduação
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPC – Projeto Pedagógico dos Curso
PPGs – Programas de Pós-Graduação
Prad – Pró-Reitoria de Administração
Praec – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários
Preg – Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
Preuni – Prefeitura Universitária
PREXC– Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PRODEM – Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
Profiap – Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública
Profilo – Profissional em Filosofia
Profis – Profissional em Ensino de Física
Profmat – Programa de Mestrado Profissional em Matemática
Profnit – Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação
Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e EmPrego
Propat – Programa de Bolsas de Pós-Graduação em Pecuária e Agricultura Tropicais
Propesqi – Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação
Proplan – Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento
PRPG – Pró-Reitoria de Pós-Graduação
PRPPG – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Radiobrás – Empresa Brasileira de Comunicação
Redome – Registro Nacional de Doadores Voluntários de Medula Óssea
Renasf – Rede Nordeste de Formação em Saúde da Família
Renorbio – Rede Nordeste de Biotecnologia
Rereme – Registro Nacional de Receptores Não Aparentados de Medula Óssea
REU – Residência Universitária
Reuni – Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RUE – Rede de Urgência e Emergência
RUs – Restaurantes Universitários
Sama – Setor de Amamentação
SAPSI – Setor Psicológico
SCS – Superintendência de Comunicação Social
SEBTT – Superintendência do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
Sedap – Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca
Seduc – Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Piauí
SEI – Sistema Eletrônico de Informação
SEOD – Setor Odontológico
SEPE – Setor Pedagógico
Seres – Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior

SES – Setor de Serviço Social
SESu– Secretaria de Educação Superior
Siafi – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIASS – Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor
SIBi – Sistema Integrado de Bibliotecas
Sicaf – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
SIG – Sistema de Informações Gerenciais
Sigaa – Sistema de Gestão das Atividades Acadêmicas
SIGRH – Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos
Sinaes – Sistema Nacional da Avaliação da Educação Superior
SiSU – Sistema de Seleção Unificada
SNT – Sistema Nacional de Transplantes
SRH – Superintendência de Recursos Humanos
STI – Superintendência de Tecnologia da Informação
SUS – Sistema Único de Saúde
SWOT – *Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats*
TCU – Tribunal de Contas da União
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
Tropen – Núcleo de Referência em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do Nordeste
TSG – Taxa de Sucesso na Graduação
UAB – Universidade Aberta do Brasil
UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz
UFDPar – Universidade Federal do Delta do Parnaíba
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFPI – Universidade Federal do Piauí
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Unasus – Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde
Uniafro – Política de Igualdade Racial no Ambiente Escolar
UTI – Unidade de Terapia Intensiva
CTT – Colégio Técnico de Teresina
CTF – Colégio Técnico de Floriano
CTBJ – Colégio Técnico de Bom Jesus
UR – Unidade Responsável
UA – Unidade Administrativa
UI – Unidade Interessada

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura de planejamento estratégico 18
Figura 2 – Eixos temáticos 18
Figura 3 – Temas estratégicos 19
Figura 4 – Etapas de Elaboração do PDI 20
Figura 5– Reuniões das Comissões 26
Figura 6 – Reuniões das Comissões 27
Figura 7 – Inserção espacial da UFPI 41
Figura 8 – Fachadas externas dos campi da UFPI 84
Figura 9 – Fachada externa do Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí 96
Figura 10 - Organograma Institucional HU-UFPI 97
Figura 11 – Fachada do HVU-CMPP 99
Figura 12 – Fachada do HVU-CPCE 101
Figura 13 – Fachada externa do CAFS, em Floriano-PI 111
Figura 14 – Fachada externa do CPCE, em Bom Jesus-PI 112
Figura 15 – Fachada externa do CSHNB, em Picos-PI 113
Figura 16 Fachada externa do CTT 114
Figura 17 – Vista de cima do CTF 114
Figura 18 – Prédio do CTBJ 115
Figura 19 – Distribuição dos Campi da UFPI 122
Figura 20 – Corredor da BCCB 123
Figura 21– Distribuição dos polos de apoio presencial do ensino de graduação a distância da UFPI 134
Figura 22 – Infográfico ilustrando o histórico do processo de avaliação da Educação Superior no Brasil 142
Figura 23 – Infográfico da linha histórica do processo de autoavaliação institucional no âmbito da UFPI 154
Figura 24 – Restaurante Universitário 162
Figura 25 – NAU do CPCE, em Bom Jesus-PI 162
Figura 26 – Abordagem de planejamento 166
Figura 27 - Analise SWOT 167
Figura 28 – Mapa estratégico PDI 174
Figura 29 – Cadeia de valor 175
Figura 30 – Grupos de processo PMBok 263
Figura 31 – Softwares de acompanhamento do PDI 263

***As demais figuras utilizadas neste documento listadas ou não aqui foram usadas para fins meramente ilustrativos e educacional visando a melhor entendimento do texto por parte do leitor.**

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Resultado das análises do grau de atingimento das metas e objetivos estabelecidos no PDI 2015-2019 24
Gráfico 2 – Evolução de alunos matriculados por ano e campus – modalidade de ensino de graduação presencial 63
Gráfico 3 – Evolução de alunos matriculados por ano – modalidade de ensino de graduação a distância, no CMPP 64
Gráfico 4 – Percentual de cursos no ensino de graduação presencial por grau, quinquênio 2015-2019 68
Gráfico 5 – Percentual de cursos no ensino de graduação a distância por grau, quinquênio 2015-2019 69
Gráfico 6 – Percentual do número de cursos de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu* (%) por modalidade iniciados de 2015 a 2019 71
Gráfico 7 – Número de ingressantes na pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu* da UFPI, quinquênio 2015-2019. 73
Gráfico 8 – Evolução do número de matriculados nos cursos de especialização da UFPI, quinquênio 2015-2019 75
Gráfico 9 – Evolução dos egressos nos cursos de especialização da UFPI, quinquênio 2015-2019 75
Gráfico 10 – Perfil do corpo docente da UFPI 77
Gráfico 11 – Percentual do corpo docente 78
Gráfico 12 – Perfil corpo técnico-administrativo da UFPI, por classe 79
Gráfico 13 – Perfil corpo técnico-administrativo da UFPI, por formação 79
Gráfico 14 – Perfil dos Tutores Presenciais do CEAD, por titulação 81
Gráfico 15 – Perfil dos Tutores a distância do CEAD, por titulação 82
Gráfico16 – Recursos financeiros utilizados na compra de livros para o SIBi-UFPI, quinquênio 2014-2018 124
Gráfico 17 – Despesa executada por categoria de despesa, quinquênio 2015-2019 130
Gráfico 18 – % de ingressantes por grau, em 2019 136
Gráfico 19 – % de matriculados por grau, em 2019 136
Gráfico 20 – % de concluintes por grau, em 2019 136
Gráfico 21 – Número de avaliações de cursos, quinquênio 2015-2019 146
Gráfico 22 – % Conceito Enade dos cursos do ciclo I, em 2016 149
Gráfico 23 – % Conceito Enade dos cursos do ciclo II, em 2017 150
Gráfico 24 – % Conceito Enade dos cursos do ciclo III, em 2018 150
Gráfico 25 – % CPC dos cursos do ciclo I, em 2016 151
Gráfico 26 – % CPC dos cursos do ciclo II, em 2017 151
Gráfico 27 – % CPC dos cursos do ciclo III, em 2018 151

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Documentos utilizados na elaboração do PDI 2020-2024 22
Quadro 2 – Dados cadastrais da UFPI e seus campi 29
Quadro 3 – Cursos técnicos ofertados pela UFPI 67
Quadro 4 – Relação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* – UFPI, com nota de avaliação na quadrienal 2017 da Capes 71
Quadro 5 – Evolução da quantidade de programas de pós-graduação *stricto sensu* por nota da CAPES 72
Quadro 6 – Programas de Residência Médica 98
Quadro 7 – Benefícios da Praec 161
Quadro 8 – Análise de cenário institucional 167

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução do número de cursos e vagas no ensino de técnico, quinquênio 2015-2019 67
Tabela 2 – Número de cursos no ensino de graduação presencial, quinquênio 2015-2019 68
Tabela 3 – Número de vagas ofertadas no ensino de graduação presencial, quinquênio 2015-2019 68
Tabela 4 – Número de alunos ingressantes, matriculados e egressos, quinquênio 2015-2019..... 69
Tabela 5 – Número de cursos e vagas no ensino de graduação a distância, quinquênio 2015-2019 69
Tabela 6 – Quantitativo de programas e cursos de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu* por modalidade, 2015 a 2019..... 70
Tabela 7 – Quantidade de discentes matriculados e titulados nos programas/cursos de pós-graduação *stricto sensu* 72
Tabela 8 – Quantidade de bolsas demanda social – Capes por modalidade 73
Tabela 9 – Relação do número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu* da UFPI, quinquênio 2015-2019..... 73
Tabela 10 – Relação do número de egressos na pós-graduação *stricto sensu* da UFPI, quinquênio 2015-2019..... 73
Tabela 11 – Orçamento anual da UFPI, quinquênio 2015-2019, em R$ 130
Tabela 12 – Comparação entre a dotação orçamentária, despesas empenhadas, liquidadas e pagas, quinquênio 2015-2019..... 131
Tabela 13 – Previsão orçamentária, quinquênio 2020-2024 131
Tabela 14 – Número de ingressantes, matriculados e concluintes no ensino a distância, 2012-2019 136
Tabela 15 – Taxa de sucesso de graduação da UFPI modalidade presencial, período 2015-2019 147
Tabela 16 – Taxa de evasão de graduação da UFPI modalidade presencial, período 2015-2019 148
Tabela 17 –Taxa de retenção de graduação da UFPI modalidade presencial, período 2015-2019 148
Tabela 18 – Taxa de ocupação de graduação da UFPI modalidade presencial, período 2015-2019 149
Tabela 19– Série histórica IGC UFPI, 2007 a 2018..... 153
Tabela 20 – Comparativo da participação dos segmentos nas autoavaliações referentes aos anos 2016, 2017 e 2018 157
Tabela 21 – Tema Estratégico ENSINO, objetivos, metas e forma de acompanhamento 178
Tabela 22 – Tema Estratégico PESQUISA E INOVAÇÃO, objetivos, metas e forma de acompanhamento 191
Tabela 23 –Tema Estratégico EXTENSÃO E CULTURA, objetivos, metas e forma de acompanhamento 199
Tabela 24 – Tema Estratégico GESTÃO E GOVERNANÇA, objetivos, metas e forma de acompanhamento 209
Tabela 25 –Tema Estratégico GESTÃO DE PESSOAS, objetivos, metas e forma de acompanhamento 220
Tabela 26 –Tema Estratégico SUSTENTABILIDADE, objetivos, metas e forma de acompanhamento 227
Tabela 27 –Tema Estratégico TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO, objetivos, metas e forma de acompanhamento 229
Tabela 28 – Tema Estratégico INTERNACIONALIZAÇÃO, objetivos, metas e forma de acompanhamento 238
Tabela 29 – Tema Estratégico INFRAESTRUTURA, objetivos, metas e forma de acompanhamento 243
Tabela 30 – Tema Estratégico ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, objetivos, metas e forma de acompanhamento 251

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 18
METODOLOGIA 20
I.I. Descrição da metodologia de trabalho 20
I.1 Preparação 20
II. Documentos de referência 22
III. Diagnóstico do PDI 2015-2019 23
IV. Ferramentas de planejamento estratégico 25
V. Cronograma de atividades 25
1 PERFIL INSTITUCIONAL 28
1 Identificação 29
1.2 Contextualização 30
1.3 Missão 31
1.4 Visão 31
1.5 Princípios 32
1.6 Valores 32
1.7 Temas estratégicos institucionais 32
1.7.1 Ensino 32
1.7.2 Pesquisa e inovação 33
1.7.3 Gestão e governança 34
1.7.4 Extensão e cultura 35
1.7.5 Gestão de pessoas 35
1.7.6 Sustentabilidade 35
1.7.7 Tecnologia e comunicação 35
1.7.8 Internacionalização 36
1.7.9 Infraestrutura 37
1.7.10 Assistência estudantil 37
1.8 Área de atuação acadêmica 37
2 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL 39
2.1 Inserção regional 40
2.2 Princípios filosóficos e técnico-administrativos gerais 43
2.2.1 Perfil do egresso 43
2.2.2 Princípios básicos de formação na graduação 44
2.2.3 Trabalho de conclusão de curso (TCC) 47
2.2.4 Elementos estruturais dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação 47
2.2.5 Metodologia de avaliação de aprendizagem 48
2.2.6 Estágios curriculares obrigatórios 48
2.2.7 Atividades Curriculares de Extensão (ACE) 49
2.3 Políticas de ensino 50
2.3.1 Política de ensino básico, técnico e tecnológico e de graduação presencial e a distância ... 50
2.3.2 Política de ensino de pós-graduação 51
2.4 Políticas de extensão e cultura 53
2.5 Políticas de pesquisa e inovação 55
2.5.1 Atividades de pesquisa 55
2.5.2 Inovação e empreendedorismo 56
2.6 Políticas de gestão e governança 57
2.7 Responsabilidade social 58
2.8 Política de acessibilidade 60
3 CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO 62
3.1 Evolução institucional 63
4 ESTRUTURA DE OFERTA DE CURSOS 66
4.1 Cursos técnicos 67
4.2 Cursos de graduação ofertados na modalidade presencial 68
4.3 Cursos de graduação ofertados na modalidade a distância 69
4.4 Cursos de pós-graduação *stricto sensu* 70

4.5 Cursos de pós-graduação *lato sensu* ... 74
5 PERFIL DO CORPO DOCENTE, TÉCNICO-ADMINISTRATIVO E TUTORES ... 76
5.1 Perfil do corpo docente ... 77
5.2 Perfil do corpo técnico-administrativo ... 79
5.3 Perfil do corpo de tutores ... 80
5.3.1 Perfil do corpo de tutores presenciais ... 81
5.3.2 Perfil do corpo de tutores a distância ... 81
6 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA ... 83
6.1 Estrutura organizacional e instâncias de decisão ... 84
6.1.1 Universidade Federal do Piauí (UFPI) ... 84
6.1.2 Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI) ... 85
6.1.3 Órgãos deliberativos superiores ... 86
6.1.3.1 Conselho Universitário (CONSUN) ... 86
6.1.3.2 Conselho de Administração (CAD) ... 87
6.1.3.3 Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepex) ... 87
6.1.4 Órgãos executivos ... 88
6.1.4.1 Reitoria ... 88
6.1.4.2 Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG) ... 89
6.1.4.3 Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (Praec) ... 89
6.1.4.4 Pró-Reitoria de Administração (Prad) ... 90
6.1.4.5 Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREXC) ... 90
6.1.4.6 Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (Propesqi) ... 91
6.1.4.7 Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação (PRPG) ... 92
6.1.4.8 Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (Proplan) ... 92
6.1.5.1 Superintendência de Recursos Humanos (SRH) ... 93
6.1.5.2 Superintendência de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (SEBTT) ... 93
6.1.5.3 Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) ... 93
6.1.5.4 Superintendência de Comunicação Social (SCS) ... 94
6.1.6 Órgãos Suplementares ... 96
6.1.6.1 Prefeitura Universitária (Preuni) ... 96
6.1.6.2 Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco (BCCB) ... 96
6.1.6.3 Hospitais Universitários ... 96
6.1.6.3.1 Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí (HU-UFPI) ... 96
6.1.6.3.2.1 Hospital Veterinário Universitário – Campus Ministro Petrônio Portella (HVU-CMPP) ... 99
6.1.6.3.2.2 Hospital Veterinário Universitário – Campus Profª. Cinobelina Elvas (HVU-CPCE) ... 101
6.1.7 Órgãos Assessores ... 102
6.1.7.1 Auditoria Interna (Audin) ... 102
6.1.7.2 Assessoria Internacional (Assinter) ... 102
6.1.7.5 Ouvidoria da UFPI ... 105
6.1.8 Unidades acadêmicas sediadas no campus de Teresina ... 106
6.1.8.1 Centro de Ciências Agrárias (CCA) ... 106
6.1.8.2 Centro de Ciências da Educação (CCE) ... 107
6.1.8.3 Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL) ... 107
6.1.8.4 Centro de Ciências da Natureza (CCN) ... 108
6.1.8.5 Centro de Ciências da Saúde (CCS) ... 109
6.1.8.6 Centro de Tecnologia (CT) ... 109
6.1.8.7 Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD) ... 110
6.1.9 Unidades Acadêmicas fora de sede ... 111
6.1.9.1 Campus Amílcar Ferreira Sobral (CAFS) ... 111
6.1.9.2 Campus Professora Cinobelina Elvas (CPCE) ... 112
6.1.10 Unidades de ensino básico, técnico e tecnológico ... 113
6.1.10.1 Colégio Técnico de Teresina (CTT) ... 114
6.1.10.2 Colégio Técnico de Floriano (CTF) ... 114
6.1.10.3 Colégio Técnico de Bom Jesus (CTBJ) ... 115
6.1.11 Órgão de apoio ... 115
6.1.11.1 Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação (Fadex) ... 115
6.1.12 Comissões Permanentes ... 116

6.1.12.1 Coordenadoria Permanente de Seleção (Copese) 116
6.1.12.2 Comissão Organizadora de Concurso Docente (COC) 117
6.1.12.3 Comissão Interna de Supervisão de Carreira (CIS) 117
6.1.12.4 Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) 117
6.1.12.5 Comissão de Avaliação de Desempenho Acadêmico Docente (CADAD) 118
6.1.12.6 Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo (CPPTA) 118
7 PROJETO DE ACERVO ACADÊMICO EM MEIO DIGITAL 119
8 INFRAESTRUTURA FÍSICA 121
8.1 Instalações administrativas e acadêmicas 122
8.2 Órgão suplementar biblioteca comunitária 123
8.3 Laboratórios 124
8.4 Política de sustentabilidade 125
9 DEMONSTRATIVO DA CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA 128
9.1 Sustentabilidade financeira 129
9.2 Gestão orçamentária 129
9.3 Previsão orçamentária para o quinquênio 2020-2024 131
9.4 Gestão financeira 131
9.5 Políticas de gestão orçamentária e financeira para o quinquênio 2020-2024 131
10 OFERTA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA 133
10.1 Abrangência geográfica 134
10.2 Dados do ensino de graduação a distância 136
10.3 Infraestrutura física, tecnológica e de pessoal projetada para a sede e para os polos de educação a distância, em consonância com os cursos a serem ofertados 136
10.4 Descrição de metodologias e de tecnologias adotadas e sua correlação com projetos pedagógicos de cursos previstos e existentes 138
11 AVALIAÇÕES INSTITUCIONAIS E DE CURSO 140
11.1 Avaliação externa 143
11.1.1 Avaliação institucional 144
11.1.2 Recredenciamento institucional 144
11.1.3 Avaliação de curso 145
11.1.4 Indicadores de qualidade da UFPI 146
11.1.4.1 Taxas acadêmicas 147
11.1.4.1.1 Taxa de sucesso na graduação (TSG) 147
11.1.4.1.2 Taxa de evasão na graduação (TEG) 147
11.1.4.1.3 Taxa de retenção na graduação (TRG) 148
11.1.4.1.4 Taxa de ocupação na graduação (TOG) 148
11.1.4.2 Indicadores acadêmicos 149
11.1.4.2.1 Exame nacional de desempenho dos estudantes (Enade) 149
11.1.4.2.2 Conceito preliminar do curso (CPC) 151
11.1.4.2.3 Índice geral de cursos (IGC) 152
11.1.4.2.4 Indicador de diferença entre os desempenhos observado e esperado (IDD) 153
11.2 Processo de autoavaliação institucional 153
11.2.1 Metodologia 154
11.2.2 Instrumentos externos e internos 155
11.2.3 Forma de participação da comunidade acadêmica 156
11.2.4 Análise e divulgação dos resultados: avaliações internas e externas como indutoras de qualidade 157
12 POLÍTICAS DE ATENÇÃO AO DISCENTE 159
12.1 Programas de apoio pedagógico e financeiro e estímulos à permanência 160
12.2 Acompanhamento dos egressos 163
13 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL 165
13.1 Conceito 166
13.1.1 Abordagem de planejamento 166
13.1.2 Análise SWOT ou FOFA 167
13.1.3 Mapa estratégico PDI 174
13.1.4 Cadeia de valor 175
13.2 Temas estratégicos, objetivos, metas e estratégias 176

13.3 Monitoramento e avaliação do PDI 2020-2024 263
13.3.1 Monitoramento 263
13.3.2 Avaliação PDI 2020-2024 264
REFERÊNCIAS 265
ANEXOS 270
ANEXO I – Estrutura hierárquica da UFPI 271
ANEXO II – Resultados de avaliações externas de cursos ocorridas no quinquênio 2015-2019. 272
ANEXO III – Relação dos cursos de graduação ministrados pela UFPI (presencial e a distância) por campus, área do conhecimento, ano de início e documento regulatório 274
ANEXO IV – Previsão de vagas a serem ofertadas para o ensino de graduação presencial através do processo seletivo SISU, quinquênio 2020-2024 293
ANEXO V – Relação dos polos de apoio presencial do ensino de graduação a distância cadastrados no sistema e-MEC 304
ANEXO VI – Vagas ofertadas para o ensino de graduação a distância através do processo seletivo vestibular no quinquênio 2015-2019 312
ANEXO VII – Detalhamento das áreas administrativas e acadêmicas da UFPI 313
ANEXO VIII – Infraestrutura de laboratórios por curso 324
ANEXO IX – HU-UFPI: Infraestrutura física e serviços hospitalares 339

APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é um documento que identifica a Universidade no que diz respeito à sua filosofia de trabalho e a que se propõe em sua missão, princípios pedagógicos e administrativos. Orienta as ações da Instituição, descreve sua estrutura organizacional, atividades acadêmicas que desenvolve e o que pretende implementar (Figura 1). É o principal instrumento de planejamento estratégico da instituição e contempla um período de cinco anos, vigorando a partir de sua aprovação Consun – em 2020 – até 31 de dezembro de 2024. Esse documento tem a chancela de toda a comunidade universitária, após passar por consulta pública dos gestores, professores, servidores técnico-administrativos, estudantes e sociedade civil, durante uma jornada de aprimoramento e de redirecionamentos, com respeito à experiência e à expertise de todos.

Figura 1 – Estrutura de planejamento estratégico

Fonte – UFPA

A construção do PDI segue o disposto no Decreto n. 9.235, de 15 de dezembro de 2017, (Brasil, 2017) o qual estabelece em seu artigo 21 que o PDI conterá, no mínimo, os seguintes elementos: I – missão, objetivos e metas da instituição em sua área de atuação e seu histórico de implantação e desenvolvimento, se for o caso; II – projeto pedagógico da instituição contemplando as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão; III – cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e de cada um de seus cursos, com especificação das modalidades de oferta, da programação de abertura de cursos, do aumento de vagas, da ampliação das instalações físicas e, quando for o caso, da previsão de abertura de campus fora de sede e de polos de educação a distância; IV – organização didático-pedagógica; V – oferta de cursos e programas de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*; VI – perfil do corpo docente e de tutores de educação a distância; VII – organização administrativa da instituição e políticas de gestão; VIII – projeto de acervo acadêmico em meio digital, com a utilização de método que garanta a integridade e a autenticidade de todas as informações contidas nos documentos originais; IX – infraestrutura

Figura 2 – Eixos temáticos

Fonte: DGOV/Proplan

física e instalações acadêmicas; X – demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras; XI – oferta de educação a distância (Figura 2).

O documento está subdividido em eixos temáticos, de acordo com o Decreto n. 9.235, de 15 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2017) e o Guia de Planejamento e Elaboração do PDI(Figura 3): Ensino; Pesquisa e Inovação; Gestão, Governança e Práticas Inovadoras; Extensão e Cultura; Gestão de Pessoas; Sustentabilidade; Tecnologia e Comunicação; Internacionalização; Infraestrutura e Assistência Estudantil. As atividades fins estão aqui elencadas, assim como a organização acadêmica, a gestão, a infraestrutura e as relações com a comunidade, instituições e empresas. Também há enfoque no perfil institucional, atualmente requerido pelos instrumentos avaliativos do Inep/MEC e realce nos programas de apoio ao discente.

Figura 3 – Temas estratégicos

Fonte: DGOV/Proplan

Os ajustes durante o percurso serão sempre necessários e deverão ser trabalhados com ampla participação da comunidade universitária, com acompanhamento anual. Dessa forma, as instâncias coletivas poderão formular políticas institucionais que gerem sustentabilidade e valorização da UFPI, sempre respeitando a autonomia, a legislação e o compromisso maior com a sociedade brasileira. O PDI, portanto, não se reduz a um documento institucional, pois exige a contínua participação e engajamento da comunidade acadêmica, bem como o compromisso de todas as instâncias com os propósitos assumidos. Pretende-se que a UFPI permaneça atuante com o propósito de alcançar sempre uma sociedade mais justa e ética, por meio da formação responsável de cidadãos e de profissionais e do conhecimento científico pertinente.

Assim, é a partir desta perspectiva, que as comunidades acadêmicas da UFPI, em harmonia com todas as regiões do estado, com suas potencialidades e especificidades, unirão esforços para a atuar como protagonista na construção de um desenvolvimento sustentável que esteja apoiado em pilares da preservação ambiental, da justiça social e da prosperidade econômica.

PROF. DR. JOSÉ ATIMATÉIA DANTAS LOPES
Reitor
Universidade Federal do Piauí

METODOLOGIA

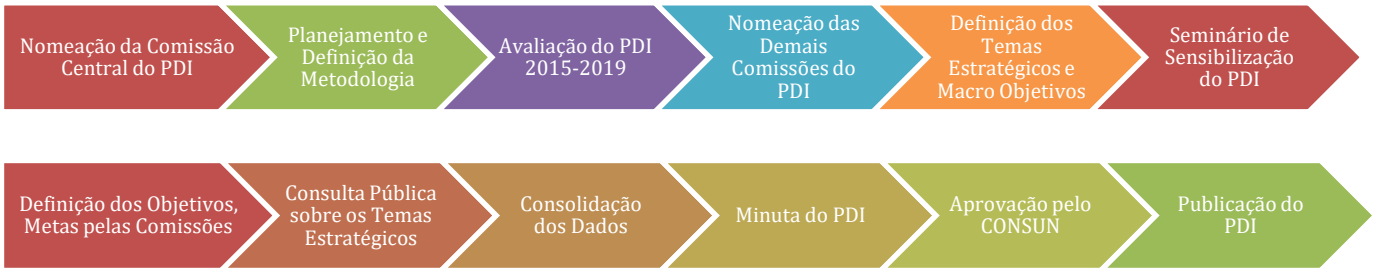
I. Descrição da metodologia de trabalho

I.1 Preparação

A preparação corresponde à etapa de definição da abrangência do PDI. Nessa etapa é definido as equipes de execução e apoio, cronograma de atividades, atividades de sensibilização, definição e descrição da metodologia de desenvolvimento do PDI, elaboração das propostas de trabalhos pelas equipes, identificação da missão, visão e valores da instituição e estruturação de documentos para registro de ações apresentadas e pontos de aprimoramento.

A metodologia de desenvolvimento do PDI foi fundamentada no conjunto de boas práticas de gestão de projetos elaboradas pelo instituto PMI (*Project Management Institute* ou Instituto de Gerenciamento de Projeto) consolidadas na obra PMBOK (*Project Management Body of Knowledge* ou Conjunto de Conhecimentos de Gerenciamento de Projetos) (Wikipédia 2020). Para o PMBOK um projeto deve ter 5 etapas: Iniciação, Planejamento, Execução, Controle e Monitoramento e Encerramento. Assim, seguindo esses conceitos o PDI foi desenvolvido conforme definido na figura 4. (Wikipedia, 2020)

Figura 4 – Etapas de Elaboração do PDI



Fonte: DGOV/PROPLAN

O PDI foi elaborado com a participação de toda a comunidade da UFPI, cabendo à Diretoria de Governança (DGOV) dar início ao processo, solicitando e formalizando a constituição de comissões que se responsabilizaram pela condução do processo. A DGOV, desta forma, definiu a formação de uma comissão central, comissão de planejamento, comissões consultivas e com o apoio de uma equipe da DGOV, com as seguintes composições e atribuições:

- **Comissão Central:** composta pelo Reitor (Presidente); Pró-Reitores; Superintendentes e Prefeitura Universitária.

❖ Atribuições: Avaliar os resultados do PDI anterior; supervisionar a revisão da Missão, Visão e Valores Institucionais; supervisionar as ações das comissões setoriais; supervisionar o desenvolvimento das ações, eventos e etapas de elaboração do PDI; prestar apoio às demais comissões; e acompanhar e avaliar a execução do PDI 2020-2024.

● **Comissões de Planejamento:** composta pelas comissões das Pró-Reitorias, Superintendências e Prefeitura Universitária (Preuni).

❖ Atribuições: Coordenar e orientar os trabalhos de discussão do PDI, pautados nos documentos norteadores; coordenar os trabalhos de coleta de informações; definir indicadores de qualidade; articular e promover eventos, com apoio das comissões consultivas, que possibilitem a reflexão e a discussão dos temas e documentos; promover a sensibilização da comunidade; divulgar o cronograma geral das atividades do processo de discussão e elaboração dos dados referentes à Unidade; definição dos macroproblemas institucionais, da matriz SWOT, dos objetivos estratégicos, das metas e dos indicadores de desempenho; encaminhar documento final para aprovação do Consun.

● **Comissões Consultivas (Unidades de Ensino, Campi fora de sede e Biblioteca):** a composição foi definida pelos responsáveis de cada setor, sendo que cada comissão das Unidades de Ensino e Campi fora de sede deve ter representante docente, discente e técnico administrativo.

❖ Atribuições: auxiliar a comissão central nas suas atribuições; coordenar os trabalhos de coleta de informações, refletir e elaborar as demandas do órgão; promover a sensibilização da comunidade; reunir-se com os representantes da comissão central segundo a área temática, para definição de objetivos, metas e compilação de dados e indicadores a ser inseridos no PDI.

● **Equipe responsável pela organização, compilação, processo criativo e desenvolvimento metodológico:**

❖ Atribuições: estudar e revisar as minutas parciais; divulgar o andamento do processo e coordenar a consulta pública; organização, formatação e diagramação do documento final; encaminhar o documento à comissão central para encaminhar para aprovação no Consun.

I.2 Diagnóstico, planejamento e sensibilização da comunidade e orientações para as comissões

Corresponde às etapas onde foram feitas a avaliação do PDI 2015-2019 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, 2015); análise SWOT; Construção de cenários; inventário dos interessados e consolidação das necessidades. Para iniciar as atividades, a Comissão de Planejamento organizou uma página eletrônica para divulgação e sensibilização do processo de elaboração do PDI: Elaboração PDI 2020-2024. A avaliação do PDI 2015-2019 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, 2015) foi efetivada por meio de um formulário eletrônico no qual as Unidades Administrativas descrevem os objetivos alcançados e os objetivos não alcançados, justificando o motivo de sua não realização.

Figura 5 – Reunião inicial dos trabalhos do PDI 2020-2024, no Salão Nobre da Reitoria

Fonte: SCS/UFPI

O lançamento da elaboração do PDI foi oficializado em reunião do Consun (Figura 5) e, em seguida, foram definidos cronograma de reuniões e seminários nas Unidades de Ensino, Campi fora de sede e seminário público para apresentação da metodologia de elaboração e orientações sobre a coleta de informações.

I.3 Planejamento e definições dos objetivos, metas e estratégias

As unidades administrativas e acadêmicas procederam à definição dos critérios de priorização; definição de metas e ações; identificação dos fatores críticos de sucesso; planejamento de ações de recursos humanos; planejamento dos aspectos orçamentários; planejamento das ações de infraestrutura física; planejamento do processo de controle do PDI; consolidação dos resultados; e elaboração do documento final.

A consulta pública realizada por meio da página eletrônica da UFPI foi, também, uma fonte para definição e consolidação de objetivos, metas e estratégias.

II. Documentos de referência

Os principais documentos utilizados na elaboração do PDI 2020-2024 da Universidade Federal do Piauí foram:

- Decreto n. 9.235/2017 – Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino;
- Guia de Planejamento e Elaboração do PDI – Descreve metodologias de planejamento estratégico para elaboração do PDI;
- Instrumentos de Avaliação Institucional do Inep – Subsidiam os atos autorizativos de cursos – autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento – nos graus tecnólogo, licenciatura e bacharelado para a modalidade presencial e a distância– e de recredenciamento Institucional (BRASIL, 2001; BRASIL, 2017; BRASIL, 2018; BRASIL 2004a; BRASIL, 2004b; BRASIL, 2009).

No quadro 1, a seguir, consta a lista dos documentos utilizados para elaboração do PDI 2020-2024 da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Quadro 1 – Documentos utilizados na elaboração do PDI 2020-2024

DOCUMENTOS	DESCRIÇÃO	ARQUIVO
Comissão Central do PDI	Nomeação da Comissão Central	Ato da Reitoria n. 709/2019
Legislação sobre o PDI	Disposição sobre os eixos temáticos obrigatórios no PDI	Decreto n. 9.235/2017
	Outros dispositivos legais de orientação à elaboração do PDI	Lei n. 9.394/1996 (LDB) Lei n. 10.861/2004 Decreto n. 2.494/1998

		Portaria MEC n. 1.466/2001 Portaria MEC n. 2.253/2001 Portaria MEC n. 3.284/2003 Portaria MEC n. 07/2004 Portaria MEC n. 2.051/2004 Portaria MEC n. 4.361/2004 Portaria Normativa n° 02/2007 Resolução CES/CNE n° 02/1998 Resolução CNE/CP n° 01/1999 Resolução CES/CNE n. 01/2001Resolução CP/CNE n. 01/2002 Parecer CES/CNE n. 1.070/1999
Lançamento do projeto PDI	O documento descreve as ações a serem trabalhadas	Apresentação para reitoria e centros de ensino
Estrutura de planejamento estratégico	Descreve metodologias de planejamento estratégico para elaboração do PDI	Guia de Planejamento e Elaboração do PDI
Avaliação do PDI 2015-2019	Respostas dos formulários eletrônicos	PRAD,PROPLAN,PREG,PROPESQI, PREXC, PRPG, PRAEC, SRH, SCS, Ouvidoria
Instrumento de Avaliação do Inep	Documento de avaliação de IES e Cursos de Graduação	Instrumentos para avaliação de cursos de graduação – presencial e a distância Instrumento de avaliação institucional
Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação	Documento que descreve as 20 Metas do Plano Nacional de Educação	Plano Nacional de Desenvolvimento
Plano de Integridade da UFPI	Documento que descreve o Plano de Integridade da UFPI	Plano de Integridade
Plano de Sustentabilidade da UFPI	Documento que descreve o Plano de Sustentabilidade da UFPI	Plano de Sustentabilidade
Seminário geral sobre o PDI, no Cine Teatro	Documento que apresenta a estratégia de desenvolvimento do planejamento e acompanhamento do PDI	Apresentação do planejamento e Acompanhamento PDI
Planilha de Objetivos, Metas e Estratégias	Documento para preenchimento dos Objetivos, Metas e Estratégias das unidades	Planilha

Fonte: DGOV/Proplan

III. Diagnóstico do PDI 2015-2019

O PDI 2015-2019 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, 2015) foi construído com ampla participação da comunidade universitária. Constitui um instrumento que atende às exigências legais, configurando-se como uma referência para a gestão da Universidade em seus mais variados níveis. Os resultados das análises do PDI nas avaliações externas realizadas pelo MEC e nas auditorias dos órgãos de controle deixam claro o seu reconhecimento como um documento norteador para gestão acadêmica e administrativa da UFPI.

Nesse sentido, os relatórios das avaliações e das auditorias, também, orientaram a elaboração deste PDI 2020-2024, uma vez que a experiência adquirida propiciou que se

estabelecessem metodologias de trabalho e de consulta direcionadas para atendimento das necessidades de melhoria apontadas no processo avaliativo. Além disso, ficou evidenciado na avaliação do PDI anterior e nas proposições para a construção do atual PDI que deve haver continuidade entre ambos, bem como a necessidade de estabelecimento de metodologia de elaboração e de coleta de dados que permitam um acompanhamento mais efetivo da realização das ações propostas.

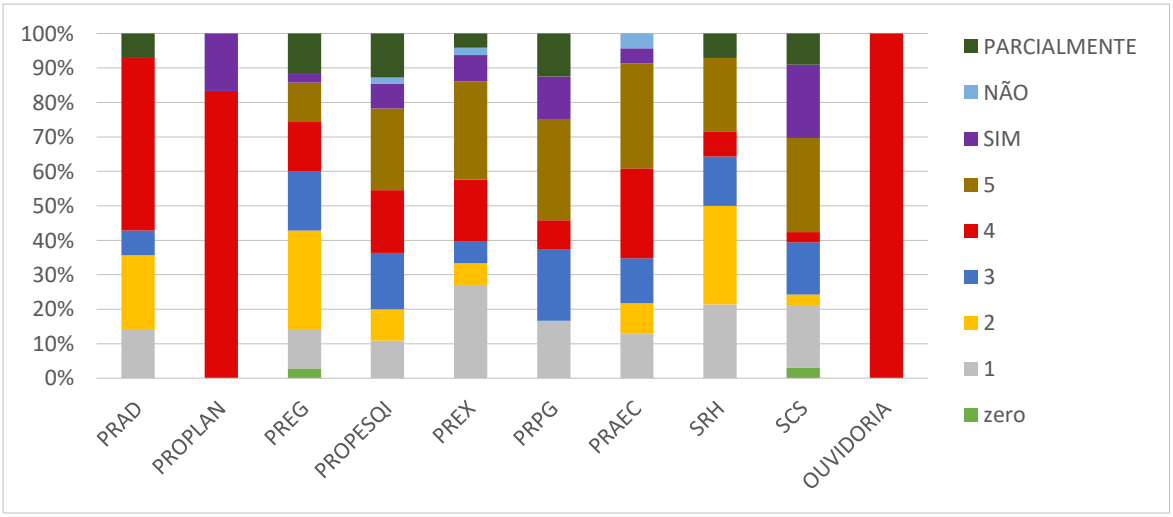
III.1 Metodologia de avaliação do PDI 2015-2019

Foi elaborado um formulário eletrônico com os objetivos e metas estabelecidos no PDI 2015-2019 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, 2015). Esse formulário foi enviado para cada uma das unidades responsáveis pelas ações: Prad, Proplan, Preg, Propesqi, PREXC, PRPG, Praec, SRH, SCS, Ouvidoria.

Cada unidade realizou uma análise e classificou o atendimento à objetivo/meta em uma escala de 0 a 5 (sendo 0 nenhuma ação e 5 a melhor situação) ou o alcance integral (Sim), parcial ou não atingimento desses objetivos e metas.

O gráfico 1, a seguir, enumera os resultados obtidos por meio dessa análise.

Gráfico 1 – Resultado das análises do grau de atingimento das metas e objetivos estabelecidos no PDI 2015-2019



Fonte: DGOV/Proplan

O formulário eletrônico preenchido pelas Unidades Administrativas detectou que a maioria dos objetivos e metas foi alcançada, haja vista que, dos 346 objetivos e metas, 239 (aproximadamente 70%) obtiveram *scores* acima de 3 e foram totalmente ou parcialmente alcançados.

O formulário completo de cada uma das unidades encontra-se na página web da Proplan no item “Avaliação PDI 2015-2019”. Nesse formulário, também, estão as justificativas para atendimento ou não a esses objetivos e metas.

IV. Ferramentas de planejamento estratégico

Para melhor diagnosticar as necessidades institucionais na elaboração do Planejamento Estratégico, fez-se necessário o emprego de metodologias que contribuíssem para a construção dos cenários atual e futuro da instituição, na perspectiva de auxiliar as comissões na definição dos objetivos e metas a serem alcançados no período de 2020 a 2024 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA, 2019). Como referências foram utilizados os seguintes constructos:

a) Elaboração do Guia de Elaboração e Elaboração do PDI: Para direcionamento dos trabalhos de construção do PDI 2020-2024 foi criada a página web <http:www.proplan.ufpi.br/pdi> para registro do processo de concepção do documento e do Guia de elaboração do PDI para fundamentar e orientar o trabalho das equipes envolvidos baseadas nas boas práticas de Gestão de Projetos conforme definidas no *Project Management Body of Knowledge* (PMBOK);

b) Análise do PDI 2015-2019 e de seus resultados: documento avaliado em uma conferência e resultados utilizados como insumo na construção do novo plano;

c) Matriz SWOT/FOFA: foi encaminhado memorando eletrônico para que as Pró-Reitorias e Órgãos Suplementares apontassem as forças, fraquezas, ameaças e oportunidades, conforme temas estratégicos que a UFPI deseja no período de vigência do PDI 2020-2024;

d) Mapa Estratégico: Com a representação gráfica da estratégia do PDI, foi possível evidenciar os desafios que a organização terá que superar para concretizar sua missão e visão de futuro. Nesse contexto, a construção do Mapa Estratégico da UFPI elenca as perspectivas de pessoal e tecnologia, fomentando os processos internos na busca de maturidade no exercício das boas práticas de governança com foco em uma gestão de resultados voltada para o cumprimento de uma missão institucional com excelência.

e) Cadeia de Valor: Com a construção da cadeia de valor foi possível representar o conjunto de atividades realizadas pela UFPI com o objetivo de criar valor ao produto entregue à sociedade, como foco no fortalecimento do ensino, da pesquisa e da extensão na busca de excelência na formação acadêmica.

V. Cronograma de atividades

Por se constituir em proposta de referência para o futuro da instituição, o processo de elaboração pautou-se em ampla discussão com todos os segmentos da comunidade universitária para a coleta de propostas e sugestões objetivando subsidiar o documento, em etapas assim detalhadas:

Primeira Etapa:
Janeiro de 2019 – Encaminhamento de Memorando Eletrônico, pela DGOV, ao Pró-Reitor de Planejamento e Orçamento solicitando o envio, à Reitoria, da solicitação de designação de Comissão para elaboração do PDI 2020-2024.
Segunda Etapa:
Abril de 2019 – Emissão do Ato da Reitoria n. 709/2019, designando a Comissão Central.
Terceira Etapa:
Junho a Agosto de 2019 – Reuniões setorizadas de membros da Comissão com todas as Pró-Reitorias, Unidades de Ensino e Órgãos Suplementares e de Apoio, para apresentação da metodologia de trabalho de avaliação do PDI anterior, atualização dos textos sobre a estrutura das Unidades e propostas para o novo PDI. Todas as Pró-Reitorias, Unidades de Ensino e Órgãos Suplementares e de Apoio designaram suas comissões internas para realização desse trabalho.
Quarta Etapa:
Julho a Agosto de 2019 – Sensibilização da Comunidade para participação no trabalho de formatação do novo PDI. Apresentação da legislação acerca do PDI pela DGOV, em reuniões com gestores e comunidade acadêmica em geral.
Quinta Etapa:
Agosto de 2019 – Realização do Seminário do PDI, para a discussão das propostas oriundas dos distintos segmentos da comunidade acadêmica. Evento amplamente divulgado no site institucional e, também, em outros veículos, dentre eles, o Portal da Andifes.
Sexta Etapa:
Agosto a Setembro de 2019 – Acolhimento e sistematização das propostas das Unidades e Setores pela Comissão.
Sétima Etapa:
Novembro de 2019 – Consulta Pública na página eletrônica da UFPI
Oitava Etapa:
Dezembro de 2019 a Março de 2020 – Organização dos dados e redação da primeira minuta do documento.
Nona Etapa:
Maio de 2020 – Apreciação pelos Colegiados Superiores e publicação do documento.

As reuniões das Comissões (Figura 6), realizadas durante os meses de junho a novembro, seguiram programação preestabelecida, contemplando: análise do PDI 2015-2019 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, 2015); resultados das avaliações realizadas em todos os campi (auto avaliações e relatórios das avaliações externas); leitura de documentos institucionais (principalmente relatórios de gestão) e documentos editados pelo governo federal (PNE, PNPG, referenciais de inclusão e acessibilidade, dentre outros).

A construção do PDI representou momento importante para a imersão de todos os segmentos da comunidade nos problemas da Instituição, no sentido de traçar as rotas a serem seguidas, objetivando a manutenção e a projeção da UFPI no cenário nacional como instituição socialmente responsável.

Figura 6 – Reuniões das Comissões

Comissão Consultiva do CT

Comissão Central

Comissão Consultiva da BCCB

Comissão Consultiva da Prad

Comissão de Planejamento da Propesqi

Comissão Consultiva da BCCB e Comissão de Planejamento da Preuni

Fonte: Arquivo das comissões

1 PERFIL INSTITUCIONAL

1 Identificação

A UFPI é uma Instituição de Educação Superior, de natureza federal, mantida pelo Ministério da Educação, por meio da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), com sede e foro na cidade de Teresina, possuindo três outros *campi* sediados nas cidades de Picos (Campus Senador Helvídio Nunes de Barros), Bom Jesus (Campus Profª. Cinobelina Elvas) e Floriano (Campus Almícar Ferreira Sobral). Até 2018, fazia parte, também, da UFPI o Campus Ministro Reis Velloso, no município de Parnaíba, o qual foi desmembrado, através da Lei n. 13.651 de 11 de abril de 2018, para formar a Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar).

O credenciamento das Faculdades isoladas (Faculdade de Direito, Faculdade de Filosofia, Faculdade de Odontologia e Faculdade de Medicina, de Teresina; e Faculdade de Administração de Parnaíba) já existentes no Piauí ocorreu por meio do Decreto nº 17.551 de 09 de janeiro de 1945. Após a fusão dessas unidades isoladas existentes na época de sua fundação a UFPI foi credenciada em 1968 como Universidade – Lei n° 5528, de 12 de novembro de 1968. Foi recredenciada, em 2012, por meio da Portaria MEC n° 645 de 18 de maio de 2012, pelo prazo de 10 (dez) anos. Ministra cursos de graduação nas modalidades presencial e à distância– bacharelados e licenciaturas – e, cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialista) *stricto sensu* (mestrados e doutorados). Além disso, oferta cursos de ensino básico, técnico e tecnólogo em seus três colégios técnicos.

Os dados cadastrados no sistema e-MEC, bem como os de seus Campi, estão apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 – Dados cadastrais da UFPI e seus *campi*

Nome da Mantida	Universidade Federal do Piauí (UFPI)	
Mantenedora	Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI)	
Código e-MEC da Mantida	5	
Cód. e-MEC da Mantenedora	14054	
Município Sede	Teresina	
Disponibilidade do Imóvel	Próprio	
Organização Acadêmica	Universidade	
Site	http://www.ufpi.br	
UF	Piauí	
Endereço	Campus Universitário Ministro Petrônio Portela - Avenida Universitária, CEP 64049550, Bairro Ininga, s/n, SG-07.	
Telefone(s)	(86) 3215-5620; (86) 3215-5621; (86) 3215-1104	
Fax	(86) 3215-5880	
E-mail (s)	reitor@ufpi.edu.br; proplan@ufpi.edu.br; dgov@ufpi.edu.br; pi.ufpi@ufpi.edu.br	
Campi		
Código	**Nome do Campus**	**Endereço**
102559	Ministro Petrônio Portella (CMPP)	Avenida Universitária, s/n - Bairro Ininga CEP 64.049-550 – Teresina-PI
1002563	Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB)	Rua Cícero Duarte, 905 - Bairro Junco CEP 64.600-971 – Picos-PI
1002562	Professora Cinobelina Elvas (CPCE)	BR 135, Km 3 – Bairro Planalto Horizonte CEP 64.800-000 – Bom Jesus-PI
1002561	Amílcar Ferreira Sobral (CAFS)	BR 343, Km 3,5 s/n – Bairro Meladão CEP 64.800-000 – Floriano-PI

Fonte: Coordae/DGOV/Proplan

1.2 Contextualização

O Piauí foi o único estado ocupado do interior para o litoral. O povoamento de seu território começou nas fazendas de gado que se instalaram no sul da região. No restante da região Nordeste predominavam as plantações de cana-de-açúcar junto à costa, onde o clima era mais favorável para a agricultura e a proximidade com o mar facilitava a exportação.

Está situado entre 2º 44' 49" e 10º 55' 05" de latitude sul e entre 40º 22' 12" e 45º 59' 42" de longitude oeste. Limita-se com os Estados do Ceará e Pernambuco a leste, com o Estado da Bahia ao sul e sudeste, com o Estado de Tocantins a sudoeste, com o curso do rio Parnaíba, demarcando a fronteira com o Estado do Maranhão, a oeste e com seu reduzido litoral (66 km de extensão) ao norte, com o oceano Atlântico. Ocupa 251.611,93 km² (16,2 %) dos 1.548.672 km² que constituem a região Nordeste do Brasil. É o terceiro maior Estado nordestino, inferior apenas à Bahia e ao Maranhão, e o décimo Estado brasileiro, respondendo por 2,9 % do território nacional[1].

O relevo piauiense abrange planícies litorâneas e aluvionares, nas faixas às margens do rio Parnaíba e de seus afluentes, que permeiam a parte central e norte do Estado. Ao longo das fronteiras com o Ceará, Pernambuco e Bahia, nas chapadas de Ibiapaba e do Araripe, a leste, e da Tabatinga e Mangabeira, ao sul, encontram-se as maiores altitudes da região, situadas em torno de 900 metros de altitude. Entre essas zonas elevadas e o curso dos rios que permeiam o Estado, a exemplo do Gurguéia, Fidalgo, Uruçuí Preto e o Parnaíba, encontram-se formações tabulares, contornadas por escarpas íngremes, resultantes da ação erosiva das águas.

Em decorrência de sua posição, o Estado do Piauí caracteriza-se, em termos fisiográficos, como uma típica zona de transição, apresentando, conjuntamente, aspectos do semiárido nordestino, da pré-Amazônia e do Planalto central do Brasil.

Reflete as condições de umidade das diversas zonas, as regiões ecológicas distribuem-se em faixas paralelas, com a caatinga arbórea e arbustiva, predominando no sudeste; a floresta decidual no Baixo e Médio Parnaíba, cerrado e cerradão, no centro-leste e sudoeste; e as formações pioneiras de restinga, mangue e aluvial campestre, na zona litorânea. Dentre as paisagens vegetais, destacam-se os cocais, com seus exemplares de babaçu, carnaúba, buriti, e tucum, encontrados na região da floresta decidual, nos vales úmidos e nas áreas alagadiças, sustentando a atividade extrativa de significativa importância para o Estado.

A população do Piauí, estimada em 2019, totalizou 3.273.227 mil habitantes. Com 12,4 habitantes por km², a densidade demográfica do Estado é considerada baixa, se comparada com as médias brasileira e do Nordeste, de 17,2 e 27,2 habitantes por km², respectivamente. As zonas urbanas abrigam aproximadamente 65,77% da população e as zonas rurais, os 34,23% restantes. O Estado do Piauí está dividido em 224 municípios. Teresina, a capital do Estado é, também, a

[1]PORTAL DOMÌNIO PÚBLICO. **O Estado do Piauí**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/mre000036.pdf>. Acesso em: 11 fev.2020.

cidade mais populosa, com 864.845 habitantes, seguida por Parnaíba (153.078), Picos (78.222) e Floriano (59.935).[2]

A Universidade Federal do Piauí foi instituída pela Lei n. 5.528 de 12 de novembro de 68, assinada pelo presidente Costa e Silva que autorizou seu funcionamento sob forma de Fundação. Essa lei foi resultado de lutas de políticos e de vários segmentos da sociedade que acalentaram um sonho por décadas de se instalar no Piauí uma Universidade.

Seu primeiro Estatuto foi aprovado pelo Decreto n. 72.140, de 26 de abril de 1973, publicado no DOU de 27 de abril de 1973 e sofreu ulteriores alterações (Portaria MEC n. 453, de 30 de maio de 1978, publicado no DOU de 02 de junho de 1978, Portaria MEC n. 180, de 05 de fevereiro de 1993, publicada no DOU de 08 de fevereiro de 1993). A reformulação, desse documento objetivando sua adaptação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 (BRASIL, 1996), foi autorizada pela Resolução Consun n. 15, de 25 de março de 1999 e pelo Parecer n. 665/95, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE), aprovado pela Portaria MEC n. 1.225, de 30 de julho de 1999, publicada no DOU n. 147-E, de 03 de agosto de 1999.

O atual Regimento Geral da UFPI foi adaptado à LDB de 1996 (BRASIL, 1996), através da Resolução do Consun n. 45, de 16 de dezembro de 1999 e alterado posteriormente pela Resolução n. 21, de 21 de setembro de 2000. O Estatuto da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI) foi aprovado pela Portaria MEC n° 265, de 10 de abril de 1978 e alterado pela Portaria MEC n. 180, de 05 de fevereiro de 1993, publicada no DOU de 08 de fevereiro de 1993 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, 2004).

1.3 Missão

A UFPI tem como missão promover a educação superior de qualidade, com vista à formação de sujeitos comprometidos com a ética e capacitados para atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional.

1.4 Visão

A UFPI busca ser uma instituição de excelência no ensino básico, técnico e tecnológico, educação superior e pós-graduação, qualificando pessoas para o mundo do trabalho e para o exercício da cidadania por meio da inovação no ensino, na pesquisa e na extensão.

---

[2] PNUD. **Perfil Piauí**: atlas do desenvolvimento humano no Brasil. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/piaui/>. Acesso em: 11 fev. 2020.

1.5 Princípios

São princípios da UFPI:

- Autonomia universitária;
- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Pluralidade e democracia;
- Respeito à dignidade da pessoa humana e seus direitos fundamentais;
- Excelência;
- Compromisso social;
- Valorização de seus docentes, técnico-administrativos e discentes.

1.6 Valores

O PDI 2010-2014 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, 2010) explicita os princípios que regem a Universidade e que representam, portanto, seus valores, os quais são destacados neste item:

I – Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;

II – Verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;

III – Difusão do conhecimento científico e tecnológico, suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais e aprofundamento do processo de internacionalização;

IV – Inclusão de um público historicamente colocado à margem das políticas de formação para o trabalho, dentre outros, pessoas que residem em localidades geograficamente distantes dos grandes centros educativos do Estado;

V – Respeito à pluralidade de pensamento e natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União.

1.7 Temas estratégicos institucionais

Os objetivos e metas institucionais foram consolidados em temas estratégicos, fundamentados conforme premissas institucionais na missão, visão e valores da UFPI, com o objetivo direcionar os trabalhos das comissões do PDI na definição dos desafios que deverão ser superados, conforme definido em seu Planejamento Estratégico para o período de 2020 a 2024.

1.7.1 Ensino

A UFPI tem o compromisso social de atender às demandas locais e regionais nas quais estão inseridos seus campi, oferecendo à comunidade cursos de educação profissional técnica de

nível médio, extensão, superior e pós-graduação. O ensino técnico de nível médio propõe a qualificação profissional de jovens buscando estratégias de ensino que priorizem a articulação entre as dimensões trabalho, ciência, tecnologia e cultura, permitindo a compreensão dos fundamentos técnicos, sociais, culturais, artísticos, esportivos, políticos e ambientais do sistema produtivo. Embora, ainda, não seja uma prática amplamente difundida, a pesquisa e o espírito científico devem ser também incentivados durante os cursos de nível médio.

Os cursos de extensão são atividades de natureza acadêmica, técnica ou cultural que, com a Resolução 053/2019-CEPEX que regulamenta a inclusão das atividades de extensão como componente obrigatório nos currículos de cursos de graduação da UFPI, em atendimento à Resolução 7/2018 CNE/MEC, poderão compor as atividades de extensão que obrigatoriamente estarão presentes em no mínimo 10% da carga horária dos cursos de graduação.

Os cursos de extensão também poderão não estar inclusos como parte integrante e obrigatória do ensino de graduação e da pós-graduação, tendo como objetivo apenas de complementar os conhecimentos em uma determinada área ou ampliar noções sobre temas relativos ao campo de estudo ou área de atuação do participante.

O ensino de graduação visa à obtenção de qualificação universitária específica, sendo aberto a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e obtido classificação em processo seletivo, seja através de vagas universais ou de vagas reservadas a ações afirmativas.

O ensino de pós-graduação contempla o nível *stricto sensu* (cursos de mestrado acadêmico, doutorado e mestrado profissional) e o nível *lato sensu* (cursos de especialização) que visam à habilitação ao exercício, em nível avançado, do ensino, da pesquisa e de atividades correlatas, aberto a candidatos que concluíram curso de graduação.

1.7.2 Pesquisa e inovação

É o processo criativo de produção de conhecimento, inclusive de forma interdisciplinar e multidisciplinar, visa à integração das áreas de conhecimento e das atividades de ensino e extensão. A pesquisa deve ocorrer de forma transversal, permeando toda a Instituição, influenciando positivamente a qualidade do ensino, a formação integral do aluno, a qualificação dos professores, os processos internos de gestão, e o desenvolvimento de soluções aplicadas ao meio produtivo e à sociedade.

Deve-se exaltar, no âmbito da Universidade, o desenvolvimento constante e continuado de pesquisa em todas as áreas de atuação, a fim de que seja reconhecida como uma instituição de excelência. A pesquisa, ao atender às demandas da sociedade, gera conhecimento que transforma a realidade social. Para interagir com a sociedade, é preciso, também, promover a inovação, bem como difundir o conhecimento e a tecnologia por meio de atividades de extensão.

1.7.3 Gestão e governança

Os princípios básicos que norteiam os rumos da gestão e governança são a transparência, a equidade, o cumprimento das leis, a prestação de contas e a conduta ética (IBGC, 2020), sendo a gestão fundamentada nos conceitos de planejar, executar e controlar, e a governança de avaliar, direcionar e monitorar.

A **transparência** deve criar um clima de confiança tanto nas relações internas quanto na relação com a sociedade, deve disponibilizar informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos.

Convém ressaltar que a UFPI foi uma das primeiras instituições de ensino a aprovar o Plano de Integridade conjunto de medidas institucionais voltadas à prevenção, detecção, punição e remediação de fraudes e atos de corrupção em apoio à boa governança e assim qualificar seus processos de governança e reforçar o valor da ética nas práticas administrativas executadas na Instituição

A **equidade** garante o tratamento justo e igualitário a todos os grupos, minoritários e demais partes interessadas, levando em consideração seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas. Constitui regra básica. Qualquer atitude ou política discriminatória é considerada falta grave.

Os agentes de governança devem realizar a **prestação de contas (*accountability*)** de sua atuação de modo claro, conciso, compreensível e tempestivo, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões, atuando com diligência e com responsabilidade no desempenho de seus papéis.

A gestão da **ética** faz parte da estratégia de desenvolvimento sustentável. A UFPI procura disponibilizar a infraestrutura ética em sua gestão, que pressupõe os seguintes elementos: (i) Valores éticos: expectativa da sociedade quanto à conduta dos agentes públicos; (ii) normas de conduta: desdobramento dos valores; caminho prático para que os valores sejam explicitados e observados; (iii) gestão: condições sólidas para o serviço público, por meio de uma política efetiva de recursos humanos que contemple uma instância central voltada para a ética com o objetivo de zelar pelos valores e normas de conduta, assegurando sua efetividade; (iv) orientação: engajamento das lideranças, existência de códigos que exprimam valores e padrões, socialização profissional, educação e treinamento; (v) controle: quadro normativo que garanta a existência de procedimentos de investigação independente, de prestação de contas e de envolvimento do público (BRASIL, 2008).

1.7.4 Extensão e cultura

As ações de extensão e cultura são realizadas pela interação transformadora entre a Universidade e a sociedade. Visa ao desenvolvimento mútuo, contribuindo sobremaneira com o processo formativo dos acadêmicos, como a produção e socialização de saberes e tecnologias e a minimização/superação dos diversos segmentos sociais do Estado do Piauí, em especial aqueles de maior vulnerabilidade social. Essas ações geram uma relação dialógica de troca de saberes e de impacto social entre a academia e as comunidades/sociedade, propiciando transformações sociais mútuas e inclusão social.

1.7.5 Gestão de pessoas

A gestão de pessoas é responsável por planejar e coordenar as ações que visem ao desenvolvimento e à satisfação dos servidores das organizações, bem como estabelecer estratégias de capacitação, motivação e gerenciamento de competências para o bom desempenho individual e coletivo no âmbito institucional. Dessa forma, a UFPI busca constantemente fomentar o desenvolvimento dos servidores (docentes e técnico-administrativos), a profissionalização dos gestores e a promoção da qualidade de vida, propiciando, assim, a satisfação e a retenção dos servidores.

1.7.6 Sustentabilidade

A Universidade Federal do Piauí (UFPI), ao longo dos anos, vem desenvolvendo e consolidando o seu papel de instituição social e ambientalmente responsável. Nesse sentido, destaca-se a importante função da UFPI para o desenvolvimento econômico e para a inclusão social do Estado. Em 2018, a UFPI aprovou o Plano de Logística Sustentável (PLS) - UFPI 2018-2020 que define as ações da UFPI para gerenciar e estabelecer práticas de desenvolvimento sustentável e racionalização dos gastos. Desta forma, a UFPI pretende gerenciar recursos financeiros com efetividade, sendo esse um dos objetivos estabelecidos em seu planejamento estratégico.

Ressalte-se, ainda que, a UFPI, ao criar e disseminar o conhecimento, deverá formar cidadãos que sejam agentes potenciais na constituição de práticas sustentáveis e de responsabilidade social.

1.7.7 Tecnologia e comunicação

O papel da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) é fundamental na gestão das instituições públicas, pois gera informações essenciais para as tomadas de decisão, controle e monitoramento das atividades. As TICs assumiram, também, o papel de comunicação interpessoal

entre organizações a partir da disseminação do acesso à internet, dos dispositivos móveis, dos aplicativos interativos, das redes sociais e dos portais de conteúdo, dentre outros, realçando o seu valor estratégico para alcançar os objetivos de negócio das instituições. Atualmente, não se visualiza a sociedade sem as TICs. Tem grande interferência na diminuição de custos, transparência, otimização de processos e divulgação do conhecimento.

Na UFPI, as ações devem estar alinhadas às demandas institucionais, servindo de apoio para que alcance seus objetivos institucionais e atividades fim, de forma a atender aos anseios da comunidade universitária e da sociedade, mais ampla, garantindo otimização de seus processos internos, de aprendizagem e crescimento contínuos.

A comunicação deve considerar os anseios da sociedade e comunidade e atender ao interesse público integrador e dialógico sempre tendo como guia a missão, a visão e os valores da UFPI. A comunicação social deve seguir como uma rede autônoma que se comunica com os variados públicos e sua complexidade. A articulação dos diferentes entes que compõem a comunicação da UFPI deve ser regida por uma política institucional, a qual deve levar em consideração a comunicação pública, a comunicação institucional e administrativa, e a comunicação científica.

1.7.8 Internacionalização

As ações de internacionalização são base para a execução de projetos bi e multilaterais, de intercâmbios e convênios internacionais, visando à excelência na qualidade de ensino, pesquisa e extensão, possibilitando o desenvolvimento humano, acadêmico e profissional do aluno, do corpo docente e do corpo técnico-administrativo.

Além de convênios e mobilidade internacional, é importante, também, a visibilidade da instituição, que pode ser aprimorada com a participação de sua comunidade em eventos científicos internacionais e com a publicação de artigos científicos em revistas internacionais. Para tanto, essas ações são estimuladas por meio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação e da Pró-Reitoria de Pós-Graduação.

A UFPI, neste último quinquênio, vem se preparando para crescer nesse segmento. Nesse sentido, já viabilizou algumas ações necessárias, tais como: criação de um Centro de Línguas, na estrutura do CCHL; instituição do programa de “auxílio à tradução de artigos científicos”, com o objetivo de aumentar a internacionalização de suas pesquisas; celebração de acordos de cooperação com instituições estrangeiras; e busca permanente pela melhoria de seus indicadores de qualidade, a fim de intensificar e consolidar o intercâmbio de seu alunado com instituições estrangeiras.

1.7.9 Infraestrutura

O planejamento da expansão da área física da UFPI objetiva dar suporte ao crescimento contínuo das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. A Preuni, unidade responsável pela infraestrutura na UFPI, deverá realizar estudos conjuntos com as partes interessadas a fim de adequar/criar e implantar planos diretores sustentáveis e códigos de obras, tendo como premissa o atendimento às necessidades dos usuários dos campi e aos requisitos legais pertinentes. Os planos devem contemplar políticas de circulação de veículos, mobilidade urbana, acessibilidade, sinalização, sustentabilidade, segurança, paisagismo e educação para um trânsito humanizado. Os planos/projetos deverão contar com a participação dos interessados/usuários, e devem levar em consideração as realidades e estágios de desenvolvimento de cada campi, bem como necessidades específicas das diferentes áreas de conhecimento, de forma a potencializar o uso da área física em favor das atividades de ensino, pesquisa e gestão.

1.7.10 Assistência estudantil

A Assistência Estudantil da UFPI tem como perspectiva a inclusão social, promoção da igualdade, formação ampliada, produção do conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, produção do conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, agindo preventivamente nas situações de retenção e evasão. Essa política destina-se prioritariamente aos estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica.

Tem como premissa contribuir para a inclusão social pela educação, democratizando as condições de acesso e permanência dos estudantes. Isso inclui a minimização dos efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação média, técnica, de graduação e de pós-graduação, contribuindo para melhorar os índices de retenção e evasão da Universidade. Além das ações voltadas para permanência, equidade e democratização do ensino, as ações de Assistência Estudantil devem ter, também, um caráter de integrar os estudantes à vida universitária, promovendo a formação integral dos alunos e articulando atividades e projetos de ensino, pesquisa e extensão. Assim, como devem ser levadas em consideração, o desenvolvimento de parcerias com a representação estudantil, com a sociedade civil e com o poder público, junto a ações de atenção à qualidade de vida do estudante e projetos de inclusão, cidadania e sustentabilidade.

1.8 Área de atuação acadêmica

A UFPI atua nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. O ensino é ministrado nos seguintes níveis:

I – Graduação: destinado à formação acadêmica e profissional, aberto à matrícula de candidatos que tenham concluído o ensino médio regular ou equivalente e que tenham obtido classificação em processo seletivo;

II – Básico e Técnico: busca capacitar o aluno com conhecimentos teóricos e práticos em diversas atividades do setor produtivo para que ingressem, rapidamente, no mercado de trabalho. Na UFPI tem-se duas modalidades de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico:

- Concomitante: voltado para quem já concluiu a primeira série do ensino médio, pode ser feito paralelamente ao restante do ensino médio (segunda e terceira série). O aluno realiza dois cursos ao mesmo tempo, cumprindo jornada dupla de aulas. Ao concluir cada um dos cursos, o aluno recebe o diploma correspondente (diploma do ensino médio e diploma de técnico). Tem duração de três anos.
- Subsequente: voltado para quem já tem o certificado de conclusão do Ensino Médio e deseja se preparar para o mercado de trabalho. Tem duração de dois anos e ao terminar o curso, o estudante recebe um diploma de técnico de nível médio.

III – De Extensão: destinado à ampliação da ação da IES na comunidade, diante de programações científicas, culturais ou técnicas, que satisfaçam os requisitos estabelecidos em cada caso, segundo as normativas da FIES.

IV – De Pós-graduação:

- *Stricto Sensu*: compreende programas de mestrado e doutorado abertos a candidatos diplomados em cursos superiores de graduação;
- *Lato Sensu*: destinado à formação de especialidade profissional e ao aprofundamento de conhecimentos e técnicas em áreas determinadas do saber, aberto à matrícula de candidatos diplomados em cursos de Graduação, que atendam às exigências de cada programa.

2 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) é parte integrante do PDI e deve manter com ele sintonia. Deve prover elementos que orientem a gestão da Universidade para atingir seus objetivos. O PPI apresenta aspectos da realidade institucional, afirma princípios, diretrizes e compromissos a serem observados, além de apontar mecanismos que concorram para o avanço do trabalho desenvolvido na UFPI como um todo.

Atualmente UFPI oferta cursos de graduação nas modalidades presencial e a distância, nos graus de bacharelado e licenciatura. São ofertados 71 cursos presenciais e 15 cursos na modalidade à distância, totalizando 86 cursos oferecidos. No Anexo III está a relação dos cursos de graduação em atividade, por unidade de Ensino, com as especificações sobre os documentos regulatórios.

Como IFES orientada pelas normas emanadas do Ministério da Educação a UFPI adota um modelo de gestão baseado em decisões colegiadas e organiza seus cursos de graduação em regime de créditos, mesmo que, em alguns casos, seja organizado no formato seriado semestral (ou bloco), com atividades presenciais, semipresenciais e à distância.

Os cursos de graduação são sustentados por uma proposta que envolve a justificativa de sua implantação, histórico e relato institucional, bem como o perfil profissional que é projetado. Os currículos dos cursos são discutidos em nível de Colegiados das Unidades Acadêmicas e, também, nos Conselhos Superiores da Universidade, enfatizando sua dimensão universal com um componente mais propriamente profissionalizante.

O PPI da UFPI está organizado em três eixos: (2.1) inserção regional, (2.2) princípios filosóficos e (2.3) técnico-metodológicos gerais e políticas acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão. Ao longo do desenvolvimento desses eixos, estão presentes aspectos políticos, teórico-metodológicos, organizacionais e éticos que orientar o trabalho pedagógico da universidade, cumprindo uma das dimensões de sua missão.

2.1 Inserção regional

A UFPI foi estruturada em uma região que vivencia, ao longo dos anos, dificuldades socioeconômicas importantes. Por isso, é fundamental que sejam consolidadas as unidades, relacionando os cursos e a própria pesquisa ao perfil regional e ao enfrentamento dos desafios locais, buscando a articulação entre os diversos atores públicos e privados no sentido de propor projetos de interesse mútuo. Os municípios do Estado são marcados pelo empobrecimento social, com problemas como saneamento básico, moradia, transporte, acesso à saúde, à educação, ao emprego e com a geração de renda. A inserção institucional na região foi ampliada com a implantação da Educação a distância (EaD). Desse modo, a expansão dessa modalidade de ensino tem como finalidade atender as diferentes regiões do estado do Piauí.

Nesse contexto, a presença de uma universidade pública e gratuita de qualidade, em conjunto com o investimento sistemático em pesquisa e extensão, contribui significativamente para o desenvolvimento regional. A instalação dos novos *campi*, promovendo a interiorização do ensino superior, representa uma estratégia para a promoção do desenvolvimento regional e da melhoria da qualidade de vida de sua população vindo pois ao encontro dessa realidade carente de oportunidades. Dessa forma, é visível a preocupação da UFPI, desde seu início, em contribuir para atender às demandas regionais da melhor forma possível. Geograficamente, a UFPI está presente em todo o Estado, do sertão ao cerrado piauiense, como ilustra a Figura 7, que apresenta a inserção espacial dessa IES.

Figura 7 – Inserção espacial da UFPI

O Estado do Piauí apresenta vários fatores que sinalizam possibilidades para diversificação de sua base econômica, entre os quais: agronegócio, energia renovável e gás natural, mineração, infraestrutura (transporte e logística) e turismo (SEPLAN, 2020)[3].

Os cursos oferecidos integram o esforço da universidade em contribuir com para o desenvolvimento da região na qual está inserida, ampliando horizontes, envolvendo alunos bolsistas de iniciação científica em projetos de ensino, pesquisa, extensão e gestão, em conjunto com os docentes orientadores, bem como com egressos dos cursos que contribuem para impactar, com suas ações, o desenvolvimento socioeconômico e socioambiental nos seus contextos de inserção, promovendo ações voltadas para a equidade, a ampliação da inclusão social e o desenvolvimento sustentável.

As diferentes instâncias da gestão estão voltadas para a aproximação com os atores locais, regionais, nacionais e internacionais, visando à manutenção de espaços permanentes de diálogo, voltados para os aspectos econômicos, políticos, sociais, culturais, implicando mudanças estruturais integradas a um ciclo permanente de progresso e desenvolvimento do território, da comunidade e dos sujeitos que nele atuam. Os discentes inseridos em projetos de pesquisa aprimoram o pensamento científico e a capacidade de gerar conhecimento, que podem ser colocados em prática por meio de projetos de extensão viabilizados por órgãos de fomento ou pela atuação inovadora dos acadêmicos e servidores da Instituição.

Além disso, diversas contribuições científico-tecnológicas são geradas conjuntamente com os diversos setores da região, em especial na área da Saúde, no setor agroindustrial e na formação

[3] SEPLAN. Governo do Estado do Piauí. **Território de desenvolvimento – Piauí**: Mapa de Potencialidades. Acesso em: <http://www.seplan.pi.gov.br/mapa-grande.pdf>. Acesso em: 18 fev.2020.

de educadores. O incremento das bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e Parfor são exemplos positivos a esse respeito.

Além do alcance dos cursos de graduação, as unidades que dispõem como objetivo primário oferecer aos estudantes atividades práticas têm desenvolvido ações de atendimento à sociedade, a exemplo do serviço odontológico no campus de Teresina, da Fazenda Experimental Alvorada do Gurgueia no campus de Bom Jesus e dos Hospitais Veterinários nos *campi* de Teresina e Bom Jesus.

É preciso considerar também os aspectos da relação entre universidade e cultura e as condições de preservação, de apropriação da cultura, e de reflexão crítica sobre ela. Incluem-se, também, nesse atendimento à comunidade, os mais de 373 programas/projetos de extensão ofertados pela UFPI que possibilitam a inserção desta IES na comunidade e vice-versa. Essa articulação no atendimento à comunidade consolida a instituição na região, na medida em que oportuniza o desenvolvimento e o cumprimento de sua função social em diferentes áreas e, para além disso, o perfil dos estudantes da UFPI revela seu poder de inserção regional, visto que tem as mesmas características da região onde estão inseridos.

O desenvolvimento local, regional e territorial deve ser potencializado, também, pelo processo de internacionalização universitária, por meio da criação de estratégias para o aprendizado de idiomas na instituição, como ferramenta basilar para o fortalecimento de relações com outras nações. Afora as atividades realizadas no exterior, é importante promover e fortalecer o processo de internacionalização em seus *campi*, conceito que preconiza o estabelecimento de um *modus operandi* no qual as atividades, são pensadas de acordo com a realidade da instituição, e são, geralmente executadas na própria universidade, contemplando uma expressiva parcela da comunidade acadêmica.

Ressaltam-se, ainda que, parcerias formalizadas com escolas públicas, com outras instituições públicas (hospitais, unidades de saúde), com entidades de classe como a OAB, prefeituras municipais e junto a diversos atores e seus territórios, a partir das ações de ensino e extensão, têm gerado um ambiente propício para inserção da universidade nesses diversos espaços.

A UFPI assume como princípio ético-político o propósito de assegurar institucionalmente a formulação e execução de políticas afirmativas e estudantis. É nesse sentido que a Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos (Praec), com base nessas políticas, torna pertinente expressões da comunidade sobre a qualidade da educação superior desejada e possível.

A assistência estudantil garante à comunidade acadêmica condições básicas para o desenvolvimento de suas potencialidades. As Políticas Afirmativas, vinculadas às ações da política institucional relativa aos Assuntos Estudantis, versam sobre o acesso, a permanência e a pós-permanência no ensino superior público brasileiro de estudantes oriundos de escolas públicas, de afrodescendentes e de índio-descendentes, tendo como foco o desenvolvimento regional. Sobremaneira, a universidade contribui com sua credibilidade e competência – por meio de suas

atividades de ensino, pesquisa e extensão – com o desenvolvimento socioeconômico do Piauí. E por esta razão, apresenta-se como indutora do desenvolvimento regional.

Assim, é que a implantação e a consolidação de projetos em parceria com setores públicos e privados, contribuem para o desenvolvimento da região. O impacto dessas ações apoia o "motor de desenvolvimento", pois a universidade também incentiva outros investimentos na região, motivados pelo clima de inovação que ela origina, em um circuito positivo no qual a sociedade se beneficia.

2.2 Princípios filosóficos e técnico-administrativos gerais

Visando ao desenvolvimento de diferentes níveis de formação dos indivíduos, neste item são descritos: (2.2.1) Perfil do Egresso; (2.2.2) Princípios básicos de formação na graduação, (2.2.3) Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); (2.2.4) Elementos estruturais dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação; (2.2.5) Metodologia de avaliação; e (2.2.6) Estágios curriculares.

2.2.1 Perfil do egresso

O profissional egresso da UFPI, para que possa atuar de forma competente em seu campo de trabalho, deve possuir competências éticas, pessoais, profissionais, socioafetivas, cognitivas e de comunicação que possibilitem a compreensão de si mesmo e do mundo que o acolhe e, através da formação adquirida, agir de forma crítica contribuindo para a vida em sociedade. Portanto, são requeridas ao egresso da UFPI, dentre outras, as seguintes capacidades:

a) Dominar conhecimentos que favoreçam maior flexibilidade na sua atuação profissional;

b) Possuir capacidade de trabalhar em equipe;

c) Desenvolver e praticar atitudes que possibilitem o aprender a aprender;

d) Exercer com ética e proficiência suas atribuições profissionais, conforme prescritas através de legislação específica de acordo com sua área de atuação;

e) Ter atitudes inovadoras e criativas;

f) Utilizar diferentes fontes de informações e recursos tecnológicos para construir/reconstruir conhecimento, em seu setor e, na medida do possível, em seu meio;

g) Saber intervir na realidade revelando consciência, espírito crítico positivo e autonomia, seja na condição de indivíduo, seja na condição de integrante de uma coletividade;

h) Integrar conhecimentos amplos e especializados, para aplicá-los em situações concretas;

i) Atuar para além dos preconceitos culturalmente herdados e/ou impostos pelas formas de organização estabelecidas;

j) Compreender a diversidade cultural para inserir-se no mundo internacionalizado,

inclusive nas relações de trabalho;

k) Compreender a importância de ampliar e atualizar o conhecimento e as práticas da vida, incluindo as práticas profissionais, de forma permanente, desenvolvendo meios, ou integrar-se nos já existentes, para aprender ao longo da vida;

l) Desenvolver técnicas apropriadas à área de formação, visando ao acompanhamento e à avaliação constante, buscando interagir com o mercado de trabalho, na perspectiva de continuidade de sua formação;

m) Atuar como empreendedor de ações inovadoras que promovam o desenvolvimento econômico, político, social e cultural, no contexto local, regional e nacional;

n) Intervir na realidade de modo a atender as demandas dos segmentos sociais e a provocar transformações sociais nestes.

2.2.2 Princípios básicos de formação na graduação

Os cursos de graduação são sustentados em uma proposta que envolve a justificativa de sua implantação, histórico e relato institucional, bem como, no perfil profissional que é projetado. Os currículos desses cursos são discutidos em nível de Colegiados das Unidades Acadêmicas e também nos Conselhos Superiores da Universidade, enfatizando uma dimensão mais universal com um componente mais propriamente profissionalizante.

A UFPI oferta cursos de graduação nos graus de bacharelado e licenciatura. Destes, 71 cursos são presenciais e 15 na modalidade a distância, totalizando 86 cursos. A relação dos cursos de graduação em atividade, por Unidade de Ensino, com especificações sobre os documentos regulatórios está listado no Anexo III.

Como IFES orientada pelas normas emanadas do Ministério da Educação, a UFPI adota um modelo de gestão baseado em decisões colegiadas e organiza seus cursos de graduação em regime de créditos, mesmo que, na maioria dos casos, seja organizado no formato seriado semestral, com atividades presenciais, semipresenciais e à distância.

As orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais possibilitam uma organização curricular com relativa flexibilidade em relação às transformações científicas e sociais e à formação sintonizada com a realidade social. Mas essa flexibilidade deve considerar, em todos os documentos e ações, os princípios norteadores da política de ensino da UFPI: (I) articulação entre ensino, pesquisa e extensão; (II) articulação entre teoria e prática; (III) interdisciplinaridade e transdisciplinaridade; (IV) flexibilização curricular; (V) ética.

I) Articulação entre ensino, pesquisa e extensão:

A formação do aluno deve ir além dos cumprimentos das disciplinas exigidas nos currículos. Na concepção da prática educativa e pedagógica deve estar presente a prática como parte constituinte e integrante da busca sistemática, crítica e criativa e da pesquisa como atividade cotidiana, como princípio científico e educativo. A capacidade de gerar e socializar conhecimento

por meio de processos investigativos (pesquisa) e de criar uma relação entre a comunidade e a universidade, desenvolvendo ações que possibilitem uma troca de conhecimentos (extensão), induz a uma referência dinâmica da relação docente-discente-comunidade, oportunizando contextos de diálogo e de ensinar a aprender.

Sem dúvida, estudantes engajados na graduação, que se dedicam às aulas, à monitoria, à pesquisa científica, às atividades de extensão, às atividades extracurriculares, possuem um perfil profissional diferenciado e se destacam no mercado de trabalho.

É importante realçar que em relação à formação de professores para a educação básica, a relação ensino, pesquisa e extensão é condição sine quan non e daí a razão de a UFPI estabelecer políticas de ensino de graduação com a oferta de cursos de licenciatura nas mais distintas áreas epistemológicas e de cursos de pós-graduação como mestrados e doutorados em distintas áreas para profissionais da educação básica. Além disso tem aderido as propostas de agências de fomento e órgãos do MEC que fortalecem a formação inicial e continuada, muitas delas executadas no âmbito da extensão, por meio de cursos de aperfeiçoamento que qualifiquem a formação dos professores.

II) Articulação entre teoria e prática:

A articulação da teoria com a prática possibilita que os discentes se envolvam com problemas reais, tomem contato com seus diferentes aspectos e influenciem nas soluções dos problemas epistemológicos e práticos. Assim, o estudante sai da simples condição de mero receptor de informações e passa a sujeito da produção desse conhecimento.

Importante incorporar que a prática não se limita ao estágio, e que deve ir além das práticas profissionais previstas para uma determinada área. O projeto pedagógico de cada curso deve adotar como princípio, o conhecimento e a compreensão sobre o mundo contemporâneo e o respeito à missão da universidade, a fim de que o estudante alcance sua autonomia intelectual.

Desse modo, a formação acadêmica deve prezar pelo desenvolvimento integral do ser humano, garantindo sua inclusão na sociedade e o exercício da cidadania ativa e participativa, condições essenciais para a democracia. A articulação entre ensino, pesquisa e extensão, que necessariamente tem uma dimensão teórica e prática, postulado que esse PPI defende, pressupõe um projeto de formação cujas atividades curriculares transcendam a tradição das disciplinas.

III) Interdisciplinaridade e transversalidade:

A interdisciplinaridade não nega a existência das disciplinas. Ao contrário, é uma estratégia de articulação dos saberes de cada área, definindo a melhor forma de atender aos desafios da complexidade da sociedade contemporânea. A interdisciplinaridade admite uma visível melhoria na ideia de integração curricular, conservando os interesses de cada disciplina.

A transversalidade diz respeito à possibilidade de se instituir, na prática educativa, uma analogia entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade). Assim, a UFPI procura ter uma

visão mais ampla, diminuindo a fragmentação do conhecimento, pois somente assim se apossará de uma cultura interdisciplinar.

A transversalidade e a interdisciplinaridade são modos de trabalhar o conhecimento, que buscam reintegração de procedimentos acadêmicos que ficaram isolados uns dos outros pelo método disciplinar. E essa reintegração possibilita intervir na realidade para transformá-la.

Os objetivos e conteúdos dos temas transversais, quando pertinentes, devem estar inseridos em diferentes cenários de atividades. A transversalidade e a interdisciplinaridade têm como eixo educativo a proposta de uma educação comprometida com a cidadania, conforme defendem os Parâmetros Curriculares.

A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade implicam, portanto, em rever, quando da construção do projeto pedagógico de cada curso, a linearidade e a hierarquização na proposição das estruturas curriculares, e, assim, reafirmar o diálogo entre as áreas do conhecimento, a ética e o trabalho coletivo e colaborativo.

IV) Flexibilização curricular:

Os Projetos Pedagógicos dos cursos da UFPI, no exercício de sua autonomia, deverão prever, entre os componentes curriculares, tempo livre, amplo o suficiente para permitir ao estudante incorporar outras formas de aprendizagem e formação social. A flexibilização curricular pressupõe uma liberdade maior para o estudante articular suas escolhas e construir sua identidade, valorizando a vivência universitária.

A flexibilização se propõe a desenvolver a transmissão de conteúdo, desenvolver habilidades específicas e gerais, extrapolando áreas específicas de saber e adequar o currículo à evolução acelerada do conhecimento e das práticas profissionais, sobretudo atentando para o fato de que se trata de uma relação temporalmente delimitada entre o aluno e a universidade.

A flexibilização curricular deve incluir não apenas a oferta de disciplinas eletivas ou o aumento/redução de carga horária de disciplinas ou de cursos, tampouco deve se limitar à inclusão de atividades complementares no decurso formativo dos estudantes. A flexibilização se estende e se insere em toda a estruturação curricular, permitindo maior fluidez e dinamização na vida acadêmica. Pode ser operacionalizada por meio do arejamento do currículo; pelo respeito à individualidade no percurso de formação; pela utilização da modalidade de educação a distância; pela flexibilização das ações didático-pedagógicas; pela mobilidade ou intercâmbio estudantil; pela incorporação de experiências extracurriculares creditadas na formação; pela adoção de formas diferenciadas de organização curricular e pela previsão e oferta de atividades curriculares de extensão.

V) Ética

A ética é norteadora de toda a ação institucional, em todas as suas relações internas e externas com a sociedade. E, em especial, daquelas relativas aos processos de ensino e aprendizagem, à condução de pesquisas e à produção e socialização do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade.

2.2.3 Trabalho de conclusão de curso (TCC)

O objetivo do TCC deve ser mais que o atendimento a uma exigência legal. É um componente curricular obrigatório que exige do discente a demonstração de sua capacidade criativa e a habilidade na aplicação dos aspectos técnicos, práticos e pedagógicos do curso. Portanto, deve ser entendido como um grande motivador para a produção do conhecimento acerca da realidade. Consiste na sistematização, registro e apresentação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos, produzidos na área do Curso. O TCC tem por finalidade estimular a curiosidade e o espírito questionador do acadêmico, aspectos fundamentais para o desenvolvimento da ciência.

A produção do TCC pressupõe a compreensão de que a análise dos problemas sociais presentes na realidade dos graduandos constitui-se importante elemento de formação e estímulo à iniciação na pesquisa. Dessa forma, o TCC permite que o discente ultrapasse a ideia de mero depositário de informações obtidas ao longo do curso e assuma seu papel enquanto produtor de conhecimento.

Na UFPI, a elaboração do TCC é vista como meio de estímulo à curiosidade acadêmico-científico, uma das molas propulsoras do progresso da ciência brasileira. A carga horária do TCC, seu formato, meios de apresentação e demais normas constam do projeto pedagógico de cada curso.

2.2.4 Elementos estruturais dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação

A organização curricular de cada curso de graduação poderá expressar-se por eixos, disciplinas, componentes curriculares, competências e objetivos, desde que atuem em consonância com os princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação e com as diretrizes institucionais para a elaboração de PPCs.

Deve ser construído de maneira coletiva, refletindo sobre a questão: “Que profissionais queremos formar, para embasar uma contextualização mais ampla e orientar as práticas nos cursos de graduação, objetivando traçar diretrizes norteadoras das ações dos gestores, docentes e discentes, reafirmando a necessidade de adoção de medidas que propiciem uma formação cidadã, coerente com uma sociedade mais justa e democrática?”

Por se tratar de uma tarefa complexa, a elaboração do PPC não pode ser responsabilidade restrita das Coordenações de Cursos e Núcleos Docentes Estruturantes. Deve ser um trabalho coletivo de professores, alunos e gestores, engajados na consolidação de uma formação de qualidade social.

A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG), por meio de sua Coordenadoria de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular (CDAC), disponibiliza no link <http://ufpi.br/projeto-pedagogico-do-curso-Preg> a orientação completa para elaboração e adequação, além dos

trâmites processuais desde o início do processo até aprovação nos colegiados superiores.

2.2.5 Metodologia de avaliação de aprendizagem

Conforme o artigo 99 do Regulamento Geral da Graduação, entende-se por avaliação da aprendizagem o processo formativo de diagnóstico, realizado pelo professor, sobre as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como sobre os conhecimentos por estes adquiridos (UFPI, 2018). A avaliação é uma dimensão da gestão que possibilita correções, reorientação de práticas pedagógicas, reflexão sobre os projetos pedagógicos e delimitação dos obstáculos administrativos. A modalidade, o número e a periodicidade das avaliações parciais devem considerar a sistemática de avaliação definida no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), bem como devem estar explícitos no plano de disciplina, de acordo com a especificidade peculiar a cada disciplina (UFPI, 2018).

A avaliação é um mecanismo que contribui para as respostas dadas às demandas da sociedade e da comunidade científica, razão pela qual deve ser entendida como um processo amplo e coparticipativo, respeitando os critérios estabelecidos no regulamento geral dos cursos de graduação. O acompanhamento e a avaliação do processo ensino e aprendizagem deverão estar em consonância com a própria dinâmica curricular. A avaliação é, portanto, uma atitude de responsabilidade da instituição, dos docentes e dos estudantes acerca do processo formativo.

A avaliação que aqui se propõe não é uma atividade puramente técnica, burocrática e punitiva; ela deve ser diagnóstica, processual e formativa e manter coerência com todos os aspectos do planejamento e da execução do PCC. Transcende a concepção de avaliação da aprendizagem e deve ser integrada ao PPC como dado que interfere consistentemente na ação pedagógica do curso, de maneira que garanta a flexibilização curricular e que permita a adequação do desenvolvimento acadêmico à realidade na qual se insere a UFPI.

Nesse contexto, a avaliação deve ser compreendida como uma reflexão crítica sobre a prática para ter como ponto de partida a possibilidade de novas estratégias de planejamento. Portanto, caracteriza-se como um processo contínuo e democrático. Não deve visar, exclusivamente, ao resultado final e nunca expressar caráter punitivo.

2.2.6 Estágios curriculares obrigatórios

Na Universidade Federal do Piauí, com base no que preconiza o § 2° do artigo 1 da Lei n. 11.788 de 25 de setembro de 2008, “o estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho” (BRASIL, 2008). A partir dessa orientação, a política de estágios está organizada em função de duas dimensões, a administrativa e a acadêmica.

O Estágio Obrigatório é um ato educativo supervisionado, desenvolvido no ambiente de

trabalho, que prepara o aluno para o trabalho produtivo com o objetivo de aprendizagem social, profissional e cultural que estejam matriculados na UFPI. É componente curricular obrigatório, determinado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do Conselho Nacional de Educação, previsto nos Projetos Pedagógicos dos Cursos da UFPI, indispensável à integralização curricular, regulamentado pela Lei n. 11.788/2008 e pela Resolução Cepex n. 177/2012 alterada pela Resolução Cepex n. 089/2018 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, 2018) e normatizado nos PPCs.

Administrativamente, os estágios fundamentam-se, primeiramente, na formalização de acordos e convênios com diversas instituições de direito público e privado. Toda orientação referente ao processo de estágio está disponível na página eletrônica da UFPI através do link <http://leg.ufpi.br/cge/index/pagina/id/4334>, incluindo um tutorial para orientar a forma de cadastro no sistema: Tutorial Módulo Estágio – Sigaa (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, 2020).

O estágio obrigatório só pode ser realizado em local conveniado com a UFPI para tal fim, mediante um termo de compromisso do aluno. Por ser um ato escolar supervisionado, o estágio obrigatório do aluno tem um professor orientador da instituição de ensino, que define as ações do estágio e orienta, didática e pedagogicamente, tais ações. O local do estágio designa um profissional da área do curso do aluno para realizar a supervisão direta do estagiário.

Em termos acadêmicos, dispõe o estabelecimento de normatizações dos cursos e a determinação pela Resolução Cepex n. 177/2012, alterada pela Resolução Cepex n. 089/2018. Dessa forma, busca-se garantir que o estudante tenha conhecimentos e habilidades mínimas para aprender e se desenvolver enquanto profissional em formação.

Complementando a dimensão administrativa da política de prática profissional da UFPI, tem-se processo de seleção para participação em Programa de Bolsa Estudantil de experiência extracurricular, profissional e/ou complementar, conforme disposto no artigo 92 da Resolução Cepex n. 122/2012 e suas alterações, que possibilita a contratação de estudantes para o desenvolvimento de práticas profissionais no âmbito da administração da UFPI, formando assim uma via de mão dupla, na qual a universidade pode contar com a atuação do estudante em processo de formação qualificada para atuar no suporte de sua estrutura administrativa, ao tempo que complementa e orienta a formação profissional do estudante, garantindo-lhe um ambiente de socialização de conhecimentos e de ampliação da aprendizagem em diversos espaços formativos.

2.2.7 Atividades Curriculares de Extensão (ACE)

Na Universidade Federal do Piauí, com base na Resolução 053/19- CEPEX, a partir de dezembro de 2021, as atividades curriculares de extensão (ACE) serão componentes curriculares obrigatórios em todos os Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação, totalizando carga horária, no mínimo, de 10% da carga horária total do curso.

As Atividades Curriculares de Extensão (ACE) objetivam:

I – Reafirmar a articulação da universidade com outros setores da sociedade, principalmente aqueles de vulnerabilidade social;

II – Garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

III – Contribuir para a melhoria da qualidade da formação dos graduandos, voltada para a cidadania e o seu papel social;

IV – Proporcionar a busca de novos objetos de investigação e de inovação, bem como o desenvolvimento tecnológico e a transferência deste a partir do contato com os problemas das comunidades e sociedade;

V – Estabelecer a troca de conhecimentos, saberes e prática no campo das ciências, tecnologia, cultura, esporte e lazer.

As ACEs serão realizadas conforme normatização das atividades de extensão no âmbito da UFPI, atendendo a Resolução 053/19-CEPEX e a Resolução 07/18/CNE/MEC.

2.3 Políticas de ensino

2.3.1 Política de ensino básico, técnico e tecnológico e de graduação presencial e a distância

Para a UFPI, os saberes devem ser construídos por meio do questionamento sistemático e crítico da realidade, associado à intervenção inovadora dessa mesma realidade e em consonância com a LDB n. 9.394 de 20 de dezembro e 1996, com o Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei n. 13.005 de 25 de junho de 2014, e com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação (Parecer CNE/CES n. 67/2003). Sendo assim, destacam-se, em linhas gerais, os elementos fundamentais que nortearão sua política de ensino no período 2020-2024.

Em relação às políticas de ensino básico e de graduação na modalidade a distância, a universidade deve estar sintonizada com o desenvolvimento das novas fronteiras científicas, com ênfase na interdisciplinaridade, consoante a sua política de internacionalização.

Durante a vigência deste PDI, pretende, continuamente, avaliar as possibilidades de ampliação da oferta de vagas (seja por meio do aumento do número de vagas dos cursos existentes, seja pela oferta de novos cursos) em todos os níveis e modalidades. Importante ressaltar que projetos previstos no PDI anterior e, em andamento, deverão ter continuidade, como os programas especiais de graduação e de formação continuada, tanto para atender às demandas do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), quanto para oferecer cursos especiais decorrentes de outros convênios que venham a ser celebrados para atender demandas sociais importantes.

Busca, também, a contínua articulação entre as áreas de conhecimento e os níveis de ensino oferecidos, bem como sua vinculação com a pesquisa e a extensão, garantindo a interdisciplinaridade. Essa integração é imprescindível para que a formação se mostre como base

para os processos de desenvolvimento cultural, econômico, social e ambiental, evidenciando a necessidade de discussão sobre novas trajetórias de ensino, inovação curricular e de práticas de aprendizagem.

A internacionalização deve continuar a ser enfatizada. Assim, a universidade permanecerá fortalecendo suas relações além das fronteiras, consolidando e ampliando cooperações com instituições internacionais, com programas de mobilidade acadêmica docente, discente e de técnico-administrativo e em programas internacionais, com a inclusão de cursos e disciplinas em línguas estrangeiras.

A excelência do processo ensino-aprendizagem é um compromisso com o atendimento das necessidades pedagógicas dos alunos, uma vez que se encontra voltada para sua formação integral, atendendo e valorizando as diferenças individuais e sociais, tendo como horizonte sua repercussão no exercício social e profissional como egressos da universidade. Visando responder às necessidades da sociedade contemporânea, busca desenvolver competências em vez de transmitir tão somente conteúdos, estimulando processos cognitivos mais elaborados (análise, avaliação, criação) e, dessa forma, proporcionar aos estudantes aprendizagem significativa e duradoura. Para tanto, deve incentivar o emprego de diversas metodologias para aprendizagem ativa, nas quais o professor atua como mediador do processo e o estudante como protagonista.

Destaca-se, também, que a questão ambiental, como tema transversal, deve estar presente em todos os PPCs da UFPI, de forma interdisciplinar, articulando os conhecimentos de disciplinas diversas com as questões ambientais.

As políticas públicas nesta IFES para as atividades acadêmicas ministradas na modalidade de educação a distância contam com o apoio da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e são efetivadas através da oferta de cursos, programas e projetos.

2.3.2 Política de ensino de pós-graduação

O Estado do Piauí é um dos estados da federação em que está mais presente a desigualdade social. Assim, é importante que os impactos sociais positivos, decorrentes das ações científicas desenvolvidas no âmbito dos grupos de pesquisas vinculados aos programas de pós-graduação, sejam reconhecidos como componentes de qualidade e como parte de uma política científica a ser incentivada e encorajada. Recomenda-se que na concepção dos programas, seja enfatizada a busca pelo desenvolvimento sustentável regional e pelas possibilidades de melhoria da realidade na qual o programa está inserido. A base científica deve sustentar tecnologias deliberadamente direcionadas para processos de produção seguros, de maior eficácia e atenção à questão ecológica.

a) Pós-graduação *stricto sensu*

O crescimento dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* na UFPI e a necessidade de melhoria das notas junto à Capes, levou à implementação de ações pontuais para melhor qualificá-los. Neste sentido, em 2017 foi implantado o Comitê de Assessoramento da Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação (PRPG) que tem como objetivo apoiar os processos de Avaliação de Proposta de Cursos Novos (APCN) da Capes, Seminários de Acompanhamento da PRPG, avaliação de projetos interinstitucionais, elaboração do Plano Estratégico da Pós-Graduação e em outros processos de avaliação, proporcionando melhoria nas ações, e, consequentemente, fortalecendo os Programas de Pós-Graduação (PPGs). Este comitê teve papel decisivo no incremento de novos cursos e programas em 2018 e 2019.

A política de pós-graduação da UFPI visa garantir sua expansão e consolidação, tendo no horizonte a internacionalização e o aprofundamento das relações com a graduação e o ensino básico, técnico e tecnológico. Todas as iniciativas na área da internacionalização da pós-graduação, no âmbito da UFPI, estão alinhadas com os preceitos e orientações da política nacional para difundir a produção científica, tecnológica e cultural de maneira a tornar transparente o conhecimento que permite o crescimento profissional e desenvolvimento da ciência e da tecnologia no Piauí e no Brasil.

O sucesso dos programas de pós-graduação *stricto sensu* decorrerá do planejamento e gerenciamento orientado, sobretudo, pelos interesses da sociedade piauiense e do povo brasileiro. Evidencia-se que a política da pós-graduação da UFPI toma por parâmetro as orientações da Capes, almejando o nível de excelência. Para alcançar a qualidade pretendida, serão considerados os indicadores de avaliação de desempenho da pós-graduação, tendo como referência os documentos de área da Capes. Os dados dos PPGs estão sistematicamente alojados no Sigaa, facilitando a consulta e o fornecimento de informações no processo de avaliação, e interagindo com o sistema da Capes por meio da Plataforma Sucupira.

Para a consolidação e excelência da pós-graduação *stricto sensu* da UFPI é importante o fortalecimento da interação entre os programas e o incentivo à iniciação científica, por meio do estímulo ao envolvimento de pesquisadores no processo de orientação a estudantes da graduação e também o apoio à realização de colaborações técnico-científicas que possam resultar em convênios de cooperação, além da introdução de novas metodologias científicas no âmbito das linhas de pesquisas. Para isso, será ampliada a divulgação da oferta de editais que permitam a captação de recursos em diferentes órgãos de fomento.

b) Cursos Dinter e Minter

A UFPI apoia propostas de Mestrado Interinstitucional (Minter) e Doutorado Interinstitucional (Dinter), com o objetivo de contribuir com a formação de recursos humanos em instituições conveniadas em diversas regiões do país.

Os programas de doutorado e mestrado interinstitucionais são estimulados quando do interesse público ou da necessidade de potencializar grupos de pesquisas e programas de pós-graduação promissores. São estratégias importantes para a elevação da qualidade dos PPGs locais, pela via da articulação interinstitucional, que podem contribuir com a elevação dos conceitos dos programas nas avaliações da Capes.

c) Pós-graduação *lato sensu*

O desenvolvimento de uma política institucional de pós-graduação *lato sensu*, contemplando cursos de especialização e residências multiprofissionais, visa informatizar e aperfeiçoar os procedimentos de submissão de propostas e respectivos formulários, bem como assessorar as coordenações dos cursos, de forma a reduzir os prazos para emissão dos diplomas e regularizar o envio dos relatórios parciais e finais dos cursos. Esses cursos atendem demandas da sociedade piauiense, cada vez mais ávida por formação continuada que focalize na formação de profissionais para a academia e para o mercado de trabalho.

Em síntese, o trabalho da PRPG é desenvolvido no sentido de tornar a UFPI reconhecida nacionalmente e internacionalmente. Para o quinquênio 2020-2024, almeja a ampliação e consolidação dos Programas de Pós-Graduação.

2.4 Políticas de extensão e cultura

A UFPI considera a extensão como um de seus alicerces, sendo a presença em todas as esferas do contexto social uma de suas marcas institucionais. Por isso, a política de extensão busca ampliar a integração com todos os níveis e ambientes acadêmicos e todos os segmentos da sociedade, principalmente com as comunidades de vulnerabilidade social, tendo linhas prioritárias para o desenvolvimento de programas, projetos e outras ações de extensão indissociáveis com o ensino e a pesquisa e voltadas para o atendimento às necessidades dos diversos segmentos sociais.

É importante o estímulo a programas e projetos que impliquem relações multidisciplinares ou interdisciplinares com setores da universidade e da sociedade, além do incentivo a novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, ampliando o acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social. Além disto, existe a possibilidade de implementação de ações conjuntas que incentivem o empreendedorismo entre os alunos, docentes e técnico-administrativos, como forma de estimular o uso de tecnologias sociais especialmente em locais de vulnerabilidade social e econômica.

A execução da política universitária de extensão pela PREXC é fundamentada na Resolução 35/2014-CEPEX/UFPI, que aprova as Diretrizes da Política de Extensão Universitária na UFPI, na Resolução CNE/MEC n. 7 de dezembro de 2018 e no Plano Nacional de Extensão Universitária, em consonância com o artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988, que explicita: "[...] as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão" (BRASIL, 1988).

A extensão universitária é a atividade que se integra à matriz curricular dos cursos de graduação das IES brasileiras, como componente obrigatório, constituindo-se um "[...] processo educativo, cultural, científico, tecnológico e político que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade" (PNEX, 2000-2001)[4]. Portanto, é a forma de articulação entre universidade e sociedade por meio de diversas ações. Como o próprio nome sugere, é estender a universidade para além dos seus muros, interagindo com a comunidade, visando à troca de saberes e melhorias para ambas. Assim, se constrói uma universidade pública de qualidade.

As diretrizes da extensão universitária definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), as quais estão pautadas em princípios gerais norteadores elaborados pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX), estão sistematizadas em quatro eixos:

I. Interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos e saberes, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

II. Formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;

III. Impacto e transformação social, marcada e constituída pela produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais voltadas para os interesses e necessidades da maioria da população e implementadora de desenvolvimento regional e de políticas públicas. Frente à complexidade e à diversidade da realidade essa diretriz consolida a orientação para cada ação da extensão universitária. Assim, se faz necessário eleger as questões prioritárias, com abrangência suficiente para uma atuação que colabore efetivamente para a mudança social;

IV. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico e tecnológico, de geração e socialização de conhecimento, tecnologia, protagonismo estudantil e compromisso social.

---

[4] FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Brasília. SESU/MEC, 2000-2001. Disponível em: <https://www.proec.ufg.br/up/694/o/PNEX.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2019.

Dessa forma, em consonância com estes eixos das Diretrizes da Extensão Universitária, a concepção e a prática extensionista na UFPI se estruturam em: (i) uma formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável; (ii) do estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e até de outros países, respeitando e promovendo a interculturalidade; (iii) da promoção de iniciativas que expressem o seu compromisso social em todos os segmentos sociais, em especial àqueles de vulnerabilidade social e em todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena; (iv) da promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa; (v) o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural; (vi) da atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e do Pacto da Agenda 2030.

Para a organização e construção de sua política, a extensão utiliza a interação entre ensino e pesquisa baseada nos seguintes aspectos:

a) Identificação e participação em editais para financiamento de programas e projetos de órgãos e agências de fomento dos governos federal, estadual e municipal, atuando junto aos ministérios, prefeituras e secretarias de governo;

b) Participação em editais para atividades de extensão financiadas por empresas estatais, privadas ou de economia mista;

c) Internamente, busca a articulação permanente com Reitoria, Pró-Reitorias, Superintendências, Unidades Acadêmicas, *Campi* e Núcleos de Extensão, dentre outros.

2.5 Políticas de pesquisa e inovação

2.5.1 Atividades de pesquisa

As atividades de pesquisa devem envolver docentes, técnico-administrativos, acadêmicos de graduação e de pós-graduação em associação com estratégias didáticas e metodológicas sérias e éticas para que haja uma produção de conhecimento consistente. Deve ser estimulada a formação de grupos de pesquisa intra e interdisciplinar e associação a outros órgãos nacionais e internacionais e fortalecer os grupos já existentes.

Há um estímulo para que os Projetos Pedagógicos dos Cursos incluam, mesmo quando não obrigatório pelas Diretrizes Curriculares, o Trabalho de Conclusão de Curso como exigência para conclusão da graduação em forma de pesquisa, demandando dos acadêmicos competências e habilidades inerentes à pesquisa em diferentes áreas, abordagens diversas e objetivos preocupados com a relevância social dos projetos desenvolvidos. Dessa forma, garante-se que o

aluno vivencie os aspectos relacionados aos projetos de pesquisa, o que poderá influenciar na sua vida profissional.

Além disso, a pesquisa muitas vezes possibilita também experimentar as etapas da elaboração de projetos, especialmente nos casos em que a distribuição é feita pelos órgãos de fomento, o que exige planejamento e busca por estes recursos. A gestão universitária precisa considerar as necessidades institucionais para elaborar estratégias que favoreçam a aproximação dos pesquisadores aos órgãos de fomento. Sendo assim, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (Propesqi) incumbe-se do objetivo de apoiar, formular, coordenar e executar as ações relacionadas à pesquisa, infraestrutura, propriedade intelectual, desenvolvimento tecnológico, inovação, incubação de negócios e empreendedorismo relacionados à política de pesquisa e inovação, e ao PDI.

Importante destacar, o Programa Institucional de Iniciação Científica (Pibic) faz parte da política de pós-graduação da UFPI e tem por objetivo fomentar e consolidar a formação de discentes da graduação para que tenham continuidade de sua formação na pós-graduação. O Pibic tem sido ampliado a cada ciclo (editais anuais), com o objetivo de atender a toda demanda qualificada de projetos de pesquisa submetidos ao programa, tendo em vista o crescente número de docentes e discentes envolvidos na iniciação científica.

Conforme Seção 13 – Planejamento Estratégico Institucional, é intenção desse PPI que a inserção internacional da UFPI seja ampliada, promovendo o reconhecimento da excelência das atividades de pesquisa, inovação e empreendedorismo desenvolvidas na instituição.

2.5.2 Inovação e empreendedorismo

A política de inovação e empreendedorismo busca o fortalecimento de uma cultura empreendedora no ambiente interno da instituição. Nesse aspecto, pode ser vista como uma estratégia para o desenvolvimento de pesquisas com caráter inovador, com geração de patentes, com o intuito de aumentar a inserção da UFPI na solução de problemas postos pela sociedade, contribuindo para o desenvolvimento regional.

No que se refere à inovação, a UFPI, como instituição de educação científica e tecnológica, tem a missão de promover e fortalecer a interação entre a sua capacidade científica e tecnológica com as atividades de pesquisa, transferência de tecnologia e inovação em prol das necessidades da sociedade, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social, ambientalmente sustentável do país.

Por meio da inovação, pretende-se promover e ampliar o empreendedorismo tecnológico e a transferência de tecnologia gerada na UFPI. A cultura inovadora estará presente na procura, investigação, experiências e desenvolvimento e adoção de novos produtos, processos ou técnicas organizacionais. A proteção da propriedade intelectual da UFPI vem sendo priorizada nos últimos anos. Ter uma prática de proteção do ativo intangível da universidade deve ser uma ação contínua,

com procedimentos transparentes, que favoreçam seus inventores e os motivem a produzir pesquisa inovadora e de qualidade. Ações tais como cursos, palestras e seminários, que mostrem a necessidade de proteção desse ativo intangível, devem ser incentivadas e continuadas.

Para isso, pretende-se fortalecer o setor de apoio a patentes por meio do Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologias (NINTEC). O NINTEC foi criado em 2006, com o objetivo de dar apoio às Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) com vistas à capacitação para responder pelas competências mínimas previstas na Lei de Inovação, de gerir a proteção da Propriedade Intelectual nas ICTs.[5]

Essas ações possibilitarão aproximar os setores primário, secundário e terciário da universidade com o intuito de identificar as tecnologias comercializáveis e estimular a solicitação da proteção, licenciamento e transferência dessas tecnologias. Dessa forma, a instituição posiciona-se, cada vez mais, como um vetor do desenvolvimento econômico, social e cultural regional.

No que diz respeito à formação empreendedora, a cultura do empreendedorismo deve ser fomentada por meio do apoio à promoção de eventos, palestras e cursos de curta duração, visando tanto o público interno, estudantes e servidores da instituição, bem como o público externo. É possível, também, articular o tema a disciplinas específicas, por exemplo, na pós-graduação e na graduação, quando possível.

2.6 Políticas de gestão e governança

As políticas de gestão e governança da UFPI estão pautadas nos princípios do serviço público (legalidade, publicidade, impessoalidade, moralidade administrativa e economicidade), de forma a dar sustentabilidade aos processos administrativos desenvolvidos pelos seus órgãos colegiados executivos, consultivos e de assessoramento.

A universidade deve desenvolver novos modelos de trabalho entre as áreas de atuação e as áreas administrativas, caminhando para uma maior institucionalização e integração das suas atividades e serviços. É fundamental institucionalizar o processo de gestão em diversos níveis, iniciando pelo processo de planejamento amplo e integrado, a partir do nível estratégico até o nível operacional. A avaliação do processo de gestão e governança dever ser contínua e permanente de forma a permitir adequações e alterações, se necessárias. Dessa forma, a avaliação institucional deverá englobar os indicadores de desempenho internos e externos, seguindo sempre as exigências legais em vigência.

Para o desenvolvimento institucional, a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) desempenha um papel fundamental devido seu papel transversal, atuando em atividades acadêmicas e administrativas. Assim, a universidade deve fortalecer esse setor, em consonância com o que estabelece o seu Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC).

---

[5] **Cresce número de registros de patentes na UFPI**. Disponível em: <http://www.leg.ufpi.br/propesq/materias/index/mostrar/id/13528>. Acesso em: 17 jan. 2020.

Para garantir a transparência e a visibilidade das ações da universidade, é importante o fortalecimento da comunicação com as comunidades interna e externa, seja por meio da divulgação das ações, seja por meio da ouvidoria. Dessa forma, o plano de desenvolvimento da Superintendência de Comunicação Social (SCS) deverá direcionar o incremento das ações de divulgação das ações desenvolvidas pela UFPI, em todas os setores: científico, cultural e artístico, com participação de docentes, discentes e técnico-administrativos. Por seu lado, o plano de desenvolvimento da Ouvidoria deverá prever as os meios tecnológicos disponíveis, ferramentas e infraestrutura necessárias para o atendimento às demandas de forma mais eficiente e eficaz, permitindo a integração entre as diversas áreas e da comunidade em geral.

O fortalecimento das práticas de governança tem se consolidado nestes últimos anos com a criação da Diretoria de Governança (vinculada à Pró-reitoria de Planejamento e Orçamento) e a implantação do Comitê de Governança. Estas ações possibilitam o desenvolvimento de uma gestão estratégica e gestão da eficiência, eficácia e efetividade. O planejamento estratégico auxilia no direcionamento dos esforços e de recursos para otimizar os resultados, além de ser um instrumento capaz de reduzir as incertezas na gestão da instituição como um todo, abrangendo o longo prazo. A gestão da eficiência, eficácia e efetividade é a forma de usar adequadamente os instrumentos disponíveis para tornar viável uma boa governança.

2.7 Responsabilidade social

A responsabilidade social tem como meta buscar maior diversidade das atividades de interação com a comunidade e com ações que visem a construção de uma sociedade mais solidária e comprometida com o contexto sociocultural regional e local. A inserção da universidade na sociedade inclui a articulação do ensino com a produção do conhecimento por meio de ações e de pesquisa científica, tecnológica, artística e cultural. Sendo assim, a UFPI desempenha um papel fundamental no desenvolvimento do estado. O compromisso aqui firmado é continuar a promoção de uma política de inserção e permanência com todos os segmentos da sociedade, buscando a ocupação plena das vagas oferecidas no ensino médio, técnico, graduação e na pós-graduação, a aplicabilidade do conhecimento gerado para entrega de valor à sociedade, dentre outros.

A responsabilidade social das instituições de educação superior (IES), considerada sob o prisma dos direitos e garantias fundamentais estabelecidos na Constituição, é a de desenvolver estratégias para oportunizar, ao máximo de pessoas possível, indiscriminadamente, acesso, permanência e sucesso acadêmico, objetivando o atendimento das finalidades constitucionais da educação, conforme estipulado no artigo 205 da Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), instituído pela Lei n. 10.861 de 14 de abril de 2004, objetiva oportunizar a melhoria da qualidade da educação superior, a expansão da sua oferta, a eficácia institucional, a efetividade acadêmica, social e o atendimento dos compromissos e das responsabilidades sociais.

O Sinaes avalia a dimensão de responsabilidade social da instituição. Nesse contexto, a avaliação externa dessa dimensão enfatiza a contribuição institucional relativa à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à sustentabilidade, ao patrimônio cultural, dentre outras.

Uma instituição de educação superior socialmente responsável é aquela que faz a intermediação entre os problemas da sociedade e o seu potencial para neles intervir, contribuindo com alternativas de solução, incentivando um ambiente de lideranças, grupos de estudos, que propõem planos de ação de curto, médio e longo prazo, com planejamento flexível, avaliação processual, consultas e debates sistematizados com a comunidade, potencializando sua participação.

Nesse sentido, a responsabilidade social está estruturada no relacionamento ético, transparente e na contribuição para o processo de desenvolvimento sustentável da região de inserção, colaborando para identificar alternativas de estratégias para qualificar a vida das pessoas.

Segundo Estatuto da UFPI, artigo 3, a instituição tem por objetivo “cultivar o saber em todos os campos do conhecimento puro e aplicado” e dentre as suas funções específicas, estão: estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; incentivar a pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura; divulgar conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicação ou de outras formas de comunicação; estimular o conhecimento dos problemas, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; promover extensão, aberta à participação da sociedade, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (UFPI, 2004, p.2).

Ser uma universidade socialmente referenciada e com responsabilidade social compreende especial atenção aos movimentos sociais, seja do campo ou da cidade, priorizando ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e de exclusão existentes no Piauí, no Nordeste e no Brasil. A ação cidadã e sociopolítica da UFPI não pode prescindir da efetiva socialização do conhecimento nela produzido. Portanto, as populações, cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica, são, também, consideradas sujeitos desse conhecimento, o que lhes assegura pleno direito de acesso às informações e produtos então resultantes das atividades desenvolvidas institucionalmente.

Nesse sentido, a prestação de serviços e ações é considerada produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, da pesquisa e da extensão. Assim, a ação institucional é, antes de tudo, um trabalho de cunho social, ou seja, uma ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social e à melhoria da qualidade de vida das populações. Nessa linha,

destacam-se os serviços prestados à população por diferentes iniciativas como o Hospital Universitário, os Hospitais Veterinários, a Biblioteca Comunitária, o Núcleo de Práticas Jurídicas, as Clínicas de Odontologia, o Museu de Arqueologia, dentre tantos outros que atendem diretamente a sociedade, com base em produtos e serviços oriundos de projetos e programas de ensino, extensão e pesquisa.

A atuação junto ao sistema de ensino público, seja nos cursos presenciais ou na EaD, constitui- se em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação básica, por meio de contribuições técnico-científicas e da colaboração na construção e difusão de valores éticos, políticos e humanos.

2.8 Política de acessibilidade

A acessibilidade na UFPI é compreendida a partir das suas diferentes dimensões ou áreas, quais sejam: as áreas da comunicação e informação, arquitetura urbanística e nas edificações, nos transportes e na formação acadêmica e profissional. Vista dessa forma, a acessibilidade atenderá as condições de ingresso, permanência institucional com qualidade e participação social, a formação e a conclusão das metas de desenvolvimento profissional no que tange à atuação dos estudantes e servidores. Compreende-se em igual medida que uma instituição que preza, no seu âmago de formação e prestação de serviços, pelas condições plenas de acessibilidade possa, para além do atendimento a seu público interno, expandir essas mesmas condições à comunidade geral na qual seu contexto experiencial está localizado.

A concepção e a implantação de ações e projetos no que tange à acessibilidade devem atender aos princípios do Desenho Universal, valorizando e estimulando práticas de humanização em todos os seus ambientes. Tem-se como meta o desenvolvimento da compreensão da garantia da acessibilidade e da usabilidade de equipamentos e da funcionalidade dos serviços, sendo um propósito que avança na direção do alcance da saúde e do bem-estar.

No que tange à acessibilidade nas comunicações e informações, compreendida como toda forma de interação entre as pessoas, devem ser consideradas as diferentes línguas, destacando-se a Língua Brasileira de Sinais (Libras), o *Braille*, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, a linguagem escrita e oral, “os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações” (BRASIL, 2019).

Quanto à acessibilidade arquitetônica e urbanística, a UFPI busca remover barreiras urbanísticas existentes nas vias e nos espaços públicos, bem como barreiras arquitetônicas dos prédios e no mobiliário urbano, realizando possíveis adaptações, utilizando os critérios de razoabilidade para que “a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais”, conforme item VI do artigo 3 da Lei Federal n. 13.146 de 06 de julho de 2015. A construção, a

reforma, a ampliação e/ou a mudança das edificações, salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários, devem proporcionar condições plenas de acessibilidade.

Quanto à acessibilidade pedagógica pretende alcança-la por meio dos serviços de apoio especializados, voltados a eliminar as barreiras pedagógicas que possam obstruir os processos de aprendizagem e de trabalho. A UFPI tem a assistência de uma equipe multiprofissional composta por profissionais capacitados e atuantes nas áreas do conhecimento em questão, acompanhando, sempre que necessário, estudantes ou servidores para que possam, de modo eficiente, eficaz e com efetividade, alcançar seus objetivos na instituição.

Destaca-se, ainda, o Núcleo de Acessibilidade da UFPI (NAU), vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (Praec), que tem como finalidade garantir o acesso, a permanência, o desenvolvimento pessoal e a aprendizagem de estudantes público alvo da educação especial (deficiências, transtorno do espectro autista – TEA e altas habilidades/superdotação). O NAU é constituído por equipe multidisciplinar – composta por assistentes sociais, pedagoga e psicóloga – que realizam o acompanhamento individualizado do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes público alvo da educação especial.

Uma ação importante da UFPI para promover a acessibilidade foi a inauguração recente da Via Universitária para pedestre e ciclistas. A via ao todo são 2km e 300m de extensão, comprimento correspondente à interligação entre o Setor de Esportes e o Restaurante Universitário Central (RU 1). Com isso, a intenção é fomentar a atividade física, diminuir o tempo de deslocamento de um centro a outro, permitindo maior mobilidade urbana para os servidores, alunos, professores, cadeirantes e ao pedestre, além de proporcionar espaços de lazer e descanso para a comunidade acadêmica e incentivar a utilização de veículos não motorizados para se locomover dentro da universidade.

A inauguração do Laboratório de Acessibilidade e Inclusão (LACI) em 2018 foi mais um passo importante do compromisso que a UFPI tem se dedicado a cumprir visando oferecer aos estudantes com deficiência um espaço adequado e confortável para que eles aproveitem ao máximo tudo o que o ensino aqui realizado possui. O laboratório fica localizado na Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco (BCCB), e iniciou suas atividades no dia 29 de outubro de 2018.

O LACI dispõe de computadores, notebooks, teclado colmeia, linha braile, máquina de escrever em braile, scanner, entre outros equipamentos. Além das ferramentas citadas, o laboratório ainda conta com uma sala pensada para os alunos surdos e para os que têm baixa visão. Nessa sala os estudantes podem fazer uso de imagens ampliadas em TV. É importante ressaltar que a biblioteca não é somente para os nossos alunos da UFPI, mas para toda a comunidade; assim, outras pessoas com deficiência da cidade podem usufruir do espaço.

3 CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

3.1 Evolução institucional

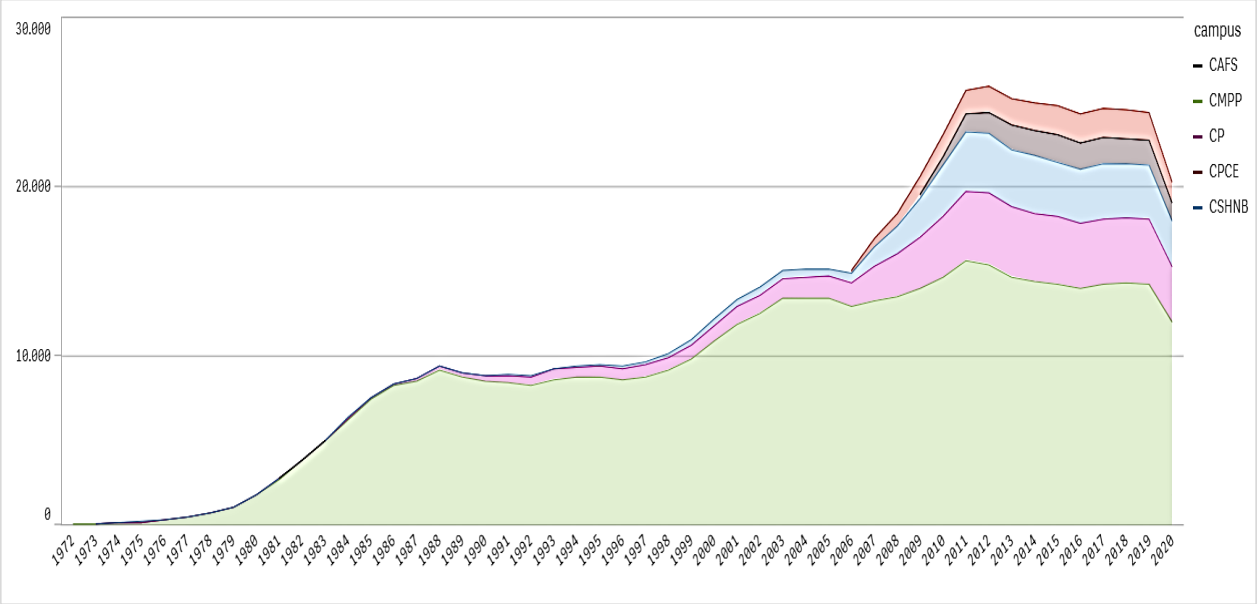
Inicialmente a UFPI surgiu a partir da junção de unidades isoladas de ensino superior existentes na época de sua fundação: Faculdades de Direito, de Filosofia, de Odontologia e de Medicina, localizadas em Teresina e Faculdade de Administração, em Parnaíba.

A UFPI é estruturada em unidades básicas de ensino, de acordo com as áreas de conhecimento, denominadas Departamentos e estes, por sua vez, se agregaram e passaram a formar unidades de ensino maiores que, no Campus sede, receberam o nome de Centros. No campus de Teresina tem-se o CCE, CCHL, CCN, CT, CCS, CCA e CEAD. O gráfico 2 ilustra a evolução do número de alunos matriculados na graduação na modalidade presencial por ano e campus.

A partir da melhoria da qualificação do seu corpo docente e ampliação da sua infraestrutura, a UFPI vem, de forma gradativa, ampliando sua área de atuação, articulando a consolidação dos cursos e programas existentes, com a implantação de novos, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação e também por meio da definição de linhas de pesquisa em áreas estratégicas para o desenvolvimento do Estado, além da prestação de serviços à comunidade, sempre numa perspectiva de articular crescimento com desenvolvimento.

De 1971 a 2005, a UFPI ministrou apenas ensino de graduação presencial, porém em 2006, conforme previa o PDI 2005-2009, houve o credenciamento para ensino a distância e a criação do CEAD, com a implantação do curso de Bacharelado em Administração, em caráter experimental e a partir do segundo semestre de 2006, ocorreu a ampliação do número de cursos ministrados na modalidade EaD, tendo sido criadas oito novas graduações.

Gráfico 2 – Evolução de alunos matriculados por ano e campus – modalidade de ensino de graduação presencial



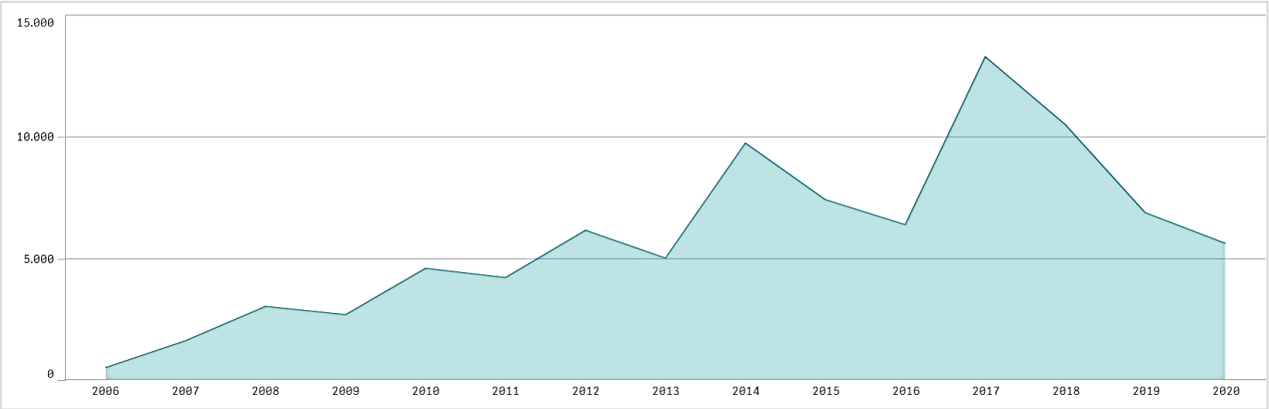
Fonte: Coordpa/DGOV/Proplan

A partir de 2006, aderiu ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), objetivando favorecer o acesso e permanência de jovens na educação superior, de forma a consubstanciar o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) - Lei n. 10.172 de 09 de janeiro de 2001, o que possibilitou a expansão da oferta, com reestruturação de dois Campi do interior (Parnaíba e Picos) e implantando dois novos Campi, nas cidades de Bom Jesus, no extremo sul do Estado, distando de 635 km da capital e em Floriano, situado na Mesorregião do Sudoeste Piauiense, Microrregião do mesmo nome, distando 234 km da capital. O início das atividades do Campus de Bom Jesus ocorreu no primeiro semestre de 2006 e de Floriano se deu no primeiro semestre de 2009.

Em decorrência desse trabalho de expansão e interiorização, no processo seletivo para ingresso de alunos nos cursos de graduação da UFPI em 2009, época do término do seu primeiro PDI, foram oferecidas 5.706 (cinco mil setecentas e seis) vagas para 92 (noventa e dois) cursos regulares, em ensino presencial, nas modalidades bacharelado e licenciatura, incluindo-se neste número, em alguns casos, a repetição de uma mesma área em distintos *campi* ou de turno num mesmo campus.

Em 2010, a UFPI foi credenciada para a oferta de curso na modalidade a distância. E, em 2013, o MEC reconheceu o Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), por meio do qual ministra cursos (bacharelados e licenciaturas) nos mesmos padrões de qualidade adotados no ensino presencial, objetivando atingir público que não tem oportunidade de participar ativamente do cotidiano institucional, em caráter presencial. O gráfico 3 ilustra a evolução de alunos matriculados na graduação na modalidade a distância por ano no Campus Ministro Petrônio Portela.

Gráfico 3 – Evolução de alunos matriculados por ano – modalidade de ensino de graduação a distância, no CMPP



Fonte: Coordpa/DGOV/Proplan

Articulada com a política governamental, a UFPI centrou-se, nos últimos anos, na consolidação do seu projeto de expansão e interiorização, produzindo meios de ampliação de suas condições de acesso à educação superior e no estabelecimento de parcerias que permitam viabilizar seu projeto de internacionalização.

Como IFES, orientada pelas normas emanadas do Ministério da Educação, a UFPI adota um modelo de gestão baseado em decisões colegiadas e organiza seus cursos de graduação em regime de créditos, mesmo que, em alguns casos, seja organizado no formato seriado semestral (ou bloco), com atividades presenciais, semipresenciais e a distância.

Os cursos de graduação são sustentados em uma proposta que envolve a justificativa de sua implantação, histórico e relato institucional, bem como o perfil profissional que é projetado. Os currículos dos cursos são discutidos em nível de Colegiados das Unidades Acadêmicas e também nos Conselhos Superiores da universidade, enfatizando uma dimensão mais universal com um componente mais propriamente profissionalizante.

4 ESTRUTURA DE OFERTA DE CURSOS

4.1 Cursos técnicos

Os Colégios Técnicos de Teresina, Floriano e Bom Jesus ofertam cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) de forma integrada, subsequente ao Ensino Médio e concomitante com o Ensino Médio, presenciais, além de cursos técnicos a distância (e-TEC), vinculados ao Programa e-Tec Brasil e cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Os cursos oferecidos nos Colégios Técnicos de Teresina, Floriano e Bom Jesus encontram-se discriminado no Quadro 3, a seguir. A evolução do número de vagas pode ser verificada na Tabela 1.

Quadro 3 – Cursos técnicos ofertados pela UFPI

UNIDADE	CURSOS	MODALIDADE
Colégio Técnico de Teresina (CTT)	Técnico em Agropecuária	Concomitante com ensino médio Subsequente
	Técnico em Enfermagem	Subsequente
	Técnico em Informática	
Colégio Técnico de Floriano (CTF)	Técnico em Agropecuária	Concomitante com ensino médio Subsequente
	Técnico em Enfermagem	Subsequente
	Técnico em Informática	Concomitante com ensino médio Subsequente
Colégio Técnico de Bom Jesus (CTBJ)	Técnico em Agropecuária	Concomitante com ensino médio Subsequente
	Técnico em Enfermagem	Subsequente
	Técnico em Informática	Concomitante com ensino médio Subsequente

Fonte: SEBTT/UFPI

Acerca do sistema de reserva de vagas, em observância à política de inclusão social, através da Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012, Decreto n. 7.824, de 11 de outubro de 2012, a Portaria Normativa MEC n. 18 de outubro de 2012, Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016 e a Portaria Normativa MEC n. 09, de 05/05/2017, a UFPI, através de seus Colégios Técnicos, destina 80% das vagas para candidatos que cursaram a Educação Básica (Ensino Fundamental e Ensino Médio) integral e exclusivamente em Escolas Públicas e para estudantes oriundos de famílias com renda bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) por pessoa.

Tabela 1 – Evolução do número de vagas no ensino de técnico, quinquênio 2015-2019

ANO	VAGAS OFERTADAS NOS COLÉGIOS TÉCNICOS		
	CTT	CTF	CTBJ
2015	225	230	235
2016	230	205	210
2017	250	230	240
2018	240	200	200
2019	240	240	240

Fonte: SEBTT/UFPI

4.2 Cursos de graduação ofertados na modalidade presencial

A UFPI oferta cursos de graduação na modalidade presencial nos graus de bacharelado e licenciatura. Até a criação da Universidade do Delta do Parnaíba (UFDPar) a UFPI ofertava 83 cursos presenciais cadastrados no sistema e-MEC. No Anexo III, consta a relação dos cursos de graduação em atividade, por unidade de ensino, com as especificações sobre os documentos regulatórios. Com a criação da UFDPar, atualmente encontram-se cadastrados no sistema e-MEC da UFPI 71 cursos presenciais.

O ingresso aos cursos de graduação na modalidade presencial ocorre através do Sistema de Seleção Unificada (SiSU). Em observância à política de inclusão social, a UFPI destina 50% das vagas dos cursos presenciais às cotas. No Anexo IV, apresenta-se a previsão de vagas a serem ofertadas para o ensino de graduação presencial através do processo seletivo SISU para o quinquênio 2020-2024

A Tabela 2, a seguir, demonstra o número de cursos de graduação na modalidade presencial e a Tabela 3 o número de vagas ofertadas na vigência do PDI 2015-2019 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, 2015). O gráfico 4 apresenta o percentual de cursos segundo o grau concedido neste mesmo período.

Tabela 2 – Número de cursos no ensino de graduação presencial, quinquênio 2015-2019

ANO	NÚMERO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAL
2015	85
2016	83
2017	82
2018	82
2019	83

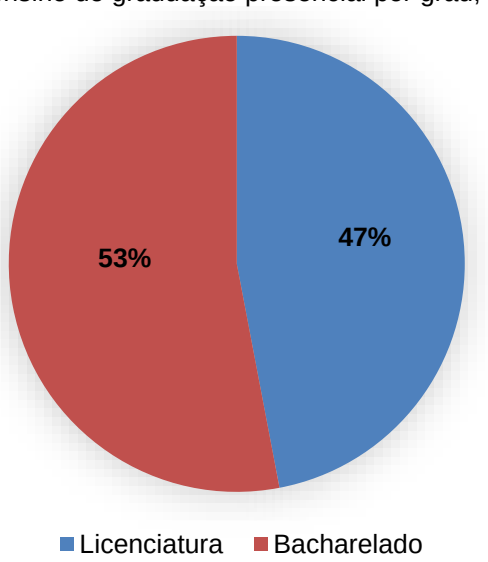
Fonte: Sigaa/UFPI

Tabela 3 – Número de vagas ofertadas no ensino de graduação presencial, quinquênio 2015-2019

ANO	VAGAS OFERTADAS NA GRADUAÇÃO PRESENCIAL
2015	6.542
2016	6.162
2017	6.212
2018	6.422
2019	6.035

Fonte: Censup; Sigaa/UFPI

Gráfico 4 – Percentual de cursos no ensino de graduação presencial por grau, quinquênio 2015-2019



Fonte: Sigaa/UFPI

Na vigência do PDI 2015-2019 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, 2015), a Tabela 4, a seguir, demonstra o número de alunos ingressantes, matriculados e egressos.

Tabela 4 – Número de alunos ingressantes, matriculados e egressos, quinquênio 2015-2019

ANO	Ingressantes	Matriculados	Egressos
2015	5.237	23.579	3.004
2016	5.807	23.447	2.714
2017	5.549	23.955	2.848
2018	5.467	23.987	2.889
2019	5.556	24.171	2.799

Fonte: Censup; Sigaa/UFPI

4.3 Cursos de graduação ofertados na modalidade a distância

Na modalidade de educação a distância no ano de 2019 haviam 15 cursos de graduação em 48 polos de apoio presencial, conforme Anexo VI, distribuídos no Piauí e na Bahia.

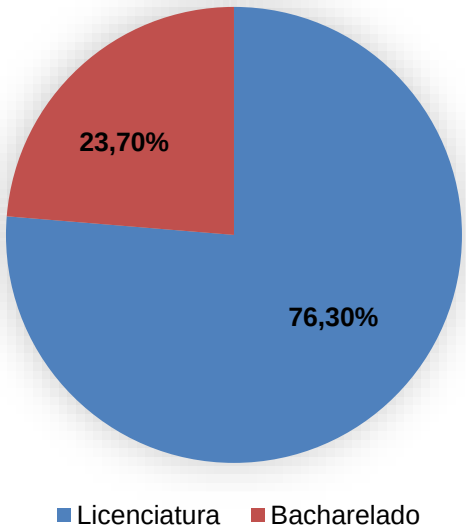
A Tabela 5 e o Gráfico 5, respectivamente, apresentam a evolução do número de cursos de graduação a distância e da oferta de vagas no quinquênio 2015-2019.

Tabela 5 – Número de cursos e vagas no ensino de graduação a distância, quinquênio 2015-2019

Ano	NÚMERO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA	VAGAS OFERTADAS NA GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
2015	15	-
2016	15	-
2017	16	9.284
2018	16	-
2019	15	-

Fonte: Sigaa/UFPI

Gráfico 5 – Percentual de cursos no ensino de graduação a distância por grau, quinquênio 2015-2019



Fonte: Sigaa/UFPI

4.4 Cursos de pós-graduação *stricto sensu*

A UFPI oferece Programas de Pós-Graduação nas modalidades *Lato Sensu e Stricto Sensu*, visando à qualificação de profissionais para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e atendimento das demandas de pessoal qualificado pela sociedade, bem como, são operacionalizadas todas as atividades relativas à capacitação de docentes e técnicos de interesse institucional. Nesse sentido, na condição de encarregada de propor políticas de ensino de pós-graduação, viabiliza ações em consonância com as exigências sociais, com o desenvolvimento científico, econômico, cultural, tecnológico e artístico do mundo atual. Seu papel voltado para o controle da qualidade e produtividade dos programas de pós-graduação e estimulação de uma cultura de ensino e pesquisa tem sido reforçado nos últimos anos.

Como estratégia para qualificar um maior número de docentes em menor espaço de tempo, a UFPI tem firmado parcerias com IES que possuem PPGs consolidados, objetivando a implantação de Doutorados Interinstitucionais (Dinter).

A pós-graduação, como nível avançado da educação superior, visa formar pessoal altamente qualificado para atuação nos diversos campos do saber. É, portanto, um espaço para aprofundar o conhecimento, em interlocução com os avanços tecnológicos e o processo de inovação como um todo. A utilização de tecnologias modernas e diversificadas é buscada como estratégia para aperfeiçoar a qualidade do processo formativo e da construção do conhecimento.

A pós-graduação *stricto sensu* na UFPI teve início em 1991, com a criação do primeiro Mestrado Institucional, na área de Educação. A construção de cada um dos programas, atualmente existentes, seguiu os parâmetros estabelecidos pelas comissões de área da Capes que preveem em seus documentos recomendações gerais, tanto para a elaboração de propostas quanto para a correção de rumos e avanços de qualidade e atuação dos programas em andamento.

A UFPI considera que as áreas prioritárias definidas pelas políticas públicas do Estado do Piauí merecem atenção especial. Assim, tem incentivado a criação de novos programas em áreas não contempladas e a consolidação daqueles existentes nessas áreas, para sustentação e consolidação de núcleos de pesquisa voltados para a solução de problemas regionais.

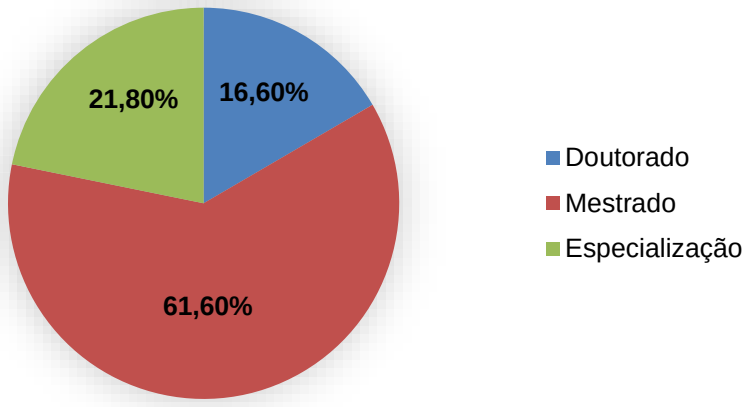
A Tabela 6 e o Gráfico 6 apresentam a evolução do número de programas e cursos de pós-graduação *stricto sensu* por modalidade.

Tabela 6 – Quantitativo de programas e cursos de pós-graduação stricto sensu e lato sensu por modalidade, 2015 a 2019

Ano	*STRICTO SENSU*		*LATO SENSU*			
	Mestrado	Doutorado	Especialização	Residência Médica	Residência Médica Veterinária	Residência Multiprofissional
2015	39	10	4	*	3	5
2016	43	10	4	*	3	11
2017	46	10	13	*	3	10
2018	44	11	27	3	3	10
2019	46	21*	28	16	3	10

*Sendo 16 programas em funcionamentos e 5 programas aprovados para início a partir de 2020. Fonte: Sigaa/UFPI

Gráfico 6 – Percentual do número de cursos de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu* (%) por modalidade iniciados de 2015 a 2019



Fonte: Sigaa/UFPI

No Quadro 4, têm-se os conceitos de cada um dos cursos dos programas de pós-graduação da UFPI. Na Tabela 6, verifica-se que houve uma evolução na qualidade da oferta dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Houve um incremento considerável nos conceitos 04 e 05 atribuídos pela Capes. Ressalte-se que o conceito máximo atribuído por essa agência de fomento é 07. No Quadro 5, tem-se a evolução da quantidade de programas de pós-graduação *stricto sensu* por nota da Capes.

Quadro 4 – Relação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* – UFPI, com nota de avaliação na quadrienal 2017 da Capes

PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*	MA	DO	MP	Início MA/MP	Início DO
Administração Pública (PROFIAP)/CEAD	-	-	3	2016	-
Agronomia – Agricultura Tropical/CCA	3	3		2003	2014
Alimentos e Nutrição/CCS	4	4	-	2009	2015
Antropologia/CCHL	3	-	-	2009	-
Arqueologia/CCN	3	-	-	2012	-
Artes, Patrimônio e Museologia/CMRV	-	-	3	2013	-
Biotecnologia/CMRV	4	-	-	2010	-
Biotecnologia - Rede RENORBIO	-	5	-	2006	-
Ciências Agrárias/CPCE	4	4		2019	2019
Ciência Animal/CCA	3	3	-	1998	2006
Ciência da Computação/CCN	3	-	-	2012	
Ciência da Computação - UFMA-UFPI/CCN	-	A	-	-	2019
Ciência e Engenharia dos Materiais/CT	5	5	-	2011	2015
Ciência Política/CCHL	A	-	-	2019	-
Ciências Biomédicas/CMRV	3	-	-	2013	-
Ciências e Saúde/CCS	4	-	-	2004	-
Ciências Farmacêuticas/CCS	4	4	-	2010	2019
Comunicação/CCE	3	-	-	2011	-
Desenvolvimento e Meio Ambiente/CCHL	4	-	-	2002	-
Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPI-UFRN-FUFSE-UESC-UFPB) PRODEMA)	-	5	-	-	2010
Direito/CCHL	A	-	-	2019	-
Educação/CCE	5	5	-	1991	2010
Enfermagem/CCS	4	4	-	2007	2014
Engenharia Elétrica/CT	3	-	-	2016	-
Farmacologia/CCS	4	4	-	2007	2019
Filosofia /CCHL	4	-	-	2008	2020

Profissional em Filosofia (PROFILO)/CEAD	-	-	3	-	2017
Física/ CCN	4	4	-	2008	2019
Profissional em Ensino de Física (PROFIS)/CCN	-	-	4	-	2014
Genética e Melhoramento / CCA	4	-	-	2009	-
Geografia /CCHL	3	-	-	2011	-
Gestão Pública / CCHL	-	-	3	2015	-
História /CCHL	4	4	-	2004	2019
Letras / CCHL	4	4	-	2003	2019
Matemática / CCN	4	4	-	2009	2019
Profissional em Matemática (PROFMAT)/CCN	-	-	5	-	2011
Odontologia /CCS	3	-	-	-	2011
Políticas Públicas/ CCHL	4	4	-	2002	2012
Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT)	-	-	4	-	2018
Psicologia/CMRV	3	-	-		2017
Química/CCN	4	4	-	1998	2015
Saúde da Família/Abrasco/CMRV	-	-	3		2016
Saúde da Família/RENASF/CCS	-	-	4		2014
Saúde da Mulher/CCS	-	-	3		2014
Saúde e Comunidade/CCS	3	-	-		2015
Sociologia/CCHL	3	-	-		2011
Tecnologias Aplicadas a Animais de Interesse Regional/CCA	A	A	-		2019
Zootecnia/CPCE	3	-	-	2012	-

Legenda: MA – Mestrado Acadêmico, DO – Doutorado e MP – Mestrado Profissional
Fonte: PRPG/UFPI

Quadro 5 – Evolução da quantidade de programas de pós-graduação *stricto sensu* por nota da CAPES

NOTA	2014	2019	STATUS
3	24	20	Em funcionamento
4	9	19	Em funcionamento
5	2	5	Em funcionamento
A (aprovados em 2019 (novos)	-	4	Em acompanhamento
Total	34	48	

Fonte: PRPG/UFPI

Destaca-se o crescimento ocorrido, nestes últimos 5 anos, de forma sustentável e contínua, atingindo um patamar superior a 60% no número de alunos matriculados em programas de Mestrado e Doutorado (Tabela 7). Embora o número de Bolsas Demanda Social – Capes de Mestrado tenha praticamente se mantido, houve um incremento considerável de Bolsas para Doutorado (Tabela 8). Não houve alteração na quantidade de Bolsas do CNPq, entre os dois quinquênios, mantendo-se.

Tabela 7 – Quantidade de discentes matriculados e titulados nos programas/cursos de pós-graduação *stricto sensu*

PERÍODO	MATRICULADOS		TITULADOS	
	MESTRADO	DOUTORADO	MESTRADO	DOUTORADO
2010-2014	4.933	940	1.119	75
2015-2019	7.728	2.440	2.108	352
Total	**12.661**	**3.380**	**3.227**	**427**

Fonte: Sigaa/UFPI

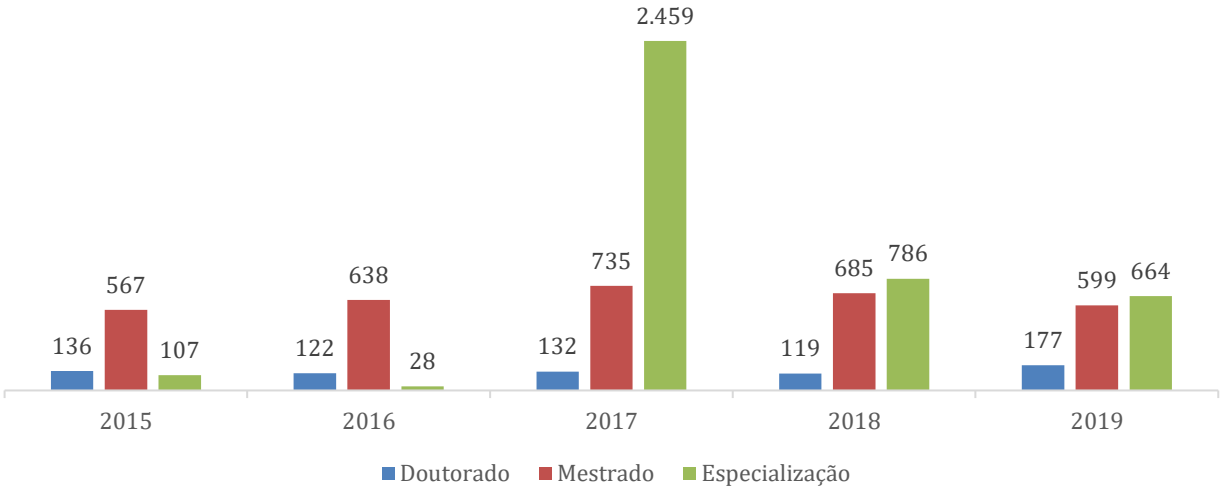
Tabela 8 – Quantidade de bolsas demanda social – Capes por modalidade

PERÍODO	MESTRADO	DOUTORADO
2014	372	75
2015	369	127
Total	**741**	**202**

Fonte: PRPG/UFPI

Nas Tabelas 9 e 10, e gráfico 7, respectivamente, têm-se a evolução do número de cursos, ingressantes, matrículas e egressos, quinquênio 2015-2019.

Gráfico 7 – Número de ingressantes na pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu* da UFPI, quinquênio 2015-2019.



Fonte: Sigaa/UFPI

Tabela 9 – Relação do número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu* da UFPI, quinquênio 2015-2019

ANO	MESTRADO	DOUTORADO
2015	1.292	413
2016	1.385	464
2017	1.600	503
2018	1.825	503
2019	1.626	557

Fonte: Sigaa/UFPI

Tabela 10 – Relação do número de egressos na pós-graduação *stricto sensu* da UFPI, quinquênio 2015-2019

ANO	MESTRADO	DOUTORADO
2015	444	59
2016	419	66
2017	367	254
2018	543	64
2019	335	71

Fonte: Sigaa/UFPI

4.5 Cursos de pós-graduação *lato sensu*

A Pós-Graduação *Lato Sensu* da UFPI subdivide-se em Cursos de Especialização, Aperfeiçoamento e Residências. As atividades de Pós-Graduação *Lato Sensu,* executadas pela UFPI, estão subdivididas em Cursos de Especialização, Programas de Residência Médica, Programas de Residência Médica Multiprofissional e de Residência Médico-Veterinária.

As Especializações e Aperfeiçoamentos acontecem na modalidade presencial e a distância, em diversas áreas do conhecimento. As Residências são presenciais, divididas em: Programas de Residência Médica, Programas de Residência em Área Multiprofissional e Programas de Residência em Área Profissional de Saúde.

Em 2018, a UFPI possuía 30 (trinta) Cursos de Especialização em funcionamento, totalizando 2.763 (duas mil, setecentos e sessenta e três) matrículas, sendo 23 (vinte e três) cursos e 808 (oitocentas e oito) matrículas no ensino presencial e 07 (sete) cursos e 1.955 (um mil, novecentos e cinquenta e cinco) matrículas no ensino a distância. Em 2019, estavam em execução, 40 (quarenta) Cursos de Especialização nas diversas áreas.

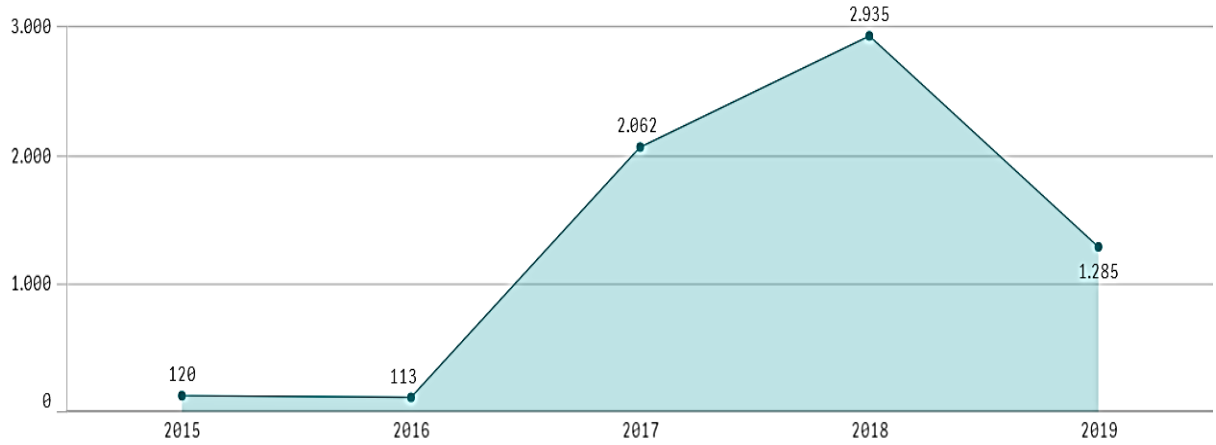
Todos os cursos à distância são gratuitos, somando 1.955 (um mil, novecentas e cinquenta e cinco) vagas oriundas de políticas públicas do governo federal, financiadas por meio de convênio com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Universidade Aberta do Brasil (UAB), Universidade Aberta do SUS (Unasus), Ministério da Educação e Ministério da Saúde. Entre os cursos presenciais, três são gratuitos (Nova Saúde Pública, Educação do Campo, em Teresina e Saúde da Família em Parnaíba). Os demais cursos na modalidade de ensino presencial são autossustentados.

Atualmente, um curso é desenvolvido em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral, cabendo à UFPI o acompanhamento e o controle acadêmico do curso.

Em relação às residências, algumas são efetivadas no Hospital Universitário da UFPI (HU-UFPI) e as demais em hospitais de referência na área da especialidade médica, a saber: Hospital Lineu Araújo, Hospital Infantil Lucídio Portela e Hospital Areolino de Abreu. As residências em área de saúde multiprofissionais seguem a mesma especificidade, algumas são executadas no HU-UFPI, no Hospital Veterinário Universitário da UFPI (HVU-UFPI) e em hospitais referência na cidade.

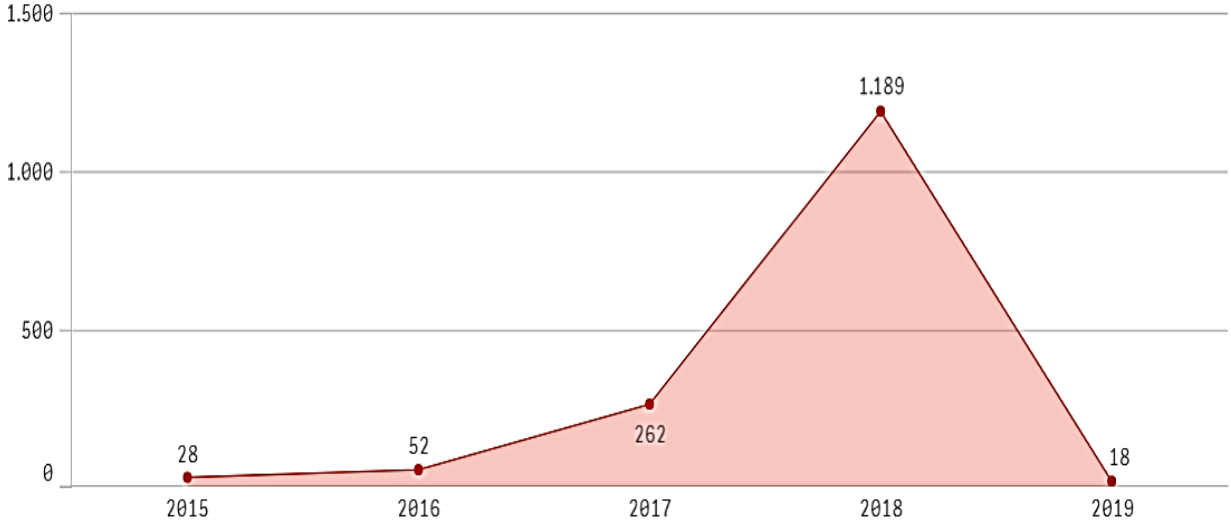
Nos Gráficos 8 e 9, a seguir, respectivamente, têm-se a evolução das matrículas e egressos dos cursos *lato sensu* no quinquênio 2015-2019.

Gráfico 8 – Evolução do número de matriculados nos cursos de especialização da UFPI, quinquênio 2015-2019



Fonte: Sigaa/UFPI

Gráfico 9 – Evolução dos egressos nos cursos de especialização da UFPI, quinquênio 2015-2019



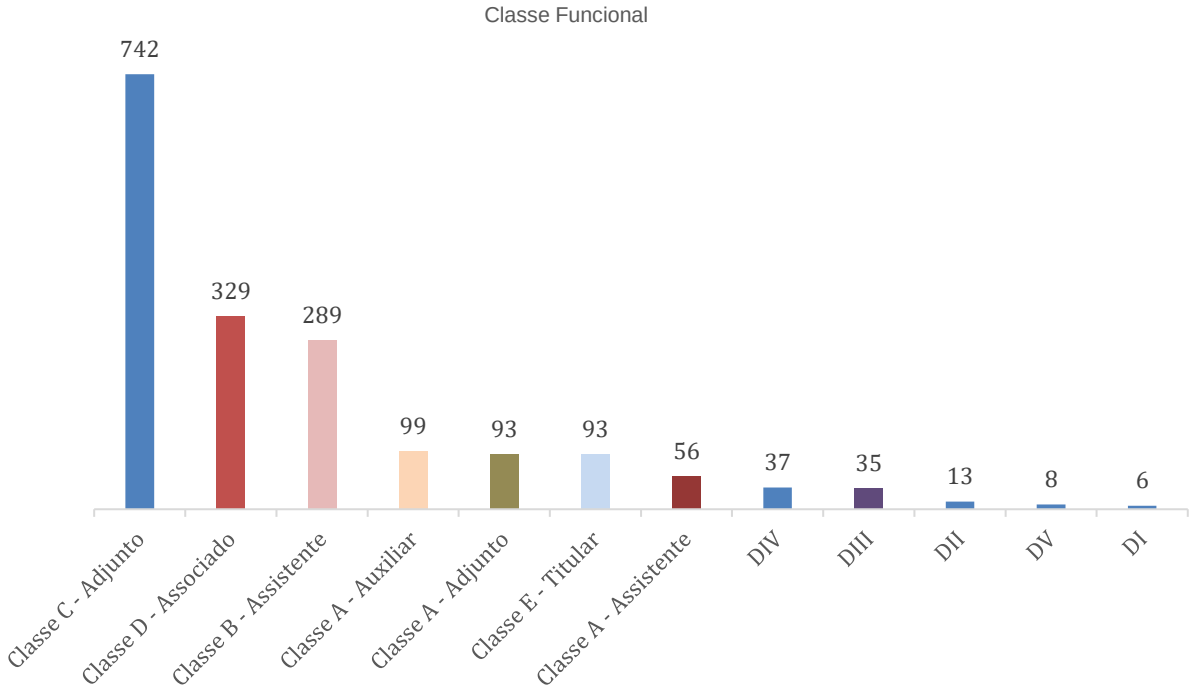
Fonte: Sigaa/UFPI

5 PERFIL DO CORPO DOCENTE, TÉCNICO-ADMINISTRATIVO E TUTORES

5.1 Perfil do corpo docente

A carreira docente da UFPI é regulamentado pelo Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Superior e Plano de Carreiras e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, conforme Lei n. 12.772, de 28 de dezembro de 2012, compondo-se de 1.800 docentes, sendo 1.699 docentes do Magistério Superior e 101 docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (Gráficos 10 e 11).

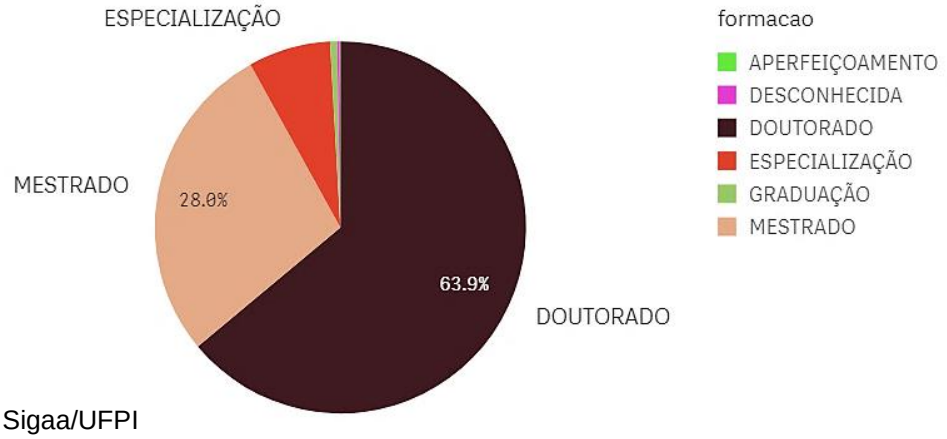
Gráfico 10 – Perfil do corpo docente da UFPI



Fonte: Sigaa/UFPI

Os docentes atuam tanto no ensino técnico, na graduação e na pós-graduação, o que possibilita a integração entre os três níveis de ensino. Há um incentivo para que os grupos de pesquisa envolvam professores de diferentes do ensino técnico e de graduação, seja por meio de projetos específicos como também pelo incentivo à formação de grupos de pesquisa. Há também incentivo para articulação da pesquisa com a extensão, promovendo a prática do ensinar e do aprender.

Gráfico 11 – Percentual do corpo docente



Fonte: Sigaa/UFPI

A universidade tem como prioridade estimular o crescimento profissional de seus docentes por meio da qualificação e da formação continuada. A qualificação docente deve ser permanentemente apoiada e avaliada, por parte da universidade, em todos os níveis de ensino e áreas de conhecimento (excelência). Tem-se como desafio fortalecer laboratórios multiusuários para as diferentes linhas de pesquisas docentes, otimizando o acesso a equipamentos e recursos humanos que incrementem a execução de projetos de ensino, pesquisa e extensão.

O reconhecimento do mérito acadêmico deve ser uma ação constante de valorização do profissional docente. Deve ser estimulada a participação docente como representante dos órgãos colegiados, inserção do docente na gestão e o envolvimento de projetos de inserção e de mobilidade nacional e internacional (internacionalização), da representação da universidade em diferentes eventos externos. Serão incentivados aperfeiçoamentos, capacitações e participação em eventos científicos nacionais e internacionais.

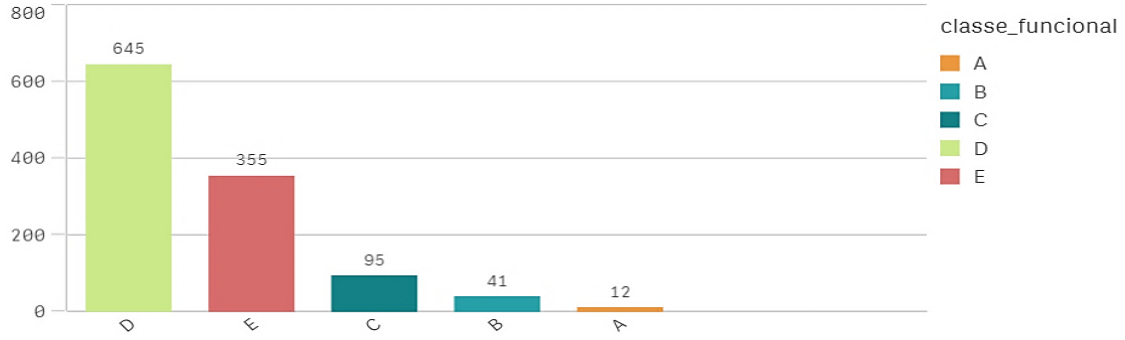
A formação acadêmica, a produção intelectual, perfil pedagógico e aspectos relacionados à experiência profissional, à gestão, à formação continuada e às práticas pedagógicas deveram se consideradas na renovação do corpo docente (excelência).

Todos os docentes do Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD) da Universidade Federal do Piauí possuem pós-graduação *stricto sensu*. Dentre eles, 16 (61,5%) possuem doutorado e 10 (38,5%) possuem mestrado, demonstrando a perspectiva de desenvolver pesquisas, e têm experiência profissional que varia entre 11 a 41 anos. A atuação desses na UFPI oscila entre 5 a 41 anos.

5.2 Perfil do corpo técnico-administrativo

O corpo técnico administrativo da UFPI é regido Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, definido na Lei n. 11.091, de 12 de janeiro de 2005, composto de 1.148, sendo 64, nível D (ensino técnico e ensino profissionalizante), 355 nível E (ensino superior completo), 95 nível C (ensino médio completo), 41 nível B (ensino fundamental incompleto mais experiência profissional) e 12 nível A (ensino fundamental incompleto), ilustrado no gráfico 12.

Gráfico 12 – Perfil corpo técnico-administrativo da UFPI, por classe

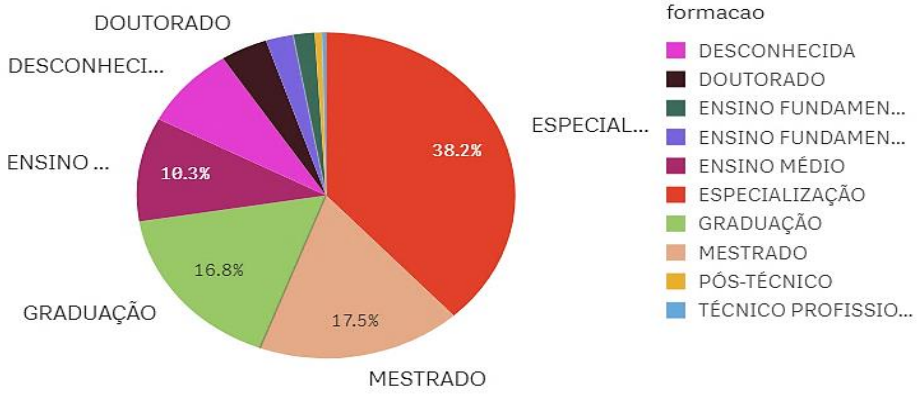


Fonte: Sigaa/UFPI

O interesse coletivo e o desenvolvimento de ações em benefício da sociedade devem ser o mote do trabalho do corpo técnico. É essencial que o servidor técnico-administrativo tenha comprometimento e proatividade diante dos processos de trabalho sob sua responsabilidade, de forma integrada e alinhada aos objetivos institucionais. Desse modo, a expectativa é que, no cotidiano da universidade, expressem atitudes propositivas e colaborativas em todos os aspectos, indo ao encontro dos valores e princípios institucionais.

Nessa perspectiva, fazem-se necessárias políticas de estímulo ao desenvolvimento integral e permanente dos servidores, por meio de ações de qualificação e formação continuada, a que considerem as demandas institucionais e do trabalho, bem como se articulem iniciativas que promovam um ambiente inclusivo, comprometido com a qualidade de vida de todos que integram a UFPI.

Gráfico 13 – Perfil corpo técnico-administrativo da UFPI, por formação



Fonte: Sigaa/UFPI

O corpo técnico-administrativo da UFPI, apresentado no Gráfico 13, acima, em sua maioria possuem pós-graduação *stricto sensu* ou *lato sensu*, conforme explicitado: mestrado 17,5% e especialistas 38,2% e, somente, graduação 16,8%.

5.3 Perfil do corpo de tutores

Os tutores do ensino a distância podem ser presenciais ou a distância. Dentre as atribuições gerais dos tutores destacam-se:

a) Mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e os alunos;

b) Atender os alunos em horários preestabelecidos, observando a carga horária de 20 h semanais;

c) Acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do curso, de acordo com os planos de ensino dos professores e coordenadores de disciplina, além de tirar dúvidas sobre o planejamento de atividades elaborado pelos professores das disciplinas e coordenação do curso, observando a carga horária de 20 h semanais;

d) Apoiar o professor da disciplina no desenvolvimento das atividades docentes;

e) Estabelecer contato permanente com os alunos e mediar às atividades discentes, interagindo semanalmente com os alunos, outros tutores, coordenação do polo e do curso, com vistas a troca de experiências e melhor acompanhamento ao alunado, através da plataforma virtual, de e-mail e/ou durante os encontros presenciais no polo;

f) Colaborar com a coordenação do curso na avaliação dos estudantes;

g) Participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pelo curso;

h) Elaborar relatórios mensais de acompanhamento dos alunos e encaminhar à coordenação de tutoria, mantendo informada a coordenação do curso e respectiva coordenação de tutoria sobre o desempenho dos alunos e as demandas sobre as atividades complementares;

i) Participar do processo de avaliação da disciplina sob orientação do professor responsável, além de orientar os alunos do curso quanto ao uso da Plataforma Sigaa - UFPI, no desenvolvimento das atividades pedagógicas;

j) Participar de encontros, capacitações, seminários, avaliações, reuniões com as coordenações do polo de apoio presencial e coordenação do curso;

k) Colaborar na viabilização das atividades programadas no polo de apoio presencial;

l) Os tutores presenciais devem cumprir sua carga horária semanal de 20 h no polo de apoio presencial atendendo aos alunos em horários preestabelecidos em acordo com a coordenação de polo, bem como obrigatoriamente participar dos encontros presencias de cada disciplina.

Atualmente, a Capes autoriza 1 (um) tutor a cada 18 (dezoito) alunos.

5.3.1 Perfil do corpo de tutores presenciais

Além das atribuições mencionadas anteriormente, os tutores presencias podem assumir funções específicas conforme as demandas do curso:

a) *Tutor presencial de turma*: para acompanhar o aluno nas atividades de ensino, motivando-o e facilitando o processo de aprendizagem;

b) *Tutor presencial de Laboratório de Ensino de Ciências Naturais*: profissional que acompanhará as atividades dos alunos no laboratório e nas atividades de campo;

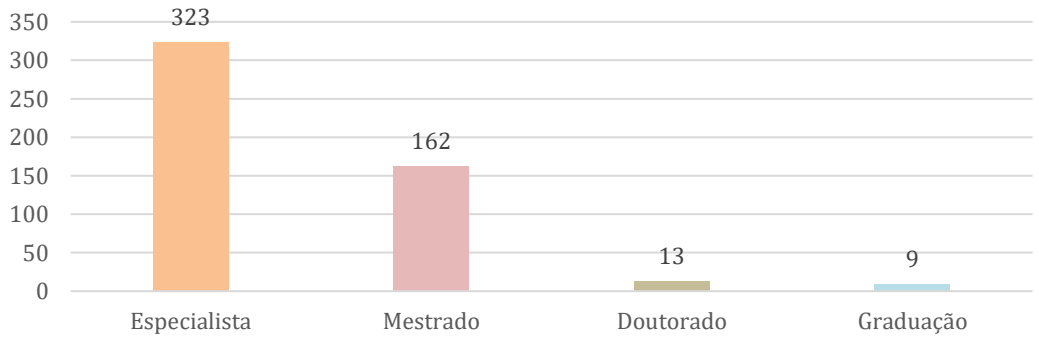
c) *Tutor presencial de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório*: profissional que acompanhará as atividades dos alunos no Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório;

d) *Tutor presencial de TCC*: profissional que acompanhará as atividades dos alunos no trabalho de conclusão de curso;

e) *Tutor presencial de repercurso*: profissional que acompanhará as atividades dos alunos nas disciplinas de repercurso.

O Gráfico 14 apresenta a titulação dos tutores presenciais.

Gráfico 14 – Perfil dos Tutores Presenciais do CEAD, por titulação



Fonte: CEAD/UFPI

5.3.2 Perfil do corpo de tutores a distância

Os tutores a distância são profissionais que acompanham as atividades dos alunos no ambiente virtual de aprendizagem bem como realizam atividades presenciais nos polos, de forma que cumpram sua carga horária semanal de 20 h. Além das atribuições gerais citadas acima, podem assumir funções específicas conforme as demandas do curso:

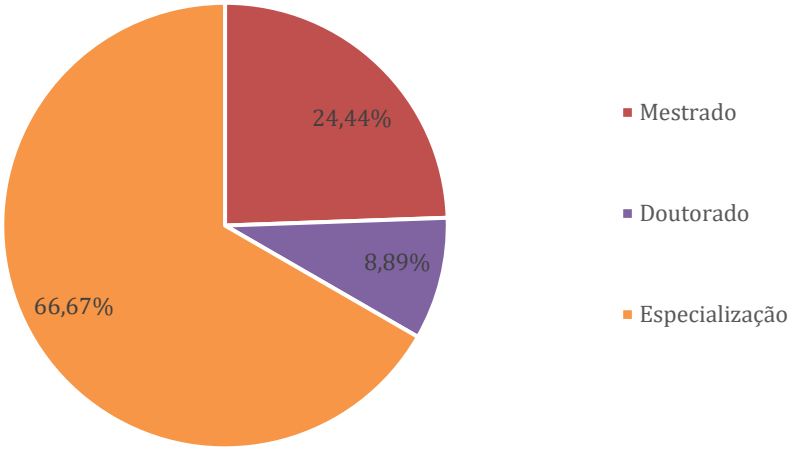
a) *Tutor a distância de turma*: para acompanhar o aluno nas atividades de ensino, motivando-o e facilitando o processo de aprendizagem no ambiente virtual de aprendizagem;

b) *Tutor a distância de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório*: profissional que acompanhará as atividades virtuais dos alunos no Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório;

c) *Tutor a distância especial (por área ou disciplina)*: para acompanhar o aluno, na plataforma virtual de aprendizagem, nas atividades de ensino em disciplinas do núcleo de formação comum e do núcleo de formação complementar obrigatória.

Todos os tutores a distância do Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD) possuem pós-graduação *stricto sensu* e/ou *lato sensu*, conforme explicitado: doutorado 04, mestrado 11 e especialização 30 (Gráfico 15). Têm experiência profissional que varia entre 06 meses a 18 anos.

Gráfico 15 – Perfil dos Tutores a distância do CEAD, por titulação



Fonte: CEAD/UFPI

6 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

6.1 Estrutura organizacional e instâncias de decisão

6.1.1 Universidade Federal do Piauí (UFPI)

A administração da universidade realiza-se nos planos de deliberação e execução, tanto em nível superior, como em nível de unidades de ensino. Em conformidade com os documentos oficiais, os órgãos da administração têm jurisdição no âmbito de sua competência sobre toda a universidade, sendo descentralizada a execução das atividades administrativas sem prejuízo da integração, que se opera através da supervisão, da coordenação e do controle exercido pelos órgãos da administração superior, em qualquer nível, e da articulação entre os órgãos do mesmo nível.

Recentemente o Campus Ministro Reis Velloso (CMRV) de Parnaíba foi desvinculado da UFPI para se transformar na Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPar), de acordo com a Lei n. 13.651 de 11 de abril de 2018, publicada no DOU n. 70, seção 1 de 12 de abril de 2018.

Atualmente os cursos de graduação e programas de pós-graduação da IES, são ministrados no campus sede, Campus Ministro Petrônio Portella (CMPP) na cidade de Teresina, e em 03 *campi* sediados no interior do Piauí: Campus Amílcar Ferreira Sobral (CAFS) na cidade de Floriano; Campus Profª. Cinobelina Elvas na cidade (CPCE) de Bom Jesus e Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB) na cidade de Picos. A Figura 8 ilustra as fachadas externas dos campi da UFPI.

Figura 8 – Fachadas externas dos campi da UFPI

CMPP

CAFS

CPCE

CSHNB

No campus sede existem 07 (sete) unidades de ensino convencionalmente denominadas de centros de ensino, que são os Centros de Ciências: da Educação (CCE), da Natureza (CCN), Humanas e Letras (CCHL), Agrárias (CCA), Saúde (CCS), Tecnologia (CT), e Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD).

Integram, também, a estrutura da UFPI três Colégios de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, sendo um localizado em Teresina e dois no interior do Estado, nos municípios de Floriano e de Bom Jesus, cujas estruturas acadêmico-administrativas localizam-se nas proximidades do CAFS e CPCE.

A UFPI adota decisões colegiadas, exercendo os princípios da democracia e justiça social. Seu organograma contemplando os órgãos deliberativos e os executivos, está detalhado no Anexo I.

A administração central é composta pela Reitoria, Vice-Reitoria e por 07 (sete) Pró-Reitorias: de Ensino de Graduação (PREG); de Ensino de Pós-Graduação (PRPG); de Pesquisa e Inovação (Propesqi); de Extensão e Cultura (PREXC); de Administração (Prad); de Planejamento e Orçamento (Proplan); e de Assuntos Estudantis e Comunitários (Praec).

6.1.2 Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI)

A Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), instituída nos termos da Lei n. 5.528, de 12 de novembro de 1968, com o objetivo de manter a UFPI, é uma instituição de educação superior, pesquisa e extensão que atua em todos os ramos do saber.

Sediada na cidade de Teresina, capital do Piauí, a UFPI adquiriu personalidade jurídica efetiva a partir da inscrição no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, após seu Ato Constitutivo. De acordo com seu Estatuto, a FUFPI é administrada pelo Conselho Diretor (CD), o qual é presidido pelo Reitor da UFPI (Presidente da Fundação) e constituído por mais 07 (sete) membros e seus respectivos suplentes, escolhidos dentre pessoas de ilibada reputação e notória competência, sendo 02 (dois) de livre escolha do Presidente da República, 01 (um) indicado pelo Ministério da Educação, 01 (um) pelo Conselho Universitário da Universidade, 01 (um) pelo Governo do Estado do Piauí, 01 (um) pela Sociedade Piauiense de Cultura e 01 (um) pela Fundação Educacional de Parnaíba, todos nomeados pelo Presidente da República. O mandato dos Membros do Conselho Diretor é de 04 (quatro) anos, sendo permitida uma recondução.

Os recursos para a manutenção e funcionamento da FUFPI originam-se de: dotações consignadas no orçamento da União; subvenções e auxílios de poderes públicos; recursos provenientes de convênios firmados com entidades públicas ou particulares, nacionais, estrangeiras

ou internacionais; rendas e juros de bens patrimoniais; retribuições por atividades remuneradas exercidas pela universidade; doações e legados; e resultados de operações de crédito.

6.1.3 Órgãos deliberativos superiores

Segundo o Regimento Geral da UFPI, os órgãos deliberativos da UFPI, em nível de administração superior, são: Conselho de Administração (CAD), Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepex) e Conselho Universitário (Consun).

As reuniões ordinárias dos conselhos superiores são mensais, com a presença mínima de 2/3 dos membros, sendo previamente agendadas para a primeira quinta-feira de cada mês: Consun; primeira terça-feira de cada mês: CAD; e segunda quarta-feira de cada mês: Cepex.

6.1.3.1 Conselho Universitário (CONSUN)

Segundo o artigo 12 do Regimento Geral da UFPI, o Conselho Universitário (Consun) é o órgão máximo deliberativo da Instituição, que funciona como instância de recursos, sendo incumbido da definição da política universitária. É composto pelo Reitor (presidente); Vice-reitor; Membros dos Conselhos de Administração, e de Ensino, Pesquisa e Extensão; 03 (três) representantes da comunidade, sem vínculo com a UFPI, sendo 01 (um) da categoria dos empregadores sindicalizados, 01 (um) da categoria dos trabalhadores e 01 (um) da área cultural; e, ainda, um representante do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia.

Compete ao Consun, conforme artigo 13 do Regimento Geral da UFPI: aprovar, em sessão conjunta com o Conselho Diretor da Fundação, reforma do estatuto da universidade; aprovar reforma do Regimento Geral; aprovar os Regimentos dos demais órgãos da universidade; aprovar o Plano Anual de Atividades da Universidade, em sessão conjunta com o Conselho Diretor da Fundação; aprovar a proposta orçamentária e o orçamento da universidade, em sessão conjunta com o Conselho Diretor da Fundação; apreciar recursos contra atos do Reitor, bem como os pedidos de reexame de deliberações dos Colegiados, por ele encaminhados; apreciar recursos contra atos do Conselho de Administração, e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; decidir, à vista de planos aprovados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sobre criação de curso de graduação ou pós-graduação; criar ou extinguir departamentos e, mediante reforma do Estatuto da Universidade, criar ou extinguir Centros ou órgãos suplementares, sempre em sessão conjunta com o Conselho Diretor da Fundação e ouvidas, em qualquer caso, as instâncias deliberativas inferiores.

Ainda, segundo o mesmo documento legal, compete ao Consun criar e atribuir prêmios destinados a distinguir atividades culturais; deliberar sobre a atribuição de títulos de Professor Emérito, Professor *Honoris Causa* e Doutor *Honoris Causa*; dirimir dúvidas e conflitos de jurisdição entre o Conselho de Administração e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; decidir sobre a destituição por proposta do respectivo Conselho Departamental, de representante docente junto ao

Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; decidir sobre proposta de destituição, de Diretor e Vice-Diretor de Unidade Acadêmica; decidir, após inquérito administrativo, sobre intervenção em qualquer unidade universitária; decidir, pelo voto mínimo de dois terços de seus membros, sobre abertura de inquérito administrativo para apurar responsabilidade do Reitor ou Vice-Reitor, ou de ambos; deliberar sobre a suspensão temporária, total ou parcial, de atividades; regulamentar o processo de consulta à comunidade universitária, que procederá obrigatoriamente à elaboração de listas tríplices para escolha de Reitor e Vice-Reitor, Diretor e Vice-Diretor de Centro, bem como o processo eleitoral para escolha de Chefe e Subchefe de Departamentos, Coordenador e Subcoordenador de Curso e da representação técnico-administrativo, e discente junto aos Conselhos de Administração, de Ensino, Pesquisa e Extensão; homologar o resultado da consulta e da eleição desses representantes; exercer outras competências que lhe sejam cometidas pelo Estatuto da UFPI.

6.1.3.2 Conselho de Administração (CAD)

O Conselho de Administração (CAD) é o órgão superior deliberativo e consultivo da UFPI em matéria administrativa, composto pelo Reitor, Vice-reitor, Pró-Reitores das áreas consideradas “atividades-meio”, Diretores de Unidades de Ensino Superior e de nível técnico, representação de servidores e de discentes, que delibera em plenário ou por meio de suas Câmaras: Administrativa; de Planejamento e Orçamento; e de Assuntos Estudantis e Comunitários.

As competências do CAD, conforme o Regimento Geral da UFPI, artigo 9, são: aprovar e submeter ao Conselho Universitário e ao Conselho Diretor da Fundação o Orçamento da Universidade; propor ao Conselho Universitário a instituição de fundos especiais; opinar sobre a aceitação de legados, donativos e heranças; julgar as contas das dotações que a universidade conferir aos órgãos estudantis; emitir pareceres e fixar normas em matéria de sua competência; decidir sobre propostas, indicações ou representações de sua competência; fixar taxas, emolumentos escolares e preços de serviços de qualquer natureza; emitir parecer sobre a criação, modificação ou extinção de órgãos das “atividades-meio” da universidade; propor a política da UFPI para formação e aperfeiçoamento do pessoal técnico-administrativo; julgar, originariamente, a liberação de servidores (docentes e técnico-administrativos) em processos de disposição e de convênios firmados com outras entidades oficiais nos quais se possibilite a liberação de servidores da universidade; fixar normas e critérios para concessão de bolsas de assistência estudantil.

6.1.3.3 Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepex)

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepex) é o órgão deliberativo e consultivo em matéria de ensino, pesquisa e extensão, composto pelo Reitor, Vice-reitor, Pró-Reitores das áreas de ensino, pesquisa e extensão, um representante docente por Conselho Departamental e

por representação discente, que delibera em plenário ou por meio de suas Câmaras: de Ensino de Graduação; de Pesquisa e Pós-Graduação; e de Extensão.

As competências do Cepex, conforme o Regimento Geral da UFPI, artigo 1, são: fixar normas complementares às deste Regimento Geral sobre processo seletivo para ingresso na Universidade, currículos e programas, matrícula, transferência, avaliação do desempenho escolar, revalidação de diplomas estrangeiros, aproveitamento de estudos, atividades de pesquisa, pós-graduação e extensão, além de outras que se incluam no âmbito de sua competência, ouvidas as instâncias deliberativas de cada Unidade Acadêmica; aprovar os planos de novos cursos/programas de graduação e pós-graduação, submetendo-os ao Conselho Universitário; homologar projetos de pesquisa e planos de cursos ou serviços de extensão; aprovar o Calendário Universitário; decidir sobre propostas, indicações ou representações de interesse da universidade, em assuntos de sua própria esfera de ação; fixar normas e critérios para concessão de bolsas de iniciação científica, extensão e monitoria; fixar normas sobre a aplicação do fundo especial de pesquisa e extensão; reconhecer, no âmbito de sua competência, grupos e associações organizadas por setores da universidade, bem como oferecer apoio material e financeiro; deliberar, originariamente ou em grau de recurso, sobre qualquer matéria de sua competência.

6.1.4 Órgãos executivos

6.1.4.1 Reitoria

Conforme Regimento Geral da UFPI, artigo 14, a Reitoria é o órgão máximo da administração superior, é exercida pelo Reitor e, em suas faltas e impedimentos, pelo Vice-Reitor, ambos escolhidos e nomeados na forma da legislação federal.

Ao Reitor compete, conforme artigo 15 do Regimento: I –representar a Universidade; II – superintender e coordenar as atividades universitárias; III – administrar as finanças da universidade; IV – submeter aos Conselhos de Administração e Universitário a proposta orçamentária anual: V – admitir, distribuir, licenciar, demitir e exonerar servidores na forma da lei e deste Regimento; VI – submeter ao Conselho de Administração a proposta de alteração dos quadros de pessoal docente e técnico-administrativo; VII – expedir atos de afastamento temporário de professores ou funcionários para colaborarem em outras instituições de ensino superior ou órgãos do poder público; VIII – requisitar pessoal do serviço público e das autarquias, na forma da lei; IX – exercer o poder disciplinar; X – conferir graus e assinar diplomas; XI – firmar convênios autorizados pelo Conselho Diretor da Fundação; XII – convocar e presidir as sessões dos colegiados de que seja presidente, com direito a voto, inclusive o de qualidade; XIII – estabelecer a pauta das sessões dos órgãos mencionados no inciso anterior, propondo ou encaminhando os assuntos que devem ser apreciados; XIV – presidir qualquer reunião universitária a que esteja presente; XV – propor ao Conselho Universitário reexame das decisões de órgãos colegiados ou autoridades executivas da Universidade; XVI – reformar, de ofício ou mediante recursos, deliberação ou ato de órgão não

colegiado; XVII – nomear os Diretores e Vice-Diretores de Centros, os Chefes e Subchefes de Departamentos, os Coordenadores e Subcoordenadores de Cursos e, no caso de intervenção, designar Diretor, Chefe ou Coordenador pro-tempore; XVIII – delegar atribuições, especialmente ao Vice-Reitor e aos Pró-Reitores; XIX – apresentar relatório e prestar contas ao Conselho Diretor da Fundação e ao Conselho Universitário, em sessão conjunta, no primeiro trimestre de cada ano, relativamente ao exercício anterior; XX – praticar atos, em circunstâncias especiais, ad referendum dos órgãos competentes; XXI – baixar resoluções e provimentos decorrentes de decisões dos colegiados superiores e os atos próprios que julgar necessários; XXII – instituir comissões, permanentes ou temporárias, para estudar problemas especificados e designar assessores para o desempenho de tarefas especiais.

6.1.4.2 Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG)

É dirigida pelo Pró-Reitor de Ensino de Graduação, nomeado pelo Reitor. O cargo é privativo de professor de carreira do Magistério Superior, em caráter efetivo, lotado na UFPI. São atribuições e competências do Pró-Reitor de Ensino de Graduação:

I. Exercer as atribuições e competências previstas no Estatuto e no Regimento Geral da UFPI;
II. Exercer a competência geral de planejamento, supervisão e coordenação das atividades da Pró-Reitoria;
III. Avocar atribuições e competências, bem como revisar e anular atos, dos órgãos vinculados à Pró-Reitoria.

A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação é constituída pelos seguintes órgãos de planejamento e coordenação:

I. Coordenadoria Geral de Graduação (CGRAD);
II. Diretoria de Administração Acadêmica (DAA);
III. Coordenadoria de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular (CDAC);
IV. Coordenadoria Geral de Estágios (CGE);
V. Coordenadoria de Administração Acadêmica Complementar (CAAC);
VI. Coordenadoria de Seleção e Programas Especiais (CSPE).

6.1.4.3 Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (Praec)

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (Praec) é responsável pela gestão da Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Piauí. Essa política constitui um conjunto de princípios e diretrizes, positivados por meio do Decreto n. 7.234/2010, que norteiam a implementação de ações para garantir a permanência e a conclusão de curso de graduação pelos estudantes universitários, agindo preventivamente nas situações de repetência e evasão decorrentes das condições de vulnerabilidade socioeconômica do estudante. A Praec é constituída

por: Coordenadoria de Assistência Comunitária (Cacom), Coordenadoria de Nutrição e Dietética (CND) e Núcleo de Acessibilidade (NAU).

6.1.4.4 Pró-Reitoria de Administração (Prad)

A Pró-Reitoria de Administração (Prad) tem a missão de assegurar o bom funcionamento das atividades acadêmicas e administrativas da Universidade Federal do Piauí (UFPI), por meio da execução das ações de gerência, fiscalização e operação dos seus serviços de logística e infraestrutura operacional, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), dentro dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Dentre suas atribuições, destacam-se o planejamento, a contratação e a fiscalização do serviço de reservas de passagens aéreas nacionais e internacionais e rodoviárias nacionais, inclusive hospedagens e traslados para a universidade.

É compromisso da Prad implementar as metas propostas em seu Plano de Ação Plurianual para alcançar os objetivos pretendidos, sempre identificando possíveis distorções, reprogramando essas metas, de modo a adequá-las às novas situações e cenários, por meio de sua estrutura organizacional, colaborando para a consolidação de ambiente harmônico para a UFPI e para seus funcionários

A estrutura da Pró-Reitoria de Administração é composta por duas diretorias: Diretoria Administrativa (DA) e Diretoria de Contabilidade e Finanças (DCF). Além dessas diretorias, integram a estrutura administrativa da Prad: Comissão Permanente de Licitação (CPL). Compõem a Diretoria Administrativa: Gerência de Contratos (Gecon), Divisão de Patrimônio (Dpat), Divisão de Compras (Dicom), Divisão de Almoxarifado (Dial), Divisão de Protocolo e Documentação (DIPD) e Divisão de Vigilância Patrimonial (DVP).

6.1.4.5 Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREXC)

A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREXC) é o órgão responsável por articular e coordenar as atividades de extensão, cultura, esporte e lazer de diversos setores da universidade com outros segmentos da sociedade, através de programas, projetos, cursos, eventos, atividades culturais, prestação de serviços, etc., em todas as suas áreas de atuação, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Extensão elaborado pelo Fórum Nacional de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) e com as diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira do Conselho Nacional de Educação (Resolução CNE/MEC n. 7 de dezembro de 2018).

Nessa articulação abre espaço para o diálogo entre a universidade e a sociedade, trazendo questões a serem pensadas, conhecendo e acompanhando de forma interativa as produções da

comunidade, reduzindo distâncias através da ação extensionista e intervindo nas realidades, com vistas à transformação social.

Dessa forma, a PREXC viabiliza a interação com a comunidade visando à inserção social e econômica dos segmentos populacionais historicamente excluídos do processo de desenvolvimento do país e oferece aos discentes uma formação mais ampla, humanística e política ao oportunizar lhes a conscientização do seu compromisso político enquanto discente e futuro profissional e a compreensão dos fundamentos, conceitos e teorias adquiridas no decorrer do curso, vivenciando atividades de ensino e pesquisa, de forma a permitir a consolidação do aprendizado pela aplicação em situações práticas nas comunidades e diversos setores sociais.

A PREXC tem por missão promover e executar as ações de extensão, cultura, esporte e lazer da UFPI como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político para a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade, orientada pelo princípio constitucional da indissociabilidade com o ensino e a pesquisa. Tem como visão, ser o mais importante registro para o desenvolvimento da UFPI, constituindo-se, através da criatividade e da inovação, na própria imagem da instituição a fim de influenciar no direcionamento político de suas ações e rumos a serem tomados em benefício do Estado do Piauí.

A PREXC tem suas atividades voltadas para o fortalecimento da Política de Extensão Universitária junto à comunidade externa e interna e a revitalização das ações culturais e a inserção das atividades esportivas e de lazer na extensão universitária, como forma de abrir novos diálogos com a comunidade. Nesse sentido, torna-se a Pró-Reitoria que articula as ações extensionistas com as produções culturais e as demandas de diversos setores sociais no que tange às ações desta área e das áreas de lazer e esporte.

Em 2018, através das Resoluções CAD n. 03/18 e n. 09/2018, passou a se chamar Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PREXC), ganhando um novo organograma, se reestruturando através de novas coordenadorias e competências e definindo novas nomenclaturas e acrônimos.

Assim, a PREX passou a ser denominada PREXC que operacionaliza suas atividades por meio das Coordenadorias de Programas, Projetos e Eventos Científicos e Tecnológicos (CPPEC); de Programas, Projetos e Eventos de Cultura, Esporte e Lazer (CPCEL) e de Programas e Cursos de Formação Profissional e Políticas Sociais (CFOPS).

6.1.4.6 Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (Propesqi)

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (Propesqi), em substituição a então denominada Pró-Reitoria de Pesquisa, foi regulamentada em janeiro de 2018, por meio da Resolução CAD n. 03/2018, a partir de uma modificação promovida pela Administração Superior da UFPI, sinalizando a necessidade estratégica de fortalecer a atuação da UFPI nas vertentes da pesquisa e inovação no país.

A missão da Propesqi é promover o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação, de forma sustentável e ética por meio do conhecimento advindo de atividades de pesquisa. Conectada com o futuro, encontra-se ancorada:

- Na Visão: consolidar a UFPI como um centro de referência no processo de produção do conhecimento gerado pelas atividades de pesquisa por meio de parcerias intra e interinstitucionais.
- Nos Valores: transparência e legitimidade; ética e respeito; responsabilidade socioambiental; e compromisso com resultados.

Atualmente, no âmbito administrativo, a Propesqi é composta pela Coordenadoria de Pesquisa e Inovação (CPESI); Coordenadoria de Infraestrutura de Pesquisa (CIP); Secretaria e a Comissão de Biodiversidade (CBIO). A Pró-Reitoria participa como membro do Conselho Gestor dos Laboratórios Multiusuários de Pesquisa (CGLMP), que foi normatizado pela Resolução Consun n. 010/2019 e, atua em parceria com a Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA).

6.1.4.7 Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação (PRPG)

A Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação (PRPG) da Universidade Federal do Piauí é o órgão responsável pela coordenação, planejamento, supervisão e fiscalização dos Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu*, *Lato Sensu* e Residências Médicas, Uni e Multiprofissionais, pela coordenação das atividades de capacitação de servidores (docentes e técnico-administrativos) em nível de Pós-Graduação e pela emissão e Registro de Diplomas e Certificados da Pós-Graduação. Foi criada em março de 2013, por meio da Resolução n. 001/13, oriunda da reunião conjunta dos Conselhos Diretor e Universitário, em 23 de janeiro de 2013, até então, era denominada Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), sendo dividida em duas: a Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação (PRPG) e Pró-Reitoria de Pesquisa (Propesqi),

A PRPG inclui na sua estrutura organizacional duas Coordenadorias: de Programas *Stricto Sensu* (CPSS) e de Programas *Lato Sensu* e Residências (CPLSR).

6.1.4.8 Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (Proplan)

A Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (Proplan) é o órgão responsável por dirigir e coordenar as ações de gestão de recursos e governança. Compreende a seguinte estrutura organizacional: Diretoria de Gestão de Recursos (DGR); Diretoria de Governança (DGOV); Coordenadoria de Orçamento (Coordor) e Coordenadoria de Contratos e Convênios (COORDCC), vinculadas à DGR; Coordenadoria de Avaliação e Estatística (Coordae) e Coordenadoria de Planejamento Administrativo (Coordpa), vinculadas à DGOV.

A Proplan juntamente com suas unidades, tem como competências: cumprir e fazer cumprir a Legislação Federal e as decisões dos órgãos deliberativos; manter atualizados os Sistemas de Governo e os Sistemas Internos e dar publicidade às informações disponibilizadas nos sistemas;

adotar medidas que conduzam a melhoria qualitativa das atividades; propor documentos de referência e normativos internos; e elaborar o planejamento e o Relatório de Gestão da IES.

6.1.5 - Superintendências

6.1.5.1 Superintendência de Recursos Humanos (SRH)

A Superintendência de Recursos Humanos (SRH) foi implantada na UFPI em 2013, através da Resolução CAD n. 44/13 – Anexo I, em substituição à Diretoria de Recursos Humanos. É o órgão responsável por coordenar as ações desenvolvidas pelas Coordenadorias e demais unidades administrativas sob sua supervisão; promover a orientação e a integração das unidades da SRH quanto às políticas e ações de gestão de pessoas; delegar atribuições aos servidores envolvidos na Superintendência; praticar todos os demais atos necessários ao exercício das funções vinculadas à SRH.

São unidades integrantes da SRH as Coordenações de: Administração de Pessoal; de Desenvolvimento de Pessoas; e Coordenação de Pagamento. A Coordenação de Administração de Pessoal possui como subunidades vinculadas a Divisão de Cadastro e Arquivo, e a Divisão de Provimentos e Controle. A Coordenação de Pagamento é composta pela Divisão de Pagamentos de Ativos (DPAT) e Divisão de Pagamento de Inativos e Pensionistas (DPIP).

A Coordenação de Atenção ao Servidor (CAS) é responsável pelo atendimento e orientação acerca de ações referentes à administração de direitos, vantagens e benefícios da Lei n. 8.112 de 11 de dezembro de1990, através do SIGRH ou de outras formas de requerimento, de atenção à saúde, perícia em saúde, e ações de caráter psicossocial, por meio de integração com a Unidade de Perícia Médica, com vistas à atenção e promoção da saúde dos servidores da UFPI, planejando, coordenando, controlando e supervisionando as atividades relacionadas às respectivas áreas.

6.1.5.2 Superintendência de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (SEBTT)

A Superintendência de Ensino, Básico, Técnico e Tecnológico (SEBTT) foi implantada na UFPI em 2016, através do Ato da Reitoria n. 404 de 04 de março de 2016, em substituição à Coordenadoria de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (CEBTT) É o órgão vinculado a REITORIA e responsável por articular as ações relacionadas ao ensino básico, técnico e tecnológico na UFPI.

6.1.5.3 Superintendência de Tecnologia da Informação (STI)

A Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) é responsável por gerir, planejar, executar, controlar e avaliar todas as atividades relacionadas à área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), além de coordenar o levantamento periódico das necessidades de TIC da UFPI, visando aprimorar os serviços prestados.

Em 2019, a UFPI deu mais um grande passo em direção à eficiência na gestão dos recursos de TIC ao estabelecer como prioridade a confecção do seu Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), alinhado com os objetivos e diretrizes estratégicos definidos no PDI 2015-2019 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, 2015). A opção pela elaboração do Plano permitiu à universidade direcionar ações da área de TIC ao atendimento das necessidades de suas diversas unidades, buscando o cumprimento das suas responsabilidades regimentais de forma a atingir suas estratégias institucionais.

Por conta da vigência do PDI que o embasou, esse PDTIC contemplou o planejamento estratégico de TIC do ano de 2019, o qual será revisado posteriormente para adequar as ações de TIC aos objetivos e metas estratégicos definidos neste PDI 2020-2024.

Baseado no Regimento Interno da STI, a Superintendência é o órgão executivo exercido pelo Superintendente, designado pelo Reitor. Está diretamente relacionada ao nível estratégico da UFPI, alinhada aos objetivos e planos da instituição.

Em relação à estrutura organizacional, a STI possui duas Coordenações: de Infraestrutura e de Sistemas. As Coordenações são subdivididas em Divisões, cada uma contendo suas atribuições separadas por área de atuação. A Coordenação de Infraestrutura é composta por três divisões: Divisão de Redes; Divisão de Manutenção e Divisão de Segurança da Informação. A Coordenação de Sistemas é formada por três divisões: Divisão de Desenvolvimento; Divisão de Banco de Dados e Divisão de Atendimento.

6.1.5.4 Superintendência de Comunicação Social (SCS)

A Superintendência de Comunicação Social (SCS) é órgão de direção subordinado diretamente à Reitoria encarregado pela gestão de comunicação social de todos os *campi* da UFPI.

A SCS foi criada em 01 de janeiro de 2013 pela Resolução Consun n. 010 e ratificada pela Resolução Consun n. 013. Suas atribuições incluem planejar, criar, supervisionar, inspecionar e avaliar as diretrizes e estratégias da política global de comunicação da Instituição, produzir e planejar a comunicação de eventos de ensino, pesquisa, internacionalização e extensão (congressos, colóquios, semanas, ciclos de debate, seminários, semanas etc.), produzir material jornalístico para todos os meios (internet, audiovisual, rádio, gráfica) e atuar no mercado editorial.

A SCS tem por visão “ser reconhecida pelo dinamismo e competência na criação e difusão de conteúdos relevantes, integrados e acessíveis a toda a sociedade utilizando as diferentes, inovadoras e inclusivas plataformas de comunicação”. Seus valores são responsabilidade, transparência, credibilidade, respeito à diversidade, ética e profissionalismo.

A SCS tem como objetivos gerir a comunicação social da IFES; gerir crises de imagem organizacional e de reputação de credibilidade; assessorar à Reitoria sobre temas de comunicação estratégica; estabelecer projetos e normativos para a política de comunicação da Instituição na sua

relação com a sociedade; produzir material e fornecer serviços para difusão da produção científica da UFPI no mercado editorial; estabelecer rotinas, normas e regimentos nos setores vinculados;

Apresenta na sua estrutura os seguintes órgãos:

• Coordenadoria de Comunicação Social (Coordcom): criada e incorporada à estrutura da SCS, em 2013, pelas Resoluções Consun n. 010 e 013 de 19 de fevereiro de 2013, e tem sob sua gestão: site institucional, redes sociais (Facebook e Twitter), *WebTV* (*Youtube* e *Instagram*), produtora de vídeos institucionais, e redação para coberturas jornalísticas. Propõe-se a consolidar e ampliar sua atuação com incremento de inclusão de atividades de laboratório em Comunicação Social para discentes da UFPI.

- Editora Universitária da UFPI (EDUFPI): criada em 1992, pela Resolução Cepex n. 041, reestruturada em 2006 e incorporada à estrutura da SCS em 2013. A EDUFPI, na sua função de difusora do conhecimento produzido pelos pesquisadores da UFPI, já contabiliza mais de 400 títulos publicados nas diversas áreas temáticas e dispõe de uma livraria própria, onde comercializa, além de sua produção, a de mais 60 outras instituições universitárias e algumas editoras privadas de todo o Brasil.

- Gráfica Universitária da UFPI (GRAFUFPI): vinculado à SCS, conforme recente reorganização administrativa promovida pela Resolução Consun n. 013 de 19 de fevereiro de 2013. A GRAFUFPI tem a incumbência de desenvolver uma política de produtos de artefatos e serviços gráficos necessários ao uso institucional e que não possam ser divulgados por meios eletrônicos ou que necessitem ser divulgados/veiculados também em papel ou outros substratos.

- Rádio FM Universitária 96,7 MHz: foi implantada em 10 de outubro de 2005 quando a Empresa Brasileira de Comunicação (Radiobrás) por meio do convênio RDB/DIJUR n. 054/2005, autorizou a Universidade Federal do Piauí a estabelecer as condições de operações dos serviços de radiodifusão de sons. Com a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), em 2007, a empresa corresponde à união do patrimônio da Empresa Brasileira de Comunicação (Radiobrás) e da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp), a FM Universitária passa a estar ligada a EBC. No final de 2008, com o prefixo ZYX 844, a Rádio FM Universitária 96,7 MHz.

A Rádio FM Universitária tem como missão: oferecer ao público uma programação plural, ética e comprometida com práticas educativas, artísticas, culturais e informativas, e como visão: “ser referência em comunicação e jornalismo públicos no Estado do Piauí”. Seus valores são: compromisso com a comunicação e jornalismo públicos; Independência nos conteúdos e transparência; defesa dos direitos humanos, a liberdade de expressão e o exercício da cidadania; valorização de pessoas, da diversidade cultural brasileira e divulgação da cultura e da música piauiense; formação crítica, cultural e cidadã dos ouvintes; valorização profissional, desenvolvimento do ser humano, estímulo ao conhecimento, à criatividade, a inovação e a

sustentabilidade; crescer de forma qualitativa e ética, tendo por base o reconhecimento dos ouvintes.

6.1.6 Órgãos Suplementares

6.1.6.1 Prefeitura Universitária (Preuni)

A Prefeitura Universitária (Preuni) é o órgão executivo da Administração Superior da UFPI encarregado da administração da infraestrutura dos *campi*, executando serviços que possibilite à universidade desenvolver as atividades administrativas, de ensino, pesquisa e extensão. Atualmente, a Preuni oferece suporte e atende à demanda dos *campi* existentes e os Colégios Técnicos.

É constituída pela Comissão de Licitação de Obras e Serviços; Comissão de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia (CLOS); Coordenadoria de Projetos (CP); Coordenadoria de Obras e Serviços (COS); Coordenadoria de Manutenção Patrimonial (CMP); Coordenadoria de Serviços Operacionais (CSO); e Coordenadoria de Planejamento e Controle (CPC).

6.1.6.2 Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco (BCCB)

A Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco (BCCB), diretamente subordinada à Reitoria, é o Órgão Suplementar responsável pela coordenação do Sistema Integrado de Bibliotecas da UFPI.

6.1.6.3 Hospitais Universitários

6.1.6.3.1 Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí (HU-UFPI)

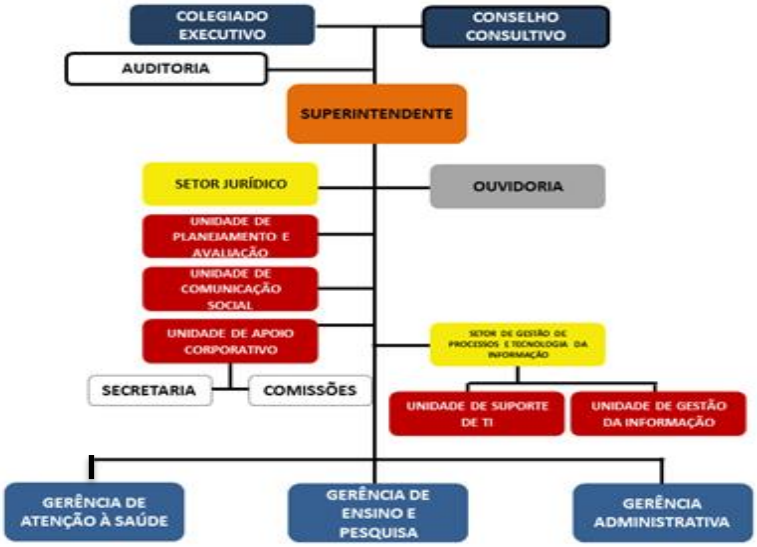
O HU-UFPI (Figura 9) foi o primeiro Hospital Universitário do Brasil a ser administrado pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), vinculada ao Ministério da Educação, com o objetivo de modernizar a gestão dos recursos financeiros e humanos dos hospitais federais universitários. A adesão do Hospital Universitário à EBSERH se deu pela Resolução Consun n. 059/2011. A EBSERH foi criada pela a Lei n. 12.550, de 15 de dezembro de 2011, publicada no DOU de 16 de dezembro de 2011, com a finalidade de prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar e ambulatorial,

Figura 9 – Fachada externa do Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí

Fonte: UFPI

além de dar apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde sem interferir na autonomia universitária. O organograma do HU-UFPI está ilustrado na Figura 10.

Figura 10 - Organograma Institucional HU-UFPI



Fonte: HU-UFPI

O HU-UFPI oferta serviços de média e alta complexidade, funcionando como retaguarda da rede de urgência e emergência (RUE). Oferece serviços em 32 especialidades médicas, possui 175 leitos de internação, 15 leitos de UTI e 10 salas cirúrgicas. A regulação ambulatorial (consultas e exames) e dos leitos de internação é realizada pelo sistema informatizado– Gestor Saúde – da Fundação Municipal de Saúde de Teresina-PI. As informações com total de consulta, exames, cirurgia e internações, realizadas no HU-UFPI nos anos de 2015 a 2019 encontram-se no Anexo IX.

Visando à integração do Hospital Universitário da Universidade Federal do Piauí (HU-UFPI) à Rede de Atenção à Saúde tem-se como base o Contrato n. 175/2017 celebrado entre a Fundação Municipal de Saúde e a Empresa Brasileira de Serviços de Saúde (EBSERH) relativo à execução de ações e serviços de saúde, gestão, ensino e pesquisa, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). O referido contrato segue monitorado, periodicamente, pela Comissão de Acompanhamento do Contrato (CAC) a partir de metas qualitativas e quantitativas dos processos de assistência em saúde presentes no documento descritivo.

O HU-UFPI tem como missão “desenvolver atividades assistenciais qualificadas que viabilizem a realização de ações acadêmicas de excelência nas áreas de ensino, pesquisa e extensão”.

A visão do HU-UFPI é “alcançar, até 2022, elevado padrão de qualidade e maior abrangência na assistência à saúde de média e alta complexidade, com o intuito de impulsionar a formação de profissionais com excelência técnica e notável saber no Estado do Piauí”.

O Hospital Universitário da UFPI (HU-UFPI) é campo para estágio curricular e práticas de ensino de diversas disciplinas dos cursos de graduação da UFPI. Os alunos e estagiários distribuem-se nos diversos serviços assistenciais ou administrativos, conforme critérios preestabelecidos e em articulação com os departamentos acadêmicos da UFPI aos quais são vinculados. Dessa forma, o HU-UFPI contribui para a formação profissional desses graduandos, fortalecendo o vínculo institucional com a UFPI. Cursos de graduação com atividades no HU-UFPI: Administração, Biomedicina, Ciências Contábeis, Enfermagem, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Nutrição, Pedagogia, Psicologia e Serviço Social.

O HU-UFPI disponibiliza à comunidade conta com o ensino de pós-graduação destinado a médicos, sob a forma de cursos de especialização. A Residência Médica no Hospital Universitário do Piauí possui atualmente 12 (doze) Programas de Residência, todos credenciados pela Comissão Nacional de Residência Médica, sob as seguintes denominações: Anestesiologia, Cirurgia Geral, Clínica Médica, Dermatologia, Obstetrícia e Ginecologia, Oftalmologia, Ortopedia e Traumatologia, Radiologia e Diagnóstico por Imagem, Patologia, Medicina da Família e Comunidade e Programa de Pré-requisito em Área Cirúrgica Básica. Nas especialidades com pré-requisito, contam com programas em: Cardiologia, Cirurgia Geral, Gastroenterologia, Reumatologia, Medicina Intensiva, Endocrinologia e Metabologia, Geriatria, Cirurgia Plástica, Endoscopia, Endoscopia Digestiva, Cancerologia Clínica e Neurologia (Quadro 6).

O HU-UFPI, também, conta com programas de Residência Multiprofissional e Uniprofissional em Saúde (Programa de Pós-graduação *Lato Sensu*). A Residência Multiprofissional em Saúde do HU-UFPI conta com Programas em Nutrição, Farmácia, Enfermagem, Psicologia e Fisioterapia, todos com duração de 2 anos. A Residência Multiprofissional Assistência em Cuidados Intensivos do HU-UFPI integra Programas em Enfermagem, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição, Psicologia e Serviço Social, todos com 02 anos de duração.

Quadro 6 – Programas de Residência Médica

PROGRAMA	ANOS	PARECER ATUAL	DATA DA APROVAÇÃO	RENOVAÇÃO	N. DE EGRESSOS	ANO
Anestesiologia	3	1.303/2017	14/12/2017		01	2019
Cancerologia	3	46/2019	24/10/2018		-	
Cardiologia	2	384/2017	18/01/2017	17/01/2022	02	2019
Cirurgia Geral	3	654/2016	18/03/2016	24/11/2020	05	2019
Cirurgia Geral (1 ano adicional)	1	829/2016	18/03/2016	24/11/2020	-	
Cirurgia Plástica	3	851/2018	21/11/2018	25/11/2023	01	2019
Pré-requisito em Area Cirúrgica Básica	2	-	-	-	-	-
Clínica Médica	2	47/2019	24/12/2018	-	07	2019
Dermatologia	3	1.300/2017	14/12/2017	-	02	2019
Endocrinologia e Metabologia	2	1.336/2017	14/12/2017	-	02	2019
Endoscopia	1	754/2017	24/10/2018	-	-	
Endoscopia Digestiva	2	378/2017	18/01/2017	17/01/2022	01	2019
Gastroenterologia	2	1.117/2015	26/11/2015	24/11/2020	02	2019
Geriatria	2	1.335/2017	14/12/2017	-	01	2019
Ginecologia e Obstetrícia	3	1.302/2017	14/12/2017	17/01/2022	06	2019
Medicina e Família e Comunidade	2	240/2018	21/02/2018	-	-	

Medicina Intensiva	2	1.301/2017	14/12/2017	-	01	2018
Neonatologia*	2	-	-	-	02	2018
Neurologia	3	224/2019	31/01/2019	-	-	-
Oftalmologia	3	858/2018	21/11/2018	27/11/2023	03	2019
Ortopedia e Traumatologia	3	1.930/2014	23/10/2014	22/10/2019	02	2019
Pediatria**	3	-	-	-	06	2019
Psiquiatria***	3	557/2016	22/02/2016	-	02	2019
Patologia	3	774/2017	23/08/2017	-	-	
Radiologia e Diagnóstico por Imagem	3	1.208/2017	14/12/2017	13/12/2022	02	2019
Reumatologia	2	1.110/2015	26/11/2015	24/11/2020	01	2018
Assistência em Cuidados Intensivos****	2	2018-2814	Fev./2019	-	-	-

*Residência de Neonatologia é realizada na Maternidade Evangelina Rosa.
**Residência de Pediatria é realizada no Hospital Infantil Lucídio Portela.
***Residência de Psiquiatria é realizada no Hospital Areolino de Abreu
**** Residência Multiprofissional
Fonte: HU/UFPI

6.1.6.3.2 Hospital Veterinário Universitário (HVU)

6.1.6.3.2.1 Hospital Veterinário Universitário – Campus Ministro Petrônio Portella (HVU-CMPP)

O Hospital Veterinário Universitário do Campus Ministro Petrônio Portella (HVU-CMPP), "Médico-Veterinário Jeremias Pereira da Silva" (Figura 11), é referência no tratamento de animais não só no Piauí, mas também em toda a região Nordeste. Inaugurado no ano de 2003, o hospital atende animais de companhia (cães e gatos), de produção e silvestres, oferecendo serviços como consultas, cirurgias, internação, vacinação, necropsia e exames laboratoriais, radiográficos e ultrassonográficos.

As instalações do HVU-CMPP encontram-se localizadas no Centro de Ciências Agrárias (CCA), no Campus Ministro Petrônio Portella, em Teresina-Piauí. Com funcionamento em regime de plantão 24 horas, o Hospital Veterinário Universitário possui uma unidade de remoção hospitalar.

Figura 11 – Fachada do HVU-CMPP

Fonte: UFPI

O HVU-CMPP funciona como hospital-escola. Alunos de cursos de graduação e pós-graduação utilizam as dependências do hospital como espaços para práticas acadêmico-científicas, apoiando ações de ensino, pesquisa e extensão na Universidade Federal do Piauí, por meio das seguintes ações:

- Utilização das instalações do HVU-CMPP e liberação de materiais de consumo para pesquisa (TCC de graduação e residência), Pibic, dissertação de mestrado e tese de doutorado;

- Uso das instalações do HVU-CMPP e liberação de materiais de consumo para aulas práticas das disciplinas da graduação;
- Realização de exames laboratoriais e de imagem nas pesquisas (TCC de graduação e residência), dissertação de mestrado e tese de doutorado;
- O HVU-CMPP realiza Projeto de Extensão intitulado "Controle de natalidade de cães e gatos do campus universitário Ministro Petrônio Portella", com a participação de alunos da graduação e pós-graduação. São atendidos animais oriundos de diferentes unidades da UFPI: CCA, CTT, RU, HU, CCHL, CCE, CT, CCS, CCN, Tropen e Serviço Gerais;
- Realização de parcerias e apoio a diversas instituições: Parque Zoobotânico, Apipa, Embrapa, Ibama e Polícia Militar, por meio de atendimento clínico e cirúrgico, sem custos, aos animais dessas instituições, com participação direta de residentes e alunos da graduação;
- Realização de ações de caráter público e de cunho social prestando atendimentos gratuitos a animais de pessoas portadoras de cartão Bolsa Família e a animais acidentados encontrados nas vias públicas;
- Realização de castrações cirúrgicas, nos fins de semana, através do convênio entre o HVU-CMPP e a Fundação Municipal de Saúde de Teresina (FMS), cujo objetivo é o controle populacional de cães e gatos da cidade de Teresina. As castrações realizadas contam com a colaboração de professores, médicos-veterinários, médicos-veterinários aprimorandos e alunos de medicina veterinária.

O HVU-CMPP conta com o http://ufpi.br/setor-de-anatomia-patologicaSetor de Anatomia Patológica, http://ufpi.br/setor-de-clinica-e-cirurgia-de-pequenos-animaisSetor de Clínica e Cirurgia de Pequenos Animais, http://ufpi.br/setor-de-clinica-e-cirurgia-de-grandes-animaisSetor de Clínica e Cirurgia de Grandes Animais, http://ufpi.br/setor-de-diagnostico-por-imagemSetor de Diagnóstico por Imagem, Laboratório de Doenças Parasitárias, http://ufpi.br/laboratorio-de-doencas-infecciosasLaboratório de Doenças Infecciosas, http://ufpi.br/laboratorio-de-patologia-clinicaLaboratório de Patologia Clínica e http://ufpi.br/laboratorio-de-reproducao-animalLaboratório de Reprodução Animal.

Funciona nas instalações do HVU-CMPP, um posto permanente de vacinação antirrábica com serviço gratuito, que atua independente de campanhas de vacinação. Para internação de pequenos animais dispõe 139 leitos; para a clínica de grandes animais dispõe de 25 baias e 12 piquetes de internação.

O cemitério de animais também é um diferencial do HVU-CMPP. Denominado de "Cadelinha Sasha", ocupa uma área de 1.000 m². É o único cemitério público da América Latina voltado exclusivamente para enterro de animais de pequeno porte.

6.1.6.3.2.2 Hospital Veterinário Universitário – Campus Profª. Cinobelina Elvas (HVU-CPCE)

O HVU-CPCE (Figura 12) foi inaugurado na data de 07 de dezembro de 2015, visando oferecer à comunidade de Bom Jesus e região circunvizinhas serviços médico-veterinários públicos tributáveis, em horário comercial, de segunda à sexta-feira, congregando administrativamente os serviços de ensino, pesquisa e extensão à comunidade acadêmica e regional. O HVU-CPCE possui diversos setores em sua composição, podendo-se destacar o Setor de Clínica Médica de Cães e Gatos, composto por uma recepção, três consultórios, uma farmácia, um almoxarifado, uma sala de cuidados intensivos, dois ambulatórios, uma maternidade, quatro canis de internamento e um gatil. O setor de Clínica Médica de Animais de Produção dispõe de uma sala para exame clínico, oito baias para pequenos animais, sete baias para grandes animais e um brete com balança. No Setor de Clínica Cirúrgica existem cinco centros cirúrgicos para pequenos animais, uma sala de preparo, vestiários masculino e feminino, uma sala de escovação, uma sala de paramentação, uma sala de lavanderia, uma sala de esterilização, um canil de recuperação, um centro cirúrgico para grandes animais, uma sala de preparo de grandes animais e vestiários masculino e feminino. Além desses setores, dispõe de reprodução animal, patologia clínica, parasitologia, histopatologia e microbiologia. O quadro de funcionários é composto por professores do curso de Medicina Veterinária, técnicos administrativos e terceirizados. Conta atualmente, com um Diretor, uma secretária, um auxiliar administrativo, um técnico de laboratório, seis médicos veterinários, uma recepcionista, quatro serventes de limpeza hospitalar e um servente de limpeza geral, além dos professores que ocupam cargos de chefias de setores.

Figura 12 – Fachada do HVU-CPCE

Fonte: UFPI

O hospital funciona de segunda à sexta feira, de 08:00h às 12:00h e de 14:00h às 18:00h. Associado ao atendimento à comunidade, em suas dependências físicas são realizadas aulas práticas do curso de Graduação em Medicina Veterinária do Campus Professora Cinobelina Elvas (CPCE) e aulas dos cursos de Pós-Graduação, desenvolvendo atividades de extensão, mediante programas e/ou projetos cadastrados na Pró-Reitoria de Extensão. Os materiais utilizados para a realização das atividades de ensino, pesquisa e extensão dos cursos de graduação nas dependências desse Hospital, são todos custeados com recursos próprios do HVU-CPCE.

Oferece serviços hospitalares, médico-cirúrgicos, ambulatoriais, laboratoriais e emergenciais a animais domésticos, silvestres e selvagens, de pequeno e grande porte, que possuam proprietários que se responsabilizem, legal e economicamente, pelos mesmos.

6.1.7 Órgãos Assessores

6.1.7.1 Auditoria Interna (Audin)

A Auditoria Interna (Audin) da UFPI é subordinada, administrativamente, ao Conselho de Administração, estando sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, através da Secretaria Federal de Controle vinculada a Controladoria Geral da União (CGU), prestando apoio aos órgãos e às unidades que o integram, visando proporcionar qualidade dos trabalhos e efetividade nos resultados de auditoria, quanto à comprovação da legalidade e, a avaliação dos resultados relativa à economicidade, à eficiência e à eficácia da gestão, notadamente em relação aos controles internos da instituição.

A responsabilidade da Audin é expressar opinião sobre a composição do processo de prestação de contas; o resultado do acompanhamento da implementação das recomendações e determinações expedidas pela citada unidade, pela Secretaria Federal de Controle da Controladoria Geral da União e pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e a adequação dos controles internos administrativos. Também realiza monitoramento do Plano de Providências Permanente sobre as recomendações dos órgãos de controle interno e externo (CGU e TCU), prestando consultoria e assessoramento a administração superior (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2008).

6.1.7.2 Assessoria Internacional (Assinter)

A Assessoria Internacional (Assinter) é vinculada ao Gabinete do Reitor e tem por finalidade ampliar e consolidar a internacionalização e os laços de cooperação interinstitucionais da UFPI. Foi criada em 2005 e está encarregada de fomentar a internacionalização na UFPI, promovendo parcerias com universidades de outros países e divulgando editais e outras oportunidades para toda a comunidade acadêmica, com o objetivo de desenvolver a cooperação acadêmica, técnica, científica, artística e cultural.

A UFPI vem desenvolvendo sua internacionalização nos últimos anos, e, para tal, já viabilizou algumas ações necessárias, tais como: a expansão da Assessoria Internacional; a instituição do programa de auxílio à tradução de artigos científicos, com o objetivo de divulgar e ampliar a internacionalização das pesquisas da UFPI; celebração de acordos de cooperação com mais de trinta instituições estrangeiras; e a busca permanente pela melhoria de seus indicadores de qualidade a fim de intensificar e consolidar o intercâmbio de seu alunado com Instituições de outros países.

De 2012 a 2019, 440 discentes e docentes da UFPI receberam bolsas do Programa Ciência Sem Fronteiras: 430 Graduação Sanduíche no Exterior, 03 Doutorado Sanduíche no Exterior, 04 Doutorado Pleno no Exterior e 03 Pesquisador Visitante Especial. A instituição também participa de outros programas importantes para a promoção da internacionalização nas instituições de ensino superior: *Erasmus Mundus*; Santander Universidades; Bracol (Brasil-Colômbia) iniciado em 2014; Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação (Paec), iniciado em 2015; Bramex (Brasil-México), iniciado em 2016; *Overworld;* e Propat (esses cinco últimos por meio do Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras). Por meio do *Erasmus*, foi recebida uma professora visitante da Universidade de Coimbra, e dois estudantes europeus que permaneceram na UFPI por um ano, fazendo intercâmbio. Foram enviados cinquenta e oito estudantes de graduação (de 2014 a 2019) para intercâmbio no exterior por meio dos Programas de Bolsas Santander Universidades Luso-brasileiras e Ibero-americanas. O Bracol, desde a primeira edição até 2019.2, foram recebidos 50 estudantes de graduação colombianos e enviados 45 estudantes da UFPI para universidades colombianas, ambos os casos por um período de seis meses cada. O Paec do início até o momento atual, a universidade já recebeu vinte estudantes latino-americanos para realizar integralmente mestrado e doutorado em nossos programas de pós-graduação. Oito desses estudantes já defenderam suas dissertações e retornaram aos seus países. Através do Bramex foram recebidos cinco estudantes mexicanos e enviados seis para instituições mexicanas.

O número de convênios com instituições estrangeiras aumentou mais de 100%. Há 34 convênios assinados em exercício e mais de dez em tramitação de aprovação e assinatura.

Em relação ao ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras, principalmente a língua inglesa, a UFPI teve um grande crescimento a partir de 2012, quando o primeiro projeto para receber bolsistas da *Fulbright* foi aprovado. De 2012 a 2019, anualmente, a UFPI recebeu bolsistas estadunidenses que ficaram na UFPI por nove meses por ano para auxiliar no ensino-aprendizagem de língua inglesa.

A Assessoria Internacional, por meio do Programa Idiomas Sem Fronteiras, ofereceu no segundo semestre de 2018, aos professores de pós-graduação interessados, um curso de extensão de Inglês como Meio de Instrução. O objetivo desse curso foi preparar professores que já são fluentes no idioma a ministrarem uma disciplina (ainda que seja optativa ou um minicurso, conforme seja decidido no colegiado dos seus programas) em língua inglesa como projeto-piloto em 2019. Se que se ação for bem-sucedida, pretende-se expandi-la posteriormente para cursos de graduação da universidade.

Com a oferta de disciplinas em língua inglesa, espera-se que a UFPI tenha mais possibilidades para receber professores e estudantes estrangeiros. Por meio do Programa Idiomas Sem Fronteiras, também são oferecidas aulas de língua francesa para a comunidade interna da UFPI. Finalmente, por meio de uma parceria assinada com o Instituto *Confucius*, a instituição receberá professor de língua chinesa para que seja iniciada a oferta de cursos de mandarim na UFPI.

Para atender as demandas crescentes de internacionalização da comunidade acadêmica da UFPI, apresentam-se as seguintes diretrizes:

- Sensibilizar a comunidade acadêmica para a importância da internacionalização;
- Mapear as ações de internacionalização da UFPI;
- Divulgar mais amplamente oportunidades e eventos de internacionalização da UFPI;
- Criar um comitê de internacionalização da UFPI;
- Desenvolver mais acordos e parcerias internacionais estratégicos em todos os continentes;
- Divulgar as informações dos sítios eletrônicos da UFPI em outras línguas;
- Desenvolver ações de Extensão em parceria com instituições internacionais;
- Oferecer disciplinas em língua inglesa ou outras línguas nos programas de graduação e pós-graduação da UFPI;
- Preparar profissionais e pesquisadores para um mundo globalizado/internacionalizado com paz, respeito e interculturalidade.

É importante estimular os pesquisadores para a busca de novas oportunidades e parcerias estratégicas, considerando suas experiências de internacionalização, as pesquisas que já desenvolvem e as universidades mais relevantes em suas áreas de conhecimento, possibilitando a apresentação de parceiros potenciais que possam resultar em pesquisas em conjunto (que produzam publicações e/ou outros meios de divulgação), intercâmbios de professores, estudantes e técnicos, que promovam o crescimento bilateral das instituições e pessoas envolvidas.

6.1.7.3 Unidade Seccional de Correição (USC)

Por meio do Ato da Reitoria 569/11 foi reconstituída a Unidade Seccional de Correição, no âmbito da Universidade Federal do Piauí, como integrante do sistema de Correição do Poder Executivo.

Competências da USC da UFPI:

a) Propor à Administração Superior da UFPI medidas que busquem a padronização, sistematização e normatização dos procedimentos operacionais relativas à atividade correcional; b) Participar de atividades que exijam ações conjugadas para aprimoramento do exercício das atividades comuns; c) Opinar sobre a instauração de procedimentos e processos disciplinares, sem afrontar a iniciativa pela autoridade competente; d) Manter registro atualizado das aberturas de procedimentos investigativos no âmbito da UFPI; e) Encaminhar ao órgão da CGU dados consolidados e sistematizados relativos aos resultados de sindicâncias e processos administrativos disciplinares, conforme padrões estipulados por aquele órgão de Controladoria; f) Orientar aos membros de PAD e sindicâncias sobre normas e procedimentos referentes à espécie procedimental. g) Informar ao órgão de Recursos Humanos da UFPI sobre a existência, ou não, de

procedimento investigativo sobre servidores que solicitam aposentadoria ou outra natureza de afastamento desta IFES.

6.1.7.4 Procuradoria Federal junto a UFPI

A Procuradoria Federal junto a UFPI é a representante judicial dessa IES, desempenha suas funções pautada na legislação e princípios norteadores do direito público, atuando exclusivamente na esfera consultiva, na busca, de forma incisiva, da aplicação e exercício do direito e da justiça administrativa.

6.1.7.5 Ouvidoria da UFPI

A Ouvidoria da Universidade Federal do Piauí - UFPI é um órgão de assessoramento da Reitoria que tem por finalidade oferecer à sociedade um canal de comunicação dos cidadãos com as unidades acadêmicas e administrativas da Instituição no que concerne ao recebimento de manifestações na forma de reclamações, elogios, denúncias e pedidos de informações, o que contribui para a construção de uma cultura de participação e controle social do Estado e do desenvolvimento institucional da Instituição.

Na UFPI, a Ouvidoria desempenha um papel fundamental na transparência e na garantia do acesso às informações, em atendimento à Lei nº 12.527/2011, que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas, mediante mecanismos de transparência ativa, com disponibilização de informações na página institucional da Instituição, na internet, e de transparência passiva, intermediando e monitorando o pedido de informações via Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-Sic). Constituindo, assim, um canal de comunicação entre discentes, docentes, técnico-administrativos e a comunidade externa, com a UFPI.

O acesso à informação é realizado tanto de forma passiva, via sistema, quanto de forma ativa. Informações são disponibilizados no Portal da UFPI seguindo o Guia de transparência Ativa para órgãos e entidades do poder executivo federal, elaborado pela CGU, que possui o objetivo de auxiliar no correto cumprimento das obrigações previstas na LAI e demais normas que regem o assunto. Os dados abertos são disponibilizados via Portal de dados abertos da UFPI, seguindo o Plano de Dados Abertos (PDA) biênio 2018-2020. A aprovação do PDA 2020-2022 está atualmente em andamento.

A Ouvidoria possui sala própria, desde 2017, com compartilhamento de funções. Além do atendimento presencial, os contados podem ser feitos pelo Sistema Integrado de Gestão

de Atividades Acadêmicas (SIGAA); Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação; Acesso à Informação do Governo Federal; Dados Abertos da UFPI; e, ainda, por meio do e-mail <ouvidoria@ufpi.edu.br> e por telefone.

6.1.8 Unidades acadêmicas sediadas no campus de Teresina

De acordo com o artigo 23 do Regimento Geral da UFPI: “os Centros são órgãos setoriais de administração e coordenação das atividades de ensino, pesquisa e extensão, exercendo, através dos seus órgãos próprios, funções deliberativas e executivas” e apresentam, em sua estrutura organizacional, como órgãos deliberativos, o Conselho Departamental, as Assembleias Departamentais e os Colegiados de Cursos. Como órgãos executivos, têm-se as Unidades Acadêmicas que são formadas pela Diretoria, Departamentos e Coordenações de Cursos.

6.1.8.1 Centro de Ciências Agrárias (CCA)

O Centro de Ciências Agrárias (CCA), criado em 16 de março de 1978, por meio da Resolução CD n. 25, tem com o objetivo desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão nas áreas das Ciências Agrárias e áreas afins. O Centro está situado no Campus Ministro Petrônio Portella, Bairro Socopo, Teresina-PI, onde ocupa uma área de 216 hectares. O CCA, com sua estrutura organizacional e seus recursos humanos, docente e técnico, tem como objetivo primordial formar e capacitar profissionais de alta performance em conhecimentos e tecnologias para atender as demandas do mercado profissional nas áreas das ciências agrárias local, regional e nacional em consonância com a missão e a visão da UFPI.

O CCA oferece os seguintes cursos de graduação: Bacharelado em Engenharia Agronômica (1976); Bacharelado em Medicina Veterinária (1976) e Bacharelado em Zootecnia (2019); e os cursos de pós-graduação *stricto sensu*: Ciência Animal - Mestrado (1999) e Doutorado (2005); Agronomia/Produção Vegetal - Mestrado (2003) e Doutorado (2013); Genética e Melhoramento - Mestrado (2009); e Tecnologia Aplicadas a Animais de Interesse Regional - Mestrado e Doutorado (2019).

Ao CCA estão vinculadas 03 (três) coordenações e 06 (seis) departamentos de cursos de graduação, a seguir: Coordenação dos cursos de Bacharelado em Engenharia Agronômica (CCEA); Bacharelado em Medicina Veterinária (CCMV); Bacharelado em Zootecnia (CCZOO) e Departamentos de Clínica e Cirurgia Veterinária (DCCV); Engenharia Agrícola e Solos (DEAS); Fitotecnia (DFIT); Morfofisiologia Veterinária (DMV); Planejamento e Política Agrícola (DPPA); e Zootecnia (DZOO).

Tem, ainda, 04 (quatro) Coordenações dos Programas de Pós-Graduação, a seguir: Agronomia Tropical (CPPGA-AT); Ciência Animal (CPPGCA); Genética e Melhoramento (CPPGM); e Tecnologias Aplicadas a Animais de Interesse Regional (CPPGTAIR).

No CCA desenvolvem-se atividades em 05 (cinco) Núcleos de Estudo e Pesquisa, a seguir: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Processamento de Alimentos (Nueppa); Núcleo de Estudos, Pesquisas e Preservação de Animais Silvestres (NEPAS); Núcleo Integrado de Morfologia e Pesquisas com Células-tronco (NUPCelt); Núcleo de Pesquisa em Plantas Aromáticas e Medicinais (Nuplam); e Núcleo de Diagnóstico por Imagem Veterinário Especializado (Nudive).

6.1.8.2 Centro de Ciências da Educação (CCE)

O Centro de Ciências da Educação (CCE) foi implantado por meio da Resolução CD n. 10 de 19 de março de 1975. Atualmente é denominado de Centro de Ciências da Educação “Prof. Mariano da Silva Neto”, em homenagem ao seu primeiro Diretor.

Quatro departamentos de cursos de graduação estão vinculados ao CCE: Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino (DMTE); Departamento de Fundamentos da Educação (DEFE); Departamento de Arte (DEA); e Departamento de Comunicação Social (DCSO). Vinculados a esse Centro estão, também, as Coordenações dos Cursos de Bacharelados em Comunicação Social (Jornalismo); e Moda, Design e Estilismo; e Licenciaturas em Artes Visuais; Educação do Campo-Ciências da Natureza; Música; e Pedagogia.

O (CCE) tem se firmado como referência regional nas áreas de Educação; Comunicação; Artes Visuais; Música, bem como Moda, Design e Estilismo, por meio das atividades de ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão. Ademais, sedia a estrutura dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação (Mestrado e Doutorado) e Comunicação Social (Mestrado).

6.1.8.3 Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL)

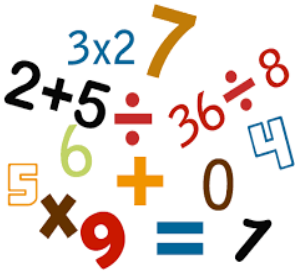
O Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL) é uma unidade de ensino e administração da Universidade Federal do Piauí, reconhecida nos Estatutos da Instituição. O CCHL é o sucessor da Faculdade de Direito do Piauí, instituída em 25 de março de 1931, e da Faculdade de Filosofia do Piauí, instituída em 16 de junho de 1957, ambas incorporadas à UFPI quando da sua fundação, em 01 de março de 1971.

Atualmente, o CCHL abrange 12 (doze) áreas do conhecimento organizadas em 06 (seis) Departamentos de Ensino, 13 (treze) Coordenações de Curso de Graduação e 10 (dez) Programas de Pós-Graduação. Também, estão vinculados ao CCHL 03 (três) Programas de Educação Tutorial (PET), 11 (onze) Centros Acadêmicos (de representação discente) e mais de trinta Núcleos de Estudos, Pesquisa e Extensão.

O CCHL oferece à comunidade, ainda, 16 (dezesseis) cursos de graduação (Bacharelados em Administração; Ciência Política; Ciências Contábeis; Ciências Econômicas; Ciências Sociais; Direito; História e Serviço Social; Licenciaturas em Filosofia; Ciências Sociais; Geografia; História; Letras-Português; Letras-Inglês; Letras-Francês e Letras-Libras); 10 (dez) programas de pós-graduação, sendo 06 (seis) Mestrados Acadêmicos (Antropologia; Ciência Política; Direito; Geografia; Gestão Pública; Sociologia) e 04 (quatro) com Mestrado Acadêmico e Doutorado (Filosofia; História do Brasil; Letras; Políticas Públicas); além de cursos de especialização (pós-graduação *lato sensu*), de extensão e de idiomas, assim como atividades diárias abertas ao público como palestras, debates, conferências, seminários, simpósios e congressos.

6.1.8.4 Centro de Ciências da Natureza (CCN)

O Centro de Ciências da Natureza (CCN) é uma unidade de ensino e administração da Universidade Federal do Piauí criado por meio da Resolução CD n. 02/72 com a denominação de Departamento de Ciências da Natureza. No ano seguinte, a Resolução CD n. 30/73 modificou a estrutura organizacional desse Centro ao: (1) criar o Departamento de Matemática e de Físico-Química desmembrados do Departamento de Ciências da Natureza; (2) extinguir na universidade o Departamento de Ciências da Natureza criado por meio da Resolução Consun n. 02/72; e (3) implantar a Unidade Universitária “Centro de Ciências da Natureza” órgão de coordenação dos Departamentos de Matemática, Físico-Química e de Biociências, oriundo do Centro de Ciências da Saúde (CCS). Posteriormente, o Departamento de Biociências foi transformado em Departamento Biomédico e pouco tempo depois foi transferido para o CCS.



Atualmente, o CCN conta com 05 (cinco) Departamentos: Química, Biologia, Física, Matemática e Computação, e suas respectivas coordenações de Curso, a saber: Química, Ciências Biológicas, Física, Matemática e de Ciência da Computação e ainda, as coordenações dos cursos do Reuni: Bacharelado em Estatística, Licenciatura em Ciências da Natureza e Bacharelado em Arqueologia e Conservação de Arte Rupestre. O CCN tem, também, em sua estrutura a representação estudantil de cada curso, ou seja, 08 (oito) Centros Acadêmicos.

O CCN oferece à comunidade 12 (doze) cursos de graduação (Bacharelados em Arqueologia, Ciências Biológicas, Ciência da Computação, Estatística, Física, Matemática e

Química; e Licenciaturas em Ciências Biológicas, Ciências da Natureza, Física, Matemática e Química); 12 (doze) programas de pós-graduação, sendo 05 (cinco) Mestrado Acadêmicos (Arqueologia, Ciência da Computação, Física, Matemática e Química), 03 (três) Mestrados Profissionais (Física, Matemática e Química) e 04 (quatro) Doutorados (Ciência da Computação, Física, Matemática e Química).

6.1.8.5 Centro de Ciências da Saúde (CCS)

O Centro de Ciências da Saúde é uma unidade de ensino e administração da Universidade Federal do Piauí institucionalizado em 1973, tendo se originado das Faculdades de Medicina do Piauí e de Odontologia do Piauí. Integram sua estrutura organizacional, 13 (treze) Departamentos e 06 (seis) Coordenações de cursos de graduação. O CCS conta com o apoio de 04 (quatro) Hospitais-Escola, que pertencem à rede estadual de saúde, no âmbito dos quais desenvolve ensino de graduação sobretudo o internato dos graduandos em Medicina. Desenvolve, também, o Programa de Residência Multiprofissional, Residência em Cirurgia Bucomaxilofacial e Programas de Residência Médica, os quais têm por objetivo a qualificação de profissionais para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e atendimento às demandas de pessoal qualificado para o exercício de tarefas diversas pertinentes ao corpo de saúde humana.

Conta, também, com o Laboratório de Imunogenética e Biologia Molecular (LIB), implantado em 1999, centro de referência para exames de alta complexidade e núcleo de pesquisa em genômica e proteômica, credenciado pelo Ministério da Saúde para realização de exames de compatibilidade para os programas de transplantes de órgãos e tecidos.

Cada um dos cursos ofertados pelo CCS possui uma Coordenação: Educação Física (licenciatura); Enfermagem (bacharelado); Odontologia (bacharelado); Farmácia (bacharelado); Medicina (bacharelado) e Nutrição (bacharelado).

Abriga, ainda, os seguintes programas de pós-graduação *stricto sensu:* Ciências e Saúde (mestrado), Enfermagem (mestrado e doutorado), Farmacologia (mestrado e doutorado), Alimentos e Nutrição (mestrado e doutorado), Ciências Farmacêuticas (mestrado e doutorado) e Odontologia (mestrado).

6.1.8.6 Centro de Tecnologia (CT)

O CT foi implantado por meio da Resolução CD n. 38 de 25 de agosto de 1975, sendo inicialmente constituído pelas Coordenações de Ciências Agrárias e de Tecnologia. Após a criação do CCA, que absorveu a Coordenação de Ciências Agrárias, em 15 de março de 1978, o CT foi reestruturado através da Resolução CD n. 18/78, que extinguiu a Coordenação de Tecnologia e criou os Departamentos de Construção Civil; Estruturas; e Transportes. Posteriormente, em 1981, foi criado o Departamento de Recursos Hídricos e Geologia Aplicada, que, em 2015, com as novas contratações docentes, mudou a nomenclatura para Departamento de Recursos Hídricos, Geologia e Saneamento Ambiental.

Estão vinculados ao CT os seguintes Departamentos: Construção Civil e Arquitetura; Recursos Hídricos, Geologia e Saneamento Ambiental; Estruturas e Transportes. Existem as seguintes coordenações de curso de graduação: Engenharia de Materiais; Engenharia de Produção; Engenharia Elétrica; Engenharia Mecânica; Engenharia Cartográfica e de Agrimensura; Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil.

Atualmente, funcionam no CT 06 (seis) cursos de bacharelados na área das Engenharias e um na área de Arquitetura e Urbanismo: Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil, Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica e Engenharia dos Materiais.

O Centro de Tecnologia possui 02 (dois) programas de pós-graduação *stricto sensu*: Mestrado em Engenharia Elétrica e, Mestrado e Doutorado em Ciências e Engenharia de Materiais.

6.1.8.7 Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD)

O Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD) da UFPI começou a funcionar em 2006, e foi incorporado como unidade de ensino da UFPI em 2013 através da Portaria Seres n. 97, de 5 de março de 2013, publicada no DOU n. 44 de 06 de março de 2013, que aprovou alterações no Estatuto da Universidade Federal do Piauí. O CEAD tem como objetivos oferecer educação gratuita e de qualidade à população piauiense e criar cursos que atendam às necessidades socioeconômicas de cada região. A estrutura administrativo-organizacional do CEAD é composta de uma Direção Geral, assessorada por duas Secretarias: a de Controle Acadêmico e a Administrativa, e conta com seis coordenações: Coordenação Geral de Apoio aos Polos; Coordenação de Tutoria; Coordenação de Projetos; Coordenação Pedagógica; Coordenação de Informática; e Coordenação de Produção de Material Didático.

Atualmente, o CEAD oferta 15 cursos de graduação (Bacharelados em Administração, Administração Pública e Sistema de Informação, e Licenciaturas em Filosofia, Letras-Português, Letras-Inglês, Geografia, História, Pedagogia, Ciências Biológicas, Física, Matemática, Química, Computação e Informática, e Ciências da Natureza em 48 polos de apoio presencial.

Os cursos de pós-graduação *lato sensu* a distância ofertados são: História Social da Cultura; Ecologia; Ensino de Matemática; Gestão em Saúde; Gestão Pública; Gestão Pública Municipal; Saúde da Família; Língua Brasileira de Sinais; Informática na Educação; Gestão Educacional em Rede; Ensino de Química; Ensino de Filosofia; Física; Alfabetização e Letramento; Gênero e Raça (UNIAFRO); Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

E, os cursos de pós-graduação *stricto sensu* a distância ofertados são: Mestrado Profissional em Matemática, em rede nacional (Prof-Mat) e Mestrado Profissional em Filosofia (Prof-Filo).

6.1.9 Unidades Acadêmicas fora de sede

6.1.9.1 Campus Amílcar Ferreira Sobral (CAFS)

O CAFS (Figura 13), localizado no KM 35 da BR 343, Bairro Meladão, CEP 64800-000, no município de Floriano-PI, foi implantado após a adesão da UFPI ao Reuni, com o propósito de congregar esforços para a consolidação de uma política nacional de reestruturação e expansão da educação superior pública, como também, para atender à necessidade de crescimento e desenvolvimento socioeconômico do Estado do Piauí, sobretudo da região do Médio Parnaíba.

O município de Floriano está situado na Região Fisiográfica do Médio Parnaíba, a 234 km de Teresina. Possui IDH de 0,7 e uma população de 57.690 habitantes[6]. É o principal centro educacional da região sul do Piauí e de parte do Maranhão visto que se limita por meio do rio Parnaíba ao município de Barão de Grajaú. Floriano exerce influência sobre quase trinta municípios maranhenses e piauienses. Hoje, Floriano está consolidado como grande Polo Educacional, atendendo aos níveis fundamental, médio normal e profissionalizante, bem como ensino superior de qualidade, através de universidades públicas e particulares.

Figura 13 – Fachada externa do CAFS, em Floriano-PI

Fonte: UFPI

O CAFS teve suas atividades acadêmicas iniciadas no primeiro semestre de 2009, momento em que foram recebidos 200 alunos, distribuídos em quatro cursos de graduação, dois bacharelados e duas licenciaturas. Enquanto as instalações do Campus estavam sendo construídas, as atividades acadêmicas e administrativas funcionaram nas instalações do Colégio Técnico de Floriano (CTF), também pertencente à UFPI.

A implantação do CAFS veio contribuir para a consolidação do desenvolvimento da cidade e do município de Floriano, que é hoje um dos principais centros educacionais do sul do estado do Piauí e que exerce influência sobre, aproximadamente, 30 municípios piauienses e maranhenses.

[6]PNUD. Atlas do desenvolvimento humano: Floriano-PI, caracterização do território, 2010. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/floriano_pi>. Acesso em: 20 jan. 2020.

O corpo docente do CAFS, composto por profissionais com titularidade de doutorado, mestrado e especialização, tem o propósito de contribuir com o futuro dos jovens da região para enfrentar os desafios e transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições do exercício profissional, contribuindo para o crescimento da comunidade florianense e de toda a região circunvizinha.

Atualmente oferece cursos de Bacharelados em Administração e Enfermagem, e Licenciaturas em Ciências Biológicas, Pedagogia, Educação no Campo-Ciências da Natureza.

6.1.9.2 Campus Professora Cinobelina Elvas (CPCE)

O CPCE (Figura 14), localizado no KM 03 da BR 135, CEP 64900-000, na cidade de Bom Jesus, iniciou suas atividades em outubro de 2006 e foi implantado após a expansão da educação superior, oriunda do Programa Reuni. A cidade de Bom Jesus, sede do CPCE, dista 635 km de Teresina. Sua população, atualmente, ultrapassa os 23.000 (vinte e três mil) habitantes, uma área territorial de 5491,19km² e IDH de 0,668. Localizada na região do Vale do Gurguéia, a cidade é muito rica em água subterrânea, possuindo inúmeros poços jorrantes, é, também, banhada pelo Rio Gurguéia e alguns de seus afluentes, possuindo uma precipitação pluviométrica média de 900 a 1200 milímetros por ano.[7]

Figura 14 – Fachada externa do CPCE, em Bom Jesus-PI

Fonte: UFPI

O município de Bom Jesus é, também, uma cidade-polo, funciona como ponto de convergência com outras cidades de menor porte, tais como: Currais, Santa Luz, Palmeira, Cristino Castro, Alvorada do Gurguéia, Colônia, Redenção, entre outras, que utilizam seus serviços bancários, fiscais, comerciais e educacionais. Seu rápido crescimento populacional e econômico deu-se em função da expansão na área agrícola. Na década de 1990, produtores de soja do Rio Grande do Sul foram atraídos para a região, a fim de cultivar soja no cerrado piauiense.

Atualmente, cerca de 40 (quarenta) mil hectares são cultivados com soja, arroz, feijão e milho nessa região, correspondendo a aproximadamente 30% do potencial total da região de Bom Jesus. Vale ressaltar, que os cerrados piauienses são considerados “a última fronteira agrícola do Brasil”.

O CPCE constitui-se instrumento de desenvolvimento regional, notadamente uma vez que no campo da educação, oferece 06 (seis) cursos de graduação: Licenciaturas em Ciências Biológicas; Educação no Campo-Ciências Humanas e Sociais; Bacharelados em Engenharia Agronômica, Engenharia Florestal; Medicina Veterinária; e Zootecnia.

[7] PNUD. Atlas do desenvolvimento humano: Bom Jesus-PI, caracterização do território, 2010. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/floriano_pi>. Acesso em: 20 jan. 2020.

A implantação do Campus levou em consideração sua vocação agropecuária, de modo que os cinco primeiros cursos foram projetados para aproveitar as potencialidades agrícolas, pecuárias e a biodiversidade de Bom Jesus e suas cidades vizinhas. A região é reconhecida como a mais promissora do Estado em relação a seu potencial agropecuário.

O CPCE possui cinco Programas de Pós-graduação, em nível de mestrado: Agronomia-Solos e Nutrição de Plantas; Agronomia-Fitotecnia; Zootecnia; Zootecnia-Tropical; e, Ciências Agrárias.

6.1.9.3 Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB)

O CSHNB (Figura 15), sediado à Rua Cícero Duarte, n. 905, Bairro do Junco, em Picos (PI), foi criado no ano de 1982. Em 2016, através da Resolução Consun n. 041/2016, foi aprovado o Regimento do Campus tratando, em caráter didático-científico, administrativo, financeiro e disciplinar, do funcionamento, das atividades dos diversos órgãos e dos serviços prestados em sua área de atuação. O CSHNB está instalado no Semiárido do Centro-Sul do Piauí, na cidade de Picos. Trata-se de uma região riquíssima na produção de serviços e produtos, sobretudo, destacam-se o comércio local e regional, com atendimento a mais de 50 municípios da macrorregião.

Para tanto, o CSHNB tem uma significância para essa região, pois além de formar recursos humanos, também gera emprego e renda (direta e indiretamente). Assim, ciente de sua capacidade de produção e de atuação na sociedade esse Campus começa a ampliar seu atendimento educacional, em razão, sobretudo, da adesão do programa mais representativo na avaliação do ensino médio e de seleção à admissão no ensino superior. Trata-se do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que surgiu em 1998. Juntamente com esse Exame, aconteceu a implantação, em 2006, do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Ambos, ampliaram drasticamente as ofertas no Ensino Superior, não somente no Estado do Piauí, mas no país inteiro.

Figura 15 – Fachada externa do CSHNB, em Picos-PI

Fonte: UFPI

6.1.10 Unidades de ensino básico, técnico e tecnológico

A UFPI mantém, em sua estrutura, 03 (três) unidades de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico denominadas: Colégio Técnico de Teresina (CTT); Colégio Técnico de Floriano e Colégio Técnico de Bom Jesus, através das quais desenvolve atividades voltadas para o ensino profissionalizante, subsequente e/ou concomitantemente com o ensino médio.

6.1.10.1 Colégio Técnico de Teresina (CTT)

O CTT (Figura 16) é uma unidade de ensino técnico da UFPI criado em 10 de maio de 1954. A Escola Agrotécnica de Teresina pertenceu ao Ministério da Agricultura vinculada à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário de 1954 até 1964, somente em 1976 ocorreu sua vinculação oficial à UFPI, através do Decreto n. 78.672 de 05 de novembro de 1976. Pelo Decreto n. 53.558 de 13 de fevereiro de1964, passou a denominar-se Colégio Agrícola de Teresina. Posteriormente, em 2013, através da Resolução Consun n. 03 de 23 de janeiro de 2013, juntamente com todos os Colégios Agrícolas vinculados à UFPI receberam a denominação de Colégios Técnicos.

Figura 16 Fachada externa do CTT

Fonte: UFPI

O CTT está sediado em Teresina, no Campus Universitário Ministro Petrônio Portella. Atualmente o CTT ministra cursos técnicos de forma integrada, subsequente ao Ensino Médio e concomitante com o Ensino Médio, presenciais, além de cursos técnicos a distância (e-TEC), vinculados ao Programa e-Tec Brasil e cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e EmPrego (PRONATEC), criado pelo Governo Federal, em 2011.

Na sua estrutura física e administrativa, o CTT conta com salas de Coordenação de Cursos; Secretaria Escolar; Sala do Serviço de Orientação Pedagógica; Sala da Diretoria; Sala da Vice-Diretoria; Sala da Assistência Estudantil; e Posto de Saúde. O CTT conta, ainda, com auditório, quadra de esporte, residência estudantil, praça de convivência e campo de futebol.

6.1.10.2 Colégio Técnico de Floriano (CTF)

O CTF (Figura 17) é uma unidade de ensino técnico da UFPI, criado em 19 de março de 1979 e está sediado em Floriano, integrando a estrutura do Campus Almícar Ferreira Sobral (CAFS). É uma escola de educação profissional vinculado à UFPI, com 40 anos de funcionamento, que oferta cursos técnicos em: Enfermagem, Agropecuária, Informática, Agente Comunitário de Saúde e em Agropecuária integrado ao Ensino Médio na modalidade EJA, e o Ensino Médio em concomitância com os cursos técnicos. Paralelamente, mantém cursos técnicos a distância pela rede e-Tec Brasil e pelo PRONATEC.

Figura 17 – Vista de cima do CTF

Fonte: UFPI

6.1.10.3 Colégio Técnico de Bom Jesus (CTBJ)

O CTBJ (Figura 18) é uma unidade de ensino técnico da UFPI, criado em 21 de março de 1982. Está sediado em Bom Jesus, integrando a estrutura do Campus Profª. Cinobelina Elvas (CPCE). Em 2006, teve início seu projeto de expansão, financiado pelo Programa de Expansão da Educação Profissional, para melhoria e expansão de sua estrutura física, visando à oferta de novos cursos técnicos: Informática e Enfermagem. Ao longo de seus 25 anos, vem promovendo a formação de jovens e adultos nos ensinos médio e técnico.

Figura 18 – Prédio do CTBJ

Fonte: UFPI

6.1.11 Órgão de apoio

6.1.11.1 Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação (Fadex)

A Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação (Fadex), constituída em maio de 2005, tem como objetivo apoiar, flexibilizar e agilizar programas e projetos culturais, de pesquisa, ensino, extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico da Universidade Federal do Piauí. É reconhecida e credenciada em razão do estímulo à inovação como instituição de apoio à UFPI, pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

Atua como gestora de recursos públicos e privados provenientes de projetos, convênios, acordos de cooperação e contratos de prestação de serviços técnicos, científicos e educacionais e também de estímulo à inovação. A fundação de apoio é pessoa jurídica de direito privado. Possui como objetivos dar apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão e prestar serviços técnicos dentro de sua área de atuação. A Fadex vem prestando seus serviços em prol da comunidade acadêmica da UFPI, por meio de programas, projetos e atividades nos campos da pesquisa, do ensino e da extensão, especificamente, em atividades de treinamentos, cursos de extensão e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*.

A UFPI celebra convênios, contratos, acordos de cooperação ou outros instrumentos jurídicos com fundações de apoio, nos termos da Legislação: Lei n. 8.958, de 20 de dezembro de 1994 e Lei n. 10.973, de 10 de dezembro de 2004; Decreto n. 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto n. 7.423, de 31 de dezembro de 2010; Decreto n. 8.240, de 21 de maio de 2014; Decreto n. 8.241, de 21 de maio de 2014 e Decreto n. 9.283, de 07 de fevereiro de 2018; também pela Portaria Interministerial CGU/MF/MP n. 424, de 30 de dezembro de 2016; além da Resolução Consun n.

055/11 e do Estatuto da Fundação, entre outros dispositivos normativos que facultam às fundações prestarem apoio ao desenvolvimento de programas, projetos e ações de ensino, pesquisa e extensão, amparando o desenvolvimento institucional, científico e tecnológico da UFPI. A Fadex, também, é reconhecida como de Utilidade Pública Municipal pela Lei n. 3.961 de 23 de dezembro de 2009.

A Fadex, proporciona flexibilidade e agilidade imprescindíveis ao processo de desenvolvimento dos campos do ensino, pesquisa e extensão na Instituição. Atualmente, após longa trajetória, a relação entre as universidades e as fundações de apoio, em consonância com a regulamentação e a supervisão dos órgãos governamentais, atinge um elevado estagio de maturidade, legitimidade e legalidade.

A Fadex vem ampliando os serviços prestados à comunidade nos últimos anos, de forma a permitir uma integração efetiva entre a universidade e a sociedade. Referentemente a essa Fundação de Apoio, a UFPI almeja aprimorar as relações de parceria, sobretudo, aquelas relacionadas a projetos institucionais, inclusive na gestão administrativa e financeira necessárias à execução desses projetos, com base na Lei n. 8.958 de 20 de dezembro de 1994 e na Lei n. 10.973 de 02 de dezembro de 2004.

6.1.12 Comissões Permanentes

6.1.12.1 Coordenadoria Permanente de Seleção (Copese)

Comissão vinculada à Reitoria (Ato da Reitoria n. 1.823/08), responsável por realizar concursos públicos e outros processos seletivos. Com o fim do vestibular tradicional da UFPI, em 2011, por conta da adesão ao ENEM/SiSU, a COPESE passou a ter a missão de supervisionar e executar todas as atividades relativas a concursos públicos para a própria UFPI, exceto pessoal docente (função atribuída à Comissão Organizadora de Concurso - COC) e para outras instituições (Governo do Estado do Piauí, Prefeituras Municipais etc.) a processos seletivos específicos (Educação a Distância/Universidade Aberta do Brasil, Colégios Agrícolas da UFPI etc.), a programas especiais (E-Tec Brasil, Procampo etc.) e a exames de proficiência de leitura em língua estrangeira (Inglês, Espanhol e Francês).

Constituem competências da Copese: a formação e a supervisão de equipes de trabalho necessárias (elaboradores de provas, aplicadores de provas, segurança e outras); a definição e a discussão do Edital; o processo de inscrição dos candidatos; a distribuição dos candidatos pelos locais; a emissão dos cartões de inscrição; a elaboração, a diagramação, a revisão e a impressão das provas; a logística de aplicação das provas; a divulgação dos gabaritos oficiais; analise da interposição de recursos sobre itens ou questões da prova (quando for o caso); e a divulgação do resultado final.

Para execução de suas atividades, a Copese dispõe de equipamentos e de softwares que garantem rapidez, segurança, confiabilidade e precisão no processamento de dados para avaliação dos cartões-resposta e divulgação dos resultados de concursos públicos e processos seletivos.

A Copese tem sua equipe treinada e com vasta experiência, sendo constituída por um Presidente, membros da Comissão e pessoal de apoio administrativo.

6.1.12.2 Comissão Organizadora de Concurso Docente (COC)

A Comissão Organizadora de Concursos da UFPI, vinculada à Reitoria foi constituída em 2008, com o objetivo de coordenar e superintender todos os concursos públicos para a Carreira de Magistério Superior no âmbito da UFPI. Sua missão é zelar para que o meio mais idôneo de seleção de professores efetivos seja respeitado em seus princípios, e simultaneamente garantir os princípios em que se pauta a administração pública.

Ressalte-se que esta Comissão executa somente concursos para docentes efetivos. A seleção para professores substitutos é realizada pelas Unidades de Ensino, de acordo com a área demandada.

6.1.12.3 Comissão Interna de Supervisão de Carreira (CIS)

A Comissão Interna de Supervisão de Carreira foi criada com base na Lei n. 11.091 de 12 de janeiro de 2005 que estruturou o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação. É composta por servidores integrantes do Plano de Carreira, com a finalidade de acompanhar, orientar, fiscalizar e avaliar a sua implementação no âmbito da respectiva Instituição Federal de Ensino e propor à Comissão Nacional de Supervisão as alterações necessárias para seu aprimoramento.

6.1.12.4 Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD)

A Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), é uma instância da Universidade Federal do Piauí, criada com fundamento no artigo 30 do Decreto n. 94.664 de 23 de julho de 1987, regulamentado pela Portaria MEC n. 475 de 26 de agosto de 1987 e pela Lei n. 12.772 de 28 de dezembro de 2012, no seu artigo 26, e tem a finalidade de assessorar, acompanhar e supervisionar a execução da política de pessoal docente, estabelecida pelo conselho superior competente e deve ser regida por regimento próprio. A CPPD da UFPI, conforme estabelecem as normas regulamentadoras, compete: apreciar assuntos concernentes a alteração de regime de trabalho; progressão e promoção funcional, por desempenho acadêmico, promoção por titulação; incentivo funcional; afastamento e prorrogação de afastamento para qualificação em curso de pós –

graduação, bem como coletar dados e informações pertinentes para promover a realização de análises especiais que possam servir de subsídios às suas atividades; responder a consultas relativas a matéria de sua competência e outras atribuições que lhe forem definidas pelos órgãos competentes por leis ou regulamentos. Atualmente a Comissão é constituída por dezesseis membros, sendo catorze do Magistério Superior e dois do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

6.1.12.5 Comissão de Avaliação de Desempenho Acadêmico Docente (CADAD)

Comissão instituída tendo como base na Portaria n. 7 de 29 de junho de 2006, do Ministério da Educação. Tem por finalidade aplicar as normas e diretrizes gerais que regem a progressão funcional da classe de Professor Adjunto IV para Professor Associado I e dentro da classe de Professor Associado; de aplicar, também, as normas e os critérios específicos definidos pela UFPI; apurar o resultado da avaliação e atribuir a pontuação a cada docente. É a primeira instância de recursos. Após concluir as análises elabora o relatório final do processo para encaminhamento ao Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da UFPI, que decidirá sobre a homologação.

6.1.12.6 Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo (CPPTA)

A CPPTA tem como atribuições aplicar as normas e diretrizes gerais que regem a progressão funcional dos servidores técnico-administrativos da UFPI; aplicar as normas e os critérios específicos definidos pela UFPI; apurar o resultado da avaliação e atribuir a pontuação a cada docente. É a primeira instância de recursos. Após conclusão das análises, deve elaborar relatório final do processo para encaminhar aos setores competentes.

7 PROJETO DE ACERVO ACADÊMICO EM MEIO DIGITAL

O Acervo Acadêmico da UFPI é composto por documentos referentes a discentes, técnico-administrativos, docentes e atividades acadêmicas desenvolvidas nos âmbitos de ensino de graduação, pós-graduação *lato sensu*, pós-graduação *stricto sensu*, pesquisa, extensão, assistência estudantil e atividades institucionais gerenciadas pelo Sistema Integrado de Atividades Acadêmicas (Sigaa) e Sistema Integrado de Patrimônio, Administrativo e Contratos (Sipac), em conformidade com o Decreto n. 8.539 de 08 de outubro de 2015 (BRASIL, 2015; BRASIL, 1993) da Secretaria da Presidência da República, que dispõe sobre o uso de meio eletrônico para a realização de processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, com a Portaria MEC n. 315 de 04 de abril de 2018, que estabelece que o sistema de gestão do acervo acadêmico digital tenha alguns recursos específicos que garantirão a conservação e o fácil acesso aos documentos, e com a Portaria MEC n. 330 de 05 de abril de 2018 que dispõe sobre a emissão de diplomas em formato digital nas instituições de ensino superior.

Os módulos do Sigaa e Sipac no tocante a autoria, integridade e autenticação segue os princípios do Decreto n. 8.539/2015 no seu artigo 6.

> Art. 6º A autoria, a autenticidade e a integridade dos documentos e da assinatura, nos processos administrativos eletrônicos, poderão ser obtidas por meio de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, observados os padrões definidos por essa Infraestrutura.
> § 1º O disposto no caput não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem identificação por meio de nome de usuário e senha (BRASIL, 2015).

Com o objetivo de atender às políticas do governo federal voltadas para a sustentabilidade e eficiência administrativa, a UFPI tem como objetivo a implantação de documentação eletrônica digitalizando todo seu acervo de documentos administrativos e acadêmicos e adoção de 100% de processo eletrônico.

Já em atenção a essas práticas, a UFPI está em andamento a implantação do diploma eletrônico como meta para o primeiro semestre de 2020, a utilização de processo eletrônico com o uso do Sistema Eletrônico de Informação (SEI) para geração e tramitação de documentos de forma eletrônica, a digitalização de todo o acervo acadêmico via projeto de Gestão Eletrônica de Documentos (GED) com início no ano de 2020 e conclusão até 2022, e a disponibilização exemplares de livros eletrônicos (e-book) mediante aquisição de livros no formato digital.

8 INFRAESTRUTURA FÍSICA

8.1 Instalações administrativas e acadêmicas

A UFPI possui 04 *campi* e 03 Colégios Técnicos, sendo o Campus Ministro Petrônio Portella (CMPP) e o Colégio Técnico de Teresina (CTT), localizados na capital do Estado, na cidade de Teresina-PI, com área total de 4.009.337,45 m² e área construída de 189.252,54 m².

O Campus Amílcar Ferreira Sobral (CAFS) e o Colégio Técnico de Floriano (CTF), estão localizados no município de Floriano a 247km de distância de Teresina com área total de 1.630.000,00 m² e área construída de 20.735,14 m².

O Campus Professora Cinobelina Elvas (CPCE) e o Colégio Técnico de Bom Jesus (CTBJ), estão localizados no município de Bom Jesus a 604km de Teresina com área total de 4.730.293,59 m² e área construída de 27.802,81 m².

E o Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (CSHNB), está localizado no município de Picos a 314km de Teresina com área 123.938,59 m² e área construída de 16.938,30 m². A Figura 19 ilustra a posição geográfica dos campi no mapa do Piauí.

Figura 19 – Distribuição dos Campi da UFPI

Fonte: DGOV/Proplan

No Campus Ministro Petrônio Portella, funciona a Administração Superior da UFPI distribuída em prédios que ocupam uma área total de 36.150,80 m², nas quais ficam as instalações da Reitoria, Pró-Reitoras, Superintendências e dos Órgãos Assessores e Suplementares da universidade.

No âmbito acadêmico, o Campus Ministro Petrônio Portella possui 07 Centros de Ensino, distribuídos conforme área de atuação dos cursos ocupando uma área total de 147.995,60 m². O Centro de Tecnologia (CT) conta com 16.385,88 m² de área construída, o Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL) com 15.575,44 m² de área construída, o Centro de Ciências da Educação (CCE) com 13.609,20 m² de área construída, o Centro de Ciências da Natureza (CCN) com 53.040,94 m² de área construída, o Centro de Ciências da Saúde (CCS) com 23.030,64 m² de área construída, o Centro de Ciências Agrárias (CCA) com 22.353,50 m² de área construída, e o Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD) com aproximadamente de 4.000 m² de área construída.

O Colégio Técnico de Teresina possui 8.106,14 m² de área construída, acomodando no mesmo espaço físico setores administrativos e áreas acadêmicas como salas de aulas e laboratórios. Nos demais *campi* (CAFS, CPCE e CSHNB) e Colégios Técnicos (CTF e CTBJ), os setores administrativos e acadêmicos compartilham o mesmo espaço físico. Uma descrição mais

detalhada das áreas administrativas e acadêmicas da UFPI, pode ser consultada no Anexo VII.

8.2 Órgão suplementar biblioteca comunitária

A Biblioteca Central (Figura 20) foi instalada em janeiro de 1973, resultado da fusão dos acervos existentes nas Bibliotecas das Escolas isoladas de Medicina, Odontologia, Filosofia, Direito e Administração, quando da implantação da Fundação Universidade Federal do Piauí, em 1968. Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castelo Branco (BCCB), órgão subordinado à Reitoria, e órgão instituído pela Resolução n.26/93 e que coordena 08 (oito) Bibliotecas Setoriais do Sistema de Bibliotecas (SIBi) da UFPI:

Figura 20 – Corredor da BCCB

Fonte – UFPI

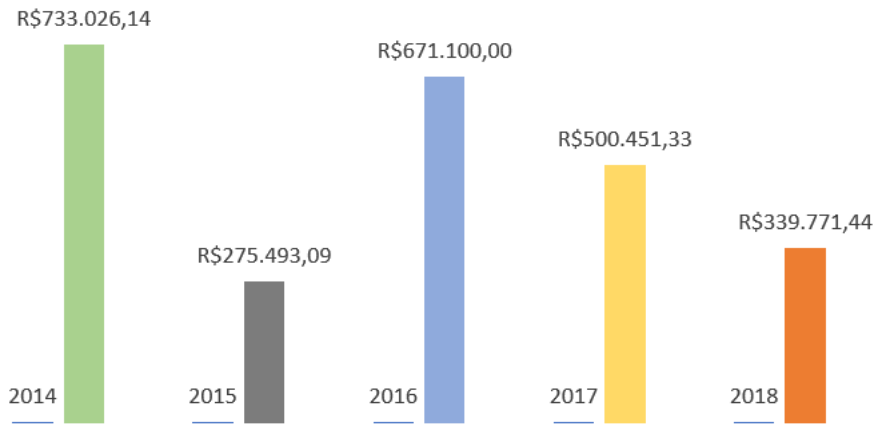
- Biblioteca Setorial Prof. Zenon Rocha (CCS/CMPP);
- Biblioteca Setorial Profª. Raimunda Melo (CCE/CMPP);
- Biblioteca Setorial de Ciências Agrárias (CCA/CMPP);
- Biblioteca Setorial Prof. Milton Brandão (CCHL/CMPP);
- Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Natureza (CCN/CMPP);
- Biblioteca Setorial do Campus de Floriano (CAFS);
- Biblioteca Setorial do Campus Senador Helvídio Nunes (CSHNB);
- Biblioteca Setorial do Campus Profª. Cinobelina Elvas (CPCE);

Compete à BCCB, como órgão administrador do SIBi da UFPI: coordenar, planejar, implementar, monitorar e avaliar todas as atividades e serviços; gerenciar os recursos humanos; organizar os acervos e serviços; e disseminar a informação.

A ferramenta de automação utilizada pela BCCB estabelece rotinas informatizadas de acesso a banco de dados via internet, otimizando o acesso à consulta ao catálogo bibliográfico, renovação e reservas. Esse acesso é feito através de terminais existentes na Biblioteca e no Laboratório de Informática, disponibilizados na IES. A BCCB funciona de segunda a sexta no horário de 08:00 às 22:00h, e aos sábados de 08:00 às 14:00h.

A seleção e aquisição do conteúdo bibliográfico busca atender aos interesses de projetos pedagógicos dos cursos e a solicitações extracurriculares dos docentes da Instituição. A fim de melhorar e ampliar, permanentemente, seu acervo bibliográfico a UFPI investiu, nos últimos cinco anos, R$ 2.254.842,00 na compra de livros conforme demonstra o Gráfico 16, a seguir.

Gráfico16 – Recursos financeiros utilizados na compra de livros para o SIBi-UFPI, quinquênio 2014-2018



Fonte: BCCB/UFPI

Para cumprir suas atribuições a BCCB mantém convênios e atua em Programas de Cooperação, tais como:

- Portal de Periódicos da Capes: o qual oferece acesso aos textos completos de artigos de mais de 12.365 revistas internacionais, nacionais e estrangeiras, e 126 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento. Inclui, também uma seleção de importantes fontes de informação acadêmica com acesso gratuito na Internet;
- Programa de Comutação Bibliográfica (Comut): a Biblioteca da UFPI participa como Biblioteca Solicitante da Rede Comut através da qual pode obter cópia de documentos do acervo de outras bibliotecas;
- Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU): é uma organização filiada à Federação Brasileira de Associação de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), tem como finalidade promover a cooperação mútua entre as bibliotecas universitárias brasileiras.

8.3 Laboratórios

A discriminação dos laboratórios está destacada no Anexo VIII, no qual consta o detalhamento dos laboratórios por curso. Destaca-se o Laboratório de Imunogenética e Biologia Molecular-Centro Integrado de Biologia Celular (LIB-CInteg/BioC). O LIB-CInteg/BioC são setores da UFPI voltados para o desenvolvimento e disponibilização de competências e serviços através das três grandes esferas de atuação dessa IES: ensino, pesquisa e extensão. Está situado no bloco SG16 do Campus Ministro Petrônio Portella. Sua organização administrativa e funcionamento são disciplinados pelos Regulamentos e Normas da Instituição, assim como pela Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA n. 61, publicada em 01 de dezembro de 2009 e pelo seu Regimento Interno.

O LIB-CInteg/BioC presta serviços de padrão internacional tanto para a comunidade Piauiense quanto para estados circunvizinhos. É legalmente autorizado pelo Ministério da Saúde

para o estudo de histocompatibilidade para os programas de transplante de órgãos e tecidos do Brasil via Sistema Nacional de Transplantes, conforme as portarias: Portaria n. 2.600, de 21 de outubro de 2009; Portaria do Ministério da Saúde n. 1.312, de 30 de novembro de 2000, que estabelece as normas de cadastramento dos Laboratórios de Histocompatibilidade; Portaria do Ministério da Saúde n. 1.313, de 30 de novembro de 2000, que define os laboratórios que poderão ser cadastrados para realização dos exames de histocompatibilidade; Portaria Ministério da Saúde n. 1.314, de 30 de novembro de 2000; Portaria Ministério da Saúde n. 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde; Portaria de Consolidação n.04, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde; Portaria n. 1.365, de 31 de agosto de 2018.

Essas portarias autorizam: (i) a realização dos exames de histocompatibilidade do par doador e receptor para transplantes de órgãos sólidos com doador aparentado e/ou falecido, autorizados pelo Sistema Nacional de Transplantes (SNT); (ii) programas de transplante de tecidos para o Registro Nacional de Doadores Voluntários de Medula Óssea (REDOME); e (iii) para todo e qualquer receptor cadastrado no Registro Nacional de Receptores Não Aparentados de Medula Óssea. (REREME). Internamente subordinado ao Centro de Ciências da Saúde da UFPI, e com recurso financeiro gerenciado pela Fadex, o LIB-CInteg/BioC é um laboratório tipo II credenciado pelo Ministério da Saúde junto ao Sistema Nacional de Transplantes. Além disso, é cadastrado à Fundação Municipal de Saúde do Município de Teresina, no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) n. 2406748, pela qual participa dos programas de transplante de órgãos e tecidos do Sistema Único de Saúde (SUS).

Tem como diretriz para o PDI 2020-2024 é fortalecer a relação institucional entre a UFPI e a Fadex, de forma que a UFPI possa estabelecer uma parceria mais forte, por meio de contrato de gestão, para que a Fadex possa, enquanto Fundação de Apoio da UFPI, gerenciar administrativa e financeiramente o LIB-CInteg/BioC. Esta anuência da UFPI visa proporcionar um melhor desenvolvimento das atividades do laboratório, fomentando a ligação da UFPI com o ambiente externo, disponibilizando à Sociedade os possíveis serviços de exames de imunologia e patologia clínica.

8.4 Política de sustentabilidade

A sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável são temas que vêm ganhando destaque na agenda política da Administração Pública ao longo dos últimos anos. Diante dessa nova realidade, o setor público está mais consciente sobre a relevância do seu papel indutor de transformações estruturais nos principais setores produtivos e de consumo sustentáveis. Nessa linha, as contratações públicas sustentáveis vêm desempenhando papel fundamental na

implementação das políticas públicas, no fomento às inovações tecnológicas, na transparência e controle social.

O PDI 2010-2014 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, 2015) foi o primeiro a abordar a questão da preservação do meio ambiente. Nesse sentido, cita primeiramente, dentre os princípios norteadores da atuação da UFPI o "compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente (grifo nosso), transparência e gestão democrática" (UFPI, 2010, p.22).

No PDI 2015-2019 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, 2015) esses princípios foram reiterados, agora como valores institucionais (UFPI, 2015, p. 176). Ao vincular conceitos como justiça social e gestão democrática à preservação do meio ambiente, o documento reforça um novo paradigma de gestão da UFPI, que seria implantado a partir de 2010 e que foi descrito no Plano de Logística Sustentável.

O Plano de Logística Sustentável (PLS) da UFPI foi aprovado em 2018.O PLS foi baseado, entre outros documentos, na Instrução Normativa n. 10, de 12 de novembro de 2012, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que, em seu artigo terceiro, define assim os PLS: "são ferramentas de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permite ao órgão ou entidade estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública".

Em maio de 2015, o Consun aprovou o Regime Interno da Preuni, regulamentando, também, a recém-criada Divisão de Gestão Ambiental (DGA) e dispôs como atribuições:

> Art. 29 Cuida da gestão de resíduos sólidos (remoção de inertes, coleta de resíduos e coleta seletiva), das áreas verdes da Universidade, do controle de qualidade do abastecimento de água e disposição final de esgotos dos Campi.
> § 1° A remoção de entulhos nas Unidades será executada somente se o mesmo for gerado pelo serviço de manutenção interna. É obrigatória a assinatura da ordem de serviço por parte do solicitante ou demais encarregados pelo pedido de serviço. A coleta de lixo é realizada por firma terceirizada, de segunda a sábado, das 7h às 17h. As unidades isoladas têm horários específicos.
> § 2° A divisão é responsável pela orientação da limpeza pública dos campi e da limpeza de grades e lixeiras. Também orienta a coleta de lâmpadas perigosas (fluorescentes, vapor de mercúrio, vapor de sódio e mistas) e recebimento de óleos lubrificantes usados que são encaminhados para a descontaminação e reciclagem; de sucatas ferrosas e cartuchos usados; material radioativo; vidraria, papel, plástico, papelão e óleo vegetal que são retirados pela Prefeitura; de sucatas de madeira, exceto provenientes de obras; além de fornecer orientação técnica às Unidades e órgãos. Promove atividades de sensibilização junto à comunidade universitária, apoiando-a na implantação de seus programas locais de coleta seletiva.
> § 3°A coleta e a destinação de materiais recicláveis deverão obedecer a rotinas a serem estabelecidas pela DGA.
> § 4° O controle de qualidade das águas de abastecimento será efetuado através de coletas semanais de amostras de água nos poços e saídas de reservatórios em todas as redes de abastecimentos de água dos Campi. As análises físico-químicas e bacteriológicas das amostras serão realizadas, respectivamente, pelo Departamento de Química e pelo Departamento de Microbiologia da UFPI.

> § 5° O controle de qualidade da disposição final de esgotos será efetuado pela observação direta e análise dos pontos de junção das redes de esgoto aos emissários de esgotos públicos, estações de tratamento de esgotos e conjuntos fossa-sumidouro dos campi. Nas ETE será observado o comportamento de efluente tratado, seu ponto de lançamento e realizada coletas de amostras para análises físico-químicas e bacteriológicas a cada semana.
> § 6° Cabe à DGA a fiscalização de serviços terceirizados na sua área de competência (UFPI, 2015, p. 15).

Dessa forma, com a criação da DGA, a Preuni se torna o órgão responsável pela Gestão Ambiental na UFPI e um dos mais envolvidos na execução do PLS.

Em 2015, em obediência ao Decreto n. 99.656, de 26 de outubro de 1990, que dispõe sobre a criação da Comissão Interna de Conservação de Energia (Cice) nos órgãos e entidades da Administração Federal direta e indireta, a UFPI criou sua Cice, vinculado ao Gabinete do Reitor, que conta com o suporte do Laboratório de Eficiência Energética (LEE), vinculado ao curso de Engenharia Elétrica.

Em 15 de abril de 2015, a UFPI conquistou o primeiro lugar do Prêmio Desafio da Sustentabilidade. A instituição venceu em todas as categorias e o prêmio em dinheiro foi destinado à execução dos projetos em Eficiência Energética, como a substituição de equipamentos de iluminação e climatização.

A Cice, também, em 2015, realizou um levantamento de cargas, que avaliou o consumo de energia em três dos seis centros do Campus de Teresina. No Centro de Ciências da Educação (CCE), estava prevista uma redução de 39,6% no consumo de energia, enquanto no Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL) a estimativa era de 33,65%. Outra ação da Cice, em parceria com a Preuni, foi a instalação de mais de 90 postes de concretos com lâmpadas *leds.* A partir desse projeto, a UFPI substituiu seus antigos condicionadores de ar e adquiriu novos com base em critérios de maior eficiência.

A Cice, juntamente com o curso de Engenharia Elétrica da UFPI, foi responsável pela implantação de placas solares no Centro de Tecnologia (CT). Os recursos, também, foram advindos da premiação do Projeto Desafio da Sustentabilidade do Prêmio Ideia, do Ministério da Educação (MEC), conquistado pela UFPI em 2015.

O PLS da UFPI estabeleceu como eixos temáticos: Consumo Sustentável; Eficiência Energética; Recurso Hídrico; Compras e contratações sustentáveis; Gestão de Resíduo Sólido e Coleta Seletiva; Gestão do Deslocamento Sustentável; Qualidade de vida no Trabalho; Comunicação Sustentável; Conscientização e capacitação para práticas sustentáveis; Gestão dos espaços construídos e áreas verdes. Os objetivos de cada um desses eixos se encontram detalhados no PLS.

9 DEMONSTRATIVO DA CAPACIDADE E SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

9.1 Sustentabilidade financeira

Sendo a FUFPI uma fundação pública federal, os recursos necessários para seu custeio e para investimentos deverão ser supridos, prioritariamente, com recursos provenientes do orçamento da União, distribuídos conforme critérios estabelecidos em Lei.

9.2 Gestão orçamentária

O orçamento da UFPI é aprovado anualmente pelo Congresso Nacional, integrando o Orçamento da União (LOA – Lei Orçamentária Anual), e as dotações distribuídas pelos diversos Programas desenvolvidos pela universidade. Integram esse orçamento três grandes grupos de despesa: Pessoal e Encargos; Outras Despesas Correntes e Despesas de Capital.

As dotações para pagamento de pessoal são garantidas pela lei orçamentária e, se necessário, por créditos suplementares ao longo do exercício. As dotações para custeio geral são alocadas no orçamento obedecendo a duas matrizes de distribuição de recursos, conhecidas como Matriz Andifes (para custeio da graduação e da pós-graduação) e Matriz CONDETUF (para custeio do ensino técnico). As dotações para despesas de capital (obras e equipamentos) variam ano a ano de acordo com os programas e projetos que o Governo Federal deseja implantar ou implementar. Após aprovação da LOA, a universidade elabora seu Orçamento Interno, distribuindo os recursos disponíveis entre suas Unidades Gestoras, segundo os elementos de despesa necessários à execução orçamentária.

Além das dotações constantes da LOA, a UFPI buscou captar, no último quinquênio, recursos em outros órgãos governamentais, agências de fomento e instituições privadas, tais como o Ministério da Ciência e Tecnologia, a Capes, o CNPq, o Ministério da Saúde, a Agência Nacional de Petróleo, o Ministério dos Esportes, entre outros.

Afora a citada captação de recursos, a universidade, por intermédio de suas Unidades Acadêmicas, oferece Cursos de Especialização, presta consultorias, realiza concursos para órgãos públicos, entre outras atividades que geram recursos arrecadados diretamente pela instituição.

A sustentabilidade da UFPI depende da expansão quantitativa e da melhoria de seus indicadores de eficiência e eficácia em grau, no mínimo, igual à média do sistema federal de educação superior. Com esse desempenho, fica garantida à UFPI uma expansão no seu orçamento igual ao incremento dos recursos alocados à educação superior no país.

Outras fontes de arrecadação legalmente previstas contribuem para a sustentabilidade financeira institucional, tais como: descentralizações de créditos do MEC e de outros órgãos federais; recursos oriundos dos Estados, dos Municípios ou de quaisquer outras entidades públicas ou privadas, através de convênios e/ou outras formas de colaboração; e prestação de serviços pela instituição.

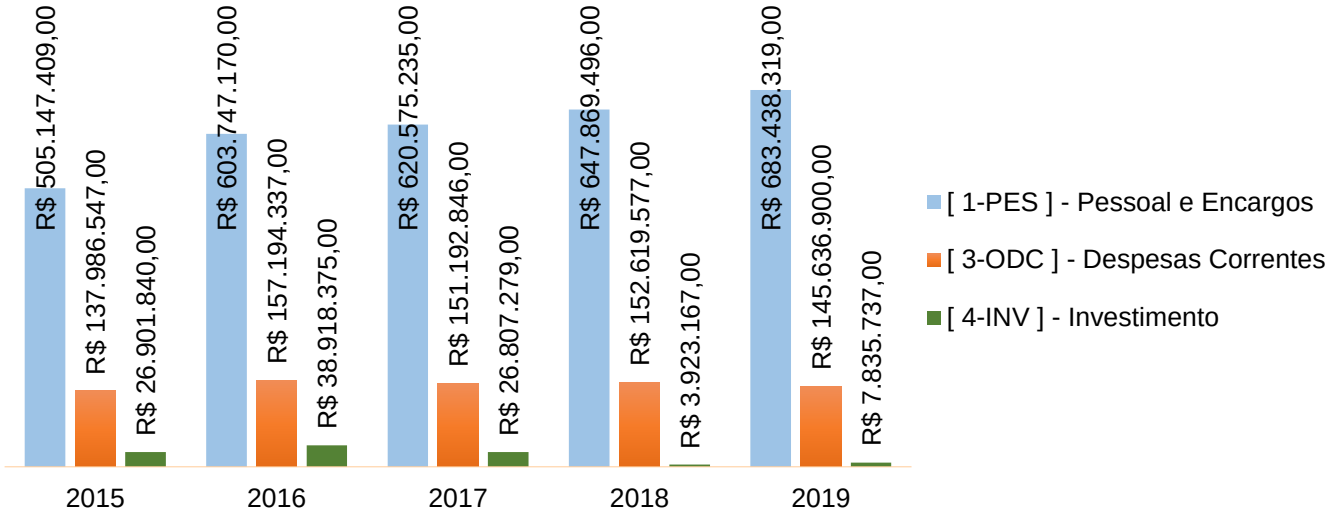
A distribuição interna dos recursos se baseia em alguns parâmetros determinados por indicadores, com o objetivo de medir o desempenho das Unidades Acadêmicas da Instituição, em suas áreas de atuação. Esses parâmetros são relativos, pois relacionam a unidade com a Instituição, permitindo, através da distribuição dos recursos orçamentários, o incentivo à produção, à produtividade e à implementação de políticas de desenvolvimento. O detalhamento do orçamento da UFPI, executado na vigência do último PDI, está apresentado na Tabelas 11 e 12, e no Gráfico 17.

Tabela 11 – Orçamento anual da UFPI, quinquênio 2015-2019, em R$

ANO	2015	2016	2017	2018	2019
ORÇAMENTO INICIAL	**661.981.410**	**757.699.131**	**775.812.633**	**791.462.886**	**813.260.120**
[1-PES] - Pessoal e Encargos	454.528.261	554.387.831	580.981.056	617.441.294	658.319.064
[3-ODC] - Despesas Correntes	153.039.028	153.369.293	53.660.420	153.547.689	146.245.165
[4-INV] - Investimento	54.414.121	49.942.007	41.171.157	20.473.903	8.695.891
ORÇAMENTO FINAL	**716.704.702**	**830.070.883**	**813.283.477**	**815.373.767**	**850.385.103**
[1-PES] - Pessoal e Encargos	507.518.471	619.403.531	623.081.028	657.058.596	694.589.405
[3-ODC] - Despesas Correntes	154.772.110	159.738.796	154.069.367	154.158.596	147.099.807
[4-INV] - Investimento	54.414.121	50.928.556	36.133.082	4.156.575	8.695.891
ORÇAMENTO EXECUTADO	670.035.796	799.859.882	798.575.360	804.412.240	836.910.956
[1-PES] - Pessoal e Encargos	505.147.409	603.747.170	620.575.235	647.869.496	683.438.319
[3-ODC] - Despesas Correntes	137.986.547	157.194.337	151.192.846	152.619.577	145.636.900
[4-INV] - Investimento	26.901.840	38.918.375	26.807.279	3.923.167	7.835.737
ORÇAMENTO INICIAL	**661.981.410**	**757.699.131**	**775.812.633**	**791.462.886**	**813.260.120**
Tesouro	652.060.123	752.127.662	765.818.639	781.322.590	801.617.952
Receita Própria	9.921.287	5.571.469	9.993.994	10.140.296	11.642.168
ORÇAMENTO FINAL	716.704.702	830.070.883	813.283.477	815.373.767	850.385.103
Tesouro	706.783.415	824.499.414	803.289.483	805.233.471	838.742.935
Receita Própria	9.921.287	5.571.469	9.993.994	10.140.296	11.642.168
ORÇAMENTO EXECUTADO	**670.035.796**	**799.859.882**	**798.575.360**	**804.412.240**	**836.910.956**
Tesouro	665.285.399	794.550.061	792.248.817,40	798.069.270	826.437.824
Receita Própria	4.750.397	5.309.821	6.326.542,60	6.342.970	10.473.132

Fonte: Tesouro Gerencial; Siafi; Proplan.

Gráfico 17 – Despesa executada por categoria de despesa, quinquênio 2015-2019



Fonte: Tesouro Gerencial; Siafi; Proplan.

Tabela 12 – Comparação entre a dotação orçamentária, despesas empenhadas, liquidadas e pagas, quinquênio 2015-2019

ANO	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
2015	R$716.704.702,00	R$687.995.058,77	R$643.227.141,20	R$626.714.116,76
2016	R$830.070.883,00	R$770.643.555,81	R$710.457.014,47	R$707.182.559,01
2017	R$813.283.477,00	R$813.624.233,06	R$773.426.156,75	R$769.528.483,08
2018	R$815.373.767,00	R$825.580.906,68	R$794.130.019,82	R$736.949.263,57
2019	R$888.424.753,00	R$862.345.983,04	R$823.247.841,93	R$767.571.410,28

Fonte: Tesouro Gerencial; Siafi; Proplan

9.3 Previsão orçamentária para o quinquênio 2020-2024

A política do governo federal de autonomia orçamentária, permite apenas a gestão dos recursos aprovados na LOA limitando a capacidade de previsão dos orçamentos futuros. No entanto, a UFPI buscará a manutenção de crescimento anual de seu orçamento de, no mínimo, 4% em média. Na Tabela 13, apresenta-se a previsão orçamentária para o período de 2020-2024.

Tabela 13 – Previsão orçamentária, quinquênio 2020-2024

DETALHAMENTO/ANO	2020	2021	2022	2023	2024
ORÇAMENTO INICIAL	724.748.302*	753.738.234	783.887.763	815.243.274	847.853.005
ORÇAMENTO FINAL	839.013.721	862.846.240	887.368.417	912.600.495	938.563.313
Pessoal e Encargos	690.813.702	711.538.113	732.884.256	754.870.784	777.516.908
Despesas Correntes	140.994.655	143.814.548	146.690.839	149.624.656	152.617.149
Investimento	7.205.364	7.493.579	7.793.322	8.105.055	8.429.257

Fonte: Proplan/UFPI
* O orçamento inicial de 2020 pode ser acrescido de R$ 92.305.901, recursos que estão sob a supervisão da UFPI de acordo com a programação condicionada à aprovação pelo legislativo, inciso III do art. 167 da Constituição.

9.4 Gestão financeira

Até agosto de 2013, o Ministério da Educação liberava recursos financeiros para pagamento das despesas efetuadas pela universidade duas vezes por semana, às terças e sextas. A partir de setembro desse mesmo ano, os repasses passaram a ser mensais, fato que causou diversos transtornos relacionados ao atraso no pagamento de obras e serviços prestados, ocasionando frequentes reclamações dos fornecedores, fato que, ainda, persistiu em todo o exercício de 2014.

9.5 Políticas de gestão orçamentária e financeira para o quinquênio 2020-2024

I. Objetivos:

- Compatibilizar o orçamento anual com os objetivos, metas e prioridades definidas no PDI;
- Ampliar e consolidar a sistemática de planejamento orçamentário;

- Adotar mecanismos de acompanhamento e controle da execução orçamentária, flexíveis e transparentes;
- Promover a descentralização orçamentária interna.

II. Metas:

- Elaborar o orçamento interno da Universidade, abrangendo todos os itens de despesa (custeio, investimento, pessoal), com explicitação do custo total de cada Unidade.
- Implantar o Módulo Orçamento do SIG;
- Estabelecer prioridades para os investimentos institucionais.
- Desenvolver ações de planejamento e de gestão sistêmicas.
- Assegurar o equilíbrio institucional, incentivando a cultura da responsabilidade gerencial dos recursos públicos.
- Descentralizar a gestão orçamentária.

III. Ações estratégicas:

- Início do processo de planejamento, no âmbito das unidades, com antecedência mínima de seis meses;
- Busca de aumentos reais anuais dos recursos provenientes do Orçamento Fiscal da União e destinados ao custeio da UFPI;
- Divulgação, discussão e revisão periódica do orçamento da UFPI;
- Manutenção de diálogo permanente com a comunidade universitária sobre as políticas orçamentárias da UFPI, em particular por intermédio das instâncias de representação da Instituição;
- Otimização da aplicação de recursos em projetos de manutenção e de desenvolvimento institucional;
- Fortalecimento, em todas as instâncias da UFPI, da gestão compartilhada;
- Inclusão de todas as Unidades no Módulo de Orçamento no SIG.

10 OFERTA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

10.1 Abrangência geográfica

A oferta da educação a distância pela UFPI ocorre por meio do Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD). A estrutura utilizada para oferta desses cursos baseia-se na metodologia do Sistema UAB, que envolve a utilização de polos de apoio presenciais UAB. Um polo UAB é uma estrutura acadêmica de apoio pedagógico, tecnológico e administrativo para as atividades de ensino-aprendizagem dos cursos e programas ofertados pelas Instituições de Ensino. Os polos são localizados em municípios de pequeno a médio porte e podem ser tipificados como efetivos ou associados. O polo efetivo é aquele cuja entidade mantenedora (responsável pela estrutura física, tecnológica e de recursos humanos) é o governo estadual ou municipal. O polo associado é aquele cuja entidade mantenedora é a própria IES, que também deve ser integrante do Sistema UAB, sendo localizado geralmente num campus da IES.

O processo de implantação de polos está relacionado principalmente com os interesses dos mantenedores (em particular, no Piauí, o principal mantenedor é o Governo do Estado), que identificam as demandas locais nos municípios por cursos de nível superior, aliado com a capacidade de suporte acadêmico que as IES possuem para atender as demandas identificadas.

Para o funcionamento das atividades de ensino a distância é utilizado o suporte dos polos de apoio presencial, que são espaços físicos que oferecem infraestrutura física, tecnológica e pedagógica para o acompanhamento dos cursos, destinados a proporcionar educação em regiões carentes de ensino superior, atendendo a uma parcela da população até então excluída do processo de graduação tradicional, e também da condição de aperfeiçoar o processo de inclusão social, digital e cultural com base em referenciais de qualidade.

Figura 21– Distribuição dos polos de apoio presencial do ensino de graduação a distância da UFPI

Fonte: CEAD/UFPI

Atualmente, a oferta de ensino a distância pela UFPI está presente de norte a sul do estado do Piauí e no estado da Bahia. Assim, são 48 polos de apoio presencial, sendo 46 polos distribuídos no Estado do Piauí e 02 no Estado da Bahia. A abrangência geográfica do ensino a distância (EaD) da UFPI, está demonstrada no Anexo V com a discriminação dos polos de apoio presencial cadastrados no sistema e-MEC e na Figura 21.

A oferta da educação a distância pela UFPI, iniciou-se em dezembro de 2005, quando então aconteceu a seleção de polos municipais de apoio presencial para o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), e de cursos superiores de instituições federais de ensino superior, na forma de Educação a distância (EaD). Assim, os cursos ofertados na modalidade a distância, pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), através do seu Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD) fazem parte do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), atualmente mantido pela Capes.

Logo em seus primórdios, em 2006, o Sistema UAB foi implantado no Estado do Piauí, por meio do consórcio entre a Universidade Federal do Piauí (UFPI), a Universidade Estadual do Piauí (UESPI), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Piauí (SEDUC), no cumprimento de sua missão de disseminação dos saberes das diversas áreas epistemológicas e, assim, colaborar com o desenvolvimento regional e nacional.

A UFPI concorreu à Chamada Pública do Edital n. 01/2005, tendo iniciado suas atividades em 2006, com o lançamento do Projeto Piloto do Curso de Graduação em Administração, em 08 (oito) polos de apoio presencial, sediados em Teresina, Esperantina, Piripiri, Parnaíba, Floriano, Picos, Bom Jesus e São Raimundo Nonato. Esse primeiro curso do CEAD foi financiado pelo Banco do Brasil. Após a implantação do projeto piloto houve a oferta de 2.550 vagas, em 2007, oferecidas em 08 (oito) diferentes áreas. Em 2010 foram ofertadas 2.681 vagas em 30 polos. Dois anos depois, em 2012, foram ofertadas 3.125 vagas, também, em 30 polos e, em 2014, foram ofertadas 6.825 vagas em 33 polos.

Em 2010, a UFPI foi credenciada para a oferta de curso na modalidade a distância pela Portaria MEC n. 1.369, de 07 de dezembro de 2010, publicada no DOU n. 234, Seção 1, de 08 de dezembro de 2010. E, em 2013, o MEC reconheceu o Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), através da Portaria Seres n. 97, de 5 de março de 2013, publicada no DOU n. 44, Seção 1, de 06 de março de 2013.

Atualmente a UFPI, por meio do CEAD, oferta vagas em 15 cursos de graduação: Bacharelados em Administração, Administração Pública, Sistema de Informação, e Licenciaturas em Filosofia, Letras-Português, Letras-Inglês, Geografia, História, Pedagogia, Ciências Biológicas, Física, Matemática, Química, Computação e Informática e Ciências da Natureza. No Anexo III, está a relação dos cursos de graduação a distância em atividade com as especificações sobre início de funcionamento e os documentos regulatórios. No quinquênio 2015-2019, a UFPI, através do Edital n. 2018 de 30 de setembro de 2016, ofertou 9.310 vagas em 14 cursos, em 41 polos de apoio presencial, ver detalhes no Anexo VI.

10.2 Dados do ensino de graduação a distância

Na Tabela 14 e Gráficos 18 a 20, têm-se a evolução dos números do ensino a distância na UFPI, no período de 2012-2019.

Tabela 14 – Número de ingressantes, matriculados e concluintes no ensino a distância, 2012-2019

ANO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Ingressantes	2.987	10	6.265	7	0	8.666	0	0
Matriculados	6.144	4.988	9.721	7.408	6.375	13.313	10.517	6.885
Concluintes	698	625	575	249	1.424	124	2.868	449

Fonte: Sigaa/UFPI

Gráfico 18 – % de ingressantes por grau, em 2019

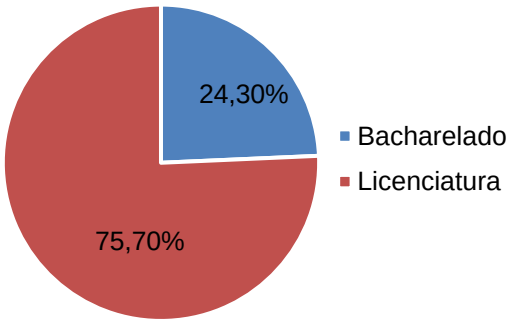


Gráfico 19 – % de matriculados por grau, em 2019

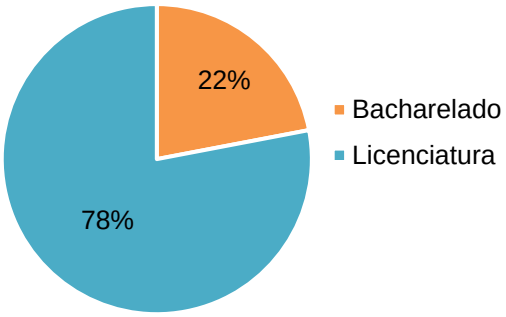
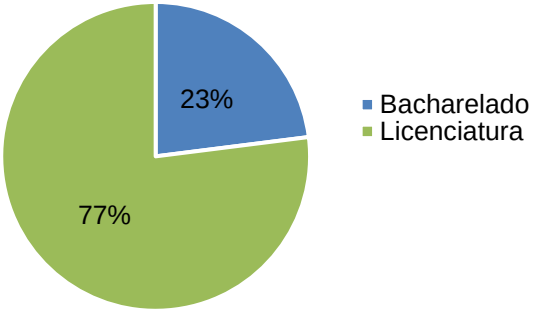


Gráfico 20 – % de concluintes por grau, em 2019



Fonte: Sigaa/UFPI

10.3 Infraestrutura física, tecnológica e de pessoal projetada para a sede e para os polos de educação a distância, em consonância com os cursos a serem ofertados

A infraestrutura física atual do CEAD fica localizada no Centro de Teresina-PI, situado à Rua Olavo Bilac, n. 1148, Praça Saraiva, CEP: 64001-280. Trata-se de um edifício composto por um pavimento térreo e mais dois andares superiores, onde funcionam: Diretoria do Centro; Coordenação Adjunta; Coordenações de Graduação dos 15 (quinze) cursos oferecidos pela UFPI na modalidade a distância; Setor Financeiro; Recepção, Sala de Informática; Setor de Produção de Material Didático; Assessoria de Comunicação do CEAD; Auditório; Sala de Professores; Laboratório de Informática; Reprografia (xerox); Guarita; Banheiros em todos os pavimentos; Cantina; e Pátio frontal utilizado como estacionamento para os servidores e os visitantes.

Para os próximos anos, está em andamento o processo licitatório para a construção do Edifício do Centro de Educação Aberta e a Distância no Campus Ministro Petrônio Portella, em Teresina-PI. O projeto arquitetônico foi elaborado de acordo com os critérios de acessibilidade NBR 9050/2015, Decreto n. 17.668/2018 e as exigências feitas pelo MEC. O edifício contemplará salas administrativas: Secretarias, Coordenações de Curso, Diretorias, Salas de professores, Banheiros, Depósito e Copa. Tem-se a previsão de construção do prédio do CEAD, no Campus Ministro Petrônio Portella, para o quinquênio 2020-2024 (Ver Seção 13 – Planejamento Estratégico Institucional).

A infraestrutura dos polos de apoio presencial fica sob a responsabilidade dos governos estadual e/ou municipal, seguindo as recomendações da Capes, com estrutura acadêmica de apoio pedagógico, tecnológico e administrativo para as atividades de ensino e aprendizagem dos cursos e programas de educação a distância. Todos os polos de apoio presencial dispõem de espaços com mobiliário correspondente às suas finalidades, além de condições adequadas de conforto ambiental, iluminação, acústica e ventilação. Compreendem, portanto, espaços que contemplam: Sala para a Coordenação do Polo UAB; Sala para a Secretaria do Polo UAB; Banheiros com acessibilidade; Laboratório de Informática com instalações elétricas adequadas; e Biblioteca física com espaço para estudos. Alguns polos, possuem, também, laboratórios específicos conforme a área do conhecimento, a exemplo de física, química, biologia etc.

Quanto à infraestrutura tecnológica, desde 2014, os cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu* não usam mais a plataforma Modular *Object-Oriented Dynamic Learning Environment* (*Moodle)* como ambiente virtual de aprendizagem, passaram a usar o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (Sigaa). Desde 2016, o ensino a distância utiliza redes sociais (Instagram, Facebook e Twitter) e mídias sociais (Youtube e Flickr), bem como *webconferência*, por meio do serviço conferência web da RNP. Um serviço de comunicação e colaboração da Rede Nacional de Pesquisa para todas as IFES. Ainda assim, utiliza-se, também, encontros presenciais que correspondem a 20% da carga horária da disciplina.

Por meio da ferramenta Sigaa, Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) próprio da UFPI, disponível para vários dispositivos (computadores, *smartphones*, *tablets,* dentre outros), discentes, tutores e docentes interagem entre si, construindo juntos caminhos da capacitação profissional. Dentro dessa plataforma, o aluno recebe atividades e materiais de apoio, além de acompanhar datas e informações do Calendário Acadêmico EaD, participa de fóruns, realiza atividades em turmas virtuais criadas para cada disciplina do curso e soluciona dúvidas com tutores a distância e professores coordenadores de disciplinas/formador.

Efetivamente, a oferta de disciplina acontece de forma dinâmica, começando com o planejamento das atividades, por parte do professor coordenador (professor formador), que organiza a turma no ambiente virtual do Sigaa da UFPI, com plano de disciplina, material didático, atividades e fóruns de discussão. Dessa forma, a turma virtual torna-se uma das ferramentas de interação entre professor, tutores e alunos, que é fortalecida por encontros presenciais.

10.4 Descrição de metodologias e de tecnologias adotadas e sua correlação com projetos pedagógicos de cursos previstos e existentes

As metodologias utilizadas para o aprendizado do aluno de EaD são voltadas para o contexto educacional próprio da modalidade a distância, e aplicadas principalmente no ambiente virtual de ensino Sigaa da UFPI, visando à melhor compreensão do aluno, com a disponibilização de um leque de eventos, tais como: fóruns, seminários, *chats*, atividades complementares (palestras, minicursos, eventos culturais etc.), questionários, simulados, seminários, além de videoaulas e estímulo à elaboração de projetos de pesquisa e de extensão.

Os alunos da modalidade EaD contam, ainda, com o recurso da *WebAula*, que utiliza uma plataforma digital na internet (RNP, Zoom e Hangout, por exemplo) como meio de execução. Durante a *WebAula*, o aluno pode interagir com os mediadores (professores e/ou tutores), apresentando questionamentos, dúvidas e colaborações enquanto assistem às aulas ao vivo, as quais, também, podem ser gravadas para serem revistas posteriormente.

Salienta-se, que os métodos de ensino aplicados no EaD remetem o aluno autonomia em relação aos estudos, o que estimula a construção de conhecimentos ampliados, haja vista a linha de múltiplos critérios de ensino e aprendizagem.

Entre as metodologias aplicadas, o CEAD adota a tecnologia conhecida como "*e-learning*", que significa prover a educação institucional com uma série de facilidades e ferramentas tecnológicas, sem os custos da educação presencial, a qual vem se constituindo, em novo paradigma de educação, como alternativa de economia de recursos, inclusão social e digital, objetivando organizar informações e gerar conhecimentos. Assim, no CEAD é utilizada uma combinação de material impresso, áudios, vídeos, multimídia, internet, videoconferências e fóruns. A elaboração do material didático ocorre de acordo com o ementário apresentado no PPC. Após elaboração do texto, pelo professor conteudista, o manuscrito passa pela equipe de revisores, composta por profissionais aptos a realizar a correção do texto. Em seguida, é encaminhado de volta ao professor conteudista e, por fim, à equipe de diagramação.

A elaboração de materiais e conteúdos é permeada pela busca da qualidade técnica e científica demandada pelo nível de cursos de graduação, materiais e conteúdos que são pensados e desenvolvidos a partir do planejamento dos objetivos e das competências traçadas para o implemento das disciplinas, perpassando pela organização e pela disponibilização do material no ambiente virtual de ensino.

Para tanto, inicialmente a Direção do CEAD realiza uma seleção de professores com qualificações específicas para a elaboração do material didático e, posteriormente, para o desenvolvimento da disciplina, de acordo com suas habilidades docentes (área de atuação). A partir daí, após a elaboração do conteúdo didático, o professor elabora o Plano de Curso da disciplina com base no PPC, produzindo uma obra sequenciada em capítulos para um estudo sistemático. Esse material é enriquecido de recursos didáticos cuidadosamente escolhidos para manter a maior

interação possível dentro do processo de ensino e aprendizagem, a exemplo de figuras, uso de uma linguagem rica em formato e em dinamicidade, de modo a proporcionar uma aproximação e, consequentemente, um bom relacionamento entre professor, aluno e conteúdo. O material é acessível a todos os participantes das turmas, conforme a área de conhecimento do curso, e a respectiva disciplina, com o objetivo de fomentar uma leitura compreensível, proveitosa e agradável ao aluno.

A interação entre professor conteudista e aluno, ocorre num primeiro momento, na apresentação da ementa da disciplina, seguida pela presença virtual na plataforma de ensino, bem como nos encontros presenciais nos polos. O processo de interação se dá, também, entre o professor conteudista (professor de disciplina) e os tutores do curso, o que ocorre antes do início da disciplina, ocasião em que é realizada uma capacitação que os orienta sobre as metodologias e diretrizes para o implemento da disciplina. Após o cumprimento da carga horária/disciplina, durante a qual o aluno passa por diversas avalições, em atividades também diversificadas, procede-se à avaliação final, a qual é preparada considerando o conteúdo discutido e as metodologias aproveitadas em todo o processo de ensino e aprendizagem.

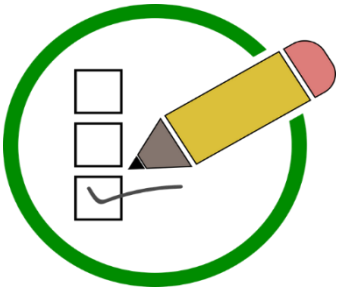
Ressalte-se, ainda, a disponibilização de materiais didáticos que podem ser acessados gratuitamente pelos discentes nas diversas plataformas de publicação científica, a exemplo do Portal de Periódicos CAPES/MEC, bem como em outras instituições que tratam e trabalham diretamente com EaD, a exemplo da Associação Brasileira de Educação a Distância (Abed), sociedade científica sem fins lucrativos.

11 AVALIAÇÕES INSTITUCIONAIS E DE CURSO

O resgate histórico mostra que a avaliação institucional está ligada a um referencial de qualidade e nos distintos modos de entendimento fez parte das lutas do movimento dos docentes das universidades brasileiras na década de sessenta. Ao longo das décadas, tem sido amplamente reconhecida a importância da Educação Superior no conjunto das políticas públicas, não apenas por ser instrumento de valor para a formação acadêmico-profissional ou por alicerçar a pesquisa científica e tecnológica que subsidia o desenvolvimento econômico e social, mas também, por seu papel norteador das ações de cidadania democrática, justiça social e desenvolvimento sustentável (SOBRINHO, 2002; SOBRINHO, 2003; POLIDORI, 2006). Na Figura 22, tem-se a linha histórica do processo de avaliação da educação superior.

O processo avaliativo das instituições ocorre em duas modalidades: Autoavaliação (avaliação interna), coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada instituição e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional da Conaes, e as Avaliações Externas (institucionais e de curso) (BRASIL 2014).

Para mediar e otimizar o processo avaliativo no âmbito da UFPI, a Coordenadoria de Avaliação e Estatística (Coordae) – órgão subordinado à Diretoria de Governança (DGOV) e à Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (Proplan) – é o setor responsável, dentro da UFPI, pelo acompanhamento e orientação dos processos avaliativos da IES. A função de Coordenador de Avaliação e Estatística é exercida pelo Pesquisador/Procurador Institucional (PI), que figura como interlocutor entre a IES e o MEC.

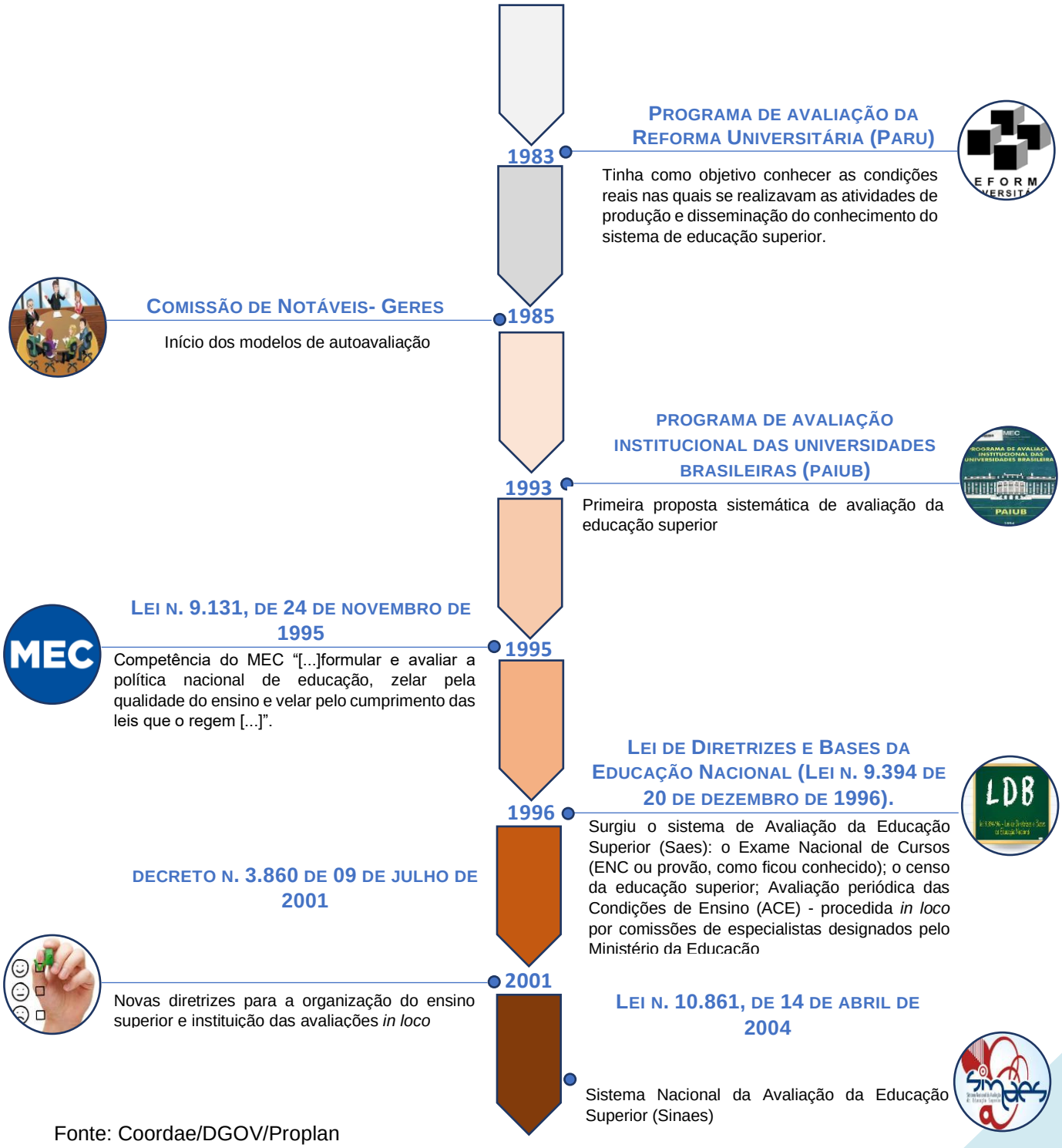


A Coordae adota uma agenda de acompanhamento aos processos avaliativos do Sinaes, que inclui visitas *in loco* para reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação, e credenciamento e recredenciamento da instituição e o desempenho dos estudantes no Enade. Para tanto, a Coordae:

- Realiza constantemente a alimentação/atualização de dados nos sistemas e-MEC, Censo da Educação Superior e Enade;
- Trabalha na realização de permanente diálogo com os coordenadores dos cursos de graduação e com o Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos cursos, no sentido de acompanhar e orientar os processos avaliativos, propor mudanças, atualizações e ajustes nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC), conforme legislação e instrumentos de avaliação vigentes;
- Acompanha os trabalhos das comissões do Inep, responsáveis pela avaliação *in loco,* através da realização de reuniões com os cursos, recepção à comissão, acompanhamento dos resultados da avaliação, leitura dos relatórios das referidas comissões e respostas às diligências do MEC.
- Atua em interlocução com a Comissão Própria de Avaliação (CPA), auxiliando-a no processo de construção da autoavaliação institucional.

Para o quinquênio 2020-2024, a Coordae continuará atuando nesse sentido, buscando aprofundar a relação com os coordenadores de curso de graduação, NDEs, Colegiados dos Cursos, discentes, docentes e, também, com os órgãos de gestão institucional. E, em conformidade com os resultados alcançados intensificar as ações de melhoria da avaliação institucional, sempre trabalhando para que a cultura avaliativa seja continuamente difundida e para que a comunidade acadêmica se conscientize acerca dos procedimentos avaliativos adotados.

Figura 22 – Infográfico ilustrando o histórico do processo de avaliação da Educação Superior no Brasil



Fonte: Coordae/DGOV/Proplan

11.1 Avaliação externa

As avaliações externas (institucionais e de curso) são conduzidas por especialistas nas respectivas áreas de conhecimento, denominados de "Comissão de Avaliação *in Loco"*, indicados pelo Inep, que utilizam como instrumento de verificação os Instrumentos de Avaliação Externa: *Instrumento de Avaliação Institucional Externa – presencial e a distância (IAIE)* e *Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – Presencial e a distância (IACG)*.

É de competência do Inep elaborar os instrumentos de avaliação externa, com base nas diretrizes estabelecidas pelos órgãos competentes do Ministério da Educação (MEC), e a Diretoria de Avaliação da Educação Superior (Daes), por meio da Coordenação Geral de Avaliação dos Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior (CGACGIES), conceber, planejar, coordenar e operacionalizar a avaliação.

O conjunto das dimensões inerentes ao Sinaes, que embasam a avaliação institucional, contempla:

I. Missão e o plano de desenvolvimento institucional;
II. Políticas para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
III. Responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
IV. Comunicação com a sociedade;
V. Políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
VI. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
VII. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
VIII. Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;
IX. Planejamento e avaliação;
X. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

11.1.1 Avaliação institucional

A avaliação institucional é subsidiada por instrumentos de avaliação instituídos pelo Inep que estabelecem os Conceito Institucional Faixa (CIfaixa), Institucional Contínuo (CIContínuo) e os atos regulatórios de funcionamento dos cursos de graduação (autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento) e institucional (credenciamento e recredenciamento).

As avaliações institucionais *in loco* estão centradas em cinco eixos: a) Planejamento e Avaliação Institucional, b) Desenvolvimento Institucional, c) Políticas Acadêmicas, d) Políticas de Gestão, e e) Infraestrutura. Entre esses cinco eixos estão distribuídos 45 indicadores.

Os resultados das avaliações institucionais, CIfaixa e CIContínuo, são expressos em escala que varia de “1” a “5”. Ressalta-se, que o “5” reflete o padrão máximo de qualidade (muito bom); o “4” corresponde ao conceito “bom” e o “3” indica que é “satisfatório”, atingindo o referencial de qualidade requerido pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Os conceitos “1” e “2” são “insatisfatório” e “parcialmente satisfatório”, respectivamente, e ensejam medidas saneadoras por parte da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) do MEC.

11.1.2 Recredenciamento institucional

A UFPI é uma Instituição de Educação Superior, de natureza federal, mantida pelo Ministério da Educação, por meio da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), com sede e foro na cidade de Teresina, possuindo três outros *campi* sediados nas cidades de: Picos, Bom Jesus e Floriano.

Inicialmente, as Faculdades de Direito, Faculdade de Filosofia, Faculdade de Odontologia e Faculdade de Medicina, de Teresina; e Faculdade de Administração de Parnaíba foram credenciadas como faculdades isoladas, por meio do Decreto n. 17.551 de 09 de janeiro de 1945. Após união dessas unidades isoladas foi instituída, em 1968, por meio da Lei n. 5.528 de 12 de novembro de 1968, a Universidade Federal do Piauí.

Em 2009, a UFPI recebeu visita *in loco* de Recredenciamento Institucional, com o advento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), obtendo Conceito Institucional Faixa “3”, cujo documento regulatório foi publicado em 2012. Assim, a UFPI tem seu Recredenciamento Institucional referendado pela Portaria MEC n. 645 de 18 de maio de 2012, publicada no DOU n. 97 de 21 de maio de 2012, Seção 1, página 13, através da qual a IES está recredenciada por um período de dez anos.

O ensino a distância teve seu credenciamento por meio da Portaria MEC n. 1.369 de 07 de dezembro de 2010 publicada no DOU n. 234 de 08 de dezembro de 2010, Seção 1, página 08. Em

2019, o Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), recebeu avaliação *in loco* para Recredenciamento, e obteve CIfaixa “4” e CIContínuo “4,21”, aguardando a publicação da portaria de recredenciamento.

11.1.3 Avaliação de curso

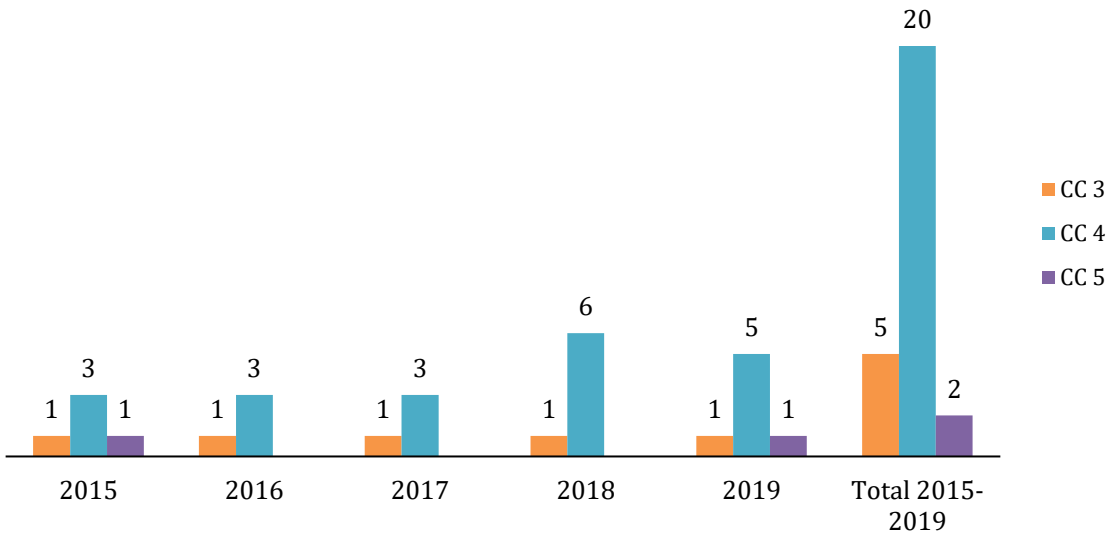
A avaliação de cursos de graduação é subsidiada por instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a distância, instituídos pelo Inep que estabelecem o Conceito de Curso Faixa (CCfaixa), o Conceito de Curso Contínuo (CCcontínuo), e os atos regulatórios (autorização, reconhecimento e renovação de Reconhecimento) dos cursos de graduação de cada instituição de ensino superior.

Os resultados das avaliações in loco de cursos, CCfaixa e CCcontínuo, são expressos em escala que varia de “1” a “5”. Ressalta-se, que o “5” reflete o padrão máximo de qualidade (muito bom); o “4” corresponde ao conceito “bom” e o “3” indica que é “satisfatório”, atingindo o referencial de qualidade requerido pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Os conceitos “1” e “2” são “insatisfatório” e “parcialmente satisfatório”, respectivamente, e ensejam medidas saneadoras por parte da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) do MEC.

Na vigência do PDI 2015-2019 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, 2015) ocorreram 27 visitas de avaliação *in loco* para fins de Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de seus cursos, distribuídas nos *campi*, conforme detalhes no Anexo II, cujo resultado mostrou conceito satisfatório em todos os relatórios de visita das comissões do Inep. Para as IES que possuem autonomia de criar os seus cursos e programas, caso da UFPI, as avaliações de cursos são realizadas apenas para os atos regulatórios de reconhecimento e renovação de reconhecimento, com exceção dos cursos de Medicina, Direito e Psicologia que exigem autorização prévia do Ministério da Educação.

As avaliações *in loco* de cursos, ocorridas no último quinquênio (Gráfico 21) em sua maioria remetem a ato autorizativo de reconhecimento de curso (59,26%), e todas tiveram resultados favoráveis: CCfaixa “4” (74,07%); CCfaixa “3” (18,52%); e CCfaixa “5” (7,41%), indicando, assim, que todos os cursos cumprem o referencial de qualidade requerido pelo Ministério da Educação (MEC).

Gráfico 21 – Número de avaliações de cursos, quinquênio 2015-2019



Fonte: Coordae/DGOV/Proplan

No CMPP, no último quinquênio, ocorreram 13 (treze) avaliações externas distribuídas em seus Centros. No CAFS e CPCE, respectivamente, ocorreram 01 (uma) avaliação externa. No CSHNB e CMRV (hoje UFDPar), respectivamente, ocorreram 02 (duas) avaliações externas. Também, foi avaliado, nesse período, o curso de Educação no Campo, ofertado em Oeiras, por meio de parceria entre a UFPI, Prefeitura de Oeiras, Fundação Dom Edilberto e Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Piauí.

No ensino a distância (EaD), no último quinquênio, foram realizadas 07 (sete) *in loco* de cursos, 06 (seis) para ato autorizativo de reconhecimento e 01 (uma) para renovação de reconhecimento.

11.1.4 Indicadores de qualidade da UFPI

De forma geral, alguns indicadores são utilizados para aferição da qualidade na educação superior. Dentre eles, ressaltam-se:

- Taxas Acadêmicas: Taxa de Sucesso na Graduação (TSG); Taxa de Evasão na Graduação (TEG), Taxa de Retenção na Graduação (TRG), Taxa de Ocupação na Graduação (TOG); e Taxa de Preenchimento na Graduação (TPG).
- Indicadores Acadêmicos: Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade); Conceito Preliminar de Cursos (CPC); Índice Geral de Cursos (IGC); e Indicador de Diferença Entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD).

11.1.4.1 Taxas acadêmicas

11.1.4.1.1 Taxa de sucesso na graduação (TSG)

A Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) é um indicador calculado anualmente por meio da razão entre diplomados e ingressantes, que traz uma relação estreita com fenômenos de retenção e evasão. Contempla, também, a eficiência com que as universidades preenchem suas vagas ociosas decorrentes do abandono dos cursos. Em suma, a regra de cálculo da Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) é:

$$TSG(\%) = \frac{total\ de\ egressos\ no\ ano}{total\ de\ ingressantes\ no\ ano}\ x\ 100$$

A TSG é um dos indicadores de gestão utilizados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), objetivando a construção de uma série histórica para acompanhar a evolução de aspectos relevantes do desempenho das IFES. Sua análise poderá indicar, ao longo dos anos, a necessidade de aperfeiçoamentos em áreas específicas, ou mesmo a correção de eventuais disfunções. As informações oriundas desse acompanhamento por parte do TCU deverão servir de subsídio para selecionar áreas a serem estudadas com maior profundidade pelos Controles Interno e Externo, direcionadas à identificação de boas práticas e de oportunidades de melhoria na gestão. Também, é usado pelo MEC com o intuito de monitorar ações e resultados das IFES e como ferramenta de apoio à autoavaliação institucional. As taxas de sucesso no período 2015-2019 encontram-se na tabela 15.

Tabela 15 – Taxa de sucesso de graduação da UFPI modalidade presencial, período 2015-2019

ANO	TAXA DE SUCESSO (%)
2015	57,36
2016	47,73
2017	51,32
2018	52,84
2019	50,37

Fonte: Coordpa/DGOV/Proplan

11.1.4.1.2 Taxa de evasão na graduação (TEG)

A taxa de evasão é um indicador importante de que o curso, por algum motivo, não está atendendo aos alunos seja por que não se adaptam à modalidade ou por que não se identificaram com o curso, ou por que o curso não oferece a qualidade técnica e o conteúdo desejado. As taxas de evasão no período 2015-2019 encontram-se na tabela 16. Em suma, a regra de cálculo da Taxa de Evasão na Graduação (TEG) é**:**

$$TEG\ (\%) = 1 - (\frac{Ano\ X\ (total\ de\ alunos\ matriculados - \ total\ de\ alunos\ ingressantes)}{Ano\ X - 1(total\ de\ alunos\ matriculados - \ total\ de\ alunos\ formados)})\ x\ 100$$

Sendo, por exemplo: X, ano 2015 e X−1, ano 2014

Tabela 16 – Taxa de evasão de graduação da UFPI modalidade presencial, período 2015-2019

ANO	TAXA DE EVASÃO (%)
2015	12,70
2016	14,26
2017	12,46
2018	12,40
2019	11,76

Fonte: Coordpa/DGOV/Proplan

11.1.4.1.3 Taxa de retenção na graduação (TRG)

A taxa de retenção é a expressão utilizada tecnicamente para se referir ao processo que resulta na permanência prolongada do estudante na universidade, levando a um atraso no período de integralização. Em suma, a regra de cálculo da taxa de retenção na graduação (TRG) é:

$$TRG\ (\%) = \frac{total\ de\ matriculados\ no\ ano\ com\ nº\ de\ semestre > \ que\ o\ nº\ de\ semestre\ do\ curso}{total\ de\ alunos\ matriculados\ no\ ano}\ x\ 100$$

As TRGs, para o quinquênio 2015-2019, dos cursos de graduação presenciais estão discriminadas na Tabela17.

Tabela 17 –Taxa de retenção de graduação da UFPI modalidade presencial, período 2015-2019

ANO	TAXA DE RETENÇÃO (%)
2015	17,89
2016	16,99
2017	17,71
2018	17,32
2019	14,72

Fonte: Coordpa/DGOV/Proplan

11.1.4.1.4 Taxa de ocupação na graduação (TOG)

A taxa de ocupação expressa a capacidade que IES de aproveitar sua capacidade instalada de vagas em seus cursos de graduação. Em suma, a regra de cálculo da Taxa de Ocupação na Graduação (TOG) é:

$$TOG\ (\%) = \frac{total\ de\ alunos\ matriculados\ no\ ano}{total\ de\ vagas\ ofertadas\ no\ ano\ x\ duração\ do\ curso\ em\ ano}\ x\ 100$$

As taxas de ocupação, para o quinquênio \rt0079, dos cursos de graduação presenciais estão discriminadas na Tabela 18.

Tabela 18 – Taxa de ocupação de graduação da UFPI modalidade presencial, período 2015-2019

ANO	TAXA DE OCUPAÇÃO (%)
2015	82,98
2016	81,29
2017	83,52
2018	82,39
2019	88,21

Fonte: Coordpa/DGOV/Proplan

11.1.4.2 Indicadores acadêmicos

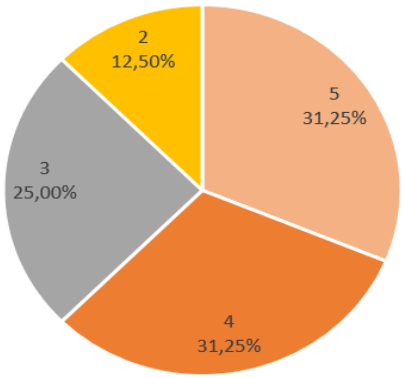
Os principais Indicadores de Qualidade da Educação Superior são o Conceito Preliminar do Curso (CPC); o Conceito Enade, o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) e o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD). Todos esses indicadores variam em uma escala de 1 a 5, na qual “1” e “2” são conceitos insatisfatórios, “3” e “4” conceitos satisfatórios e “5” conceito de excelência.

11.1.4.2.1 Exame nacional de desempenho dos estudantes (Enade)

O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) avalia os alunos com relação aos conteúdos fornecidos pelas orientações curriculares de seus respectivos cursos de graduação. Também, avalia a adequação a novos requisitos decorrentes da evolução do conhecimento e de suas competências para compreender tópicos relativos a questões brasileiras e internacionais e outras áreas de conhecimento. É aplicado trienalmente a alunos concluintes dos cursos selecionados em cada ciclo avaliativo, regulamentado por meio da Portaria Normativa n. 840 de 24 de agosto de 2018. Após a liberação anual dos resultados do Enade são divulgados posteriormente o Conceito Preliminar do Curso (CPC) e o Índice Geral dos Cursos (IGC).

Para consultar os conceitos do Enade (faixa e contínuo) dos cursos que participaram dos ciclos avaliativos 2004 a 2018, clique aqui. Os cursos do ciclo I inclui os cursos das áreas de ciências agrárias, ciências da saúde, engenharias e áreas afins; bacharelado em arquitetura e urbanismo; e, superiores de tecnologia nas áreas de ambiente e saúde, produção alimentícia, recursos

Gráfico 22 – % Conceito Enade dos cursos do ciclo I, em 2016

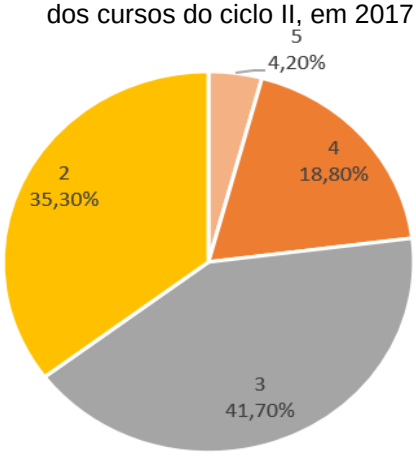


Fonte: Coordae/DGOV/Proplan

naturais, militar e segurança. Em 2016, apresentaram em sua maioria conceito de excelência ou satisfatórios. Atualmente, 16 cursos participam desse ciclo avaliativo (Gráfico 22), sendo 31,25% com conceito faixa máximo “5”; 31,25% com conceito faixa “4”; 25% com conceito faixa “3”; e 12,5% com conceito 2, no último ciclo avaliativo, em 2016.

O ciclo II compreende o ciclo com mais cursos de graduação participantes, inclui os cursos de bacharelado nas áreas de ciências biológicas; exatas e da terra; linguística, letras e artes; e áreas afins; bacharelado nas áreas de ciências humanas e áreas afins, cursos de licenciatura nas áreas de ciências da saúde; humanas; biológicas; exatas e da terra; linguística, letras e artes e cursos superiores de tecnologia. Atualmente, 51 cursos participam desse ciclo avaliativo. No último ciclo avaliativo, em 2017 (Gráfico 23) os cursos apresentaram em sua maioria conceito faixa satisfatório, sendo 4,20% com conceito faixa máximo “5”, 18,80% com conceito faixa “4”; 41,70% com conceito faixa “3” e 35,30% com conceito faixa insatisfatório “2”.

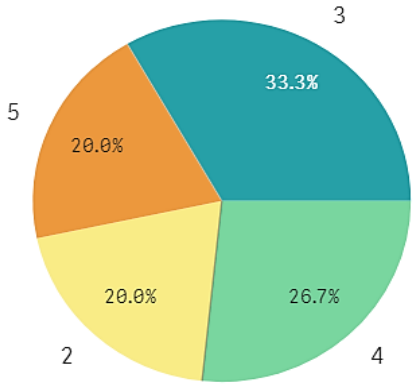
Gráfico 24 – % Conceito Enade dos cursos do ciclo II, em 2017



Fonte: Coordae/DGOV/Proplan

No ciclo III inclui os cursos das áreas de bacharelado em ciências sociais aplicadas, humanas e áreas afins; cursos superiores de tecnologia nas áreas de gestão e negócios, apoio escolar, hospitalidade e lazer, produção cultural e design. Na UFPI, atualmente são avaliados 15 cursos nesse ciclo. No último ciclo avaliativo, em 2018 (Gráfico 24), os cursos apresentaram em sua maioria conceito faixa satisfatório, sendo 20% com conceito faixa máximo “5”, 26,7% com conceito faixa “4”; 33,3% com conceito faixa “3” e 20% com conceito faixa insatisfatório “2”.

Gráfico 23 – % Conceito Enade dos cursos do ciclo III, em 2018

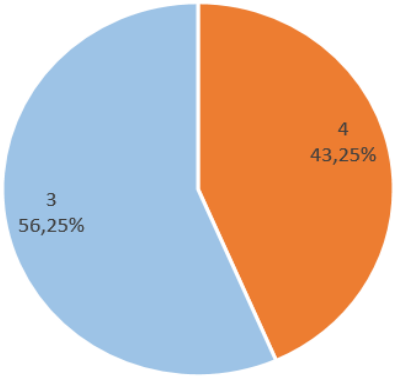


Fonte: Coordae/DGOV/Proplan

11.1.4.2.2 Conceito preliminar do curso (CPC)

O Conceito Preliminar de Curso (CPC) é uma média de diferentes medidas de qualidade de um curso, correspondendo à nota dos cursos de graduação, calculada a partir do desempenho dos estudantes concluintes no Enade (20%); do Indicador de Diferença Entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) (35%); dos insumos provenientes do Censo da Educação Superior (30%); e do Questionário do Estudante do Enade (15%).

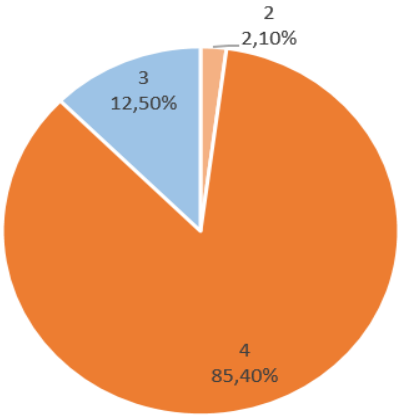
Gráfico 25 – % CPC dos cursos



Fonte: Coordae/DGOV/Proplan

Os dados denominados de "insumos" são constituídos por informações (corpo docente, instalação e infraestrutura, ampliação da formação acadêmica e profissional, e organização didático-pedagógica) do Censo da Educação Superior, realizado anualmente pelo INEP, através do qual as IES informam a quantificação de seus alunos, a quantificação e qualificação do seu corpo docente, além do detalhamento da sua infraestrutura para o atendimento aos seus distintos cursos e programas e das respostas ao Questionário do Estudante do Enade.

Gráfico 26 – % CPC dos cursos do ciclo II, em 2017

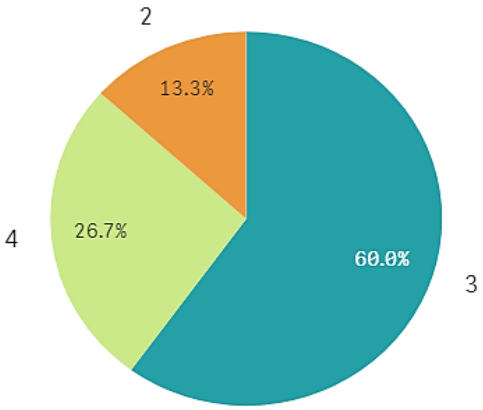


Fonte: Coordae/DGOV/Proplan

Para consultar os conceitos dos CPCs dos cursos que participaram dos ciclos avaliativos 2004 a 2018, clique aqui. Os cursos do ciclo I, no último ciclo avaliativo, em 2016, Gráfico 25, apresentaram conceitos favoráveis, sendo 56,25% com conceito faixa "3" e 43,25% com conceito faixa "4".

Os cursos do ciclo II, no último ciclo avaliativo, em 2017, Gráfico 26, apresentaram em sua maioria conceitos favoráveis, sendo 12,50% com conceito faixa "4", 85,40% com conceito faixa "3" e 2,10% com conceito faixa insatisfatório "2".

Gráfico 27 – % CPC dos cursos do ciclo III, em 2018



Fonte: Coordae/DGOV/Proplan

Os cursos do ciclo III, no último ciclo avaliativo, em 2018, Gráfico 27, apresentaram em sua maioria conceitos favoráveis, sendo 26,7% com conceito faixa "4"; 60% com conceito faixa "3" e 13,3% com conceito insatisfatório "2".

Conforme art. 37, da Portaria Normativa MEC n. 23 de 21 de dezembro de 2017, republicada em 03 de setembro de 2018, os resultados dos ciclos avaliativos, representados por meio dos CPCs, subsidiam os atos de reconhecimento e renovação de reconhecimento dos

cursos de graduação. Assim, em cada ciclo avaliativo a validade dos atos de reconhecimento e renovação são prorrogados, conforme parâmetros e procedimentos determinados pela Seres através de Notas Técnicas, sendo dispensada a avaliação *in loco*, desde que os cursos obtenham CPCs satisfatórios (igual ou superior a faixa “3).

Os cursos com CPCs insatisfatórios (1 e 2) ou Sem Conceito (SC) ou que não participam do Enade, conforme Decreto n. 9.235 de 15 de dezembro de 2017, Portaria Normativa MEC n. 23 de 21 de dezembro de 2017, republicada em 03 de setembro de 2018 e Notas Técnicas da Seres, publicadas anualmente, são submetidos à avaliação *in loco* para revalidação de seu ato de reconhecimento ou renovação de reconhecimento. Caso, obtenham conceito insatisfatório em uma das três dimensões do Formulário Eletrônico (FE) de Avaliação *in loco*, a IES será submetida a um Protocolo de Compromisso, que consiste em um conjunto de medidas saneadoras, a serem cumpridas em prazo determinado e, que culminará em avaliação *in loco* com o fim de verificar o cumprimento das obrigações assumidas.

11.1.4.2.3 Índice geral de cursos (IGC)

A partir de 2008, com a divulgação do Índice Geral de Cursos (IGC), iniciou-se uma nova etapa nas avaliações em larga escala das IES brasileiras que passaram a ter seu IGC divulgado anualmente, no país. O IGC corresponde ao indicador de *ranking* das IES e, como tal, tem sido objeto de polêmicas. É formado pela média ponderada dos conceitos dos cursos de graduação (CPC) e de pós-graduação *stricto sensu*, liberados pela Capes. É divulgado anualmente no ato da liberação dos resultados do Enade pelo Inep.

O IGC de uma IES é calculado ponderando-se a média dos conceitos CPC dos cursos de graduação (esta também ponderada pela quantidade de alunos matriculados em cada curso) pelo “peso” da graduação na instituição. O mesmo cálculo é feito com os cursos de pós-graduação *stricto sensu,* em nível de mestrado e doutorado.

IGC

Considerando-se que cada área do conhecimento é avaliada de três em três anos no Enade, o IGC leva em conta sempre um triênio. Assim, o IGC 2017 considerou os CPCs dos cursos de graduação que fizeram o Enade em 2015, 2016 e 2017. E, o IGC 2018 baseou-se nos cursos integrantes do ciclo avaliativo 2016, 2017 e 2018, assim por diante.

O resultado do cálculo do IGC varia em um intervalo de 0 a 500 pontos, sendo que as extremidades constituem valores pouco prováveis em virtude da metodologia de cálculo. Para classificação das IES, o IGC contínuo é transformado em conceito. A métrica dessa transformação é apresentada na Tabela 19, o qual apresentada resultados do IGC da UFPI, desde o ano de instituição desse indicador.

Tabela 19– Série histórica IGC UFPI, 2007 a 2018

Ano	IGC Contínuo	IGC Faixa	Nota explicativa para as notas contínuas:
2007	2,88	3	
2008	2,82	3	
2009	2,81	3	
2010	2,83	3	
2011	2,98	4	Faixa 1 = 0,0 a 0,944
2012	2,90	3	Faixa 2 = 0,945 a 1,944
2013	2,91	3	Faixa 3 = 1,945 a 2,944
2014	2,72	3	Faixa 4 = 2,945 a 3,944
2015	2,81	3	Faixa 5 = > 3,945
2016	2,83	3	
2017	2,87	3	
2018	2,91	3	

Fonte: Coordae/DGOV/Proplan

Acerca do resultado do IGC, a UFPI apresentou resultados crescentes no último quinquênio. Em 2011, atingiu a faixa “4” e nos anos seguintes, 2012 a 2014, apresentou decréscimo e seu IGC contínuo e mudança para a faixa “3”. A partir de 2015 tem apresentado crescimento sucessivo em seu IGC contínuo atingindo faixa semelhante à de 2013. Todos os esforços estão sendo realizados para que a IES retorne ao IGC 4.

11.1.4.2.4 Indicador de diferença entre os desempenhos observado e esperado (IDD)

O IDD é um indicador de qualidade que busca mensurar o valor agregado pelo curso ao desenvolvimento dos estudantes concluintes, considerando seus desempenhos no Enade e no Enem, como medida *proxy* (aproximação) das suas características de desenvolvimento ao ingressar no curso de graduação avaliado.

Desde 2014, o cálculo do IDD ocorre para cada indivíduo que tenha participado do Enade e do Enem, recuperando-se os resultados do mesmo estudante nos dois exames a partir do número do CPF.

Esse indicador é calculado desde a primeira edição do Enade, em 2004, como componente do Conceito Preliminar de Curso (CPC). Em 2016, voltou a ser divulgado no sistema e-MEC, vinculado ao mesmo código de curso em que os estudantes concluintes foram inscritos nos Enade. De forma mais detalhada, clique aqui para consultar a série história desse índice.

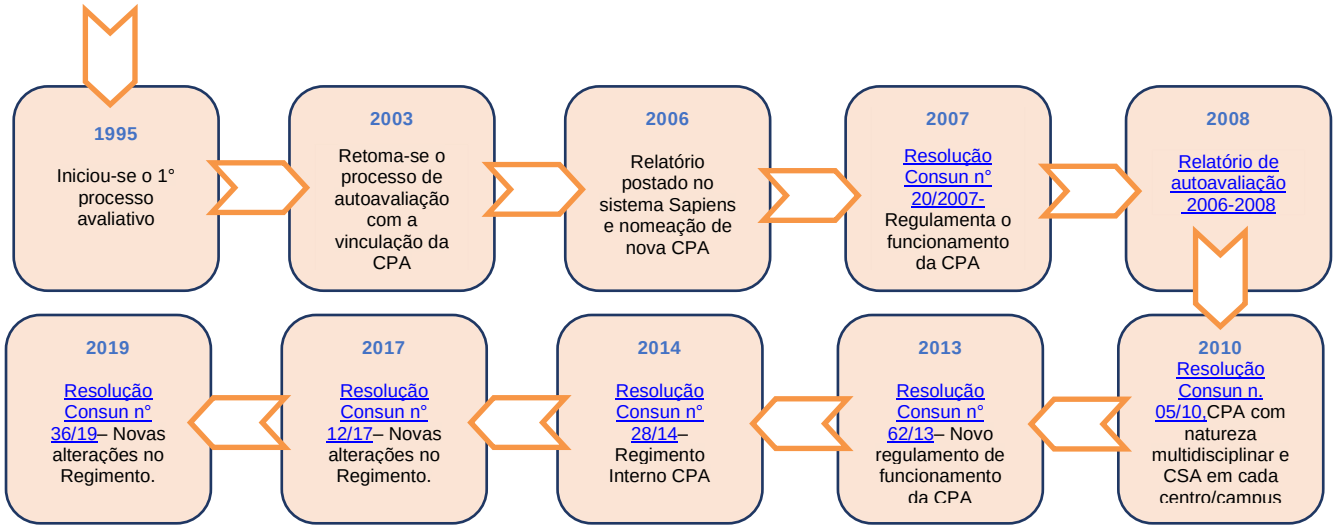
11.2 Processo de autoavaliação institucional

A autoavaliação é um processo contínuo por meio do qual cada instituição constrói conhecimentos sobre sua própria realidade buscando compreender o significado do conjunto de suas atividades para melhoria da qualidade e obtenção de maior alcance social.

Esse processo envolve a sistematização de informações, análise coletiva do significado das realizações, identificação de pontos fracos e fortes e, sobretudo, das estratégias a serem adotadas para a correção das fragilidades.

O processo de avaliação na UFPI tem como marco inicial o ano de 1995, como pode ser acompanhado na Figura 23 com a realização da primeira autoavaliação institucionalizada.

Figura 23 – Infográfico da linha histórica do processo de autoavaliação institucional no âmbito da UFPI



Fonte: Coordae/DGOV/Proplan

A Comissão Própria de Avaliação (CPA), desde o início dos seus trabalhos em 2004, tem adotado algumas diretrizes que continuam a orientar a autoavaliação da UFPI. Uma delas é a compreensão da autoavaliação como um processo educativo, significando qualificar, promover o autoconhecimento para transformar e melhorar a qualidade do trabalho acadêmico. O diagnóstico das potencialidades que devem ser reforçadas e das fragilidades que dificultam alcançar as metas estabelecidas, ajuda a orientar a tomada de decisões, o planejamento e replanejamento das ações e o estabelecimento de prioridades. Outra premissa é a continuidade do processo de avaliação no sentido de criar uma cultura de avaliação.

11.2.1 Metodologia

A CPA tem como referência geral a metodologia proposta pelo Sinaes. De acordo com a Lei n, 10.861, de 14 de abril de 2004, a avaliação institucional deve contemplar as 10 dimensões do Sinaes, respeitando-se obviamente, as especificidades de cada IES.

O processo de autoavaliação da UFPI é realizado sob a aplicação de questionários às categorias: discentes de graduação dos cursos presenciais, discentes de graduação dos cursos a distância, discentes de pós-graduação, docentes, gestores e técnico-administrativos, por meio de ferramenta integrante do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), em período preestabelecido no cronograma constante no Projeto de Autoavaliação Anual.

Com os dados coletados por meio dos questionários, a CPA Central repassa-os às Comissões Setoriais de Avaliação (CSA), que confeccionam o Relatório de Autoavaliação de seus centros/*campis* e, posteriormente, encaminham à CPA Central para organização e confecção do Relatório de Autoavaliação Institucional que é encaminhado ao e-MEC até o dia 31 de março de cada ano, conforme artigo 22 da Portaria Normativa n. 21 de dezembro de 2017 e artigo 35 da Portaria Normativa n. 840 de 24 de agosto de 2018.

O Relatório de Autoavaliação Institucional é composto por cinco partes principais: introdução, metodologia, desenvolvimento, análise dos dados e das informações e ações previstas com base nessa análise e apresenta o detalhamento a ser abordado em cada uma das partes, sendo que na introdução são apresentados os dados da instituição, a composição da CPA e o planejamento estratégico de autoavaliação. O desenvolvimento é organizado em cinco tópicos, correspondentes aos cinco eixos (Planejamento e Avaliação Institucional, Desenvolvimento Institucional, Políticas Acadêmicas, Políticas de Gestão e Infraestrutura Física) que contemplam as dez dimensões dispostas no artigo 3 da Lei n. 10.861/2004, que institui o Sinaes. Os dados e as informações pertinentes a cada eixo/dimensão são apresentados de acordo com o PDI e a identidade da instituição.

A operacionalização do processo de autoavaliação institucional é realizada em seis etapas:

I. Planejamento: elaboração do Projeto de Autoavaliação;
II. Sensibilização: mobilização da comunidade;
III. Coleta dos dados: aplicação dos questionários no SIGAA;
IV. Análise dos dados e elaboração dos relatórios pelas comissões setoriais e comissão central;
V. Apresentação dos resultados da avaliação e planos de melhorias para os resultados apresentados;
VI. Encaminhamento do Relatório de Autoavaliação Institucional, em sua versão final, ao Ministério da Educação, até o dia 31 de março do ano corrente, conforme art. 22 da Portaria Normativa n. 21 de dezembro de 2017 e art. 35 da Portaria Normativa n. 840 de 24 de agosto de 2018.

11.2.2 Instrumentos externos e internos

A capacidade de desenvolver a consciência crítica sobre os problemas e a realidade institucional é um objetivo fundamental, pois todo processo genuíno de autoavaliação institucional tem que levar em consideração os indicadores internos e externos, que venham a ser obtidos por instrumentos e meios de acompanhamento da gestão (BELLONI, 2000). Quanto aos instrumentos externos, a autoavaliação institucional pode utilizar, como fonte de informação e dados os relatórios de visita *in loco* institucionais e dos cursos de graduação, relatórios do Enade e avaliações dos programas de pós-graduação realizadas periodicamente pela Capes.

No tocante aos instrumentos internos, no processo de autoavaliação institucional, além dos questionários aplicados para cada segmento segmento (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, 2010, UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, 2011; UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, 2012 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, 2013), são consultados outros documentos/dados institucionais tais como: o PDI vigente, os relatórios de autoavaliações anteriores, dados do Censo da Educação Superior e os relatórios de gestão do TCU. Entende-se que o autoconhecimento institucional nem sempre exige novos processos de coleta de dados, mas o aproveitamento crítico de dados já existentes, extraindo deles todos os significados possíveis.

11.2.3 Forma de participação da comunidade acadêmica

Conforme a legislação e regulamento interno (Resolução Consun n. 36 de 18 de outubro de 2019, artigos 7 e 8), as CPAs (central e setoriais) são de natureza multidisciplinar e compostas pela representação equilibrada dos segmentos da comunidade acadêmica e da sociedade civil:

> Art. 7 A CPA Central deve ser multidisciplinar e constituída por:
> I - Um (a) coordenador (a) com seu respectivo subcoordenador (a), ambos com assento efetivo, escolhidos pelos membros titulares da CPA;
> II - Um representante do corpo docente do ensino presencial com seu respectivo suplente;
> III - Um representante do corpo docente do ensino a distância com seu respectivo suplente;
> IV - Um representante dos servidores técnico-administrativos com seu respectivo suplente;
> V - Um representante do corpo discente com seu respectivo suplente;
> VI - Um representante da Sociedade Civil organizada, sem vínculo empregatício com a UFPI, com seu respectivo suplente.
> Art. 8° As Comissões Setoriais de Avaliação (CSA), de cada Centro de Ensino e Campus fora da sede, serão constituídas:
> I - Pelo Vice-Diretor do Centro/Campus que atuará com a função de coordenador da CSA;
> II - Um representante do corpo docente com seu respectivo suplente;
> III - Um representante do corpo técnico-administrativo com seu respectivo suplente;
> IV - Um discente com seu respectivo suplente;
> V - Um representante da sociedade civil, para os campi fora da sede (UFPI, 2019).

Os membros da CPA Central são convidados e indicados pela Reitoria e os membros das Comissões Setoriais são convidados e indicados pelo Diretor do centro/*campus*.

A organização, quantidade de membros e dinâmica de funcionamento da CPA, levam em consideração as características da IES, sua experiência em avaliação, devendo ser reconhecida como órgão de representação acadêmica e não administrativa.

Para fins comparativos, a Tabela 20 apresenta o quantitativo de participação da comunidade acadêmica no último triênio (2016-2018).

Observa-se, em 2018, um decréscimo na referida participação. Nesse sentido, a CPA Central, juntamente com as CSAs tem buscado adotar medidas de sensibilização mais abrangentes e adequadas com o intuito de maximizar a participação de toda a comunidade acadêmica. Para o

quinquênio 2020-2024, a atual gestão da CPA buscará rever os formatos dos questionários de autoavaliação com perspectiva de torná-los mais sucintos e objetivos; buscar novas estratégias para incluir os membros e servidores que não responderam à autoavaliação de modo a contribuir de forma mais incisiva nos processos de trabalho; comparar anualmente os resultados das autoavaliações para entender as questões que já foram solucionadas e as adversidades institucionais que se repetem ao longo dos anos; acompanhar o andamento das recomendações expedidas pela CPA; e garantir a implementação de ações decorrentes das respostas da autoavaliação para a melhoria institucional.

Tabela 20 – Comparativo da participação dos segmentos nas autoavaliações referentes aos anos 2016, 2017 e 2018 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, 2016; UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, 2017; UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, 2018)

SEGMENTOS	2016			2017			2018		
	N	NP	%	N	NP	%	N	NP	%
Docentes	1.697	611	**36,0**	1.843	670	**36,3**	1.827	613	**33,5**
Gestores	358	137	**38,3**	449	169	**37,6**	512	165	**32,2**
TAEs	1.115	200	**17,9**	1.162	242	**20,8**	1.159	132	**11,4**
Discentes Graduação	23.241	7.433	**32,0**	23.229	7.502	**32,3**	22.100	4.883	**22,1**
Discentes Graduação EaD	8.328	2.263	**27,2**	15.222	3.215	**21,1**	13.913	2.237	**16,1**
Discentes pós-graduação	2.049	433	**21,1**	1.255	405	**32,3**	2.726	495	**18,2**

Nota: N= número total; NP= número participante; %: porcentagem participante
Fonte: CPA/UFPI.

11.2.4 Análise e divulgação dos resultados: avaliações internas e externas como indutoras de qualidade

As avaliações externas e internas devem ser efetivos instrumentos de mudanças no contexto educacional. Os resultados das avaliações institucional, de curso e de desempenhos dos estudantes devem ser utilizados para o planejamento das ações institucionais e para a elaboração do plano de trabalho de cada curso.

O relatório de autoavaliação é descritivo e analítico, quando se faz uma análise crítica da situação encontrada por meio dos dados obtidos. É feito um relatório geral da UFPI e também relatórios por Centro de Ensino. Estes relatórios são divulgados nas mídias sociais, nos conselhos de centro/campi e superiores e disponibilizados permanentemente na página eletrônica da CPA. Os relatórios e a socialização e discussão dos resultados com a comunidade acadêmica tende a permitir ações de aperfeiçoamento nas diferentes instâncias de organização e gestão da IES.

A consolidação de uma cultura das avaliações internas e externas, concebidas com o objetivo de aferir a qualidade do ensino, é uma das principais conquistas da área educacional dos últimos 20 anos. Utilizar avaliações como uma ferramenta para subsidiar tomadas de decisões no

âmbito da UFPI é uma prática que demonstra estar associada a melhores resultados de aprendizagem.

Sob a perspectiva da garantia do direito à educação, a implantação da cultura das avaliações de ensino deve ser celebrada. As avaliações externas não só permitem aos gestores a acompanhar o desempenho dos estudantes, como também traçar diagnósticos e identificar desigualdades existentes. O uso gerencial das avaliações é de extrema relevância para uma gestão comprometida com a qualidade e a equidade da educação, de modo que é fundamental que essa prática seja disseminada.

Os resultados da autoavaliação institucional têm se consolidado como um importante instrumento de gestão da IES. A administração da UFPI está comprometida com o uso dos resultados da Autoavaliação Institucional. Na etapa de divulgação dos dados, a CPA Central apresenta os resultados, apontando as potencialidades e fragilidades e sugestões de melhorias à Administração Superior (Reitor, Pró-Reitores e Superintendentes) e esses resultados são utilizados no planejamento de ações e na tomada de decisões, visando à melhoria dos serviços oferecidos pela instituição.

A UFPI tem se empenhado para que os resultados das avaliações institucionais, de curso e de desempenhos dos estudantes sejam integrados aos processos decisórios nos diversos âmbitos de gestão da IES, contribuindo, desse modo, para a busca permanente da qualidade no desempenho acadêmico, no aperfeiçoamento constante do planejamento e da gestão e no fortalecimento dos compromissos político-sociais da instituição.

Os resultados das avaliações externas (visita *in loco*, Enade, OAB, entre outras) são também amplamente discutidos com os alunos e professores. Essas discussões, muitas vezes, orientam alterações no PPC, nas ementas, na metodologia de ensino-aprendizagem e até na forma de avaliação.

12 POLÍTICAS DE ATENÇÃO AO DISCENTE

12.1 Programas de apoio pedagógico e financeiro e estímulos à permanência

A Coordenadoria de Assistência Comunitária (Cacom), vinculada à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (Praec), é responsável pela execução das ações do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), no âmbito da UFPI. Para desenvolver as ações (Quadro 6), a Cacom é composta por diversos setores que são:

I. Setor Pedagógico (SEPE), responsável pelo atendimento, acompanhamento e orientação educacional a todos os estudantes da UFPI, prioritariamente àqueles vinculados aos benefícios que a PRAEC oferece. Sua finalidade é auxiliar os estudantes para concluir seus cursos com êxito, em tempo hábil, minimizando as retenções e eliminando possibilidades de evasão;

II. Setor de Serviço Social (SES), responsável pelo planejamento, coordenação e execução dos programas sociais, desenvolvidos para os estudantes com dificuldades socioeconômicas, garantindo assim sua permanência na instituição e sucesso na conclusão dos cursos;

III. Setor Psicológico (SAPSI), que presta atendimento à comunidade universitária por meio de ações psicopedagógicas, com a finalidade de contribuir para a superação de dificuldades dessa natureza, surgidas durante o processo de formação acadêmica;

IV. O Setor Odontológico (SEOD), que presta atendimento gratuito à comunidade universitária, incluindo alunos, professores, servidores e seus dependentes, em dois *campi*: Ministro Petrônio Portella (Teresina) e Senador Helvídio Nunes (Picos). O SEOD também é responsável pelos editais do benefício “Kit Odontológico”, que visa fornecer, em regime de comodato, um kit contendo os principais instrumentais necessários às disciplinas clínicas do curso de odontologia;

V. Setor de Amamentação da UFPI (SAMA), realiza atendimento às mães discentes e servidoras que estão amamentando, disponibiliza informações, acompanhamento e espaço adequado para coleta e estocagem de leite materno;

VI. Divisão de Gestão e Avaliação (DGA), tem como objetivos planejar, acompanhar e avaliar sistematicamente, ações da política de assistência estudantil, no âmbito da UFPI, para adequar os recursos financeiros do Pnaes destinados às bolsas de apoio aos estudantes comprovadamente em situação de vulnerabilidade social;

VII. Núcleos de Assistência Estudantil (NAE), criados em 2014, nos *campi* fora de sede da UFPI. São 04 (quatro) Núcleos de Assistência Estudantil que têm sua gestão administrativa compartilhada com a Diretoria dos *campi*. Sua principal missão é descentralizar os programas, projetos e ações que integram a Política Nacional de Assistência Estudantil (AE) na UFPI (BRASIL, 2019). Cada *campus* é responsável pela infraestrutura, de acordo com suas especificidades, de forma a acomodar adequadamente os serviços oferecidos pelo NAE, bem como as equipes multiprofissionais responsáveis pela execução da política de AE. Os serviços oferecidos pelos NAEs compreendem, de maneira geral e conforme a disponibilidade, os mesmos setores que compõem a Cacom, conforme descritos anteriormente. O quadro 7 detalha e os tipos de benefícios e os critérios de concessão.

Quadro 7 – Benefícios da Praec

BENEFÍCIO	O QUE É?	CRITÉRIO PARA CONCESSÃO
BAE	Bolsa de Apoio Estudantil - Auxílio financeiro no valor R$ 400,00 mensais concedido por 24 meses a estudantes de baixa renda familiar	Renda familiar por pessoa de até um salário mínimo e meio
ITA	Isenção da taxa da alimentação Isenção do valor cobrado nos Restaurantes Universitários a estudantes de baixa renda familiar, inclusive estudantes oriundos de outros de outros países	Matrícula regular em, no mínimo, 4 disciplinas ou carga horária semestral de 300 horas em curso de graduação presencial; não ser portador de diploma de curso superior
AC	Auxílio Creche – Auxílio financeiro no valor de R$ 400,00 mensais concedido a estudantes com baixa renda familiar que sejam pais ou mães de crianças de até 3 anos e onze meses de idade	Perfil de vulnerabilidade socioeconômica (Decreto n. 7.234 de 19 de julho de 2010).
REU	Residência Universitária- Moradia para estudantes com baixa renda familiar oriundos de outros municípios do Piauí ou estados da Federação, fora do campus sede da UFPI onde o mesmo está matriculado	Critérios para cada benefício conforme editais
AR	Auxílio Residência - Benefício pecuária destinado a estudantes oriundos de outros municípios e/ou Estados da Federação que não possuem familiares diretos ou responsáveis legais residentes nas cidades de Teresina e Bom Jesus, sendo, assim, exclusivo para estudantes *campi*	
Biase	Bolsa de Incentivo a Atividades Socioculturais e Esportivas – Auxílio financeiro de R$ 400,00 mensais	A Biase tem por objetivo estimular a participação dos (as) estudantes em projetos de atividades socioculturais e/ ou esportivas, supervisionados por docentes e / ou técnicos da UFPI, e visa incentivar atividades voltadas para assistência estudantil na UFPI (contemplando os dez eixos do Pnaes) considerando a área de formação do aluno. Perfil de vulnerabilidade socioeconômico (Decreto n. 7.234/2010).
APEC	Apoio à Participação em Eventos Científicos - Ajuda de custo para auxiliar nas despesas relativas à participação do estudante em eventos acadêmicos fora do campus onde cursa a graduação	O estudante deve encaminhar solicitação à PRAEC, com requerimento contendo programação do evento, carta de aceite do trabalho, comprovação de inscrição, histórico escolar e atestado de matrícula. Perfil de vulnerabilidade socioeconômica (Decreto n. 7.234/2010).
KIT ODONTO	Kit composto por 40 itens permanentes (instrumentais odontológicos) essenciais às disciplinas práticas do curso de odontologia, cedido em sistema de comodato	Os kits cedidos aos estudantes do curso de odontologia da UFPI em situações de vulnerabilidade social que estejam cursando as disciplinas: Cirurgia I, Dentista Restauradora I e Oclusão.
Bincs	Bolsa de Inclusão Social - Auxílio financeiro no valor R$ 400,00 mensais, destinado ao estudante que presta auxílio acadêmico a outro estudante com NEE- deficiência intelectual, deficiência auditiva,	Ser indicado pelo estudante com NEE; ter disponibilidade de horário (12h por semana) em turnos iguais e/ ou opostos ao estudante com NEE; estar regularmente matriculado no mesmo curso do estudante com NE, na UFPI

	perda auditiva, cegueira, Transtorno do Espectro Autista- TEA deficiência múltipla	
Bincs - ES	Bolsa de Inclusão Social para estudante Surdo - Auxílio financeiro mensal no valor de R$ 400, destinado ao estudante que presta auxílio acadêmico a um outro estudante com surdez	Ter habilidade em Libras; ter disponibilidade horário (12h por semana); estar regularmente matriculado na UFPI.
KIT LUPAS	O kit manual é um auxílio acadêmico para estudantes com baixa visão, que consiste no empréstimo de lupas que potencializam o desempenho acadêmico, auxiliando-os no processo de leitura	Estar regulamente matriculado na UFPI; apresentar laudo oftalmológico a fim de subsidiar a necessidade do kit.

Fonte: Praec/UFPI

Figura 24 – Restaurante Universitário

Fonte: UFPI

Compõem, ainda, a política de apoio aos discentes, os Restaurantes Universitários (Rus) e o Núcleo de Acessibilidade da UFPI (NAU). A Coordenadoria de Nutrição e Dietética (CND), vinculada à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (Praec), coordena os 06 (seis) RUs da UFPI distribuídos nos quatro *campi*, com as mesmas características gerais e padrão de qualidade, oferecendo à comunidade universitária, refeições balanceadas, higiênicas e seguras do ponto de vista sanitário (Figura 24, RU de Teresina). Esses restaurantes funcionam no sistema de autogestão. Os trabalhadores dos RUs, em sua maioria, são terceirizados. Servidores técnico-administrativos da UFPI compõem a equipe de comando administrativo e técnico dos serviços. Importante citar que nos *campi* de Teresina, Picos e Floriano, os RUs participam da formação acadêmica de estudantes do curso de graduação em Nutrição, recebendo-os para estágio curricular e extracurricular. O curso de engenharia de produção, em Teresina, também utiliza os RUs como espaço para desenvolvimento de pesquisas e trabalhos científicos.

Criado em outubro de 2014, através da Resolução CAD n. 28, o NAU, também, vinculado à Praec, é resultado parcial de processos seletivos implementados pelo MEC por meio de editais do Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir). Iniciou suas atividades, em 2016, em todos os *campi* da UFPI, é constituído por uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais da área de serviço social, pedagogia e psicologia, e atua visando garantir o acesso e a permanência qualificada das pessoas que representam público-alvo da educação especial (PAEE) no ensino superior (pessoas com altas habilidades/superdotação; com transtorno do espectro autista; com deficiências intelectual, física, auditiva, visual e múltipla), por meio da redução das barreiras de ordem

Figura 25 – NAU do CPCE, em Bom Jesus-PI

Fonte: UFPI

pedagógica, arquitetônica, de comunicação, de informação e atitudinais. A Figura 25 ilustra a fachada do NAU do CPCE.

O NAU acompanha estudantes PAEE, assim como dos seus respectivos auxiliares. Para efetivação de suas ações, destina parte dos recursos recebidos do Incluir para aquisição de equipamentos e tecnologias específicas e para pagamento de bolsas/auxílio, direcionados ao estudante regularmente matriculado na UFPI, que presta auxílio acadêmico a um estudante que apresente necessidades especiais. Outro benefício concedido é o “Kit lupas manuais”, um conjunto de lupas que viabiliza a acessibilidade de estudantes com deficiência visual auxiliando-os no processo de leitura.

12.2 Acompanhamento dos egressos

Atualmente, as ações de acompanhamento de egressos ocorrem pontualmente nas coordenações dos cursos. A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PREG) está empenhada em desenvolver Programa de Acompanhamento do Egresso para monitorar as condições de inserção do egresso dos cursos de graduação e pós-graduação da UFPI no mercado de trabalho e sua contribuição para o desenvolvimento socioeconômico da sua região de inserção.

As políticas de monitoramento do egresso possibilitam o acompanhamento e a aproximação do egresso, como forma de conhecer e apoiar sua inserção profissional. Da mesma forma, essa interação proporciona à instituição subsídios para contribuir com sua avaliação interna no que se refere às práticas pedagógicas adotadas para atendimento do perfil de egresso que se pretende, no que concerne ao curso, seja no que se refere à instituição. Nesse sentido, a instituição pode acompanhar, também, as tendências e exigências externas do mercado formal e informal, no que tange às necessidades de formação, adequadas para atendimento das demandas advindas desses locais.

O Programa funciona no âmbito do curso de graduação e pós-graduação, com contribuições dos diversos setores do UFPI, especialmente da Superintendência de Comunicação Social, Superintendência de Tecnologia da Informação e Coordenadoria de Avaliação e Estatística/Proplan. Assim, o programa integra o plano de trabalho da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, desenvolvido por meio de parceria intersetoriais

Em sua dinâmica, o programa contribui com a instituição no que se refere à compatibilidade entre o perfil do egresso definido no Projeto Pedagógico de cada curso, articulado ao perfil do egresso, previsto no PDI, considerando a inserção profissional, adequação da formação e a busca por formação continuada por parte do egresso. Para atender a essa perspectiva, o Programa de Acompanhamento do Egresso contém estratégias que facilitam a relação com o egresso, a partir de ações desenvolvidas interna e externamente pela instituição, utilizando-se do meio digital.

O objetivo é montar um banco de egressos da UFPI, para ampliar a interface com a sociedade e conhecer a opinião dos egressos, e de pelo menos 25%, de seus empregadores, sobre

a eficácia do currículo dos cursos, de forma a retroalimentar as ações do ensino de graduação e fortalecer o ensino na universidade e divulgar, permanentemente, as ações de formação continuada para o egresso. A possibilidade de participação de instituições empregadoras pode resultar em importantes indicadores para avaliação institucional. Os resultados obtidos poderão contribuir significativamente com os cursos e programas institucionais, pois estes poderão ser aprimorados ou criados a partir de demandas apontadas pelas pesquisas, a exemplo da criação de cursos de pós-graduação e extensão.

Nessa perspectiva, pretende-se inserir uma ferramenta dentro do sistema de gestão da universidade (Sistema SIG) que viabilize o acesso e a comunicação com os egressos. Considera-se importante, também, a comunicação com os empregadores, visando à adequação dos currículos dos cursos às demandas da sociedade.

Dessa forma, a UFPI reconhece a importância do acompanhamento do egresso, pois essa estratégia possibilita discussões efetivas no âmbito dos cursos e demais programas, quanto a qualidade do trabalho desenvolvido pela instituição na sua região de abrangência.

13 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

13.1 Conceito

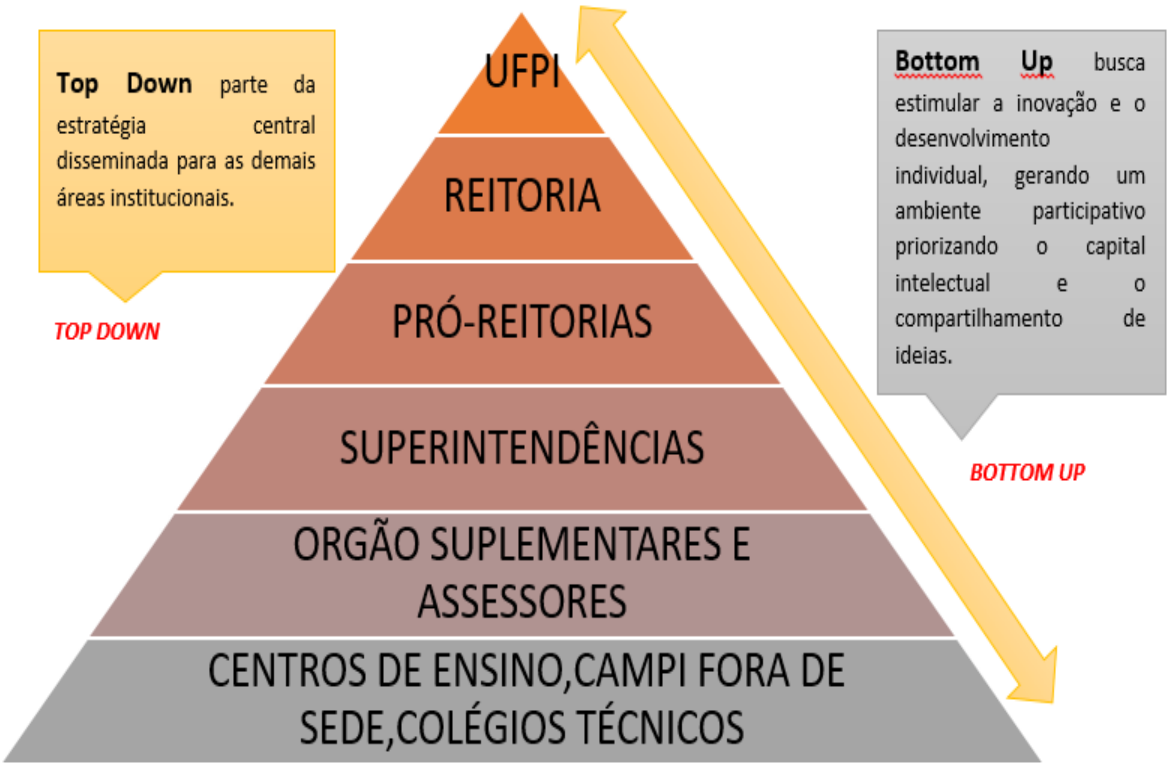
O Planejamento Estratégico Institucional é orientado a nível federal pela Instrução Normativa nº 24, de 18 de março de 2020, sendo definido como um conjunto de mecanismos sistêmicos que utiliza processos metodológicos para contextualizar e definir o estabelecimento de objetivo, metas e ações, conforme processo de tomada de decisões, objetivando os melhores resultados institucionais.

Para nortear e fomentar seu planejamento institucional a Administração Superior da UFPI definiu Temas Estratégicos e Macro Objetivos, situados no contexto de eficiência operacional e de desenvolvimento institucional, com o intuito de que os objetivos e metas setoriais definidos fossem direcionados dentro de um planejamento orientado a resultados e fundamentado nos conceitos teóricos de Abordagem de Planejamento (*Top Down* e *Bottom Up)*; Análise SWOT ou FOFA (Forças, Oportunidade, Fraquezas, Ameaças); Mapa Estratégico; e Cadeia de Valores.

13.1.1 Abordagem de planejamento

Os métodos *Top Down* e *Botton Up* (Figura 26) ajudam o gestor a encontrar o ponto de equilíbrio necessário para uma efetiva gestão baseada em resultados. Seguindo essa abordagem, definiu-se as estratégias de reuniões com as comissões do PDI.

Figura 26 – Abordagem de planejamento



Fonte: DGOV/Proplan

13.1.2 Análise SWOT ou FOFA

A Análise SWOT (Strengths, Weaknesses, Oportunities, Threats) ou FOFA (Força, Oportunidade, Fraqueza e Ameaças) é uma estratégia utilizada para análise de cenário (ou análise de ambiente). É comumente utilizada para a gestão e planejamento estratégico de uma instituição ou empresa. No Quadro 8, tem-se Análise SWOT no âmbito da UFPI. Enfatizamos que não existe correlação direta entre forças e fraquezas ou oportunidades e ameaças, sendo a disposição no quadro 8 apenas uma representação visualmente da análise institucional (Figura 27).

Figura 27 - Analise SWOT

Fonte - RockContent

Quadro 8 – Análise de cenário institucional

Fatores Positivos	
Cenário Interno	**Cenário Externo**
Forças	**Oportunidades**
Corpo docente em sua maioria qualificado (mestres e doutores) Processo continuado de atualização dos PPCs Ampliação da adoção de ações afirmativas Consolidação do uso do SIGAA Realização anual do Seminário de Acompanhamento dos Programas de Pós-Graduação Editais periódicos de Bolsas de Produtividade da UFPI e da Qualidade do Acompanhamento da Pós-Graduação Discussão de Política de Pós-Graduação da UFPI com o Comitê de Assessoramento da PRPG Diagnóstico de áreas prioritárias e estratégicas por meio do Seminário de Acompanhamento dos Programas de Pós-Graduação	Convênio com outras instituições Concurso público para pessoal administrativo realizado Programas governamentais de incentivo à acessibilidade Incremento de editais da FAPEPI para formação de mestres e doutores Abertura de editais dos órgãos de fomento nacionais como CNPq, Capes e FINEP Estabelecimento de parcerias com os setores industriais e produtivo do estado do Piauí Surgimento de novos meios de comunicação digitais Credibilidade da UFPI no Estado

- Aprovar programas de pós-graduação *stricto sensu* em áreas estratégias e prioritárias da Capes e não contempladas na UFPI
- Abertura de editais dos órgãos de fomento nacionais como CNPq, Capes e FINEP
- Veículos e estruturas de comunicação próprios: gráfica, rádio, site, redes sociais e editora.
- Publicações em periódicos qualificados
- Promoção de ações de capacitação para elaboração e proposição de ações de extensão
- Divulgação intensa, pela PREXC, das ações de extensão da UFPI em colaboração com o Projeto Mobiliza e a SCS
- Articulação da PREXC e da PREG na assessoria e promoção de oficinas e debates para as Coordenações de Cursos e NDES, objetivando a adequação dos PPCs, no que tange à inserção dos 10% do total da carga horária dos cursos em atividades curriculares de extensão
- Promoção de estratégias que estimulem os docentes e técnicos a proporem Atividades Curriculares de Extensão e os discentes a atuarem nestas atividades
- Espaços disponíveis para realizações de eventos esportivos, acadêmicos e culturais
- Implementação do Módulo de Extensão no SIGAA para cadastro e inscrições em ações de extensão
- Existência de projetos/programas de altíssimo impacto social
- Realização anual do Seminário de Extensão da UFPI; do Ciclo de palestras da PREXC; e das PREXC Itinerantes e de oficinas de treinamento

- Promoção de atividades com uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC)
- Aprimoramento quanto às fontes de energia e combustíveis renováveis
- Ressignificação do conceito de cadeia de valor com processos ambientalmente adequados
- Participação em editais de financiamento de ações de extensão ou de incentivo aos coordenadores destas ações
- Nova sistemática da Capes para avaliar os programas de Pós Graduação, onde os impactos sociais das pesquisas serão levados em consideração
- Celebração de convênios internacionais com universidades a fim de viabilizar ações de extensão
- Recursos do Governo - Emendas parlamentares e outras fontes de fomento para financiamento de ações de extensão
- Inovação tecnológica
- Parceria com as empresas para o desenvolvimento de tecnologia e colocação dos alunos nos campos de estágio e profissional, com a conclusão dos cursos de graduação
- Parceria com órgãos públicos de capacitação
- Interesse de universidades e fundações estrangeiras por parcerias com universidades brasileiras
- Parceria da UFPI e SEDUC-PI com o Instituto *Confucius* para oferta de curso de Chinês e atividades culturais na UFPI e para estudantes da rede pública do Piauí

- Profissionais técnicos comprometidos - Implantação do controle eletrônico de frequência de servidores administrativos - Transparência na comunicação e administração dos recursos destinados à assistência estudantil - Envolvimento dos discentes em busca de melhorias - Parcerias com órgãos municipais, estaduais, federais, Ongs etc. - Articulação política com os parlamentares federais do Piauí para viabilizar mais recursos - Parcerias com os meios de comunicação para ampliar a sensibilização da sociedade em relação aos seus direitos e importância da assistência estudantil - Fiscalização da execução das políticas de acessibilidade e autocuidado nos últimos anos - Salas da Assessoria Internacional dentro do prédio da PREXC, com capacidade para atender ao público que nos procura diariamente (brasileiros e estrangeiros) - Programa Idiomas sem Fronteiras (aulas de português como língua estrangeira, inglês e francês para as comunidades interna e externa). - Apoio da Administração Superior ao processo de internacionalização da UFPI - Distribuição orçamentária por centros e diretorias - Processos administrativos mal definidos - Utilização de ferramentas de Business Intelligence (BI) para acompanhamento de indicadores acadêmicos e financeiros - Adoção das práticas de gestão de projetos - Fortalecimento das boas práticas de governança - Monitoramento do datacenter e ativos de rede	

Fatores Negativos

Cenário Interno	Cenário Externo
Fraquezas	**Ameaças**
Desconhecimento por parte de alguns diretores de centros e coordenadores de cursos dos conceitos (ENADE e CPC) de avaliação de cursos	Contingência orçamentária
Desconhecimento de normas institucionais básicas em algumas Coordenações de Curso	Contratação impedida por decisão do governo federal
Baixa quantidade de docentes realizando Pós-Doutorado no exterior	Alteração dos critérios para concessão de bolsas, afastamento e incentivo funcional
Quantidade insuficiente de bolsistas de produtividade do CNPq	Descontinuidade do edital do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE)
Reduzida prática de disseminação e incentivo às atividades de desenvolvimento e inovação	Elevada quantidade de servidores aptos (idade/tempo) para aposentadoria
Pouca participação dos docentes nos eventos promovidos pela equipe de pós-graduação	Elevação do preço do dólar
Desconhecimento de normas institucionais básicas por parte das Coordenações de Curso	Baixa disponibilidade de fundos públicos de investimento em P, D & I
Ausência de formalização da política de comunicação social	Risco de descontinuidade político-administrativo das ações planejadas quanto ao ENCTI 2016-2022 e PNL 2025
Falta de pro-atividade e articulação do Fórum de Coordenadores com a PRPG	Falta de reposição de recursos humanos no quadro de pessoal
Falta de treinamento de pessoal	Instabilidade da legislação atual no nosso país, especificamente a legislação do CNE/MEC
Falta de pessoal administrativo	Política educacional do governo federal como corte de bolsas para pesquisa, congelamento dos incentivos funcionais, bloqueio/cortes de recursos etc.
Número insuficiente de servidores especializados	Greves dos servidores (técnico-administrativos e docentes)
Ausência de planejamento estratégico em todas instâncias administrativas	Falta de contratação de profissionais qualificados para atingir os objetivos previstos no PDI
Burocracia excessiva	Baixo investimento na educação básica em razão do reflexo no ensino superior

- Ausência de sistemas de informação pra atender as rotinas administrativas
- Módulo do SIPAC disponíveis são insuficientes para atender as demandas administrativas
- Não implantação/adoção do processo eletrônico
- Infraestrutura tecnológica da Assistência Estudantil insuficiente
- Carência de informatização da assistência estudantil
- Carência de informatização dos procedimentos administrativos no SIPAC
- Modelo processual com reduzida informatização
- Ausência do acompanhamento de egressos informatizado
- Estrutura física defasada e/ou inadequada para atividade técnica de comunicação social
- Necessidade reiterada de ações de correção de crise de credibilidade da UFPI por ausência de interlocução interna prévia com a SCS sobre ações inevitáveis (cumprimentos legais, problemas de fornecimento/técnicos/suspensão de atividades, comunicados públicos) e o impedimento de ações preventivas de manutenção e ampliação da credibilidade da UFPI
- Acomodação de alguns servidores (professores e técnico-administrativos) em fase da estabilidade do servidor público
- Técnico-administrativos descomprometidos e superiores condizentes com a situação
- Ausência de mecanismo eficiente de avaliação dos servidores técnico-administrativos

- Instabilidade política do país que afeta normativas internas, retira autonomia universitária etc.
- Impedimento legal para a nomeação de novos técnico-administrativos

- Baixa aderência institucional as boas práticas de governança
- Carência de Projetos de Extensão nas áreas de Esporte e Lazer
- Longo tempo de tramitação de propostas de ações de extensão que dependem do Cepex, Proplan, Projur e Fadex
- Baixa valorização da extensão na Progressão Funcional
- Falta de articulação da internacionalização com a extensão universitária
- Sistema de frequência eletrônica de servidores técnico-administrativos inadequado para atender a rotina administrativa
- Falta de conscientização e de maior envolvimento nas ações de assistência estudantil por parte dos demais setores da UFPI
- Número de profissionais com capacitação especializada insuficiente para demanda especificidades
- Redução do orçamento do Pnaes e instabilidade de repasses
- Falha na divulgação e transparência das ações executadas pelos setores da PRAD, na página da UFPI
- Inobservância de prazos na conclusão dos trabalhos
- Ausência de funcionários para impulsionar o processo de internacionalização (atendimento, acompanhamento de processos, tradução dos sítios eletrônicos, documentos etc.
-
- Burocratização extrema, principalmente da Procuradoria Jurídica da UFPI, que dificulta as ações de Internacionalização, por exemplo, novas parcerias
- O não reconhecimento da SEBTT, como órgão representativo do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no

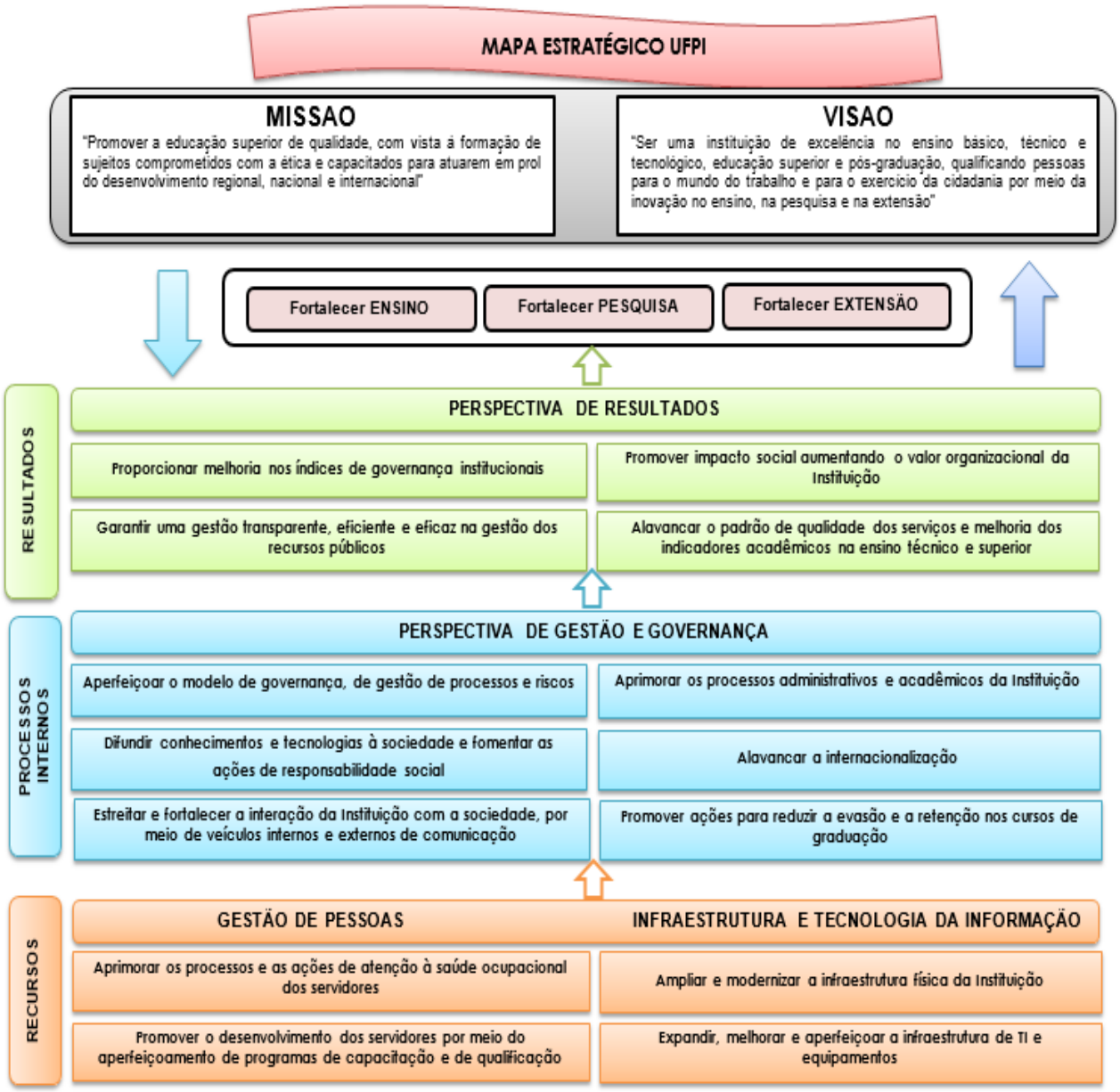
âmbito da UFPI por parte de alguns pares dentro da instituição - Falta de definição formal e institucionalização dos processos internos - Pouco engajamento por parte de alguns técnico-administrativos, o que gera sobrecarga em outros e ilhas de conhecimento - Falta de avaliação de desempenho de servidores - Ausência de infraestrutura de backup do datacenter do STI - Ausência de plano de capacitação de servidores	

Fonte: Comissões de Planejamento do PDI 2020-2024

13.1.3 Mapa estratégico PDI

É uma representação gráfica da estratégia que evidencia os desafios que a organização terá que superar para concretizar sua missão e visão de futuro. Neste contexto, a construção do Mapa Estratégico da UFPI (Figura 28) elenca as perspectivas de Pessoal e Tecnologia, fomentando os processos interno na busca de maturidade no exercicio das boas práticas de governança com foco em uma gestão por resultados voltados a cumprimento da misão institucional com excelência.

Figura 28 – Mapa estratégico PDI

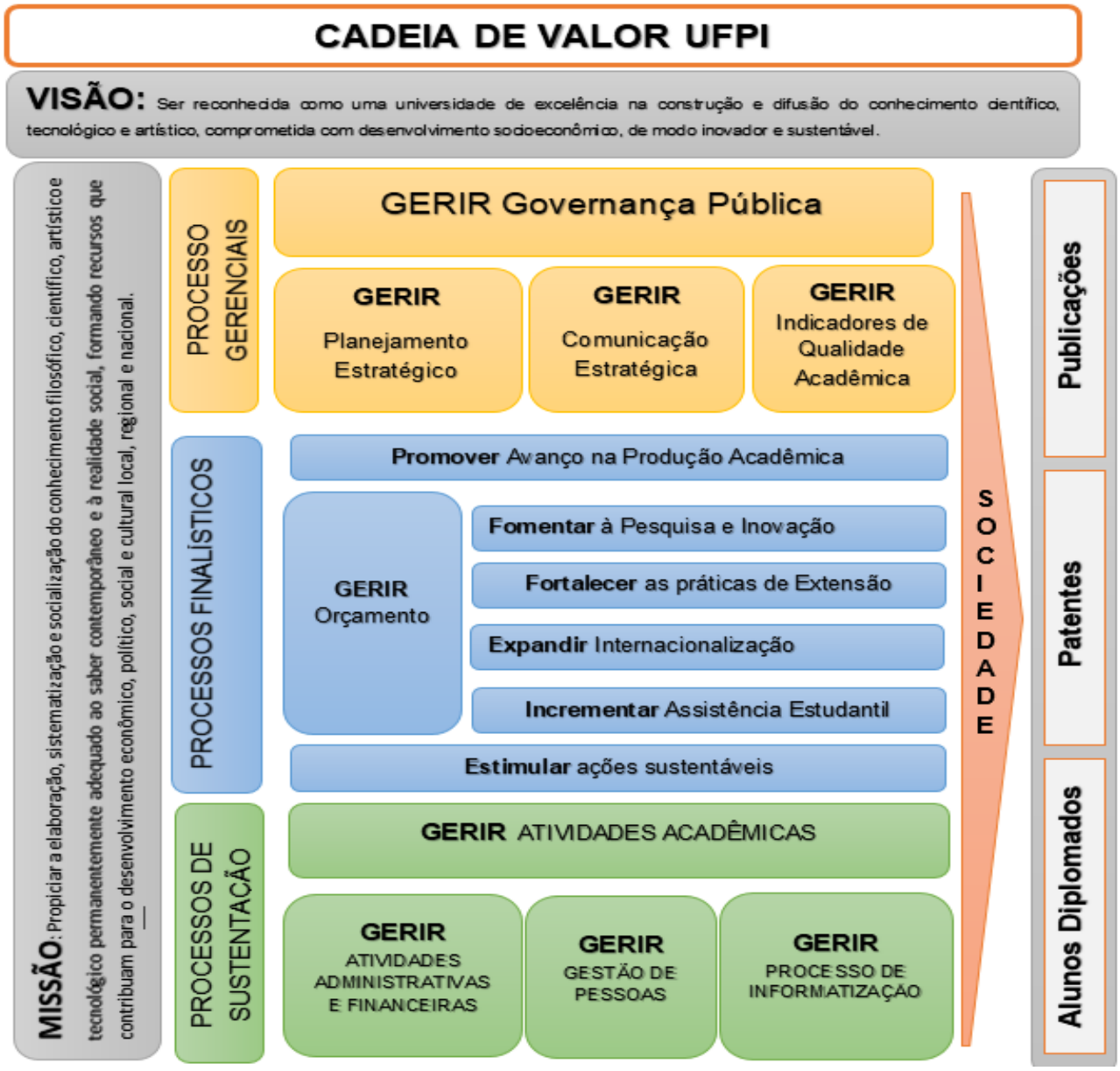


Fonte: DGOV/Proplan

13.1.4 Cadeia de valor

É um conjunto de atividades realizadas por uma organização com objetivo de criar valor para seus clientes. No tocante a instituições de ensino, a cadeia de valor volta-se a dinamizar os resultados no ensino, pesquisa e extensão por busca na excelência da formação acadêmica. A cadeia de valor da UFPI está descrita na Figura 29.

Figura 29 – Cadeia de valor



Fonte: DGOV/Proplan

13.2 Temas estratégicos, objetivos, metas e estratégias

Para o quinquênio 2020-2024, a UFPI estruturou seu planejamento institucional fortalecendo Temas Estratégicos e operacionalizando Objetivos e Metas (ver Tabelas 21 a 30), sendo as Estratégias definidas posteriormente a nível tático-operacional por cada unidade hierárquica no Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU), o qual terá duração máxima de três anos e seguirá as diretrizes estabelecidas nesse PDI.

Os Temas Estratégico foram definidos seguindo o modelo *Top Down,* onde a alta gestão prioriza as diretrizes institucionais e define o cenário de abordagem, sendo eles: Ensino; Pesquisa; Extensão e Cultura; Gestão e Governança; Tecnologia e Comunicação; Infraestrutura; Sustentabilidade; Gestão de Pessoas; Internacionalização; e Assistência Estudantil. Os objetivos e metas são orientados conforme o conceito *Bottom Up* (REIS, 2019; VILLAS BOAS FILHO, 2017), onde as bases, ou seja, as unidades administrativas, estimam seus planos de trabalho, conforme priorizadas as diretrizes institucionais.

Seguindo esses princípios para orientar as equipes de trabalho foram estabelecidos 03 atores (Unidades Hierárquicas, Unidades Acadêmicas e Unidades Administrativas) e 04 papeis (Unidade Demandada, Unidade Responsável, Unidade de Apoio e Unidade Interessada).

- **Atores:**
  - **Unidades Hierárquicas (UH)** – Gabinete do Reitor, Pró-Reitorias, Superintendências, Órgãos Suplementares, Órgãos Assessores, Centros de Ensino, Campi Fora de Sede e Colégios Técnicos;
  - **Unidades Acadêmicas (UAC)** – Centros de Ensino, Campi Fora de Sede e Colégios Técnicos;
  - **Unidades Administrativas (UAD)** – Gabinete do Reitor, Vice-Reitoria, Pró-Reitorias, Superintendências, Órgãos Suplementares e Órgãos Assessores.
- **Papéis:**
  - **Unidade Demandada (UD)** – Pasta responsável pelo planejamento do objetivo alinhada ao tema estratégico;
  - **Unidade Responsável (UR)** – Pasta responsável pela execução da meta alinhada ao objetivo;
  - **Unidade Apoio (UA)** – Pasta responsável por assessorar ou executar estratégias para alcança da meta;
  - **Unidade Interessada (UI)** – Pasta favorecida com o alcance da meta.

Entretanto, posterior à definição de objetivos e metas realizado pelas unidades hierárquicas ainda no ano de 2019, em 2020 o mundo foi surpreendido pela pandemia do novo Coronavírus. Nesta época não se imaginavam as transformações necessárias para o enfrentamento desta

situação. E, mesmo agora, ainda não é possível definir, precisamente, até quando vai perdurar a pandemia. Esta pandemia se revelou extremamente grave, indo além do ponto de vista médico/sanitário, mas gerando também repercussões ainda não mensuradas do ponto de vista econômico.

Uma das primeiras atitudes administrativas da UFPI para o enfretamento desta pandemia foi implantar o Comitê Gestor de Crise e a elaboração do Plano de Contingência para a Covid-19 https://drive.google.com/file/d/1lqIy_n_GE8F8gmjNuS8vLNn7sCb0dRGM/view. As ações atualmente em curso estão em destaque na página eletrônica da UFPI (https://coronavirus.ufpi.edu.br/). Foram criados programas de apoio aos discentes e docentes, projetos de extensão e de pesquisa, entre outros, como forma de enfrentamento imediato à grave situação. Ações futuras, para minimizar os efeitos da pandemia sobre o desenvolvimento da UFPI deverão constar no plano de trabalho a definidas no Planejamento Desenvolvimento das Unidades (PDU), para permitir que os objetivos definidos anteriores à pandemia possam serem alcançados.

É provável que, de um modo geral, os objetivos definidos neste PDI sejam mantidos, pois todos tem por finalidade principal propiciar o ensino de excelência e isso não se perde com a difícil situação vivida. Entretanto, é possível que as metas necessitem de revisão e que, nos PDUs, a situação pós-pandemia seja considerada no estabelecimento de estratégias para alcançar os objetivos, pois já está claro que haverá uma mudança significativa na forma de ensinar, bem como em todas as atividades da UFPI. Sendo assim, será criada uma comissão específica para que, no momento de realizar a primeira avaliação anual do PDI, se analise o cenário pós-pandemia e as repercussões e ações necessárias para que não se perca de vista os objetivos estabelecidos.

Tabela 21 – Tema Estratégico **ENSINO**, objetivos, metas e forma de acompanhamento

01	**TEMA ESTRATÉGICO**	**ENSINO** PROMOVER UMA EDUCAÇÃO DE EXCELÊNCIA E PRINCÍPIOS INOVADORES
01	**OBJETIVO**	MELHORAR OS INDICADORES DE QUALIDADE DE CURSO
	UNIDADE DEMANDADA	**PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

META		**SITUAÇÃO**							**MÉTRICA DE AVALIAÇÃO**	**UR**	**UA**	**UI**
		ATUAL	**F I N A L**	**ACOMPANHAMENTO**								
				2020	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**				
01	Ter no máximo 45% dos cursos com **CPC FAIXA igual a 3** (Modalidade Presencial)	73,8%	45%	70%	60%	55%	48%	45%	Percentual de cursos com CPC FAIXA igual a 3(considerar o último ciclo avaliativo dos cursos criados até 31/12/2019) *Para mensuram o diagnostico Inicial foi usado os ciclos (2016, 2017, 2018)	PREG	UNIDADES ACADÊMICA (Exceto colégios técnicos)	-
02	Atingir no mínimo 50% dos cursos com **CPC FAIXA igual a 4** (Modalidade Presencial)	24,6%	50%	25%	30%	35%	40%	50%	Percentual de cursos com CPC FAIXA igual a 4(considerar último ciclo avaliativo dos cursos criados até 31/12/2019) *Para mensuram o diagnostico Inicial foi usado os ciclos (2016, 2017, 2018)	PREG	UNIDADE ACADÊMICAS (Exceto colégios técnicos)	-

03	Atingir no mínimo 5% dos cursos com **CPC FAIXA igual a 5** (Modalidade Presencial)	0%	5%	0%	0%	2%	3%	5%	Percentual de cursos com CPC FAIXA igual a 5(considerar último ciclo avaliativo dos cursos criados até 31/12/2019). *Para mensuram o diagnostico Inicial foi usado os ciclos (2016, 2017, 2018)	PREG	UNIDADES ACADÊMICAS (Exceto colégios técnicos)	-
05	Ter no máximo 28% dos cursos com conceito **ENADE FAIXA igual a 3** (Modalidade Presencial)	39,3%	28%	37%	35%	33%	31%	28%	Percentual de cursos com ENADE FAIXA igual a 3(considerar último ciclo avaliativo dos cursos criados até 31/12/2019). *Para mensuram o diagnostico Inicial foi usado os ciclos (2016, 2017, 2018)	PREG	UNIDADES ACADÊMICAS (Exceto colégios técnicos)	-
06	Atingir no mínimo 43% dos cursos com **conceito ENADE igual a 4** (Modalidade Presencial)	22,4%	43%	26%	29%	34%	38%	43%	Percentual de cursos com ENADE FAIXA igual a 4(considerar último ciclo avaliativo dos cursos criados até 31/12/2019). *Para mensuram o diagnostico Inicial foi usado os ciclos (2016, 2017, 2018)	PREG	UNIDADES ACADÊMICAS (Exceto colégios técnicos)	-
07	**Atingir no mínimo 29%** dos cursos com ENADE FAIXA igual a **5(Modalidade Presencial)**	16,4%	29%	17,24%	20%	22%	25%	29%	Percentual de cursos com ENADE FAIXA igual a 5(considerar último ciclo avaliativo dos cursos criados até 31/12/2019). *Para mensuram o diagnostico Inicial foi usado os ciclos (2016,2017,2018)	PREG	UNIDADES ACADÊMICAS (Exceto colégios técnicos)	-

01	TEMA ESTRATÉGICO	ENSINO PROMOVER UMA EDUCAÇÃO DE EXCELÊNCIA E PRINCÍPIOS INOVADORES
02	OBJETIVO	MELHORAR OS INDICADORES DE DESEMPENHO DE CURSO
	UNIDADE DEMANDADA	PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

	META	SITUAÇÃO							MÉTRICA DE AVALIAÇÃO	UR	UA	UI
		ATUAL	F I N A L	ACOMPANHAMENTO								
				2020	2021	2022	2023	2024				
01	**Reduzir** em no mínimo 30% a **Taxa de Evasão** nos cursos de graduação (Modalidade Presencial)	11,76%	8,23%	11,50%	11,00%	9,00%	8,00%	8,23%	Taxa de Evasão Ano (2019) MENOS (-) 30%.	PREG	UNIDADES ACADÊMICAS (Exceto colégios técnicos)	-
02	**Reduzir** em no mínimo 30% a **Taxa de Retenção** nos cursos de graduação (Modalidade Presencial)	14,72%	10,31%	14,50%	14,50%	14,00%	12,00%	10,31%	Taxa de Retenção Ano 2019 MENOS (-) 30%	PREG	UNIDADES ACADÊMICAS (Exceto colégios técnicos)	-
03	Aumentar em no mínimo 5% a **taxa de ocupação** nos cursos de graduação (Modalidade Presencial)	88.21%	92,6%	88,50%	89,00%	90,00%	91,00%	92,62%	Taxa de preenchimento 2019 MAIS (+) 5%	PREG	UNIDADE ACADÊMICAS (Exceto colégios técnicos)	-

04	Aumentar em no mínimo 39% a **Taxa de Sucesso** nos cursos de graduação (Modalidade Presencial)	50.37%	70,01%	51,37%	59,00%	63,00%	67,00%	70,01%	Taxa de sucesso 2019 MAIS (+) 39%	PREG	UNIDADES ACADÊMICAS (Exceto colégios técnicos)	-

01	**TEMA ESTRATÉGICO**	**ENSINO**
		PROMOVER UMA EDUCAÇÃO DE EXCELÊNCIA E PRINCÍPIOS INOVADORES
03	**OBJETIVO**	AUMENTAR A OFERTA DE CURSOS DE GRADUAÇÃO E VAGAS COM FOCO NO ESTIMULO REGIONAL, SOCIAL E SOCIOECONÔMICO
	UNIDADE DEMANDADA	**PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

	META	**SITUAÇÃO**							**MÉTRICA DE AVALIAÇÃO**	**UR**	**UA**	**UI**
		ATUAL	**F I N A L**	**ACOMPANHAMENTO**								
				2020	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**				
01	Aumentar **em no mínimo 13%** a oferta de cursos de graduação (modalidade presencial) como foco a demanda carência social e **estimulo a economia local**	71	80	71	71	75	78	80	Quantidade de cursos em 2019 MAIS(+) 13%	PREG	UNIDADES ACADÊMICAS (Exceto colégios técnicos)	-
02	Aumentar **em no mínimo 5%** a oferta total de vagas em cursos de graduação **(modalidade presencial)**	4.998	5.250	*	5.050	5.100	5.200	5.250	Quantidade de VAGAS OFERTAS em 2019 MAIS(+) 5%	PREG	UNIDADES ACADÊMICAS (Exceto colégios técnicos)	-

												-

01	TEMA ESTRATÉGICO	ENSINO PROMOVER UMA EDUCAÇÃO DE EXCELÊNCIA E PRINCÍPIOS INOVADORES
04	OBJETIVO	INSTITUCIONALIZAR E SISTEMATIZAR PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS
	UNIDADE DEMANDADA	PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

	META	SITUAÇÃO							MÉTRICA DE AVALIAÇÃO	UR	UA	UI
		ATUAL	F I N A L	ACOMPANHAMENTO								
				2020	2021	2022	2023	2024				
01	**Normatizar programa** de acompanhamento de egresso mediante publicação de **portaria**	Não existe	Portaria publicada normatizando o programa de egressos	Publicar Portaria	*	*	*	*	Evidenciar mediante publicação da publicada	PREG	UNIDADES ACADÊMICAS	-
02	**Disponibilizar ferramenta** informatizada para acompanhamento de **egressos**	Não existe	Ferramenta web disponível para acompanhamento de egressos	*	Ferramenta web disponível para uso	*	*	*	Evidenciar por meio da ferramenta disponibilizada	STI	PREG	PREG
03	**Implantar programa** de acompanhamento de egressos em **100% dos**	Não existe	Utilizar ferramenta web de acompanhamento de egressos em 100% dos cursos de graduação	*	50%	80%	100%	*	Evidenciar mediante uso da ferramenta	PREG	UNIDADES ACADÊMICAS	-

	cursos de graduação											
04	**Criar** associação de **egressos**	Não existe	Publicação de portaria com o regramento da associação de egressos	*	Publicar Portaria	*	*	*	Evidência da portaria publicada	PREG	UNIDADES ACADÊMICAS	

01	**TEMA ESTRATÉGICO**	**ENSINO** PROMOVER UMA EDUCAÇÃO DE EXCELÊNCIA E PRINCÍPIOS INOVADORES
05	**OBJETIVO**	INSTITUCIONALIZAR PRÁTICA DE ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS CURRICULARES (PPC) COM BASE EM METODOLOGIAS ATIVAS E DIRETRIZES DO GOVERNO FEDERAL
	UNIDADE DEMANDADA	**PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO**

META		**SITUAÇÃO**							**MÉTRICA DE AVALIAÇÃO**	**UR**	**UA**	**UI**
		ATUAL	**F I N A L**	**ACOMPANHAMENTO**								
				2020	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**				
01	Atualizar **100% PPCs considerando** a necessidade de diálogo com o mercado profissional, metodologias ativas, ciclo avaliativos e normativas	0%	100%	20%	40%	60%	80%	100%	Total de PPCs atualizados DIVIDO (/) pelo número de PPCs igual a 100%. * Número de cursos 86, sendo 71 modalidade presencial e 15 na modalidade a distância)	PREG	UNIDADES ACADÊMICAS (Exceto colégios técnicos)	-

02	Aprovar **100% dos PPCs** dos Cursos de Graduação com a inserção das atividades de extensão como componente curricular obrigatório, adequando-se às Resoluções **n.7/2018/CNE-MEC e n. 53 CEPEX/UFPI.**	10%	100%	30%	100%	*	*	*	Total de PPCs atualizados DIVIDO (/) pelo número de PPCs igual a 100%. * Número de cursos 86, sendo 71 modalidade presencial e 15 na modalidade a distância)	PREG	UNIDADES ACADÊMICAS (Exceto colégios técnicos)	PREXC
03	Implementar **100% as atividades curriculares** de extensão como componente obrigatório nos cursos de graduação da UFPI, conforme **Resolução n. 53/2019 -CEPEX/UFPI**	1%	100%	20%	50%	100%	*	*	Total de PPCs atualizados DIVIDO (/) pelo número de PPCs igual a 100%. * Número de cursos 86, sendo 71 modalidade presencial e 15 na modalidade a distância)	PREG	UNIDADES ACADÊMICAS (Exceto colégios técnicos)	PREXC

01	TEMA ESTRATÉGICO	ENSINO
		PROMOVER UMA EDUCAÇÃO DE EXCELÊNCIA E PRINCÍPIOS INOVADORES
06	OBJETIVO	FORTALECER A INTEGRAÇÃO COM O MERCADO DE TRABALHO POR MEIO DE PARCERIAS PARA ESTÁGIO
	UNIDADE DEMANDADA	PRO-REITORIA DE GRADUAÇÃO

	META(S)	SITUAÇÃO							MÉTRICA DE AVALIAÇÃO	UR	UA	UI
		Atual	Final	ACOMPANHAMENTO								
				2020	2021	2022	2023	2024				
01	**Realizar pelo menos 1** seminário anual por campus com finalidade fortalecer a integração com o mercado de trabalho por meio de **parcerias para estágio**.	3 eventos	20 eventos	4 eventos	4 eventos	4 eventos	4 eventos	4 eventos	Evidenciar mediante registro (Cartazes, folders, publicidade na página da UFPI) da realização dos eventos (CMPP, CPCE, CAFS e CSHNB)	PREG	SCS	UNIDADES ACADÊMICAS

01	TEMA ESTRATÉGICO	ENSINO
		PROMOVER UMA EDUCAÇÃO DE EXCELÊNCIA E PRINCÍPIOS INOVADORES
07	OBJETIVO	IMPLEMENTAR E/OU REESTRUTURAR PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* (ESPECIALIZAÇÕES E RESIDÊNCIAS EM SAÚDE) E *STRICTO SENSU* (MESTRADO E DOUTORADO ACADÊMICO E PROFISSIONAL) EM ÁREAS PRIORITÁRIAS E ESTRATÉGICAS, CONSIDERANDO DEMANDAS SOCIAIS, ECONÔMICAS, AMBIENTAIS E EDUCACIONAIS EMERGENTES NA REALIDADE LOCAL E REGIONAL
	UNIDADE DEMANDADA	PRO-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

	META(S)	SITUAÇÃO							MÉTRICA DE AVALIAÇÃO	UR	UA	UI
		Atual	Final	ACOMPANHAMENTO								
				2020	2021	2022	2023	2024				
01	Criar, **pelo menos, 01** curso de **pós-graduação *lato sensu*** por ano em áreas estratégicas e prioritárias por Unidade Acadêmica	*	5	*	1	2	1	1	Quantidade de cursos aberto por ano	PRPG	UNIDADES ACADÊMICAS (Exceto colégios técnicos)	PRPG
02	Aprovar, **no mínimo, 04 programas de pós-graduação** *stricto sensu* em áreas estratégias e prioritárias da **CAPES e não contempladas na UFPI**	67	71	*	1	1	1	1	Quantidade de cursos aberto por ano	PRPG	UNIDADES ACADÊMICAS (Exceto colégios técnicos)	PRPG

01	TEMA ESTRATÉGICO	ENSINO
		PROMOVER UMA EDUCAÇÃO DE EXCELÊNCIA E PRINCÍPIOS INOVADORES
08	OBJETIVO	MELHORAR OS CONCEITOS DOS PROGRAMAS NA AVALIAÇÃO DA CAPES E O DESEMPENHO DA UFPI NAS AVALIAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS
	UNIDADE DEMANDADA	PRO-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

	META(S)	SITUAÇÃO							MÉTRICA DE AVALIAÇÃO	UR	UA	UI
		Atual	Final	ACOMPANHAMENTO								
				2020	2021	2022	2023	2024				
01	**Implantar ferramenta web** mecanismo de acompanhamento permanente dos egressos dos programas de **pós-graduação**	Não há mecanismo de acompanhamento	Implementar ferramenta de acompanhamento de egressos	*	Ferramenta implementada	*	*	*	Evidencia mediante apresentação da ferramenta	STI	PRPG	PRPG
02	**Atingir 80%** dos programas *stricto sensu* com notas acima ou **igual 4** na avaliação da CAPES	50.1%	80%	55%	60%	65%	70%	80%	Total de cursos nota 4 / Total de cursos	PRPG	UNIDADES ACADÊMICAS (Exceto colégios técnicos)	-

01	TEMA ESTRATÉGICO	ENSINO
		PROMOVER UMA EDUCAÇÃO DE EXCELÊNCIA E PRINCÍPIOS INOVADORES
09	OBJETIVO	IMPLANTAR NOVOS CURSOS NA MODALIDADE A DISTÂNCIA
	UNIDADE DEMANDADA	CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA

	META(S)	SITUAÇÃO							MÉTRICA DE AVALIAÇÃO	UR	UA	UI
		Atual	Final	ACOMPANHAMENTO								
				2020	2021	2022	2023	2024				
01	**Implantar pelo menos mais 5(cinco) novos cursos de bacharelado** na modalidade a distância a distância **até 2024 como foco a suprir carência regional e socioeconômica**	2	5	2	*	1	1	1	Total de cursos igual ou maior que 8	CEAD	PREG	PREG
02	**Implantar pelo menos mais 5(cinco) novos cursos de licenciatura** na modalidade a distância a distância **até 2024 foco a suprir carência regional e socioeconômica**	12	17	*	*	13	15	17	Total de cursos igual ou maior que 17	CEAD	PREG	PREG
03	**Criar, pelo menos, 02 cursos** de pós-graduação *lato sensu* na **modalidade a distância** em áreas estratégicas e prioritárias **até 2024 com foco a suprir carência regional e socioeconômica**	0	2	*	1	*	1	*	Quantidade de cursos criados maior ou igual a 2	CEAD	PRPG	PRPG
04	**Estabelecer metodologia** de contratualização com municípios e estado, estimulando a existência de metas quantitativas e qualitativas formalizadas por meio de um instrumento contratual: **convênio, contrato, Termo de Ajuste ou artefatos similares.**	*	Definido novo instrumento de contratualização	*	Definido novo instrumento de contratualização	*	*	*	Evidenciar mediante registro de novas contratualizações	CEAD	-	-

01	TEMA ESTRATÉGICO	ENSINO										
		PROMOVER UMA EDUCAÇÃO DE EXCELÊNCIA E PRINCÍPIOS INOVADORES										
10	OBJETIVO	FORTALECER O ENSINO BASICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO										
	UNIDADE DEMANDADA	SUPERINTENDÊNCIA DE ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNÓLOGICO										
	META(S)	SITUAÇÃO							MÉTRICA DE AVALIAÇÃO	UR	UA	UI
		Atual	Final	ACOMPANHAMENTO								
				2020	2021	2022	2023	2024				
01	**Implantar** no mínimo 3(três) novos **cursos técnicos na modalidade presencial**	*	3	*	1	1	1	*	Evidenciar mediante registro do curso	SEBTT	COLÉGIOS TÉCNICOS	-
02	**Implantar** no mínimo 2(dois) **cursos técnicos na modalidade a distância**	*	2	*	*	1	1	*	Evidenciar mediante registro do curso	SEBTT	COLÉGIOS TÉCNICOS	-
03	**Implantar no mínimo 3(três) novos cursos Tecnólogo** nos eixos de Recursos Naturais, Comunicação e Informação, **Ambiente, saúde e Segurança.**	*	2	*	*	1	*	1	Evidenciar mediante registro do curso	SEBTT	COLÉGIOS TÉCNICOS	-

04	**Criar a partir de 2021, 1(um) curso** por ano de pós-graduação **latu sensu** em **áreas de conhecimento que ainda não são cobertas**	*	4	*	1	1	1	1	Total de 4 novos cursos latu sensu	SEBTT	COLÉGIOS TÉCNICOS	PRPG
05	**Aumentar em no mínimo 12%** o quantitativo de vagas ofertadas no ensino básico, técnico e tecnológico (Ano base 2019).	720	806	*	6%	*	6%	*	Oferta de no mínimo 806 vagas em 2024	SEBTT	COLÉGIOS TÉCNICOS	-
06	**Implantar** sistema de informação para acompanhamento de **egressos**	Não existe	Ferramenta implantada	*	Início do projeto	Implantação da ferramenta	*	*	Evidenciar mediante registro de uso da ferramenta	STI	COLÉGIOS TÉCNICOS	SEBTT
07	**Implantar** o laboratório de **Agroindústria**	*	Laboratório implantado	*	*	*	Laboratório implantado	*	Evidenciar mediante	CTT	SEBTT	SEBTT
08	**Consolidar a realização** de ao menos 01 acadêmico anual por colégio técnico a partir de 2021 dos cursos Técnicos e **Tecnólogo no CTT**	*	12	*	3	3	3	3	Evidenciar mediante registro dos eventos	COLÉGIOS TÉCNICOS	SEBTT	SEBTT
09	**Melhorar no CTBJ no mínimo em 15%** a eficiência acadêmica no ensino técnico **(Fonte: Plataforma Nilo Peçanha)**	60,1%	75,1%	*	2%	3%	5%	5%	Total 2019+15%	CTBJ	SEBTT	SEBTT

10	**Melhorar no CTT no mínimo em 10%** a eficiência acadêmica no ensino técnico **(Fonte: Plataforma Nilo Peçanha)**	77,2%	87,2%	*	2%	2%	2%	4%	Total 2019+10%	CTT	SEBTT	SEBTT
11	**No mínimo manter no CTF em 87,2% a** eficiência acadêmica no ensino técnico **(Fonte: Plataforma Nilo Peçanha)**	87,2%	87,2%	*	87,2%	87,2%	87,2%	87,2%	Manter taxa em 87,2%	CTF	SEBTT	SEBTT

Tabela 22 – Tema Estratégico **PESQUISA E INOVAÇÃO**, objetivos, metas e forma de acompanhamento

02	**TEMA ESTRATÉGICO**	**PESQUISA E INOVAÇÃO**										
		FORTALECER A PESQUISA E INOVAÇÃO ACADÊMICA										
01	**OBJETIVO**	AMPLIAR OS PROGRAMAS DE INCENTIVO À PESQUISA DA UFPI										
	UNIDADE DEMANDADA	**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO**										
META(S)		**SITUAÇÃO**							**MÉTRICA DE AVALIAÇÃO**	**UR**	**UA**	**UI**
		Atual	**Final**	**ACOMPANHAMENTO**								
				2020	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**				
01	**Ampliar a produção** científica da UFPI indexados na Web of Science - **WOS em 58%**	2.563	4.050	2.809	3.078	3.373	3.696	4.050	**Cálculo para diagnóstico anual:** Total de aumento de produção indexada da WOS por pesquisadores	PROPESQI	UNIDADES ACADÊMICAS	-

									da UFPI nos últimos 5 anos.			
02	**Aumentar para 70%** o total das produções científicas classificadas nos estratos A1, A2 e B1 (ou equivalentes)	64%	70%	66%	67%	68%	69%	70%	**Cálculo para diagnóstico anual:** Percentual de produção nos estratos mencionados por ano.	PROPESQI	UNIDADES ACADÊMICAS	-
03	**Aumentar para 36 o número de bolsas** PQ/CNPq anuais (ou bolsa equivalente), que corresponde a um aumento de 50% se comparado ao **ano de 2019**.	24	36	26	28	30	33	36	**Cálculo para diagnóstico anual:** Percentual de aumento de bolsas PQ/CNPq em relação ao ano anterior.	PROPESQI	UNIDADES ACADÊMICAS	-
04	**Ampliar captação** de recursos financeiros externos em **26%**	R$ 3.777.548,0	R$ 4.759.710,5	R$ 3.956.226,0	R$ 4.143.355,5	R$ 4.339.336,2	R$ 4.544.586,8	R$ 4.759.710,5	**Cálculo para diagnóstico anual:** Percentual de aumento de recursos externos em relação ao ano anterior.	PROPESQI	UNIDADES ACADÊMICAS	-

05	**Ampliar o número** de citações por artigos publicados no período de **5(cinco) anos em 100%**	2,47	4,94	2,54	3,45	3,94	4,43	4,94	**Cálculo para diagnóstico anual:** Soma das contagens do número de citações (nos últimos 5 anos) pelo número de resultados de artigos indexados na WOS (nos últimos 5 anos), calculado com base no ano da meta.	PROPESQI	UNIDADES ACADÊMICAS	-
06	**Promover 9(nove)** palestras anuais sobre temas relevantes de forma acessível ao público geral	0	45	9	9	9	9	9	Evidenciar mediante registro documento da palestra.	PROPESQI	SCS	-
07	**Criar projeto para que o SIC e SDTI** possam receber submissões de pesquisas externas a instituição	Não há projeto	Projeto criado e implementado	*	*	*	*	Projeto criado e implementado	Evidenciar mediante registro documento da criação e implementação do projeto	PROPESQI	-	-

08	**Aumentar em 27% (Vinte e Sete)** o número de discentes envolvidos no programa **de iniciação científica - PIC**	942	1.196	988	1.037	1.087	1.141	1.196	**Cálculo para diagnóstico anual:** Percentual de aumento de discentes envolvido em PIC em relação ao ano anterior.	PROPESQI	UNIDADES ACADÊMICAS	-

02	**TEMA ESTRATÉGICO**	**PESQUISA E INOVAÇÃO**										
		FORTALECER A PESQUISA E INOVAÇÃO ACADÊMICA										
02	**OBJETIVO**	IMPLANTAR PROGRAMAS DE VALORIZAÇÃO DA INOVAÇÃO										
	UNIDADE DEMANDADA	**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO**										
META(S)		**SITUAÇÃO**							**MÉTRICA DE AVALIAÇÃO**	**UR**	**UA**	**UI**
		Atual	**Final**	**ACOMPANHAMENTO**								
				2020	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**				
01	Credenciar **1(um)** laboratório da UFPI na **EMBRAPII**	Não há laboratório	Laboratório credenciado	*	*	*	*	Laboratório credenciado	Evidenciar mediante documentação comprobatória do credenciamento do laboratório	PROPESQI	-	-

02	Aumentar para **6(seis)** o número de bolsas DT/CNPq (ou bolsa equivalente), que corresponde a um aumento de **200% se comparado ao ano de 2019.**	2	6	*	1	1	1	1	**Cálculo para diagnóstico anual:** Cenário em 2024 com 6 bolsas.	PROPESQI	UNIDADES ACADÊMICAS	-
03	**Aumentar o número de artigos** publicados em coautoria com pesquisador vinculado ao setor produtivo **em 100%**	50	100	60	70	80	90	100	**Cálculo para diagnóstico anual:** Percentual de aumento de artigos publicados em coautoria em relação ao ano de 2019.	PROPESQI	UNIDADES ACADÊMICAS	-
04	**Aumentar em 200%** o número de discente envolvidos em programa de **iniciação tecnológica**	42	126	50	69	88	107	126	**Cálculo para diagnóstico anual:** Percentual de aumento de artigos publicados em coautoria em relação ao ano de 2019.	PROPESQI	UNIDADES ACADÊMICAS	-
05	**Ampliar captação** de recursos para desenvolvimento na área tecnológica e industrial em **100%**	R$ 108.510,00	R$ 217.020,00	14,87%	14,87%	14,87%	14,87%	14,87%	**Cálculo para diagnóstico anual:** Percentual de aumento de recursos em relação ao ano anterior.	PROPESQI	UNIDADES ACADÊMICAS	-
06	Realizar **1(uma)** palestras ou workshop **anual** sobre instrumentos legais de apoio à **pesquisa e inovação**	0	5	1	1	1	1	1	Evidenciar mediante registro comprobatória do da realização da palestra ou workshop	PROPESQI	-	-
07	Aumentar o **número de registros de propriedade** intelectual em **100%**	53	106	63	73	83	93	106	**Cálculo para diagnóstico anual**: Percentual de aumento de registro	PROPESQI	-	-

									em relação ao ano anterior.			
08	Licenciamento/exploração de mais **2(duas) propriedades intelectuais**	1	3	*	*	1	*	1	**Cálculo para diagnóstico anual:** Verificação do total de licenciamento/ exploração no ano de diagnóstico.	PROPESQI	-	-
09	Criar **1(um)** parque científico e tecnológico	Não há parque tecnológico	Criar o parque científico e tecnológico	0	0	0	0	Criar o parque científico e tecnológico	**Evidenciar mediante documentação e eventos**	PROPESQI	-	-

02	**TEMA ESTRATÉGICO**	**PESQUISA E INOVAÇÃO** FORTALECER A PESQUISA E INOVAÇÃO ACADÊMICA
03	**OBJETIVO**	INCREMENTAR E DIVERSIFICAR OS MECANISMOS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS JUNTO A ENTIDADES PÚBLICAS E/OU PRIVADAS DE FOMENTO À PESQUISA E INOVAÇÃO, ATRAVÉS DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*, DE MODO A GARANTIR AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA PROMOÇÃO DE AÇÕES QUE LEVEM À PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE FORMA EXITOSA, VISANDO A SOLUÇÃO DE PROBLEMAS LOCAIS E REGIONAIS EMERGENTES
	UNIDADE DEMANDADA	**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

META(S)	SITUAÇÃO		UR	UA	

		Atual	Final	ACOMPANHAMENTO					MÉTRICA DE AVALIAÇÃO			UI
				2020	2021	2022	2023	2024				
01	**Ampliar em 100%** as parcerias com instituições públicas e privadas, visando a qualificação de profissionais e captação de recursos financeiros para os **programas de pós-graduação *stricto sensu***	04 Convênios: UESPI (Enfermagem), IFPI (Ciências e Engenharia de Materiais), IFPI e IFPA (Gestão Pública)	10 convênios	2 convênios	2 convênios	2 convênios	2 convênios	2 convênios	Número de convênios firmados por ano	PRPG	PROPLAN	-

02	TEMA ESTRATÉGICO	PESQUISA E INOVAÇÃO
		APERFEIÇOAR A GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
04	OBJETIVO	MAPEAR E DIAGNOSTICAR A PESQUISA NA UFPI
	UNIDADE DEMANDADA	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO

META(S)	SITUAÇÃO							MÉTRICA DE AVALIAÇÃO	UR	UA	UI
	Atual	Final	ACOMPANHAMENTO								
			2020	2021	2022	2023	2024				

01	**Elaborar, publicitar e manter** atualizado a **carteira de projetos de pesquisa**	Não há carteira de projetos de pesquisa	Elaborar, publicitar e manter atualizado	Elaborar e publicitar	Atualizar	Atualizar	Atualizar	Atualizar	Evidenciar mediante documentação eletrônica de ou física a elaboração da carteira e as atualizações anuais.	PROPESQI	-	-
02	**Elaborar, publicitar e manter** atualizado o cadastro de pesquisadores e sua organização em grupos de **pesquisa, laboratórios, centros e núcleos**.	Não há cadastro de pesquisadores e suas organizações em grupos	Elaborar, publicitar e manter atualizado	Elaborar e publicitar	Atualizar	Atualizar	Atualizar	Atualizar	Evidenciar mediante documentação eletrônica ou física documentação a elaboração do cadastro e as atualizações anuais.	PROPESQI	-	-
03	**Elaborar, publicitar e manter** atualizado um catálogo da infraestrutura de pesquisa (Contendo número de **Equipamentos classificados; Laboratórios; Técnicos de laboratório e administrativo**)	Não há catálogo de equipamentos	Elaborar, publicitar e manter atualizado o catálogo de equipamentos	Elaborar e publicitar	Atualizar	Atualizar	Atualizar	Atualizar	Evidenciar mediante documentação eletrônica ou física a elaboração da carteira e as atualizações anuais.	PROPESQI	-	-
04	**Revisar 100% das normativas** de programas institucionais de fomento à **pesquisa, transferência de tecnologia e inovação**.	0	5	1	1	1	1	1	Evidenciar mediante registro documental a revisão das normativas	PROPESQI	-	-

Tabela 23 –Tema Estratégico **EXTENSÃO E CULTURA**, objetivos, metas e forma de acompanhamento

03	TEMA ESTRATÉGICO	EXTENSÃO E CULTURA DESENVOLVER POLÍTICAS DE EXTENSÃO E PRÁTICAS CULTURAIS										
01	OBJETIVO	VALORIZAR AS PRÁTICAS EXTENSIONISTAS NOS PLANOS DE CARREIRA DOCENTE E NOS PROCESSOS SELETIVOS DA UFPI										
	UNIDADE DEMANDADA	PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA										
META(S)		SITUAÇÃO							MÉTRICA DE AVALIAÇÃO	UR	UA	UI
		Atual	Final	ACOMPANHAMENTO								
				2020	2021	2022	2023	2024				
01	**Publicar normativa(s)** visando garantir que todas as atividades de extensão desenvolvidas pelos docentes tenham pontuação equivalente às atividades de pesquisa e ensino no tocante ao plano de carreira docente, **carga horária docente e seleção para docentes na UFPI**.	Algumas atividades de extensão não foram contempladas.	Normativa(s) publicada	Apresentar proposta de normativa	Publicar normativa	*	*	*	Evidenciar mediante publicação de normativa(s) (Resolução/Portaria)	PREXC	SRH	-

03	TEMA ESTRATÉGICO	EXTENSÃO E CULTURA DESENVOLVER POLÍTICAS DE EXTENSÃO E PRÁTICAS CULTURAIS				
02	OBJETIVO	AMPLIAR A QUANTIDADE DE BOLSAS DE EXTENSÃO (PIBEX)				
	UNIDADE DEMANDADA	PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA				
META(S)		SITUAÇÃO	MÉTRICA DE AVALIAÇÃO	UR	UA	

		Atual	Final	ACOMPANHAMENTO								UI
				2020	2021	2022	2023	2024				
01	Fomentar o PIBEX aumentando a oferta de bolsas em no **mínimo em 20%.**	235	282	235	247	259	282	282	Total de bolsas anuais em 2019 mais 20%	PREXC	-	-

03	TEMA ESTRATÉGICO	EXTENSÃO E CULTURA
		DESENVOLVER POLÍTICAS DE EXTENSÃO E PRÁTICAS CULTURAIS
03	OBJETIVO	REGULAMENTAR E INCENTIVAR A CRIAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DE NÚCLEOS DE EXTENSÃO NA UFPI
	UNIDADE DEMANDADA	PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA

	META(S)	SITUAÇÃO							MÉTRICA DE AVALIAÇÃO	UR	UA	UI
		Atual	Final	ACOMPANHAMENTO								
				2020	2021	2022	2023	2024				
01	Aprovar **uma normativa** sobre criação e funcionamento de núcleos de extensão.	Não há normativa	Publicar normativa	Publicar normativa	*	*	*	*	Evidenciar mediação publicação de normativa (Portaria/Resolução)	PREXC	-	-
02	Cadastrar **no mínimo 30** núcleos de extensão na PREXC.	0	30	5	5	5	10	5	Total de 30 núcleos criados até 2024	PREXC	-	-

03	TEMA ESTRATÉGICO	EXTENSÃO E CULTURA
		DESENVOLVER POLÍTICAS DE EXTENSÃO E PRÁTICAS CULTURAIS
04	OBJETIVO	ESTIMULAR A PROPOSIÇÃO DE AÇÕES DE EXTENSÃO POR DOCENTES, TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS E DISCENTES
	UNIDADE DEMANDADA	PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA

META(S)	SITUAÇÃO			MÉTRICA DE AVALIAÇÃO	UR	UA	UI
	Atual	Final	ACOMPANHAMENTO				

				2020	2021	2022	2023	2024				
01	Aumentar no **mínimo em 30%** a proposição de ações de extensão por docentes.	960	1248	1056	1152	1248	*	*	Total em 2019 mais 30%	PREXC	-	-
02	Aumentar no **mínimo em 25%** a proposição de ações de extensão pelos Técnicos -administrativos.	40	52	42	46	50	52	*	Total em 2019 mais 25%	PREXC	-	-
03	Aumentar no **mínimo em 60%** a proposição de ações de extensão por estudantes	20	32	22	24	26	28	32	Total em 2019 mais 60%	PREXC	-	- -

03	**TEMA ESTRATÉGICO**	**EXTENSÃO E CULTURA**
		DESENVOLVER POLÍTICAS DE EXTENSÃO E PRÁTICAS CULTURAIS
05	**OBJETIVO**	PROMOVER CAPACITAÇÃO PRESENCIAL E/OU A DISTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE EXTENSÃO
	UNIDADE DEMANDANTE	**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA**

	META(S)	**SITUAÇÃO**							**MÉTRICA DE AVALIAÇÃO**	**UR**	**UA**	**UI**
		Atual	**Final**	**ACOMPANHAMENTO**								
				2020	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**				
01	Produzir pelo menos 1(**um) material informativo por ano** sobre a elaboração de propostas de Programas/Projetos e outras ações de extensão	0	5	1	1	1	1	1	Evidenciar mediante registro eletrônico ou impresso do documenta criado.	PREXC	SCS	-
02	Promover 1(**um) treinamento presencial/distancia anua**l por campus	0	4	4	4	4	4	4	Evidenciar mediante lista de frequência ou modulo em plataforma a distância	PREXC	STI	-

03	TEMA ESTRATÉGICO	EXTENSÃO E CULTURA
		DESENVOLVER POLÍTICAS DE EXTENSÃO E PRÁTICAS CULTURAIS
06	OBJETIVO	INCENTIVAR E PROMOVER AÇÕES DE EXTENSÃO VOLTADAS PARA A ECONOMIA SOLIDÁRIA, PRÁTICA PROFISSIONAL, O EMPREENDEDORISMO E A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO.
	UNIDADE DEMANDANTE	PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA

	META(S)	SITUAÇÃO							MÉTRICA DE AVALIAÇÃO	UR	UA	UI
		Atual	Final	2020	2021	2022	2023	2024				
01	Implantar **1(um) projeto de extensão por ano** voltado para economias solidárias.	0	5	1	1	1	1	1	Evidenciar mediante folder, registro fotográfico, publicação na página da UFPI ou outro artefato	PREXC	-	-
02	Promover a abertura de **mais 26 novas** Empresas Junior	8	32	10	20	22	26	32	Evidenciar mediante cadastro documental físico ou eletrônico da criação e existência de empresa Junior por ano	PREXC	-	-
03	Aumentar em **100% número** de empresas incubadas	8	16	9	10	12	14	16	Evidenciar mediante comprovação documental da existência da empresa incubada	PREXC	UNIDADES ACADÊMICAS	-
04	Realizar **anualmente (1) um evento** voltado para a temática do empreendedorismo e incubação	0	5	1	1	1	1	1	Evidenciar mediante folder, registro fotográfico, publicação na página da UFPI ou outro artefato	PREXC	SCS	-

03	TEMA ESTRATÉGICO	EXTENSÃO E CULTURA
		DESENVOLVER POLÍTICAS DE EXTENSÃO E PRÁTICAS CULTURAIS
07	OBJETIVO	PRESTAR SERVIÇOS QUE BENEFICIAM SETORES E COMUNIDADES SOCIAIS
	UNIDADE DEMANDANTE	PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA

	META(S)	SITUAÇÃO							MÉTRICA DE AVALIAÇÃO	UR	UA	UI
		Atual	Final	2020	2021	2022	2023	2024				
01	Incrementar em **100% número** de ligas acadêmicas	36	**72**	45	55	60	65	72	Evidenciar mediante comprovação documental da criação das ligas e registro de eventos.	PREXC	-	-
02	Ampliar em **100% as ações** de Extensão vinculadas aos movimentos sociais	80	**160**	96	112	128	146	160	Evidenciar mediante comprovação documental da das ações de extensão vinculadas a movimento sociais.	PREXC	-	-
03	Ampliar em **60% as ações** de Extensão vinculadas às comunidades em vulnerabilidade socioeconômicas	80	**128**	88	96	112	120	128	Evidenciar mediante comprovação documental da das ações de extensão vinculadas a comunidades em vulnerabilidade em movimento sociais.	PREXC	-	-

	TEMA ESTRATÉGICO	EXTENSÃO E CULTURA

03		DESENVOLVER POLÍTICAS DE EXTENSÃO E PRÁTICAS CULTURAIS
08	**OBJETIVO**	INCENTIVAR A INSERÇÃO DE AÇÕES DE EXTENSÃO NOS CURSO DE GRADUAÇÃO E PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO, SOBRETUDO NOS MESTRADOS PROFISSIONAIS, MELHORANDO A ARTICULAÇÃO PESQUISA-EXTENSÃO
	UNIDADE DEMANDANTE	**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA**

	META(S)	SITUAÇÃO							MÉTRICA DE AVALIAÇÃO	UR	UA	UI
		Atual	Final	ACOMPANHAMENTO								
				2020	2021	2022	2023	2024				
01	**Aprovar em 100% dos PPCs** dos Cursos de Graduação com a inserção das atividades de extensão como componente curricular obrigatório, adequando- se às **Resoluções N.7/2018/CNE-MEC e N. 53 CEPEX/UFPI.**	10%	100%	30%	100%	*	*	*	Total de PPCs atualizados DIVIDO (/) pelo número de PPCs igual a 100%. * Número de cursos 86(sendo 71 modalidade presencial e 15 na modalidade a distância)	PREXC	PREG	-
02	**Implementar na prática as atividades** curriculares de extensão como componente obrigatório em 100% dos cursos de graduação da UFPI, conforme **Resolução n. 53/2019 -CEPEX/UFPI**	1%	100%	20%	50%	100%	*	*	Total de curso com atividade de Extensão / 86 (Sendo 71 modalidade presencial e 15 na modalidade a distância)	PREXC	PREG	-
03	Desenvolver **45 (quarenta e cinco)** projetos de extensão, preferencialmente sendo **9(nove)** por ano e **1(um)** por programa de Pós-Graduação	0	45	9	9	9	9	9	Evidenciar mediante comprovação documental a existência do projeto	PREXC	-	-
04	Realizar **10 (dez) ações de extensão** anualmente com intervenção na comunidade externa envolvendo alunos da Pós-Graduação	0	10	10	10	10	10	10	Evidenciar mediante comprovação documental a existência das ações	PREXC	-	-
05	Ter anualmente no **mínimo 3%** de discentes matriculados em programa de Pós-graduação participando de ações de Extensão	0,28%	3%	3%	3%	3%	3%	3%	Alunos de pós-graduação em ações de extensão(ano) / alunos de pós-graduação matriculado(ano)	PREXC	-	-

03	TEMA ESTRATÉGICO	EXTENSÃO E CULTURA
		DESENVOLVER POLÍTICAS DE EXTENSÃO E PRÁTICAS CULTURAIS
09	OBJETIVO	AUMENTAR A OFERTA DE AÇÕES E ATIVIDADES CULTURAIS, LAZER E ESPORTE
	UNIDADE DEMANDANTE	PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA

	META(S)	SITUAÇÃO							MÉTRICA DE AVALIAÇÃO	UR	UA	UI
		Atual	Final	ACOMPANHAMENTO								
				2020	2021	2022	2023	2024				
01	Realizar **10 (dez) seminários** relacionados a cultura, esporte e lazer	0	10	2	2	2	2	2	Evidenciar mediante documento comprobatório da realização dos seminários	PREXC	SCS	-
02	Realizar **20 (vinte) cursos** de capacitação na área da cultura esporte e lazer.	0	20	4	4	4	4	4	Evidenciar mediante documento comprobatório da realização dos cursos	PREXC	-	-
03	Realizar **1 (um)** Jogo Universitário por ano na UFPI	0	5	1	1	1	1		Evidenciar mediante registro comprobatório da realização dos jogos	PREXC	SCS	-
04	Realizar **1 (um)** festival de música por ano	0	5	1	1	1	1	1	Evidenciar mediante registro comprobatório da realização do festival	PREXC	SCS	-
05	Desenvolver **5 (cinco) projetos** de aprendizagem em natação	0	5	1	1	1	1	1	Evidenciar mediante registro comprobatório	PREXC	-	-

									da realização do projeto			
06	Criar **10(dez)** escolinhas de esportes	0	10	2	2	2	2	2	Evidenciar mediante registro comprobatório da criação das escolinhas	PREXC	-	-
07	Ampliar em **20%(vinte)** o número de bolsas para a orquestra e o coral da UFPI	40	48	42	44	46	48	*	Total de bolsos(inicia) + 20%	PREXC	-	-
08	Criar **grupo teatral** institucional da UFPI	Não há	Grupo criado	*	Grupo criado	*	*	*	Evidenciar mediante registro comprobatório da criação do grupo teatral	PREXC	-	-
09	Desenvolver projeto de criação do **museu da vida nordestina**	Não há	Projeto criado e implementado do museu da vida nordestina	*	*	Projeto criado e implementado do museu da vida nordestina	*	*	Evidenciar mediante registro comprobatório da criação do museu da vida nordestina	PREXC	-	-
10	Desenvolver projeto de criação do **museu de obras artísticas** da UFPI	Não há museu de obras artísticas	Projeto criado e implementado do museu de obras artísticas da UFPI	*	*	*	Projeto criado e implementado do museu de obras artísticas da UFPI	*	*	PREXC	-	-
11	Desenvolver e manter atualizado **catálogo com o registrar do patrimônio artístico** da UFPI	Não há catálogo	**Publicar e atualizar catálogo com o patrimônio**	*	Publicar e atualizar catálogo com o patrimônio	*	*	*	*	PREXC	SCS	-

			artístico da UFPI		artístico da UFPI							

Tabela 24 – Tema Estratégico **GESTÃO E GOVERNANÇA**, objetivos, metas e forma de acompanhamento

04	TEMA ESTRATÉGICO	GESTÃO E GOVERNANÇA APERFEIÇOAR A GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA										
01	OBJETIVO	FORTALECER OS INDICES DE GOVERNANÇA INSTITUCIONAL CONFORME LEVANTAMENTO DO TCU										
	UNIDADE DEMANDADA	PRO-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO										
	META(S)	SITUAÇÃO							MÉTRICA DE AVALIAÇÃO	UR	UA	UI
		Atual	Final	ACOMPANHAMENTO								
				2020	2021	2022	2023	2024				
01	**Melhorar em 100%** o iGG (índice integrado de governança e **gestão públicas**)	30%	60%	*	*	*	*	60%	Última avaliação do TCU na vigência do PDI >= 60%	PROPLAN	-	-
02	**Melhorar em 40%** iGovPub (índice de governança **pública**)	44%	40%	*	*	*	*	61,6%	Última avaliação do TCU na vigência do PDI >= 61,6%	PROPLAN	-	-
03	**Melhora em 90%** iGovPessoas (índice de governança e gestão de pessoas)	32%	60,8%	*	*	*	*	60,8%	Última avaliação do TCU na vigência do PDI >= 60,8%	SRH	-	PROPLAN

04	**Melhorar em 262%** iGestPessoas (índice de capacidade em **gestão de pessoas**)	23%	60,26%	*	*	*	*	60,26%	Última avaliação do TCU na vigência do PDI >= 60,26%	SRH	-	PROPLAN
05	**Melhorar em 240% iGovTI** (índice de governança e **gestão de TI**)	25%	60%	*	*	*	*	60,00%	Última avaliação do TCU na vigência do PDI >= 60,00%	STI	-	PROPLAN
06	**Melhorar em 365%** iGestTI (índice de capacidade em **gestão de TI**)	17%	60,01%	*	*	*	*	60,01%	Última avaliação do TCU na vigência do PDI >= 60,01%	STI	-	PROPLAN
07	**Melhorar em 67%** iGovContrat(índice de governança e **gestão de contratações)**	36%	60,12%	*	*	*	*	60,12%	Última avaliação do TCU na vigência do PDI >= 60,12%	PRAD	_	PROPLAN
08	**Melhorar em 72%** iGestContrat (índice de capacidade em **gestão de contratações**)	35%	60,20%	*	*	*	*	60,20%	Última avaliação do TCU na vigência do PDI >= 60,20%	PRAD	_	PROPLAN

04	TEMA ESTRATÉGICO	GESTÃO E GOVERNANÇA APERFEIÇOAR A GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
02	OBJETIVO	PROVER UMA GESTÃO MODERNA, EFICIENTE, TRANSPARENTE E DESBUROCRATIZADA.
	UNIDADE DEMANDADA	PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

	META(S)	SITUAÇÃO							MÉTRICA DE AVALIAÇÃO	UR	UA	UI
		Atual	Final	ACOMPANHAMENTO								
				2020	2021	2022	2023	2024				
01	**Elaborar plano anual** de aquisição e compra de bens e serviços, conforme **especifico no PDI / PDU**	*	Documento elaborado e publicitado	Documento elaborado e publicitado	Documento elaborado e publicitado	Documento elaborado e publicitado	Documento elaborado e publicitado	Documento elaborado e publicitado	Evidenciar mediantes publicidade do documento	PRAD	UNIDADES HIERÁRQUICAS	-
02	**Estabelecer o fluxo dos processos**, definir as competências dos agentes envolvidos, normatizar a utilização dos serviços e **publicar 1 (uma) normativa**	Não existe normativa	Normativa criada e publicada	*	Normativa criada e publicada	*	*	*	Evidenciar mediante instrumento de normatização criado e pulicado	PRAD	-	-
03	**Definir 2 indicadores** para promover o aperfeiçoamento da gestão de contratos com **prestadoras de serviços**.	0	2	1	1	*	*	*	Total de indicadores criados maior ou igual a 2. Evidenciar mediamente registro descritivo do indicador e métodos de acompanhamento	PRAD	-	-

04	**Publicar nova página WEB** da PRAD e Atualizar rotineiramente **página Institucional** da Pró-Reitoria de Administração.	Não há uma rotina de atualização	Pagina nova publicada e atualizada rotineiramente	Página nova publicada e atualizada	*	*	*	*	Evidenciar mediante registro de atualizações	PRAD	-	-
05	**Definir 2 indicadores** para promover o aperfeiçoamento do modelo de **gestão de bens e serviço**s.	0	2	1	1	*	*	*	Total de indicadores criados maior ou igual a 2. Evidenciar mediamente registro descritivo do indicador e métodos de acompanhamento	PRAD	-	-
06	**Aperfeiçoar** o processo das compras e contratações promovendo **5 (cinco)** oficinas anuais sobre planejamento e os demais **procedimentos das contratações de bens e serviços.**	Não há oficinas	5 oficinas	5 oficinas	5 oficinas	5 oficinas	5 oficinas	5 oficinas	Evidenciar mediante registro documental das oficinas e procedimentos adotados e processos otimizados	PRAD	-	-
07	**Descentralizar 4(quatro)** atividades administrativas relativas a contratos, licitações, orçamento e gestão patrimonial para os **campi fora de sede**.	0	4	*	1	1	1	1	Total de atividades descentralizadas maior ou igual a 4	PRAD	-	-

08	**Digitalizar 100% os** processos dos anos de **2015 a 2019**	0	100%	25%	25%	25%	25%	25%	Evidenciar mediante registro do total de processos digitalizados em relação ao total geral de processos a serem digitalizados	PRAD	-	-
09	**Elaboração de 01 manual** por setor**, totalizando 10 manuais no quinquênio**	03 setores com manuais, porém, desatualizados.	10 manuais elaborados e atualizado anualmente	02 manuais elaborados	04 manuais elaborados	04 manuais elaborados	Atualizar manuais	Atualizar manuais	Evidenciar mediante comprovação da existência dos manuais	PRAD	-	-
10	**Implantar e utilizar efetivamente 11** módulos do **SIPAC** administrativos (Compras de materiais de informática; Catálogo de Materiais; Compras; Compras - SRP; Compras Compartilhadas; **Licitação; Contratos; Faturas; Liquidação de despesas; Patrimônio Imóvel e Bolsas).**	1 módulo	11 módulos	1 módulo	3 módulos	3 módulos	2 módulos	2 módulos	Evidenciar mediante registro do uso efetivo dos módulos	STI	PRAD	PRAD

04	TEMA ESTRATÉGICO	GESTÃO E GOVERNANÇA APERFEIÇOAR A GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
04	OBJETIVO	POTENCIALIZAR O USO DOS RESULTADOS DAS ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA DA AUDIN NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO E NO APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA UFPI, AGREGANDO VALOR À INSTITUIÇÃO
	UNIDADE DEMANDADA	AUDITORIA INTERNA

	META(S)	SITUAÇÃO							MÉTRICA DE AVALIAÇÃO	UR	UA	UI
				ACOMPANHAMENTO								
		Atual	Final	2020	2021	2022	2023	2024				
01	**Alocar 100%** da força de trabalho técnico (auditores) da unidade em atividades de auditoria (**excluídos chefias imediatas e servidores de apoio**)	Não há registro	100%	70%	100%	100%	100%	100%	HH de atividades de auditorias realizadas pela área finalística / HH de atividades de auditorias disponíveis da área finalística	AUDIN	-	-
02	**Alcançar 100%** de cumprimento das recomendações de **auditoria**	Não há registro	100%	70%	100%	100%	100%	100%	Nº de recomendações de auditoria implementadas / Nº de recomendações de auditoria expedidas	AUDIN	-	-
03	**Assegurar a execução de 100%** das atividades estabelecidas no Plano Anual de **Auditoria Interna - PAINT**	Não há registro	100%	100%	100%	100%	100%	100%	Meta realizada/ meta prevista	AUDIN	-	-
04	**Alcançar avaliação** qualitativa positiva superior ou igual a **90%** das atividades de **auditoria realizadas**	Não há registro	90%	90%	90%	90%	90%	90%	Nº de atividades de auditoria avaliadas como adequada ou satisfatória/Nº de atividades de auditoria realizadas	AUDIN	-	-
05	**Alcançar resultados não financeiros anuais** positivos com a realização das atividades de **auditoria**	Não há registros	100%	70%	100%	100%	100%	100%	Nº de indicadores com variação positiva avaliados / Nº de indicadores avaliados	AUDIN	-	-

06	**Alcançar resultados financeiros anuais** positivos com a realização das atividades de **auditoria**	Não há registros	100%	70%	100%	100%	100%	100%	Ressarcimentos, Economias, redução de desperdícios decorrentes das auditorias / custo anual das atividades de auditoria	AUDIN	-	-
07	**Garantir 100%** de realização das atividades de auditoria nos **prazos planejados**	Não registro	100%	70%	100%	100%	100%	100%	N. de auditorias realizadas no realizadas no prazo/N. de atividades de auditorias realizadas	AUDIN	-	-

04	**TEMA ESTRATÉGICO**	**GESTÃO E GOVERNANÇA** APERFEIÇOAR A GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
05	**OBJETIVO**	FORTALECER AS BOAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA, TRANSPARENCIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO ORIENTADO A RESULTADO
	UNIDADE DEMANDADA	**PRO-REITORIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**

	META(S)	**SITUAÇÃO**							**MÉTRICA DE AVALIAÇÃO**	**UR**	**UA**	**UI**
		Atual	**Final**	**ACOMPANHAMENTO**								
				2020	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**				
01	Identificar e mapear em **100%(cem) das unidades administrativas** no mínimo **10(dez) macroprocessos BPMN (Business Process Model and Notation)**	0	100%	10%	100%	*	*	*	Total de unidades com macroprocessos Mapeados / Total de unidade **Referência: 22 unidades**	UNIDADES ADMINISTRATIVAS	PROPLAN	-

02	Identificar e mapear em **100%(cem) das unidades administrativas** no mínimo **8(oito) macroprocessos BPMN (Business Process Model and Notation)**	0	100%	10%	100%	*	*	*	Total de unidades com macroprocessos Mapeados / Total de unidade **Referência: 13 unidades**	UNIDADES ACADÊMICAS	PROPLAN	-
03	**Elaborar e Atualizar 100%(cem) os** Regimentos internos por **Unidade Hierárquica**	0%	100%	10%	100%	*	*	*	Total de unidades com regimento elaborado ou atualizado/Total de unidade hierárquica **Referência: 36 unidades**	UNIDADES HIERÁRQUICAS	PROPLAN	-
04	Elaborar e atualizar o **Plano de Desenvolvimento da Unidade(PDU) durante a vigência** do PDI 2020/2024 por **Unidade Hierárquica**	Não Existe PDU	PDU publicado	Publicar PDU até 30/09 com vigência até 31/12/2022	*	*	Atualizar PDU até 05/03 com vigência até 31/12/2024	*	Total de unidades com PDU publicado / Total de unidade hierárquica **Referência: 36 unidades**	UNIDADES HIERÁRQUICAS	PROPLAN	-
05	**Definir** em cada Unidade Hierárquica seu **Mapa Estratégico**	Não Existe Mapa Estratégico por Unidade	Publicar Mapa Estratégico	Publicar Mapa Estratégico	*	*	*	*	Total de unidades com o mapa estratégico publicado / Total de unidade **Referência: 36 unidades**	UNIDADES HIERÁRQUICAS	PROPLAN	-
06	**Definir** em cada Unidade Hierárquica sua **Cadeia de Valor**	Não Existe Cadeia de Valor por Unidade	Publicar Cadeia de valor	Publicar Cadeia de Valor	*	*	*	*	Total de unidades com a cadeia de valor publicada / Total de unidade	UNIDADES HIERÁRQUICAS	PROPLAN	-

									Referência: 36 unidades			
07	**Estimular em 100% das unidades hierárquicas a adoção de práticas e ferramentas de Gestão de Projetos** no planejamento e execução das **atividades da unidade**	Não existe	Adotar PMBOK e KANBAN	10%	20%	50%	70%	100%	Total de unidades com práticas de gestão de projeto / Total de unidade. Evidenciar mediante registro de projetos conforme as boas práticas definidas no PMBOK e uso do KANBAN	PROPLAN	UNIDADES HIERÁRQUICAS	-
08	**Elaborar projeto e Implantar ferramenta** de ***Business Intelligence*** **(BI)** para suporte a tomada de decisão	Não Existe	Projeto elaborado e ferramenta Implantada	Projeto elaborada	Ferramenta implantada	*	*	*	Evidenciar mediante registro documental do projeto e utilização da ferramenta	PROPLAN	-	-
09	**Possuir página eletrônica e realizar atualizações** frequentes (no mínimo uma vez por mês) **e ter aba especifica para acompanhamento do PDI e PDU**	Não existe	Atualizar no mínimo uma(1) vez por mês	Atualizar no mínimo uma(1) vez por mês	Atualizar no mínimo uma(1) vez por mês	Atualizar no mínimo uma(1) vez por mês	Atualizar no mínimo uma(1) vez por mês	Atualizar no mínimo uma(1) vez por mês	Registro de atualização mensal das páginas com prints da tela com a data de atualização	UNIDADES HIERÁRQUICAS	STI	-

10	**Atualizar** no mínimo 2 vezes ao ano **a Página de** Dados Aberto da **UFPI com informações de pessoal, acadêmicas e financeiras**	1	2	2	2	2	2	2	Evidenciar mediante registro de atualização na página dados.ufpi.br	PROPLAN	STI	-
11	**Atualizar 100% a base de dados do SIORG**, conforme estrutura hierárquica da UFPI	*	100%	20%	100%	*	*	*	Evidenciar mediante estrutura atualizada no SIORG	PROPLAN	-	-
12	**Atualizar 100% a base de dados do SIPAC**, conforme estrutura hierárquica do SIORG	*	100%	20%	100%	*	*	*	Evidenciar mediante estrutura atualizada no SIPAC	PROPLAN	-	-
13	**Publicar e atualizar** política gestão de risco da **UFPI**	*	Portaria publicada	Portaria publicada	*	Politica atualiza	*	*	Evidenciar media portaria publicada	PROPLAN	-	-

04	TEMA ESTRATÉGICO	GESTÃO E GOVERNANÇA APERFEIÇOAR A GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA
06	OBJETIVO	FORTALECER OS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM PÚBLICO INTERNO E EXTERNO
	UNIDADE DEMANDADA	OUVIDORIA

	META(S)	SITUAÇÃO							MÉTRICA DE AVALIAÇÃO	UR	UA	UI
		Atual	Final	ACOMPANHAMENTO								
				2020	2021	2022	2023	2024				
01	**Mapear e dinamizar o fluxo** de notificações e resposta de ouvidoria em todos os **canais de interação da UFPI com a sociedade, conforme definido pelo governo federal**	Fluxo não definido	Fluxo definido e otimizado	Fluxo definido e iniciado o processo de otimização	Fluxo definido e otimizado	*	*	*	Evidenciar mediante registro do fluxo mapeado e otimizações propostas	OUVIDORIA	-	-
02	**Responder anualmente 100%** das solicitações de **acesso a informação**	*	100%	100%	100%	100%	100%	100%	Total de respostas /total de notificações	OUVIDORIA	-	-
03	**Notificar,** responder e atender anualmente 100% notificações de **ouvidoria**	*	100%	100%	100%	100%	100%	100%	Total de respostas /total de notificações	OUVIDORIA	-	-

Tabela 25 –Tema Estratégico **GESTÃO DE PESSOAS**, objetivos, metas e forma de acompanhamento

05	**TEMA ESTRATÉGICO**		**GESTÃO DE PESSOAS**									
			APRIMORAR AS ESTRATÉGIAS DE GESTÃO, CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS									
01	**OBJETIVO**	IMPLEMENTAR PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO DE EQUIPE E CAPACITAÇÃO, VISANDO FORTALECER AS HABILIDADES E A QUALIFICAÇÃO E CRESCIMENTO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES.										
	UNIDADE DEMANDADA								**SUPERINTENDÊNCIA DE RECUROS HUMANOS**			
META(S)		**SITUAÇÃO**							**MÉTRICA DE AVALIAÇÃO**	**UR**	**UA**	**UI**
		Atual	**Final**	**ACOMPANHAMENTO**								
				2020	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**				
01	**Normatizar, publicitar e executar programa anual de capacitação e qualificação** de servidores baseada nas diretrizes do governo federal e na busca da excelência e melhoria da qualidade dos serviços **ofertados à sociedade**	*	Normativa Publicada e em execução	*	Normativa publicada	Normativa publicada	Normativa publicada	Normativa publicada	Evidenciar mediante registro documental e publicitado	SRH	-	-
02	**Implementar política de seleção e dimensionamento** de força de trabalho com atenção as habilidades, competências **e equivalência entre as atribuições do cargo e excelência na atividade exercida pelo servidor**	Não há política	Política documentada, publicada e implementada	Política documentada	Política publicada	Política documentada, publicada e implementada	*	*	Evidenciar mediante registro documental e de ações que comprovem a implementação da política	SRH	-	-

03	**Elaborar, publicitar e implementar programa anual** de dimensionamento e demanda de pessoal nas **unidades hierárquicas**	Não programa	Programa elaborado, divulgado e implementado	Programa elaborado	Programa elaborado e divulgado	Programa elaborado, divulgado e implementado	*	*	Evidenciar mediante registro documental e de ações que comprovem a implementação da política	SRH	-	-
04	**Promover a capacitação** de no **mínimo 30%** do total de **técnicos administrativos** voltados para o **aperfeiçoamento de suas atividades institucionais**	1.148	344	*	5%	5%	10%	10%	Total de técnicos capacitados / 1.148(total de técnicos em 2019) Referência: Servidor capacitado a partir de 2020	SRH	-	-
05	**Promover a capacitação de no mínimo 25%** do quadro de docentes voltado a potencializar o **CPC (Conceito Preliminar de Curso)** dos cursos **no ensino superior e professores dos Básico, Técnico e Tecnológico**	1.800	450	*	5%	5%	5%	10%	Total de docentes matriculados em programas (Mestrado/Doutorado) / 1.800(total de docentes em 2019). Referência: Docente com início da capacitação a partir de 2020	SRH	-	-
06	**Institucionalizar programa de atualização pedagógica** periódica obrigatória para professores no sentido de adequar práticas de ensino à atualidade, tornando as aulas mais dinâmicas e voltadas a **implementação de metodologias ativas na educação**.	*	Programa institucionalizado publicado e praticado	*	Programa institucionalizado publicado e praticado	*	*	*	Programa institucionalizado publicado e praticado	SRH	SEBTT	PREG

05	TEMA ESTRATÉGICO	GESTÃO DE PESSOAS
		APRIMORAR AS ESTRATÉGIAS DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS
02	OBJETIVO	DESENVOLVER PROGRAMAS DE ATENÇÃO AO SERVIDOR
	UNIDADE DEMANDADA	SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

	META(S)	SITUAÇÃO							MÉTRICA DE AVALIAÇÃO	UR	UA	UI
		Atual	Final	ACOMPANHAMENTO								
				2020	2021	2022	2023	2024				
01	**Elaborar e implantar programa anual** de realização periódica de exames para **de servidores técnicos administrativo e docentes**	Não existe	Programa elabora e implantado	Programa elaborado	Programa elabora e implantado	Programa elabora e implantado	Programa elabora e implantado	Programa elabora e implantado	Evidenciar mediante registro documental e publicitado no portal da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas	SRH	-	-
02	**Realizar** exames periódico em **100% dos servidores técnico administrativo e docentes**	0%	100%	*	60%	100%	100%	100%	Total de servidores que realizaram exames/total de servidores	SRH	UNIDADES HIERÁRQUICAS	-
03	**Institucionalizar e Implementar** Programa de Preparação para **Aposentadoria (PPA)**	Não existe programa	Programa implementado	*	Programa implementado	*	*	*	Evidenciar mediante registro documental e publicitado no portal da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas	SRH	-	-

04	**Atender 100%** dos servidores pelo programa de Preparação para **Aposentadoria (PPA)**	20%	100%	*	40%	60%	80%	100%	Total de servidores que atendidos pelo programa**/** total de servidores aposentados.	SRH	-	-
05	**Realizar anualmente** inspeções de Segurança em **100% das unidades organizacionais da UFPI**	10%	100%	30%	100%	100%	100%	100%	Quantidade de vistorias realizadas**/** Quantidade de setores da UFPI	SRH	-	-
06	**Criar e atualizar** anualmente a **cartilha do servidor**	Não existe	Cartilha criada e publicada	Cartilha criada e publicada	Cartilha Atualizada	Cartilha Atualizada	Cartilha Atualizada	Cartilha Atualizada	Evidenciar mediante registro documental e publicitado	SRH	-	-
07	**Criar e implementar instrumento anual** de avaliação desempenho de servidores como componente do processo de **progressão funcional periódica**	Não existe	Instrumento criado, implementado e publicado	*	Instrumento criado e publicado	Instrumento criado, implementado e publicado	*	*	Evidenciar mediante registro documento e publicitado	SRH	-	-

08	**Institucionalizar** mediante instrumento programa institucional de fortalecimento **clima organizacional**	Não existe	Instrumento publicado	*	*	Instrumento publicado	*	*	Evidenciar mediante registro documental e publicitado	SRH	-	-

05	**TEMA ESTRATÉGICO**	**GESTÃO DE PESSOAS** APRIMORAR AS ESTRATÉGIAS DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS										
03	**OBJETIVO**	DESCENTRALIZAR ATIVIDADES DE GESTÃO DE PESSOAS PARA OS CAMPIS DO INTERIOR										
	UNIDADE DEMANDADA	**SUPERINTENDÊCIA DE RECURSOS HUMANOS**										
META(S)		**SITUAÇÃO**							**MÉTRICA DE AVALIAÇÃO**	**UR**	**UA**	**UI**
		Atual	**Final**	**ACOMPANHAMENTO**								
				2020	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**				
01	**Lançar 100%** o Cadastros dos professores substitutos **nos campi**	0%	100%	10%	40%	60%	80%	100%	Quantidade de professores cadastrado nos campi/ Quantidade de professores contratados	SRH	CAMPI FORA DE SEDE	-
02	**Lançar 100%** de Pagamento de professores **Substitutos nos campis**	0%	100%	10%	40%	60%	80%	100%	Quantidade de professores pago nos campi/ Quantidade de professores contratados	SRH	CAMPI FORA DE SEDE	-
03	**Manter 100% das Pasta Funcional** dos servidores no **campus de lotação do servidor**	0%	100%	10%	40%	60%	80%	100%	Quantidade de servidores lotados nos campi/ Quantidade de servidores	SRH	CAMPI FORA DE SEDE	-
04	**Lançar 100% das Férias** no campus de **lotação do servidor**	0%	100%	10%	40%	60%	80%	100%	Quantidade de servidores lotados nos campi/ Quantidade de servidores	SRH	CAMPI FORA DE SEDE	-

05	**Lançar 100%** de alterações de Plano de saúde no **Campus de lotação do servidor**	0%	100%	10%	40%	60%	80%	100%	Quantidade de servidores lotados nos campi/ Quantidade de servidores	SRH	CAMPI FORA DE SEDE	-

05	TEMA ESTRATÉGICO	GESTÃO DE PESSOAS APRIMORAR AS ESTRATÉGIAS DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS
04	OBJETIVO	GERIR A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL, CARGA HORÁRIA DOCENTE E JORNADA DE TRABALHO DE TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS
	UNIDADE DEMANDADA	SUPERINTENDÊCIA DE RECURSOS HUMANOS

	META(S)	SITUAÇÃO							MÉTRICA DE AVALIAÇÃO	UR	UA	UI
		Atual	Final	ACOMPANHAMENTO								
				2020	2021	2022	2023	2024				
01	**Elaborar** programa de planejamento de contratação de pessoal anual, **conforme demanda e dimensionamento setoriais**	*	Programa elaborado	*	Programa elaborado	*	Programa atualizado	*	Evidenciar mediante registro documental	SRH	-	-
02	**Contratar servidor** para a biblioteca **setorial do CT**	*	Nomeação	*	*	*	*	Nomeação	Evidenciar mediante nomeação	SRH	BCCB	CT
03	**Contratar servidor** para a biblioteca **setorial do CCHL.**	*	Nomeação	*	*	*	*	Nomeação	Evidenciar mediante nomeação	SRH	BCCB	CCHL
04	**Contratar** servidor para a BCCB		Nomeação	*	*	*	*	Nomeação	Evidenciar mediante nomeação	SRH	BCCB	BCCB

05	**Contratar servidor** para **SCS**	*	Nomeação	*	*	*	*	Nomeação	Evidenciar mediante nomeação	SRH	-	SCS
06	**Contratar servidor** para **PRAEC**	*	Nomeação	*	*	*	*	Nomeação	Evidenciar mediante nomeação	SRH	-	PRAEC

Tabela 26 –Tema Estratégico **SUSTENTABILIDADE**, objetivos, metas e forma de acompanhamento

06	**TEMA ESTRATÉGICO**	**SUSTENTABILIDADE**										
		CONSOLIDAR A POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE										
01	**OBJETIVO**	ACOMPANHAR,PUBLICITAR E ATUALIZAR O PLANO DE SUSTENTABILIDADE DA UFPI										
	UNIDADE DEMANDADA	**PREFEITURA UNIVERSITÁRIA**										
META(S)		**SITUAÇÃO**							**MÉTRICA DE AVALIAÇÃO**	**UR**	**UA**	**UI**
		Atual	**Final**	**ACOMPANHAMENTO**								
				2020	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**				
01	**Atualizar em 2021 e 2024 o** plano de logística **sustentável da UFPI**	*	Plano Atualizado e publicado	*	Plano Atualizado e publicado	*	*	Plano Atualizado e publicado	Evidenciar mediante registro documento do plano publicado	PREUNI	PROPLAN	-
02	**Escrever projeto** para acompanhar a execução do **plano de logística sustentável da UFPI pelas unidades**	Não há acompanhamento	Projeto escrito e publicado	Projeto escrito e publicado	*	*	*	*	Evidenciar mediante registro documento do projeto publicado	PREUNI	-	-
03	**Executar 100% das** práticas definidas no plano de sustentabilidade da UFPI, nos eixos temáticos de responsabilidade da **PREUNI, até 2024**	Não há acompanhamento	50%	*	20%	40%	80%	100%	Total de metas batidas/ Total de metas definidas	PREUNI	-	-
04	**Acompanhar a execução** e divulgar as ações e etapas do Plano de **Sustentabilidade da UFPI**	Não há divulgação	Ações divulgas	Ações divulgas	Ações divulgas	Ações divulgas	Ações divulgas	Ações divulgas	Evidenciar mediante registro dos eventos produzidos	SCS	PREUNI	-

06	TEMA ESTRATÉGICO	SUSTENTABILIDADE CONSOLIDAR A POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE
02	OBJETIVO	ATENDER AS METAS DEFINIDAS NO PLANO DE SUSTENTABILIDADE DA UFPI
	UNIDADE DEMANDADA	UNIDADE HIERÁRQUICAS

	META(S)	SITUAÇÃO							MÉTRICA DE AVALIAÇÃO	UR	UA	UI
		Atual	Final	ACOMPANHAMENTO								
				2020	2021	2022	2023	2024				
01	**Reduzir** no mínimo em **50%** o CONSUMO com material de expediente: **Folha A4. Referência ano 2019**	R$ 44.995,40	R$ 22.497,70	5%	10%	20%	30%	50%	Relação entre Ano Atual e o Ano 2019 menor ou igual ao percentual estimado na meta	UNIDADES HIERÁRQUICA	PRAD	-
02	**Reduzir** no mínimo em **50%** o CONSUMO com material de cozinha: **Copos plásticos (Água e Café) Referência ano 2019**	R$ 26.001,25	R$ 13.000,62	5%	10%	20%	30%	50%	Relação entre Ano Atual e o Ano 2019 menor ou igual ao percentual estimado na meta	UNIDADES HIERÁRQUICAS	PRAD	-
03	**Reduzir no mínimo em 30%** o CONSUMO com **telefonia fixa**; **Referência Média 2018 e 2019**	R$ 662.988,13	R$ 464.091,69	2%	5%	10%	20%	30%	Relação entre Ano Atual e o Ano 2019 menor ou igual ao percentual estimado na meta	UNIDADES HIERÁRQUICAS	STI	-
04	**Reduzir** em **25%** o CUSTO com **serviço outsourcing de impressão**. **Referência ano média 2019(média 2018 e 2019)**	R$ 517.357,48	R$ 338.018,10	2%	5%	10%	20%	25%	Relação entre Ano Atual e o Ano 2019 menor ou igual ao percentual estimado na meta	UNIDADES HIERÁRQUICAS	STI	-
05	**Reduzir** no mínimo em **25%** o gasto com **energia elétrica. Referência ano média 2019(média 2018 e 2019)**	R$ 10.617.914,62	R$ 7.963.435,96	2%	5%	10%	20%	25%	Relação entre Ano Atual e o Ano 2019 menor ou igual ao percentual estimado na meta	UNIDADES HIERÁRQUICAS	PREUNI	-

Tabela 27 –Tema Estratégico **TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO**, objetivos, metas e forma de acompanhamento

07	**TEMA ESTRATÉGICO**								**TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO**				
									PROMOVER GESTÃO DE TECNOLÓGIA DA INFORMAÇÃO E DINAMINAR A COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA				
01	**OBJETIVO**		IMPLANTAR PROCESSO ELETRÔNICO E GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS										
	UNIDADE DEMANDADA								**SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**				
META(S)		**SITUAÇÃO**							**MÉTRICA DE AVALIAÇÃO**	**UR**	**UA**	**UI**	
		Atual	**Final**	**ACOMPANHAMENTO**									
				2020	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**					
01	**Implantar 100%Processo Eletrônico** na gestão de documentos da UFPI, conforme especifico e exigido no **Decreto n. 8.539/2015**	0%	100%	3%	40%	100%	*	*	Total de processos aberto de forma eletrônica**/** Total de processos abertos	STI	UNIDADES HIERÁRQUICAS	-	
02	**Implantar** serviço de Gestão Eletrônica de Documentos **(GED)na UFPI**	0%	100%	0%	10%	50%	100%	*	Evidenciar mediante contração do serviço. Total de documento digitalizados**/** Total de documentos	STI	-	PREG	

07	TEMA ESTRATÉGICO	TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO PROMOVER GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DINAMIZAR A COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA
02	OBJETIVO	PROMOVER TRANSPARÊNCIA DA INFORMAÇÃO, DINAMIZAR A COMUNICAÇÃO INTERNA E INFORMATIZAR ROTINAS ADMINISTRATIVAS
	UNIDADE DEMANDADA	SUPERINTÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇAO

	META(S)	SITUAÇÃO							MÉTRICA DE AVALIAÇÃO	UR	UA	UI
		Atual	Final	ACOMPANHAMENTO								
				2020	2021	2022	2023	2024				
01	**Implantar soluções de TI** para atender **75%** da demanda da PREUNI de informatização de suas **atividades**	X	75%	Levantamento das necessidades (X)	20%	40%	50%	75%	Soluções de TI atendidas/ demandas de soluções de TI	STI	PREUNI	PREUNI
02	**Implantar ferramenta** de comunicação interna como o SPARK com foco a dinamizar a comunicação entre as **unidades administrativas** da UFPI	Não existe	Ferramenta implantada	*	Ferramenta implantada	*	*	*	Evidenciar mediante uso da ferramenta	STI	-	UNIDADES HIERÁRQUICAS
03	**Implantar** tecnologia **VOIP** nos **4 campus da UFPI**	Não existe	VOIP implantado	*	Elaborar projeto	Implantar no CMPP	Implantar no CSHNB	Implantar no CAFS e CPCE	Evidenciar mediante registro de chamada VOIP entre os campi	STI	-	UNIDADES HIERÁRQUICAS
04	**Atender anualmente 70%** a entrega de ferramentas de TI	0%	70%	*	70%	70%	70%	70%	Total de projetos atendidos/Total	STI	UNIDADES HIERÁRQUICAS	

	conforme definido no **Plano de Desenvolvimento e Implantação de Sistemas alinhando ao PDTIC**.								de projetos demando			UNIDADES HIERÁRQUICAS
05	**Identificar, formalizar e capacitar** interfaceadores (pontos focais) ou analistas de requisitos em cada **unidade hierárquica em 100% dos projetos inicializados**	0%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	Total de projetos atendidos/Total de projetos demando	STI	-	-
06	**Atender em 100% a implementação** de ferramentas voltadas as **diretrizes governamentais (**políticas de acesso à informação, dados abertos e outras)	*	100%	100%	100%	100%	100%	100%	Total de iniciativas atendidas/Total de iniciativas	STI	-	-
07	**Atualizar** o módulo de biblioteca do SIGAA para suportar **biometria do SIGAA**	*	Módulo da biblioteca com suporte a biometria	*	Módulo da biblioteca com suporte a biometria	*	*	*	Evidenciar mediar uso da biométrica no modulo da biblioteca	STI	BCCB	BCCB

08	**Viabilizar** 10 totens de auto atendimento **para empréstimos**	0	10	*	2	6	10	*	Evidenciar mediante registro documental	STI	BCCB	BCCB
09	**Implementar rotina no SIGAA** que permita identificar a carga horário, especifica, por docente, conforme **Resolução CONSUN 18/2018**	*	Rotina implementada	*	Rotina implementada	*	*	*	Evidenciar mediante Rotina implementada	STI	SRH	SRH
10	**Atualizar sistema** de frequência eletrônica para **aceitar biometria**	*	Rotina implementada	*	*	Rotina implementada	*	*	Evidenciar mediante Rotina implementada	STI	SRH	SRH

07	TEMA ESTRATÉGICO	TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO PROMOVER GESTÃO DE TECNOLÓGIA DA INFORMAÇÃO E DINAMINAR A COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA
03	OBJETIVO	ATUALIZAR O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE TI E ELABORAR ARTEFADOS DE GESTÃO
	UNIDADE DEMANDADA	SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

	META(S)	SITUAÇÃO							MÉTRICA DE AVALIAÇÃO	UR	UA	UI
		Atual	Final	ACOMPANHAMENTO								
				2020	2021	2022	2023	2024				
01	**Elaborar, Implementar e revisar** a Política de Segurança da Informação e **Comunicação (POSIC)**	Não há documento	POSIC elaborada e 100% implementada	POSIC elaborada e publicada	10%	40%	60%	100%	Evidenciar mediante registro documental publicado e metas atingidas	STI	-	-
02	**Realizar 100% a Análise** de Impacto dos **Negócios (AIN)**	0%	100%	20%	40%	60%	80%	100%	Evidenciar mediante registro documental publicado e metas atingidas	STI	-	-
03	**Elaborar** mapa de **riscos do datacenter e tratar 100% os riscos**	20%	100%	25%	30%	60%	80%	100%	Evidenciar mediante registro documental publicado e metas atingidas	STI	-	-
04	**Elaborar plano de contingência** para os ativos de **TI**	Não existe	Documento elaborado e publicado	*	Documento elaborado e publicado	*	*	*	Evidenciar mediante registro documental publicado	STI	-	-
05	**Elaborar projeto de atualização contínua** do parque tecnológico e datacenter	Não há plano	Plano elaborado e publicitado	*	Plano elaborado e publicitado	*	Plano atualizado	*	Evidenciar mediante registro documento do plano publicitado	STI	-	-

06	**Elaborar, revisar e publicar Plano de Desenvolvimento e Implantação de Sistemas** com foco a institucionalizar processos envolvidos, levantar demandas e suprir carência de informatização de **atividades setoriais em consonância com o PDTIC**	Não plano	Plano elaborado e publicitado	Plano elaborado e publicitado	Revisar Plano	Revisar Plano	Revisar Plano	Revisar Plano	Evidenciar mediante registro	STI	-	-
07	**Elaborar e atualizar plano de aquisições (bens e serviços)** a partir de critérios pré-definidos (Comitê de Planejamento), utilizando-se da padronização de materiais e da **definição dos itens a serem atendidos**.	Não há plano	Plano Elaborado e atualizado	*	Plano elaborado	Plano elaborado e atualizado	Plano elaborar e atualizado	Plano Elaborar e atualizado	Evidenciar mediante registro documental publicado. Percentual de revisões/atualizações realizadas durante a vigência do PDI	STI	-	-

07	TEMA ESTRATÉGICO	TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO PROMOVER GESTÃO DE TECNOLÓGIA DA INFORMAÇÃO E DINAMINAR A COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA
04	OBJETIVO	FORTALECER O GERENCIAMENTO DE SUPORTE AO USUÁRIO ALINHADO COM AS BOAS PRÁTICAS DEFINIDA NA BIBLIOTECA ITIL (INFORMATION TECHNOLOGY INFRASTRUCTURE LIBRARY)
	UNIDADE DEMANDADA	SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

	META(S)	SITUAÇÃO							MÉTRICA DE AVALIAÇÃO	UR	UA	UI
		Atual	Final	ACOMPANHAMENTO								
				2020	2021	2022	2023	2024				
01	**Formalizar portaria interna** e institucionalizar o processo de desenvolvimento de sistemas e suporte de serviços de **TIC e novos projetos de TIC**	Não há portaria	Portaria publicado	*	Portaria publicado	*	*	*	Evidenciar mediante registro documental e publicado	STI	-	-
02	**Fortalecer a ferramenta SINAPSE** para gestão de chamados/demandas relacionadas à STI, funcionando como uma central de serviços de **TIC conforme definido na ITIL**	*	Registro de ações	Registro de ações	Registro de ações	Registro de ações	Registro de ações	Registro de ações	Evidenciar mediante registro de ações para fortalecer a ferramenta	STI	-	-

07	TEMA ESTRATÉGICO	TECNOLOGIA E COMUNICAÇÃO PROMOVER GESTÃO DE TECNOLÓGIA DA INFORMAÇÃO E DINAMIZAR A COMUNICAÇÃO SOCIAL VOLTADO AO PÚBLICO INTERNA E EXTERNO
05	OBJETIVO	PROMOVER COMUNICAÇAO SOCIAL ESTRATÉGICA VOLTADA A NOTICIAR A DINÂMICA INSTITUCIONAL
	UNIDADE DEMANDADA	SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

	META(S)	SITUAÇÃO							MÉTRICA DE AVALIAÇÃO	UR	UA	UI
		Atual	Final	ACOMPANHAMENTO								
				2020	2021	2022	2023	2024				
01	**Expandir em 100%** a produção e comercialização de **publicações**	*	100%	Diagnosticar o total de 2020	40%	60%	80%	100%	Total em 2020 mais 100%	SCS	-	-
02	**Incluir a rádio Universitária** na Rede Nacional de Rádios Universitária; fortalecer os laços com a Rede de Rádio Pública; desenvolver parceria com a Rede Argentina de **Rádios Universitárias e Rede Internacional de Rádios universitárias**	*	Inclusão e parcerias realizadas	Elaborar projeto para execução temporal da meta	Rede Nacional de Rádios Universitária	Parceria com a Rede Argentina de Rádios Universitárias	Parceria com a Rede Internacional de Rádios universitárias	*	Evidenciar mediante registro das ações concretizadas	SCS	-	-
03	**Implantar sistema** para gestão do livro eletrônico pela **EDUFPI**	Plataforma atual não atende as necessidades da editora	Nova plataforma implantada	*	*	Nova plataforma implantada	*	*	Evidenciar mediante utilização da nova plataforma	STI	SCS	SCS

04	**Aumentar a quantidade de programas na grade da programação da rádio**; voltar a ter programas ao vivo nos turnos da tarde e noite; implantação de programas locais nos sábados e domingos; aumentar o número de programas ligados a **projetos de extensão e de pesquisa**	*	Planejamento executado	Elaborar projeto para execução temporal da meta	Aumento da quantidade de programas	Programas ao vivo a tarde e a noite	Programas aos sábados e domingos	Aumento dos programas voltados a extensão	Evidenciar mediante registro das ações concretizadas	SCS	-	-
05	**Melhorar a distribuição** de obras publicadas participando do no mínimo **10 feiras nacionais**	A distribuição das obras publicadas pela editora ainda não atinge um público que almejamos alcançar	10 feiras	2 feiras	2 feiras	2 feiras	2 feiras	2 feiras	Evidenciar mediante registro documental	SCS	-	-
06	**Elaborar, aprovar e implementar normas internas e manuais de circulação** de notícias, imagens, padrões visuais dos conteúdos de **Comunicação Social produzidos na UFPI.**	*	Norma elaborada, aprovada e implementada	Norma elaborada	Norma aprovada e implementada	*	*	*	Evidenciar mediante registro documental	SCS	-	-

Tabela 28 – Tema Estratégico **INTERNACIONALIZAÇÃO**, objetivos, metas e forma de acompanhamento

08	TEMA ESTRATÉGICO	INTERNACIONALIZAÇÃO OPORTUNIZAR A INTERNACIONALIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA										
01	OBJETIVO	FIRMAR NOVOS ACORDOS E CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO COM INSTITUIÇOES ESTRANGEIRAS										
	UNIDADE DEMANDADA	PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO										
	META(S)	SITUAÇÃO							MÉTRICA DE AVALIAÇÃO	UR	UA	UI
		Atual	Final	ACOMPANHAMENTO								
				2020	2021	2022	2023	2024				
01	**Ampliar em 20%** o número de convênios e acordos com **instituições estrangeiras**	25	30	0%	2%	5%	10%	20%	Total de convênios em 2019 +20%	PREG	ASSESSORIA INTERNACIONAL	-

08	TEMA ESTRATÉGICO	INTERNACIONALIZAÇÃO OPORTUNIZAR A INTERNACIONALIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA										
02	OBJETIVO	REGULAMENTAR PROGRAMA DE ACREDITAÇÃO DE DISCIPLINAS CURSADAS EM INSTITUIÇÕES ESTRANGEIRAS										
	UNIDADE DEMANDADA	PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO										
	META(S)	SITUAÇÃO							MÉTRICA DE AVALIAÇÃO	UR	UA	UI
		Atual	Final	ACOMPANHAMENTO								
				2020	2021	2022	2023	2024				
01	**Implantar até 2022** regulamentação de programa de acreditação de disciplina cursada em **instituições estrangeiras**	Não existe	Publicar regulamento	-	-	Regulamento Publicado	-	-	Evidência mediante portaria publicada	PREG	ASSINTER	

08	TEMA ESTRATÉGICO	INTERNACIONALIZAÇÃO
		OPORTUNIZAR A INTERNACIONALIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA
03	OBJETIVO	FORTALECER O ENRIQUECIMENTO CULTURAL E A FORMAÇÃO GLOBAL DOS DISCENTES
	UNIDADE DEMANDADA	PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO

	META(S)	SITUAÇÃO							MÉTRICA DE AVALIAÇÃO	UR	UA	UI
		Atual	Final	ACOMPANHEMENTO								
				2020	2021	2022	2023	2024				
01	Incluir **em 100% dos PPCs** dos cursos de graduação disciplina optativa em língua inglesa, do tipo transversal/grande área de conhecimento	0%	100%	20%	40%	60%	80%	100%	Total de PPCS com disciplina em língua inglesa DIVIDIDO (/) pelo Total de PPCs IGUAL a 100%. * Número de cursos 86, sendo 71 modalidade presencial e 15 na modalidade a distância	PREG	ASSINTER	-
02	Instituir até 2023 projeto/programa de internacionalização com o envolvimento de todas as unidades de ensino	Não há projeto/ programa	Publicar projeto/ programa	*	*	*	Projeto/ Programa publicado	-	Evidenciar mediante comprovação documental física ou eletrônico da existência do projeto	PREG	ASSINTER	-
03	Institucionalizar **até 2024** oferta anual de curso em período de férias em língua estrangeira (francês / inglês): nível básico e intermediário	Não há oferta regular de cursos	Publicar projeto com calendário anual de cursos em língua estrangeria	*	Publicar projeto com calendário anual dos cursos ofertados	*	*	*	Evidenciar mediante documentação da existência de turmas	PREG	ASSINTER	-

08	TEMA ESTRATÉGICO	INTERNACIONALIZAÇÃO OPORTUNIZAR A INTERNACIONALIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA										
04	OBJETIVO	DESENVOLVER PROJETOS DE EXTENSÃO RELACIONADOS À CULTURA ESTRANGEIRA										
	UNIDADE DEMANDADA	PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA										
	META(S)	SITUAÇÃO							MÉTRICA DE AVALIAÇÃO	UR	UA	UI
		Atual	Final	ACOMPANHAMENTOS								
				2020	2021	2022	2023	2024				
01	Elaborar **1(um)** plano de internacionalização das ações de extensão	Não há projeto	Plano publicado e sendo executado	*	Projeto publicado e sendo executado	*	*	*	Evidenciar mediante documento comprobatório a existência do plano e ações desenvolvidas	PREXC	ASSINTER	- -
02	Desenvolver**, pelo menos, 1(um)** programa/projeto de extensão por ano de cultura estrangeira a partir de **2021**;	Não há programa/projeto de extensão em cultura estrangeira	Publicar Programa/ Projeto anual	Publicar Projeto/ Programa	Executar projeto	Executar projeto	Executar projeto	Executar projeto	Evidenciar mediante documento comprobatório da existência do projeto	PREXC	ASSINTER	-
03	Ofertar **por ano** pelo menos **1(um)** curso de extensão em língua estrangeira anualmente	Não há oferta de cursos	5	1	1	1	1	1	Evidenciar mediante documento comprobatório a existência do curso.	PREXC	ASSINTER	-
04	Publicar no mínimo **2(dois) editais** para desenvolver ações de extensão em outros países.	0	2	*	1	*	*	1	Evidenciar mediante documento comprobatório a existência do edital	PREXC	ASSINTER	-
05	Criar **1(um)** programa de extensão envolvendo outros países com ações integradas para a	Não há programa	Programa publicado	*	Programa publicado	*	*	*	Evidenciar mediante documento comprobatório	PREXC	ASSINTER	-

	promoção dos ODS e a inclusão social											
06	Estabelecer **1(uma) parceria** ou convênio com instituições estrangeiras anualmente para o desenvolvimento de ações de extensão	Não há parceria	5	1	1	1	1	1	Evidenciar mediante documento comprobatório	PREXC	ASSINTER	-

08	**TEMA ESTRATÉGICO**	**INTERNACIONALIZAÇÃO**
		OPORTUNIZAR A INTERNACIONALIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA
05	**OBJETIVO**	AUMENTAR A INSERÇÃO CIENTÍFICA INTERNACIONAL DA INSTITUIÇÃO ATRAVÉS DA EXPLORAÇÃO DE CONVÊNIOS E PARCERIAS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL ESTRATÉGICOS À INSTITUIÇÃO
	UNIDADE DEMANDADA	**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO**

	META(S)	**SITUAÇÃO**							**MÉTRICA DE AVALIAÇÃO**	**UR**	**UA**	**UI**
		Atual	**Final**	**ACOMPANHAMENTO**								
				2020	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**				
01	**Ampliar número** de afastamento para pós-doutorado no exterior para no mínimo **25% do quadro de docentes**.	20%	25%	21%	22%	23%	24%	25%	**Cálculo para diagnóstico anual**: Total de pós-doutorado enviado para o exterior no ano de diagnóstico.	PROPESQI	ASSINTER	-
02	**Melhorar em 28 posições nos Ranking** Internacionalização Universitário Folha (RUF) e/ou congêneres.	118	90	117	113	108	100	90	**Cálculo para diagnóstico anual**: Posição da UFPI no ranking internacional no RUF no ano de diagnóstico.	PROPESQI	ASSINTER	-
03	**Aumentar o número de artigos** internacionais que citam artigos publicados por pesquisadores vinculados à **UFPI em 9%**	66%	75%	68%	70%	72%	74%	75%	**Cálculo para diagnóstico anual:** Percentual de artigos citados por ano.	PROPESQI	ASSINTER	-
04	**Aumentar o número publicações** em parceria com pesquisadores **estrangeiros em 100%**	395	790	14,87%	14,87%	14,87%	14,87%	14,87%	**Cálculo para diagnóstico anual:** Percentual de aumento de publicações em relação ao ano anterior.	PROPESQI	ASSINTER	-

08	TEMA ESTRATÉGICO	INTERNACIONALIZAÇÃO OPORTUNIZAR A INTERNACIONALIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA
06	OBJETIVO	CRIAR OPORTUNIDADES DE COOPERAÇÃO COM INSTITUIÇÕES ESTRANGEIRAS, ENVOLVENDO DOCENTES E DISCENTES, POR MEIO DE INTERCÂMBIOS, ACREDITAÇÃO E/OU OFERTA DE DISCIPLINAS EM LÍNGUA ESTRANGEIRA, PUBLICAÇÕES, COLABORAÇÃO E PARCERIAS EM PROJETOS DE PESQUISA, DE MODO A FAVORECER O ENRIQUECIMENTO CIENTÍFICO-CULTURAL E A FORMAÇÃO GLOBAL DOS ALUNOS
	UNIDADE DEMANDADA	PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

	META(S)	SITUAÇÃO							MÉTRICA DE AVALIAÇÃO	UR	UA	UI
		Atual	Final	ACOMPANHAMENTO								
				2020	2021	2022	2023	2024				
01	Ofertar pelo menos **01 disciplina** de língua estrangeira **em 50% dos programas *stricto sensu***	0	24	2	5	6	6	5	Quantidade de cursos com disciplina em língua estrangeira >= 50% dos Cursos. Total de cursos 48	PRPG	ASSINTER	-

08	TEMA ESTRATÉGICO	INTERNACIONALIZAÇÃO OPORTUNIZAR A INTERNACIONALIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA
07	OBJETIVO	PROPOR AÇÕES ESTRATÉGICAS DE FOMENTO À INTERNACIONALIZAÇÃO INSTITUCIONAL
	UNIDADE DEMANDADA	ASSESSORIA INTERNACIONAL

	META(S)	SITUAÇÃO							MÉTRICA DE AVALIAÇÃO	UR	UA	UI
		Atual	Final	ACOMPANHAMENTO								
				2020	2021	2022	2023	2024				
01	**Criar Comitê** de Internacionalização da **UFPI**	Não existe comitê	Comitê formalizado e publicado	Comitê formalizado e publicado	*	*	*	*	Evidenciar mediante publicação da portaria	ASSINTER	-	-

Tabela 29 – Tema Estratégico **INFRAESTRUTURA**, objetivos, metas e forma de acompanhamento

09	**TEMA ESTRATÉGICO**	**INFRAESTRUTURA**										
		PROMOVER MELHORIAS NA INFRAESTRUTURA FÍSICA										
01	**OBJETIVO**	PROVER E GERIR OS PROJETOS DE AMPLIAÇÃO DE ÁREA CONSTRUÍDA DA UFPI										
	UNIDADE DEMANDADA	**PREFEITURA UNIVERSITÁRIA**										
META(S)		**SITUAÇÃO**							**MÉTRICA DE AVALIAÇÃO**	**UR**	**UA**	**UI**
		Atual	**Final**	**ACOMPANHAMENTO**								
				2020	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**				
01	**Prover e gerir 40%** dos projetos de edificações, reformas, adaptações e ampliações da **UFPI até 2024**	*	40¨%	15%	20%	25%	30%	40%	Projeto atendido (n. de projetos) / Projeto demandado (n. de projetos)	PREUNI	-	-
02	**Prover e gerir 100% da contratação / licitação** de obras e serviços de engenharia de interesse da UFPI, de acordo com a demanda durante os **exercícios de 2020-2024**	*	100%	100%	100%	100%	100%	100%	Obras e serviços licitados/ obras e serviços liberados para licitar	PREUNI	-	-
03	**Prover 75%** da manutenção predial das edificações da **UFPI até 2024**	30%	75%	35%	45%	55%	65%	75%	Infraestrutura com manutenção (m²) / Infraestrutura existente (m²)	PREUNI	-	-
04	**Gerir 100%** da manutenção predial das edificações da **UFPI até 2024**	30%	100%	35%	50%	70%	90%	100%	Campus atendido/ Campus existente	PREUNI	-	-
05	**Atender no mínimo 80%** as demandas de edificações/reformas/ampliações especificas no PDI	*	80%	*	10%	30%	60%	80%	Total de demandas atendidas/ total de demandas registradas	PREUNI	-	-
06	**Implantar a** infraestrutura física definitiva da PREUNI, **em uma única sede, até 2024**	0%	100%	*	*	*	*	100%	Infraestrutura necessária/ infraestrutura pretendida	PREUNI	-	-
07	**Construir o prédio** definitivo do Centro de Educação Aberta e a **Distância – CEAD até 2024**	Prédio antigo com estrutura física inadequada	Prédio novo inaugurado	*	*	*	*	Prédio novo inaugurado	Evidenciar mediante registro do prédio inaugurado	PREUNI	-	CEAD

09	TEMA ESTRATÉGICO	INFRAESTRUTURA
		PROMOVER MELHORIAS NA INFRAESTRUTURA FÍSICA
02	OBJETIVO	PROVER E GERIR A GESTÃO AMBIENTAL E SEGURANÇA DA UFPI
	UNIDADE DEMANDADA	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

	META(S)	SITUAÇÃO							MÉTRICA DE AVALIAÇÃO	UR	UA	UI
		Atual	Final	ACOMPANHAMENTO								
				2020	2021	2022	2023	2024				
01	**Melhorar em 10%** a segurança pessoal e patrimonial da **UFPI até 2024**	X	10%	Diagnosticar (X)	3%	6%	8%	10%	Demandas atendidas no ano/ demandas atendidas no ano anterior	PREUNI	-	-
02	**Implantar projeto/programa** de gestão ambiental da **UFPI até 2024**	Não há projeto	Projeto/ Programa implementado e executado	Levantamento das demandas	Projeto/ Programa implementado	Projeto/ Programa implementado e executado	Projeto/ Programa implementado e executado	Projeto/ Programa implementado e executado	Evidenciar mediante registro documental da efetividade do projeto	PREUNI	-	-
03	**Adaptar e regularizar 100%** das edificações existentes para as normas de combate a **incêndio e pânico nos Campi**	20%	100%	20%	25%	50%	75%	100%	Demandas atendidas/ Demandas identificadas	PREUNI	-	-
04	Implantar sistema contra incêndio na BCCB	Não temos sistema contra incêndio	Sistema implantado	Elaborar demanda	Licitar projeto	Sistema implantado	*	*	Evidenciar mediante registro de equipamentos	PREUNI	BCCB	BCCB

05	Ampliar Circuito Fechado de TV	Cobertura apenas no rol de entrada	Cobertura no acervo, áreas de estudo	Elaborar projeto	Licitar projeto	Cobertura no acervo	Cobertura no acervo, áreas de estudo	*	Evidenciar mediante registro de equipamentos	STI	BCCB	BCCB

09	**TEMA ESTRATÉGICO**	**INFRAESTRUTURA**
		PROMOVER MELHORIAS NA INFRAESTRUTURA FÍSICA
03	**OBJETIVO**	DESENVOLVER, IMPLANTAR E EXECUTAR PROJETO INSTITUCIONAL DE EFICIENCIA ENERGÉTICA
	UNIDADE DEMANDADA	**PREFEITURA UNIVERSITÁRIA**

	META(S)	**SITUAÇÃO**							**MÉTRICA DE AVALIAÇÃO**	**UR**	**UA**	**UI**
		Atual	**Final**	**ACOMPANHAMENTO**								
				2020	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**				
01	**Elaborar, executar e acompanhar** projeto de **eficiência energética**	Não há	Projeto elaborado e em execução	Levantamento nas unidades	Projeto elaborado e em execução	*	*	*	Evidenciar mediante registro documento	PREUNI	-	-
02	**Elaborar** diagnóstico da situação atual até **2021** para implantação de **projeto de energia solar na UFPI**	*	Projeto elaborado	*	Projeto elaborado	*	*	*	Evidenciar mediante publicidade em sítio eletrônico do diagnostico	PREUNI	-	-
03	**Avaliar** até **2022** as soluções a serem adotada de **energia solar**	*	Avaliação concluída	*	*	Avaliação concluída	*	*	Evidenciar mediante publicidade em sítio eletrônico do diagnostico	PREUNI	-	-
04	**Implantar 40%** do projeto de energia solar institucional até **2024**	*	40%	*	*	*	20%	40%	Evidenciar mediante publicidade em sítio eletrônico do diagnostico	PREUNI	-	-
05	**Instrumentar 20%** do processo de para aquisição de paneis de energia solar até **2024**	*	20%	*	*	*	*	20%	Evidenciar mediante publicidade em sítio eletrônico do diagnostico	PREUNI	-	

09	TEMA ESTRATÉGICO	INFRAESTRUTURA
		PROMOVER MELHORIAS NA INFRAESTRUTURA FÍSICA
04	OBJETIVO	PROJETAR INFRAESTRUTURA PREDIAL E VIÁRIA VOLTADA À ACESSIBILIDADE
	UNIDADE DEMANDADA	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

	META(S)	SITUAÇÃO							MÉTRICA DE AVALIAÇÃO	UR	UA	UI
		Atual	Final	ACOMPANHAMENTO								
				2020	2021	2022	2023	2024				
01	**Projetar infraestrutura** predial voltada à acessibilidade de **50% das edificações da UFPI até 2024**	10%	50%	15%	25%	35%	45%	50%	Projetos adaptados/ Prédios existentes sem acessibilidade	PREUNI	-	PRAEC
02	**Projetar infraestrutura viária** (incluindo calçadas) voltada à acessibilidade de **20% das instalações da UFPI até 2024**	5%	20%	5%	10%	15%	20%	25%	Projetados adaptados/ Infraestrutura existente sem acessibilidade	PREUNI	-	PRAEC
03	**Manter 100%** a infraestrutura predial voltada à acessibilidade de todas as **edificações existente na UFPI**	0%	100%	10%	30%	50%	75%	100%	Prédios mantida/ Prédios providos de acessibilidade	PREUNI	-	PRAEC
04	**Manter infraestrutura viária** (incluindo calçadas) voltada à acessibilidade de **50% das instalações da UFPI**	0%	50%	10%	20%	30%	40%	50%	Infraestrutura mantida (m²) / Infraestrutura existente (m²)	PREUNI	-	PRAEC
05	**Manter e prover a acessibilidade em 100% da frota** capaz de atender as pessoas com deficiência e mobilidade **reduzida até 2024**	40%	100%	40%	40%	40%	40%	100%	N. de transportes adaptados/ n. de transportes acessíveis demandados	PREUNI	-	PRAEC
06	**Elaborar e executar projeto de acessibilidade na** quanto à sua edificação, mobiliário, espaços e equipamentos **urbanos (NBR 9050)**	Não há projeto	Projeto elaborado e executado	*	Elaborar projeto	*	Projeto executado	*	Evidenciar mediante registro de execução do projeto	PREUNI	BCCB	BCCB

09	TEMA ESTRATÉGICO	INFRAESTRUTURA PROMOVER MELHORIAS NA INFRAESTRUTURA FÍSICA
05	OBJETIVO	ELABORAR PLANOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA
	UNIDADE DEMANDADA	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

	META(S)	SITUAÇÃO							MÉTRICA DE AVALIAÇÃO	UR	UA	UI
		Atual	Final	ACOMPANHAMENTO								
				2020	2021	2022	2023	2024				
01	**Elaborar planos de manutenção preventiva** de todos os serviços/demandas inerentes à Coordenação de Manutenção **Patrimonial até 2024**	10%	100%	20%	40%	60%	80%	100%	Planos elaborados/ planos demandados	PREUNI	-	-
02	**Registrar planos de manutenção preventiva de 75%** dos serviços/demandas inerentes à Coordenação de **Manutenção Patrimonial até 2024**	0%	75%	10%	30%	40%	50%	75%	Planos registrados/ planos demandados	PREUNI	-	-
03	**Implantar planos de manutenção preventiva de 50%** dos serviços/demandas inerentes à Coordenação de **Manutenção Patrimonial até 2024**	0%	50%	*	10%	30%	40%	50%	Planos implantados/ planos demandados	PREUNI	-	-

09	TEMA ESTRATÉGICO	INFRAESTRUTURA PROMOVER MELHORIAS NA INFRAESTRUTURA FÍSICA
06	OBJETIVO	ATENDER AS SOLICITAÇÕE DE MELHORIAS E AMPLIAÇÃO DE INFRAESTURA FÍSICA, ELETRICA, ÁGUA E ESGOSTO
	UNIDADE DEMANDADA	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA

	META(S)	SITUAÇÃO							MÉTRICA DE AVALIAÇÃO	UR	UA	UI
		Atual	Final	ACOMPANHAMENTO								
				2020	2021	2022	2023	2024				
01	**Atender 80%** da demanda por melhorias nos sistemas de drenagem dos **Campi até 2024**	10%	80%	20%	40%	60%	70%	80%	Evidenciar mediante registro documental. Demandas atendidas / Demandas identificadas	PREUNI	-	-
02	**Atender 90%** da demanda por melhorias nos sistemas de coleta e tratamento de **esgoto dos Campi até 2024**	30%	90%	40%	60%	70%	80%	90%	Evidenciar mediante registro documental. Demandas atendidas/ Demandas identificadas	PREUNI	-	-
03	**Atender 100%** da demanda por melhorias nos sistemas de abastecimento de **água dos Campi até 2024**	70%	100%	*	75%	80%	85%	100%	Evidenciar mediante registro documental. Demandas atendidas/ Demandas identificadas	PREUNI	-	-
04	**Atender 50%** da demanda por melhorias nos sistemas de fornecimento de energia dos **Campi até 2024**	5%	50%	10%	20%	30%	40%	50%	Evidenciar mediante registro documental. Demandas atendidas/ Demandas identificadas	PREUNI	-	
05	**Atender 30%** da demanda por melhorias nos sistemas de iluminação dos **Campi até 2024**	2%	30%	5%	10%	15%	20%	30%	Evidenciar mediante registro documental. Demandas atendidas/ Demandas identificadas	PREUNI	-	
06	**Implantar 100%** da demanda por sistemas de tratamento e controle da **qualidade de água nos Campi até 2024**	0%	100%	*	25%	50%	75%	100%	Evidenciar mediante registro documental. Demandas atendidas/ Demandas identificadas	PREUNI	-	
07	**Atender 80%** da demanda por recuperação e ampliação **do sistema viário dos Campi até 2024**	60%	80%	*	65%	70%	75%	80%	Evidenciar mediante registro documental.	PREUNI	-	

									Demandas atendidas/ Demandas identificadas			

09	TEMA ESTRATÉGICO	INFRAESTRUTURA PROMOVER MELHORIAS NA INFRAESTRUTURA FÍSICA										
07	OBJETIVO	EXECUTAR MELHORIAS DE INFRAESTRUTURA PREDIAL										
	UNIDADE DEMANDADA	PREFEITURA UNIVERSITÁRIA										
	META(S)	SITUAÇÃO							MÉTRICA DE AVALIAÇÃO	UR	UA	UI
		Atual	Final	ACOMPANHAMENTO								
				2020	2021	2022	2023	2024				
01	**Instalar placas e faixas de sinalização** no estacionamento da biblioteca, bem como arborizar o espaço e melhorar a iluminação **interna e externa na biblioteca**	Não há sinalização	Placa e faixas de sinalização instaladas	Elaborar projeto	Executar projeto	*	*	*	Placa e faixas de sinalização instaladas	PREUNI	BCCB	BCCB
02	**Construir** a biblioteca setorial do **Centro de Tecnologia**	Não há biblioteca	Biblioteca construída	*	Elaborar projeto	Biblioteca construída	*	*	Evidenciar mediante registro do espaço da biblioteca	PREUNI	BCCB	CT
03	**Trocar ou prover** melhorias estruturai no teto da **BCCB**	*	Realização de melhorias	*	Elaborar projeto	*	Melhorias realizadas	*	Evidenciar mediante execução das obras	PREUNI	PROPLAN	BCCB
04	**Construir na rádio universitária** espaço para guardar material de consumo e uma **sala para reuniões**	Não existe	Espaço construído	*	*	Elaborar projeto	Espaço construído	*	Evidenciar mediante execução das obras	PREUNI	PROPLAN	SCS

05	**Reformar e ampliar** em no mínimo **30%** o espaço utilizado pela Livraria **Universitária da UFPI**	*	Reforma e ampliação realizadas	*	*	Elaborar projeto	*	Reforma e ampliação realizadas	Evidenciar mediante execução das obras	PREUNI	PROPLAN	SCS
06	Reformar as atuais dependências da SCS para atender adequadamente especificidades das atividades do setor	*	Espaço reformado	*	*	Elaborar projeto	Espaço reformado	*	Evidenciar mediante execução das obras	PREUNI	PROPLAN	SCS
07	**Construir ou reformar um espaço existente para funcionar como centro de saúde** integrado e multiprofissional para oferta de serviços à comunidade e realização de **pesquisas clínicas**	*	Espaço construído ou reformado	*	Elaborar projeto	*	*	Espaço construído ou reformado	Evidenciar mediante construção do espaço	PREUNI	PROPLAN	CSS
08	**Construir ou reformar espaço existente** para funcionar como laboratório multiusuário para biotecnologia, genômica **e registros de sinais biológicos**	*	Espaço construído ou reformado	*	Elaborar projeto	*	*	Espaço construído ou reformado	Evidenciar mediante construção do espaço	PREUNI	PROPLAN	CSS

Tabela 30 – Tema Estratégico **ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**, objetivos, metas e forma de acompanhamento

10	TEMA ESTRATÉGICO	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL FORTALECER OS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL										
01	OBJETIVO	FORTALECER OS PROGRAMAS DE AÇÃO AFIRMATIVA VOLTADOS PARA IGUALDADE SOCIAL, RACIAL E DIVERSIDADE CULTURAL										
	UNIDADE DEMANDANTE	PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO										
	META(S)	SITUAÇÃO							MÉTRICA DE AVALIAÇÃO	UR	UA	UI
		Atual	Final	ACOMPANHAMENO								
				2020	2021	2022	2023	2024				
01	**Instituir medidas corretivas para segurar** a ocupação de 100% das vagas destinadas a política de ações afirmativas por discentes que se enquadram **nos critérios exigidos.**	80%	100%	Escrever regramento	Publicar regramento	*	*	*	Evidência da publicação do regramento com maior rigor para validação dos candidatos aprovados nas vagas destinadas a ações afirmativas	PREG	-	-

10	TEMA ESTRATÉGICO	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL FORTALECER OS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL										
02	OBJETIVO	AMPLIAR AS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E DOS SERVIÇOS PRESTADOS AOS DISCENTES										
	UNIDADE DEMANDADA	PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIO										
	META(S)	SITUAÇÃO							MÉTRICA DE AVALIAÇÃO	UR	UA	UI
		Atual	Final	ACOMPANHAMENTO								
				2020	2021	2022	2023	2024				
01	**Ampliar** o número de **bolsas em 40%**	2500 bolsas	3500 bolsas	2600	2800	3000	3200	3500	Total de bolsas mais 40%	PRAEC	PROPLAN	-

02	**Consolidar e manter o atendimento de 100%** dos alunos que se inscreverem para a aquisição do **kit odontológico**	60 kits	100 kits	70 kits	80 kits	90 kits	95 kits	100 kits	Total de bolsas inicial mais 40 bolsas ao final do quinto ano	PRAEC	-	-
03	**Reajustar valor** das bolsas de assistência estudantil em **50%**	R$400,00	R$600,00	*	R$450,00	R$500,00	*	R$600,00	Valor em 2024 igual ou maior que R$600,00	PRAEC	PROPLAN	-
04	**Ampliar o número** de meses de bolsas para **48 meses**	24 meses	48 meses	*	36 meses	*	48 meses	*	Quantidade de meses o dobro do valor inicial	PRAEC	PROPLAN	-
05	**Realizar (ou fomentar), no mínimo, 12 Projetos anuais** voltados para igualdade **social, racial e diversidade cultural, preferencialmente sendo um por campus**	5 projetos	12 projetos	3	6	9	11	12	Total de projetos realizados por ano	PRAEC	-	-
06	Ampliar o número de bolsas **BINCS e BINCS-ES em** 200% até 2024	47 bolsas	150 bolsas	60 bolsas	80 bolsas	100 bolsas	120 bolsas	150 bolsas	Total de bolsas anuais	PRAEC	PROPLAN	-
07	Estruturar a articulação da rede de saúde mental **na assistência estudantil, integrando serviços intra e extra** institucionais.	Profissionais conhecem a rede, mas não existe registro formal documentado	Rede de saúde mental na assistência estudantil mapeada e documentada (disponibilizar online)	Rede de saúde mental na assistência estudantil mapeada e documentada (disponibilizar online)	Rede de saúde mental na assistência estudantil mapeada e documentada (disponibilizar online)	Rede de saúde mental na assistência estudantil mapeada e documentada (disponibilizar online)	Rede de saúde mental na assistência estudantil mapeada e documentada (disponibi-lizar online)	Rede de saúde mental na assistência estudantil mapeada e documentada (disponibi-lizar online)	Evidenciar mediante registro de beneficiários	PRAEC	-	-

08	**Ampliar** em 100% o número de **psicólogos**	7	14	*	9	11	13	14	número atual (em 2019) + 100%	SRH	-	PRAEC
09	Aperfeiçoar o sistema **de informática da Assistência Estudantil (SINAE) para as** demandas do NAU	Atualmente permite control e básico de benificiários	Aperfeiçoar sistema com sistema com funcionalidade e requisitadas pela equipe da PRAEC	Levantamento de requisitos e desenvol-vimento	Implantação de novas funcionalidade	Levantamento de requisitos desenvol-vimento	Implantação de novas funciona-lidade	*	Evidenciar mediante registro das novas funcionalidades disponibilizadas	STI	PRAEC	PRAEC
10	**Ampliar e Criar** nos campi onde não existe os serviços de assistência estudantil formada por equipes composta pelos seguintes profissionais: **odontólogo, assistente social, psicólogo, pedagogo, médico, enfermeiro, fonoaudiólogo, técnicos em saúde, nutricionista, educador físico, etc.)**	0 equipe	4 equipes, sendo uma por campus	*	1º equipe	2º equipe	3º equipe	4º equipe	Total de equipes formada por ano	PRAEC	SRH	-

10	TEMA ESTRATÉGICO	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
		FORTALECER OS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
03	OBJETIVO	ESTIMULAR AÇÕES DE APOIO A PERMANÊNCIA DE ALUNOS DE BAIXA RENDA
	UNIDADE DEMANDANTE	PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIO

	META(S)	SITUAÇÃO							MÉTRICA DE AVALIAÇÃO	UR	UA	UI
		Atual	Final	2020	2021	2022	2023	2024				
01	**Desenvolver a partir de 2024** no mínimo **8 ações** coletivas em saúde mental de **natureza preventiva**	2 ações	8 ações	3 ações	5 ações	6 ações	7 ações	8 ações	Evidenciar media documento comprobatório das ações realizadas anualmente	PRAEC	-	-
02	**Ampliar** o número de atendimentos **odontológicos anuais em 50%**	2000 atendimentos	3000 atendimentos	2200	2400	2600	2800	3000	Total de atendimentos anuais	PRAEC	-	-
03	**A segurar que 100%** de alunos beneficiários participem de **ações como rodas de conversas**, ciclo de palestras mensais e outros eventos voltadas a fortalecer o apoio **aos alunos beneficiários**	Não há registro	100%	40%	50%	50%	70%	100%	Evidenciar mediante registro da relação do total de alunos que envolvido em ações por total de alunos beneficiados	PRAEC	-	-
04	**Firmar parceria** mediante convênio ou instrumento congênere com **Secretaria municipal de Saúde**	Não existe convênio	Convênio firmado	*	Convênio firmado	*	*	*	Evidenciar mediante registro documental do convênio	PRAEC	PROPLAN	-
05	Promover no **mínimo 1(um) evento anual em cada campus de integração entre a** ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL **e** as PRÓ-	0	4, sendo um evento por campus	4	4	4	4	4	Registrar eventos com fotos, folders e etc.	PRAEC	UNIDADES ACADÊMICAS	-

	REITORIAS fins (extensão, pesquisa e ensino)											
06	**Criar e publicar** anualmente Revista Eletrônica da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil **(Praec)/ Núcleos de Assistência Estudantil (NAEs)**	Não existe revista/publicação científica padronizada	Publicação anual da revista eletrônica da Assistência Estudantil	Publicar revista	Publicar revista	Publicar revista	Publicar revista	Publicar revista	Evidenciar mediante registro eletrônico ou publicitário via portal eletrônico da UFPI	PRAEC	SCS	-

10	**TEMA ESTRATÉGICO**	**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**										
		FORTALECER OS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL										
04	**OBJETIVO**	PROMOVER PROJETOS DE ASSISTÊNCIA MORADIA, ALIMENTAÇÃO E TRANSPORTE										
	UNIDADE DEMANDADA	**PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIO**										
META(S)		**SITUAÇÃO**							**MÉTRICA DE AVALIAÇÃO**	**UR**	**UA**	**UI**
		Atual	**Final**	**ACOMPANHAMENTO**								
				2020	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**				
01	**Ampliar em 300%** o número de vagas para o benefício pecuniário **Auxílio Residência**	95 bolsas	380 bolsas	120	200	250	300	380	Total **Atual (2019)** + 300%	PRAEC	PROPLAN	-
02	**Melhorar** a infraestrutura de bens permanentes das Residências Universitárias de **todos os campi**	Equipamentos e mobiliários velhos e insuficientes	Residências com equipamentos e mobiliários novos e suficientes para atendimento	Planejamento, análises e levantamento das necessidades	Elaboração dos Termos de Referências para licitação	Aquisição	Aquisição	*	Evidenciar mediamente registro documental análise das necessidades, termo de referência, nota de	PRAD	PRAEC	PRAEC

			dos beneficiários						empenho e nota fiscal			
03	**Construir 1(uma)** residência universitária para os alunos da UFPI no **campus CAFS**	Residência compartilhada entre colégio técnico e ensino superior	Residência Universitária construída no CAFS	Planejamento, análises, elaboração de projeto, dotação orçamentária etc.	Elaboração do Termo de Referência	Realização do processo licitatório	Início da construção	Fim da construção	Evidenciar mediante registro da inauguração do prédio em FLORIANO	PREUNI	PROPLAN	PRAEC
04	**Reformar as 5(cinco)** unidades residências universitário existentes atualmente na **UFPI**	Residências com necessidade de reformas e ajustes	Residências do Estudante Universitário de todos os campi reformadas	Planejamento, análises, elaboração de projeto, dotação orçamentária etc.	Elaboração do Termo de Referência e licitação	Reforma da unidade Picos	Reforma da unidade Floriano	Reforma das 3 unidades de Teresina	Evidenciar mediante registro da inauguração do prédio em FLORIANO	PREUNI	PROPLAN	PRAEC
05	**Construção mais 1(um)Restaurante Universitário** em Teresina (administração, armazenamento, produção **e distribuição de refeições)**	0	Restaurante construído	Planejamento, análises, elaboração de projeto, dotação orçamentária etc.	Elaboração do Termo de Referência e licitação	Início da construção	Andamento da construção	conclusão da construção	Evidenciar mediante inauguração do RU	PREUNI	PROPLAN	PRAEC
06	**Reforma das 6 (Seis)** cozinhas e refeitório dos **Restaurante Universitário**	0	6 Unidades restauradas	Planejamento, análises, elaboração de projeto, dotação orçamentária etc.	Elaboração do Termo de Referência e licitação	Início das reformas	Andamento das reformas	Fim das reformas	Evidenciar mediante registro das reformas	PREUNI	PROPLAN	PRAEC

07	**Implantar até 2024 transporte acessível** para circulação no Campus Ministro Petrônio Portella	0	Não existe transporte acessível	Ter pelo menos 01 transporte acessível	*	Ter transporte acessível	*	*	Evidenciar mediante registro documental	PREUNI	-	PRAEC
08	**Implantar sistema de controle** eletrônico de venda de ticket refeição e acesso aos Restaurantes **Universitários por biometria**	Não existe	Sistema implantado	*	Elaborar projeto	Sistema implantado no campus CMPP	Sistema implantado nos demais campi	*	Evidenciar mediante implantação do sistema	STI	PRAEC	PRAEC

10	TEMA ESTRATÉGICO	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
		FORTALECER OS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
05	OBJETIVO	PROMOVER O ACOMPANHAMENTO DO RENDIMENTO ACADÊMICO E DOS FATORES QUE IMPACTAM NO ÍNDICE DE EVASÃO DOS ESTUDANTES BENEFICIÁRIOS
	UNIDADE DEMANDADA	PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIO

META(S)		SITUAÇÃO							MÉTRICA DE AVALIAÇÃO	UR	UA	UI
		Atual	Final	ACOMPANHAMENTO								
				2020	2021	2022	2023	2024				
01	**Diagnosticar 100%** dos estudantes com baixo rendimento para detectar **problemas emergentes**.	85% dos alunos beneficiários são identificados	Identificar 100% dos alunos de baixa renda	Escrever projeto com a identificação de etapas e ações a serem desenvolvidas	Acompanhar 100% dos discentes	Acompanhar 100% dos discentes	Acompanhar 100% dos discentes	Acompanhar 100% dos discentes	Número de alunos acompanhados/ número de alunos com baixo rendimento	PRAEC	STI	-
02	**Implantar sistema** eletrônico de acompanhamento pedagógico dos **alunos beneficiários**	Não existe sistema	Sistema implantado	Levantamento de requisitos	Desenvolvimento do sistema	Sistema implantado	Sistema em uso	*	Evidenciar mediante utilização do sistema	STI	PRAEC	PRAEC
03	**Desenvolver ações** coletivas sobre aprendizagem e **métodos de estudo**.	Poucas atividades/ ações desenvolvidas anualmente	Calendário de ações/atividades previstas e realizadas anualmente	Planejamento e reuniões de estruturação das ações e atividades	Calendário de ações previstas e realizadas anualmente	Calendário de ações previstas e realizadas anualmente	Calendário de ações previstas e realizadas anualmente	Calendário de ações previstas e realizadas anualmente	Evidenciar mediante registro documental das atividades desenvolvidas	PRAEC	-	-

04	**Institucionalizar práticas para análise e monitoramento** dos fatores que contribuem para os índices de evasão, repetência e promover ações que possibilitem a **redução de alunos evadidos**	Acompanhamento realizado por indicadores finais (se sabe o quantitativo)	Projeto CONTINUO de redução de alunos evadidos implantado	Escrever projeto com a identificação de etapas e ações a serem desenvolvidas	Projeto CONTINUO de redução de alunos evadidos implantado	*	*	*	Evidenciar mediante registro das ações desenvolvidas	PRAEC	STI	PREG
05	**Implementar o Programa Observatório** Estudantil com a finalidade de Desenvolver Pesquisas sobre os estudantes atendidos pela **PRAEC/NAEs**	Não existe	Observatório da Assistência Estudantil disponível online	Planejamento e reuniões de estruturação das variáveis, ações e atividades	Planejamento e reuniões de estruturação das variáveis, ações e atividades	Protótipo do Observatório da AE implantado	Observatório da Assistência Estudantil disponível online	*	Evidenciar mediante registro documental	PRAEC	-	-
06	**Garantir anualmente** que no mínimo **90%** alunos beneficiário **conclui o curso**	*	90%	*	90%	90%	90%	90%	Total de alunos com matricula cancelada/ Total de alunos beneficiado	PRAEC	-	PREG

07	**Identificar 100%** os discentes beneficiários mediante ADIÇÃO no banco de dados SIGAA no cadastro de discente a informação que ALUNO BENIFICIÁRIO e o período de **VIGÊNCIA DO BENEFÍCIO**	0%	100% identificados	100% identificados	*	*	*	*	Registro mediante relatório extraído do banco de dados do SIGAA	STI	PRAEC	PRAEC

10	**TEMA ESTRATÉGICO**	**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL**										
		FORTALECER OS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL										
06	**OBJETIVO**	FORTALECER O ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO, SOCIAL E PSICOLÓGICO DOS ESTUDANTES PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL (DEFICIENTES, PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA, E ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO)										
	UNIDADE DEMANDADA	**PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIO**										
META(S)		**SITUAÇÃO**							**MÉTRICA DE AVALIAÇÃO**	**UR**	**UA**	**UI**
		Atual	**Final**	**ACOMPANHAMENTO**								
				2020	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**				
01	**Implantar Núcleos de Acessibilidade** em 100% dos campi (Floriano, Picos, Bom Jesus)	1 NAU (CMPP)	4 NAUs (CMPP, CAFS, CSHNB)	*	2 NAUs	3 NAUs	4 NAUS	*	Total de NAUs existentes igual a 4	PRAEC	-	-

02	**Implantar computadores** com leitores e tecnologias assistivas nos laboratórios de **100% dos centros de ensino**	Não	100% dos laboratórios	*	20%	40%	60%	100%	Total de laboratório atendidos / Total de laboratórios	STI	PRAEC	PRAEC
03	**Criar laboratório para adaptação** de material no campus **Ministro Petrônio Portella**	Não existe	Laboratório Criado	*	*	*	Laboratório Criado	*	Evidenciar mediante registro o uso do laboratório	PRAEC	-	-
04	**Promover 1(um) Encontro anual** do público alvo da Educação **Especial da UFPI**	Não existe encontro	Encontro com o público alvo da EE realizado anualmente	Encontro com o público alvo da EE realizado anualmente	Encontro com o público alvo da EE realizado anualmente	Encontro com o público alvo da EE realizado anualmente	Encontro com o público alvo da EE realizado anualmente	Encontro com o público alvo da EE realizado anualmente	Registro documental do evento	PRAEC	SCS	-
05	**Institucionalizar e implementar Política de Saúde Mental** com calendário de eventos objetivando organizar a assistência às pessoas com necessidade de acompanhamento e cuidados **específicos em saúde mental**	Não existe política formalmente estabelecida (apesar de ter ações que são executadas)	Política de Saúde Mental da UFPI (criada e em vigor)	Política de Saúde Mental da UFPI (criada e em vigor) e calendário de eventos anuais	Evento realizado	Evento realizado	Evento realizado	Evento realizado	Evidenciar mediante registro documental de eventos	PRAEC	-	-

06	**Criar Comissão** Esperança Garcia em todos os campi da UFPI para desenvolver ações anuais (com **professores, técnicos e alunos)**	Atualmente só existem ações neste sentido no campus de Teresina	Comissão Esperança Garcia criada em todos os campi	Comissão Esperança Garcia criada em todos os campi com realizada de pelo menos 1 evento em cada campus.	Realização de eventos (4 eventos)	Realização de eventos (4 eventos)	Realização de eventos (4 eventos)	Realização de eventos (4 eventos)	Evidenciar mediante registro documental de eventos	PRAEC	-	-
07	**Desenvolver e estruturar protocolo de linha de cuidado** de assistência ao indivíduo suscetível ao suicídio em parcerias intra e **interinstitucionais**	Atualmente existe um protocolo adotado pelos profissionais, mas não está documentado institucionalmente	Protocolo de linha de cuidado de assistência ao indivíduo suscetível ao suicídio (criado, em vigor e disponível online)	Protocolo de linha de cuidado de assistência ao indivíduo suscetível ao suicídio (criado, em vigor e disponível online)	Protocolo de linha de cuidado de assistência ao indivíduo suscetível ao suicídio (criado, em vigor e disponível online)	Protocolo de linha de cuidado de assistência ao indivíduo suscetível ao suicídio (criado, em vigor e disponível online)	Protocolo de linha de cuidado de assistência ao indivíduo suscetível ao suicídio (criado, em vigor e disponível online)	Protocolo de linha de cuidado de assistência ao indivíduo suscetível ao suicídio (criado, em vigor e disponível online)	Evidenciar mediante registro documental	PRAEC	-	-

13.3 Monitoramento e avaliação do PDI 2020-2024

13.3.1 Monitoramento

Seguindo as boas práticas da metodologia de gestão de projetos, conforme definido no *Project Management Body of Knowledge* (PMBOK) (Figura 30), um projeto deve ter cinco etapas: Inicialização; Planejamento; Execução; Monitoramento e Controle; e Finalização. Assim, após aprovação e publicação do PDI, finaliza-se as fases de inicialização e planejamento, iniciando-se as etapas de execução, monitoramento e finalização. (Wikipedia, 2020)

Figura 30 – Grupos de processo PMBok

Fonte: Grando (2013).

Para acompanhar a execução do PDI será utilizado a ferramenta gerenciamento de projetos *Redmine*, que é um software livre utilizado mundialmente por companhias públicas e privadas no processos de gestão de projetos, sendo os resultados alcançado visualizados com a criação de painéis gerenciais via integração da base de dados do *Redmine* com *software* de *Businnes Inteligence* como o *Qlik Sense* e *Power BI*. (Wikipedia,2020)

Figura 31 – Softwares de acompanhamento do PDI

Fonte: REDMINE, QLIKSENSE, POWER BI

O monitoramento com a apresentação dos resultados alcançados do Plano de Desenvolvimento Institucional acontecerá anualmente, preferencialmente, mediante encontro presencial das comissões centrais, de planejamento e setoriais. O encontro deverá ter o formato de

seminário e ser realizado até o terceiro mês do ano corrente para avaliação dos resultados alcançados no ano anterior.

13.3.2 Avaliação PDI 2020-2024

O processo de avaliação dos resultados do PDI2020-2024 será quantificado em forma percentual de 0 a 100% e qualificado em escalas de satisfação péssimo, regular, bom, ótimo e excelente, conforme explicitado:

- **0% a 29%** – Péssimo;
- **30% a 69%** – Regular;
- **70% a 79%** – Bom;
- **80% a 89%** – Ótimo;
- **90 a 100%** – Excelente.

O PDI foi seccionado em eixos táticos, denominados temas estratégicos nas áreas de Ensino; Pesquisa; Extensão e Cultura; Gestão e Governança; Sustentabilidade; Gestão de Pessoas; Tecnologia e Comunicação; Infraestrutura; Internacionalização; e Assistência Estudantil, os quais a Administração Superior da UFPI deseja fortalecer no quinquênio 2020-2024.

Cada tema estratégico será composto por objetivos e, cada objetivo, por metas a serem alcançadas. Para quantificar percentualmente o resultado final do PDI 2020-2024, os temas estratégicos, objetivos e metas, serão quantificados utilizada a metodologia descrita a seguir.

Inicialmente para percentualizarmos os objetivos e metas será atribuído o valor de 100% a cada tema estratégico (*Txi*), sendo o percentual de cada objetivo (*Tyi*) a divisão aritmética do valor do tema estratégico pela quantidade de objetivos. Seguindo esse princípio o valor das metas (*Tzi*) será o percentual encontrado de cada objetivo divido pelo total de metas.

I. **Tema Estratégico (*Txi*) % = 100%**

II. **Objetivo (*Tyi*) % =** $\frac{\textbf{Percentual tema estratégico}}{\textbf{Quantidade de objetivos}}$

III. **Meta (*Tzi*) % =** $\frac{\boldsymbol{Percentualobjetivo}}{\boldsymbol{Quantidade\ de\ metas}}$

O resultado final do PDI 2020-2024 (*Tp*) será a soma aritmética do percentual alcançado individualmente por temas estratégicos divido por 10, sendo o valor final dos temas estratégicos (*Txf)* a soma aritmética dos resultados alcançados por objetivo e os objetivos (*Tyf*) a soma aritmética das metas (*Tzf*).

I. **PDI 2020-2024 (*Tp*)% =** $\frac{\sum \boldsymbol{Txf}}{\mathbf{10}}$

II. **Temas Estratégicos (*Txf*)% =** $\sum \mathbf{Tyi}$

III. **Objetivos (*Tyf*)% =** $\sum \mathbf{Tzf}$

IV. **Metas (*Tzf)*% =** $\sum \mathbf{Tzf}$

REFERÊNCIAS

BELLONI, Isaura. A função social da avaliação institucional. *In:* DIAS SOBRINHO, J.; RISTOFF, Dilvo (Orgs.). **Universidade desconstruída:** avaliação e resistências. Florianópolis: Insular, 2000, p.37-58.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996 . Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 18 jan. 2020.

BRASIL**. Decreto n° 3.860 de 09 de julho de 2001.** Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 10 jul. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3860.htm. Acesso em 18 jan. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 840 de 24 de agosto de 2018. Dispõe sobre os procedimentos de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 165, seção 1, p. 99-102, 27 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa n°23 de 21 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil***,* Brasília, DF, n. 245, seção 1, p. 35-40, 22 dez. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa n° 21 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, n. 246, p. 785, 26 dez. 2017. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/1284644/do1-2017-12-22-portaria-n-21-de-21-de-dezembro-de-2017-1284640-1284640. Acesso em: 28 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto n° 9.235 de 15 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Diário Oficial da União: seção 1, p. 2, 18 dez. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm. Acesso em 18 jan. 2020.

BRASIL. Lei n° 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil***,* Brasília, DF, n. 72, seção 1, p. 3-4, 15 jan. 2004a.

BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da educação superior. **SINAES – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior**: orientações gerais para o roteiro da autoavaliação das instituições. Brasília: INEP, 2004b.

BRASIL. **Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995.** Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 19257, 25 nov. 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9131.htm. Acesso em 18 jan. 2020.

BRASIL. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação**. 5. ed. ampl. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Nota técnica n° 065 de 9 de outubro de 2014 - INEP/DAES/CONAES. **Roteiro para Relatório de Autoavaliação Institucional.** Disponível em: http://www.ufrgs.br/sai/legislacao/arquivos/notatecnica65de2014.pdf. Acesso em: 18 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Nota Técnica nº 16/2017 - CGACGIES/DAES. **Novos Instrumentos de Avaliação Externa: Instrumento de Avaliação Institucional Externa – Presencial e à distância (IAIE); Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – Presencial e a Distância (IACG).** Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/legislacao_normas/2017/nota_tecnica_sei_inep_0126132.pdf. Acesso em: 18 jan. 2020.

BRASIL. Lei n° 11.788 de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 3-4, 26 set. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 17 fev. 2020.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 1, de 3 de julho de 2019.** Disciplina a utilização de recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência auditiva e visual na publicidade e nos pronunciamentos oficiais dos órgãos e das entidades do Poder Executivo Federal. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n 128, p. 1, 05 jul. 2019. Disponível em: http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-1-de-3-de-julho-de-2019-189612977. Acesso em: 20 fev. 2020.

BRASIL. **Lei n° 8.666 de 21 de junho de 1993.** Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm. Acesso em: 20 fev. 2020.

BRASIL. **Decreto n°8.359 de 08 de outubro de 2015.** Dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8539.htm. Acesso em: 20 fev. 2020.

GRANDO, Nei. **Gestão de projetos e ferramentas**. Palestra ministrada na Anhanguera SBC. 2013. Disponível em: https://pt.slideshare.net/neigrando/gesto-de-projetos-e-ferramentas. Acesso em: 07 mar. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA – IBGC. **O que é governança corporativa**. Disponível em: https://www.ibgc.org.br/conhecimento/governanca-corporativa. Acesso em: 10 fev. 2020.

POLIDORI, Marlis M.; MARINHO-ARAUJO, Claisy Maria; BARREYRO, Gladys. **SINAES**: Perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 14, n.53, p. 425-436, out./dez. 2006.

REIS, TIAGO. **Top down: o que é e como funciona esse conceito?** Julho 2019. Disponível em: https://www.sunoresearch.com.br/artigos/top-down/ Acesso em: Fev. 2020

SOBRINHO, José Dias. **Avaliação:** políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

SOBRINHO, José Dias; RISTOFF, Dilvo Ilvo (Orgs.). **Avaliação democrática**: para uma universidade cidadã. Florianópolis: Insular, 2002.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU. **Ética nas instituições públicas**. 2008. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24F0A728E014F0ACB17BE78F5. Acesso em: 10 fev. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI. **Estatuto da UFPI**. Teresina: UFPI, 2004. Disponível em: https://www.ufpi.br/estatutos-regimentos-e-resolucoes. Acesso em: 18 jan. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019**. Disponível em: http://proplan.ufpi.br/images/conteudo/PROPLAN/PDI--2015-2019_UFPI_Reformulado_Versao-Final.pdf. Acesso em: 18 jan. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI. **Autoavaliação Institucional da UFPI-2010**. Teresina: UFPI, 2011. Disponível em: https://www.ufpi.br/images/cpa/Rel_auto_aval_CPA_UFPI-2010.pdf. Acesso em: 18 jan. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI. **Autoavaliação Institucional da UFPI -2011**. Teresina: UFPI, 2012. Disponível em: https://www.ufpi.br/images/cpa/Relat_CPA_UFPI_2011.pdf. Acesso em: 18 jan. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI. **Autoavaliação Institucional da UFPI -2012.** Teresina: UFPI, 2013. Disponível em: https://www.ufpi.br/images/cpa/Relat%C3%B3rio_CPA_2012.pdf. Acesso em: 18 jan. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI. **Autoavaliação Institucional da UFPI -2013**. Teresina: UFPI, 2014. Disponível em: https://www.ufpi.br/images/cpa/Relatorio_CPA_COMPLETO_2013.pdf. Acesso em: 18 jan. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI. **Autoavaliação Institucional da UFPI - 2016**. Teresina: UFPI, 2017. Disponível em: http://proplan.ufpi.br/images/conteudo/PROPLAN/Relatorio_CPA_2016.pdf. Acesso em: 18 jan. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI. **Autoavaliação Institucional da UFPI -2017**. Teresina: UFPI, 2018. Disponível em: http://proplan.ufpi.br/images/conteudo/PROPLAN/Relatorio_CPA_2017.pdf. Acesso em: 18 jan. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI. **Autoavaliação Institucional da UFPI -2018.** Teresina: UFPI, 2018. Disponível em: http://proplan.ufpi.br/images/conteudo/PROPLAN/CPA/Relatorio_Autoavaliao_CPA_2018.pdf. Acesso em: 18 jan. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2014.** Teresina: UFPI, 2010. Disponível em: https://proplan.ufpi.br/index.php/component/content/article?id=108

Acesso em: 15 dez. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019.** Teresina: UFPI, 2010. Disponível em: https://proplan.ufpi.br/index.php/component/content/article?id=108

Acesso em: 15 dez. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI. Resolução no. 177/CEPEX-2012 **Regulamento Geral da Graduação**. 2012. Disponível em: cesso em: http://leg.ufpi.br//arquivos/File/normas%20da%20graduacao%20APROVADO%20CEPEX%20(2).pdf

10 fev. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI. **Regulamento Geral da Graduação**. Atualizado em 2018 2018. Disponível em: http://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/PREG/resolucoes_preg/2018_-_REGULAMENTO_GERAL_DA_GRADUA%C3%87%C3%83O_-_vers%C3%A3o_para_impress%C3%A3o20180831153003.pdf. Acesso em: 10 fev. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI. **Resoluções Estágio Curricular obrigatório**. Disponível em: http://leg.ufpi.br/cge/index/pagina/id/4334. Acesso em: 17 fev. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI. **Tutorial Módulo Estágio – Sigaa**. Disponível em: http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ceo/arquivos/files/Manual_Coord_Est%C3%A1gio_Atualizado.pdf. Acesso em: 17 fev. 2020.

VILLAS BÔAS FILHO, Orlando. A governança em suas múltiplas formas de expressão: o delineamento conceitual de um fenômeno complexo. **REI - REVISTA ESTUDOS INSTITUCIONAIS**, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 670-706, fev. 2017. ISSN 2447-5467. Disponível em: <https://estudosinstitucionais.com/REI/article/view/64/120>. Acesso em: 20 jun. 2020. doi: https://doi.org/10.21783/rei.v2i2.64.

WIKIPEDIA. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Project_Management_Institute. Acesso em: 23 jun. 2020

WIKIPEDIA. **Gestão de projetos**. Disponível em: < https://pt.wikipedia.org/ wiki/ Ger%C3%AAncia_de_projetos>. Acesso em: 03 fev. 2020.

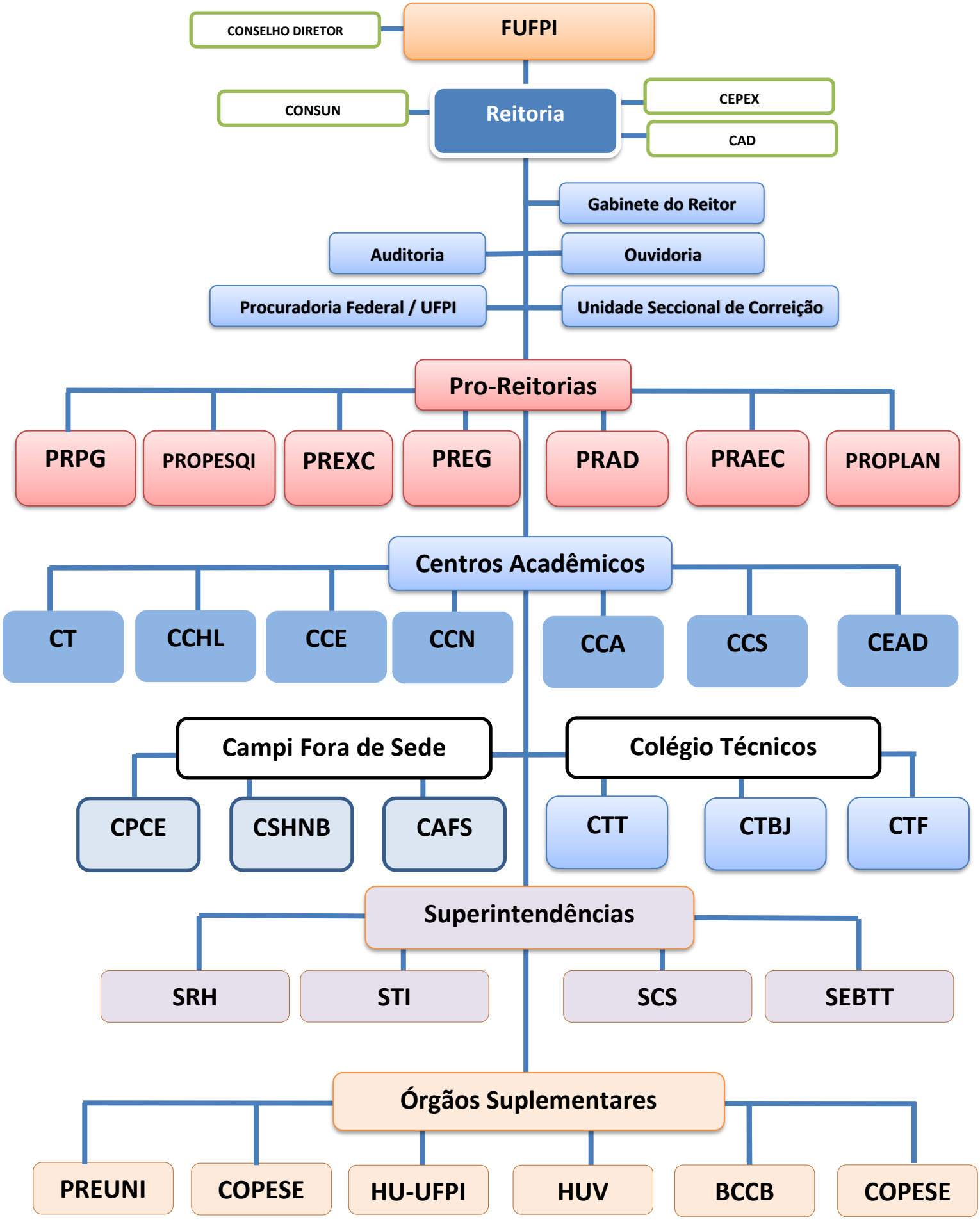
WIKIPEDIA. **Businnes intelligence**. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Intelig%C3%AAncia_empresarial>. Acesso em: 24 jun. 2020.

WIKIPEDIA. **Project Management Body of Knowledge (PMBOK)**. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Project_Management_Body_of_Knowledge>. Acesso em: 24 fev. 2020.

WIKIPEDIA. **Redmine.** Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Redmine>. Acesso em 24 fev. 2020.

ANEXOS

ANEXO I – Estrutura hierárquica da UFPI



Clique aqui para consultar todas as unidades organizacionais da UFPI

ANEXO II – Resultados de avaliações externas de cursos ocorridas no quinquênio 2015-2019

Ano	Código e- MEC	Cursos	Campus	Ato autorizativo	Processo nº	Período	Avaliação n°	Município	CCfaixa	CCcontínuo
2015	123413	Arte-Educação Convênio INCRA/MST	CMPP	Reconhecimento	201305863	07 a 10/10/2015	101251	Teresina	3	-
2015	1105133	Artes Visuais	CMPP	Reconhecimento	201358463	27 a 30/05/2015	107215	Teresina	5	-
2015	18373	Administração	CMPP	Renovação de Reconhecimento	201407578	11 a 14/03/2015	112247	Teresina	4	-
2015	99870	Administração	CSHNB	Renovação de Reconhecimento	201408076	22 a 24/04/2015	112249	Picos	4	-
2015	491	Direito	CMPP	Renovação de Reconhecimento	201402858	28/06 a 01/07/2015	110214	Teresina	4	-
2016	1154629	Ciências Políticas	CMPP	Reconhecimento	201407578	11 a 14/03/2016	112247	Teresina	4	-
2016	1178392	Engenharia de Materiais	CMPP	Reconhecimento	201402858	28/06 a 01/07/2016	110214	Teresina	4	-
2016	501	Ciências Contábeis	CMRV	Renovação de Reconhecimento	201408076	22 a 24/04/2016	112249	Picos	4	-
2016	99722	Zootecnia	CMPP	Renovação de Reconhecimento	201358463	27 a 30/05/2016	107215	Teresina	3	-
2017	1264894	Ciências da Natureza e Matemática	PROCAMPO	Reconhecimento	201506982	25 a 28/06/2017	125780	Oeiras	4	-
2017	22129	Comunicação Social	CMPP	Renovação de Reconhecimento	201709453	20 a 23/09/2017	137899	Teresina	3	-
2017	516	Farmácia	CMPP	Renovação de Reconhecimento	201504008	06 a 09/08/2017	135603	Teresina	4	-
2017	484	Medicina	CMPP	Renovação de Reconhecimento	201504180	21 a 24/06/2017	132335	Teresina	4	-
2018	1305546	Geografia	CEAD	Reconhecimento	201709495	09 a 12/09/2018	137688	Teresina	4	4,02
2018	1305529	História	CEAD	Reconhecimento	201709428	26 a 29/08/2018	137215	Teresina	4	4,21
2018	1186923	Letras-Inglês	CEAD	Reconhecimento	201709222	16 a 19/09/2018	137209	Teresina	4	4,15

Ano	Código e- MEC	Cursos	Campus	Ato autorizativo	Processo nº	Período	Avaliação n°	Município	CCfaixa	CCcontínuo
2018	1270463	Letras-Português	CEAD	Reconhecimento	201709385	09 a 12/09/2018	137214	Teresina	4	4,21
2018	1270649	Educação no Campo/Ciências Humanas e Sociais	CPCE	Reconhecimento	201708987	16 a 19/09/2018	138799	Bom Jesus	4	-
2018	1270583	Letras-Libras	CMPP	Reconhecimento	201708643	22 a 25/08/2018	138423	Teresina	4	-
2018	502	Ciências Econômicas	CMRV	Renovação de Reconhecimento	201710368	12 a 15/09/2018	143360	Parnaíba	3	3,05
2019	1305536	Ciências da Natureza	CEAD	Reconhecimento	201709221	10 a 13/03/2019	137208	Teresina	5	4,60
2019	1270584	Educação no Campo/Ciências da Natureza	CAFS	Reconhecimento	201709297	27 a 30/03/2019	137241	Floriano	4	-
2019	1270592	Educação no Campo/Ciências da Natureza	CSHNB	Reconhecimento	201709073	27 a 30/03/2019	137383	Picos	4	-
2019	1270636	Educação no Campo/Ciências da Natureza	CMPP	Reconhecimento	201709261	27 a 30/03/2019	137565	Teresina	4	-
2019	1305552	Computação	CEAD	Reconhecimento	201709298	14 a 17/04/2019	137221	Teresina	4	4,03
2019	116402	Estatística	CMPP	Renovação de Reconhecimento	201721411	13 a 16/02/2019	145070	Teresina	4	3,53
2019	108006	Administração	CEAD	Renovação de Reconhecimento	201716770	07 a 10/04/2019	144220	Teresina	3	3,20

Fonte: Coordae/DGOV/Proplan

ANEXO III – Relação dos cursos de graduação ministrados pela UFPI (presencial e a distância) por campus, área do conhecimento, ano de início e documento regulatório

CURSOS PRESENCIAIS REGULARES				
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA (Teresina)				
CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA				
CÓDIGO E-MEC	**CURSO**	**GRAU**	**ANO DE IMPLANTAÇÃO**	**SITUAÇÃO LEGAL (DOCUMENTO REGULATÓRIO)**
300525 1105897 1105789	Ciências Biológicas	Licenciatura	1993	✓ Autorização: Portaria SERES/MEC n°84 de 27/02/1984, publicada no DOU de 29/02/1984. ✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI n° 035/93 de 01/09/93. ✓ Reconhecido pela Portaria SERES/MEC n° 1.071 de 21/07/2000, publicada no DOU de 25/07/2000. ✓ Autorização: Portaria SERES/MEC n°247 de 31/05/2013, publicada no DOU de 03/06/2013.
1105828	Química	Licenciatura	1993	✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI n° 035/93 de 01/09/93. ✓ Reconhecido pela Portaria SERES/MEC n° 2.150 de 22/12/2000, DOU de 28/12/2000. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 797 de 14/12/2016, publicada no DOU de 15/12/2016. ✓ Alteração do número de vagas: Portaria PREG/CAMEN n°973/17 e Processo MEC 23000.002707/2018-93. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC nº 922 de 27 de 27/12/18, publicada no DOU de 28/12/2018.
519	Química	Bacharelado	1993	✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 035/95 de 01/09/93. ✓ Reconhecido pela Portaria SERES/MEC n° 2.150 de 22/12/2000, publicada no DOU de 28/12/2000. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 413 de 11/10/2011, publicada no DOU de 14/10/2011. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 797 de 14/12/2016, publicada no DOU de 15/12/2016. ✓Renovação de Reconhecimento Portaria SERES/MEC nº 922 de 27 de 27/12/18, publicada no DOU de 28/12/2018.
300520	Matemática	Licenciatura	1993	✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI n° 035/93 de 01/09/93. ✓ Reconhecido pela Portaria SERES/MEC n° 1.324 de 23/08/2000, DOU de 24/08/2000.

				✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 123 de 09/07/2012, publicada no DOU de 10/07/2012. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 797 de 14/12/2016, publicada no DOU de 15/12/2016. ✓ Renovação de Reconhecimento Portaria SERES/MEC nº 922 de 27 de 27/12/18, publicada no DOU de 28/12/2018.
300518	Física	Licenciatura	1993	✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI n° 035/93 de 01/09/93. ✓ Reconhecido pela Portaria SERES/MEC n° 2.053 de 21/12/2000, publicada no DOU de 26/12/2000. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 312 de 02/08/2011, publicada no DOU de 04/08/2011. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 797 de 14/12/2016, publicada no DOU de 15/12/2016. ✓ Renovação de Reconhecimento Portaria SERES/MEC nº 922 de 27 de 27/12/18, publicada no DOU de 28/12/2018.
513	Ciência da Computação	Bacharelado	1989	✓ Criado pela Resolução do CEPEX/UFPI nº 06 de 06/09/1989. ✓ Reconhecido pela Portaria SERES/MEC nº 675, de 06/07/1998, publicada no DOU de 08/07/1998. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 4.237 de 22/12/2004, publicada no DOU de 23/12/2004. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 283 de 22/07/2011, publicada no DOU de 25/07/2011. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 1.098 de 24/12/2015, publicada no DOU de 28/12/2015. (Republicada em 30.12.15). ✓ Renovação de Reconhecimento Portaria SERES/MEC nº 922 de 27 de 27/12/18, publicada no DOU de 28/12/2018.
525	Ciências Biológicas	Bacharelado	1993	✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI n° 035/93 de 01/09/93.

				✓ Reconhecido pela Portaria SERES/MEC n° 1.071 de 21/07/2000, DOU de 25/07/2000. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 2.340 de 21/12/2010, DOU de 22/12/2010. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 797 de 14/12/2016, publicada no DOU de 15/12/2016. ✓ Renovação de Reconhecimento Portaria SERES/MEC nº 922 de 27 de 27/12/18, publicada no DOU de 28/12/2018.
520	Matemática	Bacharelado	1993	✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI n° 035/93 de 01/09/93. ✓ Reconhecido pela Portaria SERES/MEC n° 1.324 de 23/08/2000, DOU de 24/08/2000. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 912 de 21/07/2010, publicada no DOU de 22/07/2010. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 797 de 14/12/2016, publicada no DOU de 15/12/2016. ✓ Processo de Renovação aberto de ofício (Curso com CPC 2017 insatisfatório): Processo n°201908501.
518	Física	Bacharelado	1993	✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 035/93 de 01/09/93. ✓ Reconhecimento pela Portaria SERES/MEC n° 2.053 de 21/12/2000, publicada no DOU de 26/12/2000. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 316 de 02/08/2011, DOU de 04/08/2011. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 797 de 14/12/2016, publicada no DOU de 15/12/2016. ✓ Renovação de Reconhecimento Portaria SERES/MEC nº 922 de 27 de 27/12/18, publicada no DOU de 28/12/2018.
112454	Arqueologia e Conservação da Arte Rupestre	Bacharelado	2007	✓ Criado pela Resolução do CEPEX/UFPI nº 14 de 25/01/2007. ✓ Reconhecido pela Portaria SERES/MEC n°302 de 27/12/2012, publicada no DOU de 31/12/2012. ✓ Em processo de Renovação de Reconhecimento: 201933927.

116402	Estatística	Bacharelado	2008	✓ Criado pela Resolução do CEPEX/UFPI nº 172 de 29/08/2008. ✓ Reconhecido pela Portaria SERES/MEC n° 306 de 27 /12/2012, publicada no DOU de 31/12/2012. ✓ Processo de Renovação aberto de ofício (Curso Sem ENADE 2015): Processo n°201721411.
1188908	Ciências da Natureza	Licenciatura	2008	✓ Criado pela Resolução do CEPEX/UFPI nº 209 de 19/11/2008. ✓ Reconhecido pela Portaria SERES/MEC n° 615 de 30/10/2014, publicada no DOU de 31/10/2014. ✓ Processo de Renovação de Reconhecimento: 201917534.
1270636	Educação no Campo/Ciências da Natureza	Licenciatura	2014	✓ Aprovado pela Portaria SECADI/MEC n°72 de 21/12/2012 publicada no DOU de 27/12/2012. ✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI n° 228 de 12/11/2013. ✓ Autorizado pelo Decreto n° 5.773 de 09/05/2006, art.28. ✓ Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 584, de 20/12/2019, publicada no DOU de 23/12/2019.
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE				
CÓDIGO E-MEC	**CURSO**	**GRAU**	**ANO DE IMPLANTAÇÃO**	**SITUAÇÃO LEGAL (DOCUMENTO REGULATÓRIO)**
485	Odontologia	Bacharelado	1960	✓ Criado pelo Decreto Federal nº 48.525 de 15/07/1960. ✓ Reconhecido pelo Decreto nº 58.032 de 22/03/1966, DOU de 22/03/1966. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 728 de 23/10/2008, DOU de 24/10/2008. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 824, de 30/12/2014, DOU de 02/01/2015. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 133 de 01/03/2018, publicada no DOU de 02/03/2018.
484	Medicina	Bacharelado	1966	✓ Criado pelo Decreto Estadual nº 694 de 11/08/1966. ✓ Reconhecido pelo Decreto nº 74.456 de 26/08/1974, DOU de 27/08/1974. ✓ Renovação de Reconhecimento: pela Portaria nº 728 de 23/10/2008, publicada DOU 24/10/2008. ✓ Renovação de Reconhecimento pela Portaria SERES/MEC n°1343 de 15/12/2017, publicada no DOU de 18/12/2017. ✓ Renovação de Reconhecimento: Processo n° 201810642 – Aberto de Ofício (CPC=3) – ARQUIVADO.
486	Enfermagem	Bacharelado	1974	✓ Criado pelo Ato da Reitoria nº 198 de 26/04/1974. ✓ Reconhecido pelo Decreto nº 82.257 de 13/09/1978, DOU de 14/09/1978. ✓ Renovação de Reconhecimento pela Portaria SERES/MEC n° 775 de

				07/11/2008, publicada no DOU de 10/11/2008. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 01, 06/01/2012, DOU de 09/01/2012. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 824, de 30/12/2014, DOU de 02/01/2015. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 133 de 01/03/2018, publicada no DOU de 02/03/2018.
488	Nutrição	Bacharelado	1976	✓ Criado pela Resolução CONSUN/UFPI n º 03 de 06/12/1976. ✓ Reconhecido pelo Parecer Nº 455/84 – CFE/MEC, de 03/07/1984 e Portaria SERES/MEC n° 341 de 31/07/1984, publicada DOU 03/08/1984. ✓ Renovação de Reconhecimento: pela Portaria nº 728 de 23/10/2008, publicada DOU 24/10/2008. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 01, 06/01/2012, DOU de 09/01/2012. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 824, de 30/12/2014, DOU de 02/01/2015. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 133 de 01/03/2018, publicada no DOU de 02/03/2018.
487	Educação Física	Licenciatura	1977	✓ Criado pela Resolução do CONSUN/UFPI nº 01 05/01/1977. ✓ Reconhecido pela Portaria nº 323 de 20/05/1980, DOU de 23/05/1980. ✓ Renovação de Reconhecimento: pela Portaria SERES/MEC nº 728 de 23/10/2008, publicada DOU 24/10/2008. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 1.098 de 24/12/2015, publicada no DOU de 28/12/2015. (Republicada em 30.12.15). ✓ Renovação de Reconhecimento Portaria SERES/MEC nº 922 de 27 de 27/12/18, publicada no DOU de 28/12/2018.
516	Farmácia	Bacharelado	1992	✓ Criado pela Resolução do CONSUN/UFPI nº 015 de 05/10/1992. ✓ Reconhecido pela Portaria nº 1.419 de 09/05/2002, publicada no DOU de 13/05/2002. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC nº 01, 06/01/2012, publicado no DOU de 09/01/2012. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n°99 de 09/02/2018, publicado no DOU de 16/02/2018. ✓

CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS				
CÓDIGO E-MEC	**CURSO**	**GRAU**	**ANO DE IMPLANTAÇÃO**	**SITUAÇÃO LEGAL (DOCUMENTO REGULATÓRIO)**
508	Engenharia Agronômica	Bacharelado	1976	✓ Criado pela Resolução CONSUN/UFPI nº 02 de 01/12/1976. ✓ Reconhecido pela Portaria MEC nº 94 de 15/03/1983, publicada no DOU de 17/03/1983. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n°1.181 de 23/12/2008, publicada no DOU de 26/12/2008. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC nº 01, 06/01/2012, publicada no DOU de 09/01/2012. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC nº 824, de 30/12/2014, publicada no DOU de 02/01/2015. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 133 de 01/03/2018, publicada no DOU de 02/03/2018.
504	Medicina Veterinária	Bacharelado	1976	✓ Criado pela Resolução CONSUN/UFPI nº 03 de 06/12/1976. ✓ Reconhecido pela Portaria nº 303 de 18/04/1985, DOU de 24/04/1985. ✓ Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 328 de 18/04/1985, DOU de 24/04/1085. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n°728 de 23/10/2088, DOU de 24/10/2008. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC nº 01, 06/01/2012, publicada no DOU de 09/01/2012. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC nº 824, de 30/12/2014, DOU de 02/01/2015. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 133 de 01/03/2018, publicada no DOU de 02/03/2018.
1475874	Zootecnia	Bacharelado	2019	✓ Criado pela Resolução CONSUN/UFPI nº 235 de 11/10/2018. ✓ Autorizado pelo Decreto n° 9.235 de 15/12/2017 (Processo e-MEC n° 201906383)
CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO				
CÓDIGO E-MEC	**CURSO**	**GRAU**	**ANO DE IMPLANTAÇÃO**	**SITUAÇÃO LEGAL (DOCUMENTO REGULATÓRIO)**
73192	Pedagogia	Licenciatura	2002	✓ Criação: Ofício Reitoria n°237 de 06/05/1975. ✓ Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n°363 de 25/05/1981, publicada no DOU de 27/05/1981. Novo curso: ✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 190/02 de 16 de dezembro de 2002. ✓ Reconhecido pela Portaria nº 3.460 de 05/10/2005, DOU de 10/10/2005.

				✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 262 de 28/01/2011, DOU de 31/01/2011. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 1.098 de 24/12/2015, publicada no DOU de 28/12/2015. (Republicada em 30.12.15). ✓ Renovação de Reconhecimento Portaria SERES/MEC nº 922 de 27 de 27/12/18, publicada no DOU de 28/12/2018.
22129	Jornalismo	Bacharelado	1983	✓ Criado pela Resolução CONSUN/UFPI nº 01 de 29/11/1983. ✓ Reconhecido pela Portaria SERES/MEC nº 837 de 05/06/1992, DOU de 08/06/1992. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 579 de 12/11/2013, DOU de 13/11/2013. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 707 de 18/12/2013, DOU de 19/12/2013. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 374 de 29/05/2018, publicada no DOU de 30/05/2018.
116404	Moda, Design e Estilismo	Bacharelado	2008	✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI n°171 de 29/08/2008. ✓ Reconhecido pela Portaria nº 48 de 23/01/2015, DOU de 26/01/2015.
1105133	Artes Visuais	Licenciatura	2009	✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 170 de 22/06/2009. ✓ Reconhecido pela Portaria SERES/MEC n° 114 de 17/02/2017, publicada no DOU de 20/02/2017. ✓ Renovação de Reconhecimento Portaria SERES/MEC nº 922 de 27 de 27/12/18, publicada no DOU de 28/12/2018.
1105124	Música	Licenciatura	2009	✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 120 de 22/06/2009. ✓ Reconhecido pela Portaria SERES/MEC n° 65 de 28/01/2015, DOU 30/01/2015. ✓ Renovação de Reconhecimento Portaria SERES/MEC nº 922 de 27 de 27/12/18, publicada no DOU de 28/12/2018.
CENTRO DE TECNOLOGIA				
CÓDIGO E-MEC	**CURSO**	**GRAU**	**ANO DE IMPLANTAÇÃO**	**SITUAÇÃO LEGAL (DOCUMENTO REGULATÓRIO)**
499	Engenharia Cartográfica e de Agrimensura	Bacharelado	1975	✓ Criado pela Resolução CONSUN/UFPI nº 033 de 15/08/1975. ✓ Reconhecido pela Portaria MEC nº 95 de 21/01/1980. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC nº 621, de 25/11/2013, DOU de 26/11/2013.

				✓ Alteração de Nomenclatura: Resolução CEPEX n° 047 de 26/03/2013. ✓ Em processo de Renovação de Reconhecimento: 201933853.
512	Engenharia Civil	Bacharelado	1976	✓ Criado pela Resolução CONSUN/UFPI nº 02 de 01/12/1976. ✓ Reconhecido pela Portaria MEC nº 247 de 06/07/1982, DOU de 08/07/1982. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 2.341 de 21/12/2010, publicada no DOU de 22/12/2010. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC nº 476, de 22/11/2011, publicada no DOU de 24/11/2011. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 286 de 21/12/2012, publicada no DOU de 27/12/2012. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 797 de 14/12/2016, publicada no DOU de 15/12/2016. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC nº 922 de 27 de 27/12/18, publicada no DOU de 28/12/2018.
517	Arquitetura e Urbanismo	Bacharelado	1992	✓ Criado pela Resolução CONSUN/UFPI nº 014 de 05/02/1992. ✓ Reconhecido pela Portaria SERES/MEC n° 2.051 de 19/09/2001, DOU de 20/09/2001. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 2.277 de 14/12/2010, publicada no DOU de 15/12/2010. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 797 de 14/12/2016, publicada no DOU de 15/12/2016. ✓ Renovação de Reconhecimento Portaria SERES/MEC nº 922 de 27 de 27/12/18, publicada no DOU de 28/12/2018.
116406	Engenharia de Produção	Bacharelado	2008	✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 173 de 29/08/2008. ✓ Reconhecido pela Portaria SERES/MEC n° 619 de 21/11/2013, publicada no DOU de 22/11/2013. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 1.098 de 24/12/2015, publicada no DOU de 28/12/2015. (Republicada em 30.12.15). ✓ Renovação de Reconhecimento Portaria SERES/MEC nº 922 de 27 de 27/12/18, publicada no DOU de 28/12/2018.

116408	Engenharia Elétrica	Bacharelado	2008	✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 175 de 29/08/2008. ✓ Reconhecido pela Portaria SERES/MEC n° 433 de 30/07/2014, publicada no DOU de 01/08/2014. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 1.098 de 24/12/2015, publicada no DOU de 28/12/2015. (Republicada em 30.12.15). ✓ Renovação de Reconhecimento Portaria SERES/MEC nº 922 de 27 de 27/12/18, publicada no DOU de 28/12/2018.
116410	Engenharia Mecânica	Bacharelado	2008	✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 174 de 29/08/2008. ✓ Reconhecido pela Portaria SERES/MEC n°60 de 10/02/2014, publicada no DOU de 11/02/2014. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 1.098 de 24/12/2015, publicada no DOU de 28/12/2015. (Republicada em 30.12.15). ✓ Renovação de Reconhecimento Portaria SERES/MEC nº 922 de 27 de 27/12/18, publicada no DOU de 28/12/2018.
1178392	Engenharia dos Materiais	Bacharelado	2011	✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI n°052/11 de 09/11/2011. ✓ Alteração de Nomenclatura: Resolução CEPEX/UFPI n°09/15 de 13/05/2015. ✓ Reconhecido pela Portaria SERES/MEC n° 575 de 09/06/2017, publicada no DOU de 12/06/2017.
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS				
CÓDIGO E-MEC	**CURSO**	**GRAU**	**ANO DE IMPLANTAÇÃO**	**SITUAÇÃO LEGAL (DOCUMENTO REGULATÓRIO)**
491	Direito	Bacharelado	1945	✓ Criado pelo Decreto n° 1.196 de 25 de março de 1931. ✓ Reconhecido pelo Decreto nº 17.551 de 09/01/1945. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 124, de 09/07/2012, DOU de 10/07/2012. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n°688 de 07/07/2017, publicada no DOU de 10/07/2017.
32832	Letras – Língua Portuguesa	Licenciatura	1958	✓ Criado pelo Decreto nº 43.402 de 18/03/1958. ✓ Reconhecido pelo Decreto n° 54.038 de 23/07/1964, DOU de 28/07/1964. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 2.276 de 14/12/2010, DOU de 15/12/2010. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 797 de 14/12/2016, publicada no DOU de 15/12/2016.

				✓ Renovação de Reconhecimento Portaria SERES/MEC nº 922 de 27 de 27/12/18, publicada no DOU de 28/12/2018.
22128	Letras – Português e Francês	Licenciatura	1958	✓ Criado pelo Decreto nº 43.402 de 18/03/1958, publicado no DOU de 20/03/1958 (p. 5761). ✓ Reconhecido pelo Decreto n° 54.038 de 23/07/1964, DOU de 28/07/1964. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 171 de 17/01/2011, DOU de 19/01/2011. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. ✓ Processo de Renovação de Reconhecimento: 201917533.
1270583	Letras – Libras	Licenciatura	2014	✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI n° 212 de 11/12/2012. ✓ Reconhecido pela Portaria SERES/MEC n° 855, de 30/11/2018, publicada no DOU de 04/12/18.
496	Filosofia	Licenciatura	1958	✓ Criado pelo Decreto nº 43.402 de 18/03/1958. ✓ Reconhecido pelo Decreto n° 54.038 de 23/07/1964, DOU de 28/07/1964. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 1.064 de 19/08/2010, DOU de 15/08/2010. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 797 de 14/12/2016, publicada no DOU de 15/12/2016. ✓ Renovação de Reconhecimento Portaria SERES/MEC nº 922 de 27 de 27/12/18, publicada no DOU de 28/12/2018.
495	Geografia	Licenciatura	1958	✓ Criado pelo Decreto nº 43.402 de 18/03/1958 ✓ Reconhecido pelo Decreto n° 54.038 de 23/07/1964, DOU de 28/07/1964. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 1.256 de 02/09/2010, DOU de 03/09/2010. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 1.098 de 24/12/2015, publicada no DOU de 28/12/2015. (Republicada em 30.12.15). ✓ Renovação de Reconhecimento Portaria SERES/MEC nº 922 de 27 de 27/12/18, publicada no DOU de 28/12/2018.
494	História	Licenciatura	1958	✓ Criado pelo Decreto nº 43.402 de 18/03/1958. ✓ Reconhecido pelo Decreto n° 54.038 de 23/07/1964, DOU de 28/07/1964.

				✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 317 de 02/08/2011, DOU de 04/08/2011. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 297 de 09/07/2013, DOU de 10/07/2013. ✓ Renovação de Reconhecimento Portaria SERES/MEC nº 922 de 27 de 27/12/18, publicada no DOU de 28/12/2018.
490	Ciências Contábeis	Bacharelado	1976	✓ Criado pelo Ato da Reitoria/UFPI nº 033 de 04/02/1976. ✓ Reconhecido pela Portaria nº 085 de 16/01/1981, DOU de 20/01/1981. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 312 de 02/08/2011, DOU de 04/08/2011. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n°707 de 18/12/2013, DOU de 19/12/2013. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 272 de 03/04/2017, publicada no DOU de 04/04/17.
492	Ciências Econômicas	Bacharelado	1976	✓ Criado pelo Ato da Reitoria/UFPI nº 033 de 04/02/1976. ✓ Reconhecido pela Portaria nº 085 de 16/01/1981, DOU de 20/01/1981. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 401 de 22/09/2011, DOU de 03/10/2011. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n°707 de 18/12/2013, DOU de 19/12/2013. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 272 de 03/04/2017, publicada no DOU de 04/04/17.
497	Serviço Social	Bacharelado	1976	✓ Criado pela Resolução do CONSUN/UFPI nº 02 de 01/12/1976. ✓ Reconhecido pela Portaria nº 313 de 07/07/1983, DOU de 12/07/1983. ✓ Renovação de Reconhecimento: pela Portaria nº 728 de 23/10/2008, publicada DOU 24/10/2008. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 01, 6/01/2012, DOU de 09/01/2012. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 824, de 30/12/2014, DOU de 02/01/2015. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 133 de 01/03/2018, publicada no DOU de 02/03/2018.
498	Ciências Sociais	Bacharelado	1983	✓ Criado pela Resolução do CONSUN/UFPI nº 01 29/11/1983. ✓ Reconhecido pela Portaria nº 1.481 de 13/10/1992, DOU de 14/10/1992.

				✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 911 de 21/07/2010, DOU de 22/07/2010. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 797 de 14/12/2016, publicada no DOU de 15/12/2016. ✓ Renovação de Reconhecimento Portaria SERES/MEC nº 922 de 27 de 27/12/18, publicada no DOU de 28/12/2018.
1105815	Ciências Sociais	Licenciatura	1987	✓ Criado pela Resolução do CONSUN/UFPI nº 01 29/11/1987. ✓ Reconhecido pela Portaria nº 1.481 de 13/10/1992, DOU de 14/10/1992. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 1.506 de 21/09/2010, DOU de 23/09/2010. ✓ Renovação de Reconhecimento Portaria SERES/MEC nº 922 de 27 de 27/12/18, publicada no DOU de 28/12/2018.
56030	Letras – Inglês	Licenciatura	1995	✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 108 de 21/12/1995. ✓ Reconhecido pela Portaria SERES/MEC n° 389 de 02/02/2005, DOU de 03/02/2005. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 797 de 14/12/2016, publicada no DOU de 15/12/2016. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC nº 922 de 27 de 27/12/18, publicada no DOU de 28/12/2018.
18373	Administração	Bacharelado	1996	✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 007 de 02/04/1996. ✓ Reconhecido pela Portaria SERES/MEC n° 2.008 de 06/07/2004, DOU de 07/07/2004. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 305 de 02/08/2011, DOU de 18/08/2011. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n°689 de 07/07/2017, publicada no DOU de 10/07/2017.
1154629	Ciência Política	Bacharelado	2010	✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº236/10 de 19/11/2010. ✓ Reconhecido pela Portaria SERES/MEC n° 250 de 30/06/2016, DOU de 01/07/2016.
CAMPUS PROFESSORA CINOBELINA ELVAS (Bom Jesus)				
CÓDIGO E-MEC	**CURSO**	**GRAU**	**ANO DE IMPLANTAÇÃO**	**SITUAÇÃO LEGAL (DOCUMENTO REGULATÓRIO)**

99916	Engenharia Agronômica	Bacharelado	2006	✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 220/06 de 19/12/2006. ✓ Reconhecido pela Portaria SERES/MEC nº 479, de 25/11/2011, publicada no DOU de 30/11/2011. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 133 de 01/03/2018, publicada no DOU de 02/03/2018.
99718	Engenharia Florestal	Bacharelado	2006	✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 188/06 de 23/10/2006. ✓ Reconhecido pela Portaria SERES/MEC n° 10, de 02/03/2012, publicada no DOU de 06/03/2012. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 286 de 21/12/2012, publicada no DOU de 27/12/2012. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 1.098 de 24/12/2015, publicada no DOU de 28/12/2015. (Republicada em 30.12.15). ✓ Renovação de Reconhecimento Portaria SERES/MEC nº 922 de 27 de 27/12/18, publicada no DOU de 28/12/2018.
102675	Medicina Veterinária	Bacharelado	2006	✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 189/06 de 23/10/2006. ✓ Reconhecido pela Portaria SERES/MEC n° 406 de 11/10/2011, DOU de 14/10/2011. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 133 de 01/03/2018, publicada no DOU de 02/03/2018.
99722	Zootecnia	Bacharelado	2006	✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 190/06 de 23/10/2006. ✓ Reconhecido pela Portaria nº 470, de 22/11/2011, DOU de 24/11/2011. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 01, 06/01/2012, DOU de 09/01/2012. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 932, 24/08/2017, DOU de 25/08/2017. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 133 de 01/03/2018, publicada no DOU de 02/03/2018.
1270649	Educação no Campo/Ciências Humanas e Sociais	Licenciatura	2014	✓ Aprovado pela Portaria SECADI/MEC n°72 de 21/12/2012 publicada no DOU de 27/12/2012. ✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI n° 227 de 12/11/2013. ✓ Autorizado pelo Decreto n° 5.773 de 09/05/2006, art.28. ✓ Alteração do Endereço: Portaria SERES/MEC n° 825, de 2 de agosto de 2017, publicada no DOU de 03/08/2017. ✓ Ofício enviado ao MEC para correção de nomenclatura - (Processo SEI n°23000.014320/2017-07).

				✓ Resolução CEPEX n°058 de 15/12/17 – ratifica nomenclatura. ✓ Reconhecido pela Portaria SERES/MEC n°88 de 20/02/2019, publicada no DOU de 21/02/2019.
99714	Ciências Biológicas	Licenciatura	2006	✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI n° 149 de 06/09/2006. ✓ Reconhecido pela Portaria SERES/MEC n° 485 de 19/12/2011, DOU de 23/12/2011. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 1.098 de 24/12/2015, publicada no DOU de 28/12/2015. (Republicada em 30.12.15). ✓ Renovação de Reconhecimento Portaria SERES/MEC nº 922 de 27 de 27/12/18, publicada no DOU de 28/12/2018.
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS (Picos)				
CÓDIGO E-MEC	**CURSO**	**GRAU**	**ANO DE IMPLANTAÇÃO**	**SITUAÇÃO LEGAL (DOCUMENTO REGULATÓRIO)**
102590	Sistemas de Informação	Bacharelado	2006	✓ Autorização: Resolução CEPEX/UFPI nº 195 de 24/10/2006. ✓ Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 10, de 02/03/2012, publicada no DOU de 06/03/2012. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 340 de 28/07/2016, publicada no DOU de 29/07/2016. ✓ Renovação de Reconhecimento Portaria SERES/MEC nº 922 de 27 de 27/12/18, publicada no DOU de 28/12/2018.
1270592	Educação no Campo/Ciências da Natureza	Licenciatura	2014	✓ Aprovado pela Portaria SECADI/MEC n°72 de 21/12/2012 publicada no DOU de 27/12/2012. ✓ Autorização: Resolução CONSUN/UFPI n° 005 de 12/02/2014 e Portaria SERES/MEC n°220 de 12/11/2013, publicada no DOU de ✓ Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 584, de 20/12/2019, publicada no DOU de 23/12/2019.
99860	Ciências Biológicas	Licenciatura	2006	✓ Autorização: Resolução CEPEX/UFPI nº 149 de 06/09/2006. ✓ Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 320, de 28/12/2012, publicada no DOU de 31/12/2012. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 1.098 de 24/12/2015, publicada no DOU de 28/12/2015. (Republicada em 30.12.15). ✓ Renovação de Reconhecimento Portaria SERES/MEC nº 922 de 27 de 27/12/18, publicada no DOU de 28/12/2018.
102588	Matemática	Licenciatura	2006	✓ Autorização: Resolução CEPEX/UFPI nº 194 de 24/10/2006.

				✓ Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 408 de 11/10/2011, publicada no DOU de 14/10/2011. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 286 de 21/12/2012, publicada no DOU de 27/12/2012. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 1.098 de 24/12/2015, publicada no DOU de 28/12/2015. (Republicada em 30.12.15). ✓ Renovação de Reconhecimento Portaria SERES/MEC nº 922 de 27 de 27/12/18, publicada no DOU de 28/12/2018.
33221	Pedagogia	Licenciatura	1991	✓ Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 363 de 25/05/1981, publicada no DOU de 27/05/1981. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 29 de 26/03/2012, DOU de 28/03/2012. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 123 de 09/07/2012, DOU de 10/07/2012. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 797 de 14/12/2016, publicada no DOU de 15/12/2016. ✓ Renovação de Reconhecimento Portaria SERES/MEC nº 922 de 27 de 27/12/18, publicada no DOU de 28/12/2018.
99864	Enfermagem	Bacharelado	2006	✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 130 de 28/07/2006. ✓ Reconhecido pela Portaria SERES/MEC n° 446 de 01/11/2011, no DOU de 03/11/2011. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 01, 06/01/2012, DOU de 09/01/2012. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 824, de 30/12/2014, DOU de 02/01/2015. ✓ Processo de Renovação de Reconhecimento n°201815971. (Aberto de Ofício CPC 2016 = 3).
102580	Nutrição	Bacharelado	2006	✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 92 de 09/06/2006. ✓ Reconhecido pela Portaria nº 486, de 20/12/2011, DOU de 22/12/2011. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria nº 824, de 30/12/2014, DOU de 02/01/2015. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 133 de 01/03/2018, publicada no DOU de 02/03/2018.
94086	Letras - Português	Licenciatura	1991	✓ Criado pelo Decreto nº 43.402 de 18/03/1958.

				✓ Re-autorizado pela Resolução CONSUN/UFPI nº 009/91. ✓ Reconhecido pelo Decreto Federal n° 54.038 de 23/07/1964, DOU de 28/07/1964. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 29 de 26/03/2012, DOU de 28/03/2012. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 797 de 14/12/2016, publicada no DOU de 15/12/2016. ✓ Renovação de Reconhecimento Portaria SERES/MEC nº 922 de 27 de 27/12/18, publicada no DOU de 28/12/2018.
99870	Administração	Bacharelado	2006	✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 171 de 19/09/2006. ✓ Reconhecido pela Portaria SERES/MEC n°445 de 01/11/2011, DOU de 03/11/2011. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n°688 de 07/07/2017, publicada no DOU de 10/07/2017.
104018	História	Licenciatura	2007	✓ Criado pela Resolução CEPEX/UFPI nº 110/07 de 30/04/2007. ✓ Reconhecido pela Portaria SERES/MEC n° 446 de 01/11/2011, DOU de 03/11/2011. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 286 de 21/12/2012, DOU de 27/12/2012. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 1.098 de 24/12/2015, publicada no DOU de 28/12/2015. (Republicada em 30.12.15). ✓ Renovação de Reconhecimento Portaria SERES/MEC nº 922 de 27 de 27/12/18, publicada no DOU de 28/12/2018.
1342610	Medicina	Bacharelado	2016	✓ Aprovado pela Portaria SECADI/MEC n°72 de 21/12/2012 publicada no DOU de 27/12/2012. ✓ Criação: Resolução CEPEX n°130/2015 de 14/09/2015. ✓ Autorização: Portaria MEC n° 936 de 02/12/2015, publicado no DOU de 03/12/2015.
CAMPUS AMÍLCAR FERREIRA SOBRAL (Floriano)				
CÓDIGO E-MEC	**CURSO**	**GRAU**	**ANO DE IMPLANTAÇÃO**	**SITUAÇÃO LEGAL (DOCUMENTO REGULATÓRIO)**
116632	Enfermagem	Bacharelado	2006	✓ Autorização: Resolução CEPEX/UFPI n° 129 de 28/07/2006. ✓ Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 619 de 21/11/2013, publicada no DOU de 22/11/2013. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC nº 824, de

				30/12/2014, publicada no DOU de 02/01/2015. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 133 de 01/03/2018, publicada no DOU de 02/03/2018.
116640	Administração	Bacharelado	2008	✓ Autorização: Resolução CEPEX/UFPI n° 212 de 19/11/2008. ✓ Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 517 de 15/10/2013, DOU de 16/10/2013. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 707 de 18/12/2013, DOU de 19/12/2013. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 272 de 03/04/2017, publicada no DOU de 04/04/17.
116642	Pedagogia	Licenciatura	2008	✓ Autorização: Resolução CEPEX/UFPI n° 210 de 19/11/2008. ✓ Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 618 de 21/11/2013, DOU de 22/11/2013. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 1.098 de 24/12/2015, publicada no DOU de 28/12/2015. (Republicada em 30.12.15). ✓ Renovação de Reconhecimento Portaria SERES/MEC nº 922 de 27 de 27/12/18, publicada no DOU de 28/12/2018.
116638	Ciências Biológicas	Licenciatura	2008	✓ Autorização: Resolução CEPEX/UFPI nº 211 de 19/11/2008. ✓ Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n°618 de 21/11/2013, DOU de 22/11/2013. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 1.098 de 24/12/2015, publicada no DOU de 28/12/2015. (Republicada em 30.12.15). ✓ Renovação de Reconhecimento Portaria SERES/MEC nº 922 de 27 de 27/12/18, publicada no DOU de 28/12/2018.
1270584	Educação no Campo/Ciências da Natureza	Licenciatura	2014	✓ Aprovado pela Portaria SECADI/MEC n°72 de 21/12/2012 publicada no DOU de 27/12/2012. ✓ Autorização: Resolução CONSUN/UFPI n° 001 de 12/02/2014 e Resolução CEPEX/UFPI n°215 de 12/11/2013. ✓Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 584, de 20/12/2019, publicada no DOU de 23/12/2019.

CURSOS MINISTRADOS À DISTÂNCIA				
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA À DISTÂNCIA - CEAD				
CÓDIGO E-MEC	**CURSO**	**GRAU**	**ANO DE IMPLANTAÇÃO**	**SITUAÇÃO LEGAL (DOCUMENTO REGULATÓRIO)**
108006	Administração	Bacharelado	2007	✓ Autorização: Resolução CEPEX/UFPI nº 199/07 de 28/09/2007.

				✓ Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 623 de 30/10/2014, no DOU de 31/10/2014. ✓ Processo de Renovação de Reconhecimento aberto de ofício (Curso CPC Sem Conceito) - Processo n° 201716770.
109394	Filosofia	Licenciatura	2007	✓ Autorização: Resolução CEPEX/UFPI nº 138/07 de 19/06/2007. ✓ Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n°244, de 31 de maio de 2013, publicada no DOU de 03/06/2013. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC nº 913 de 27/12/18, publicada no DOU de 28/12/2018.
123498	Administração Pública	Bacharelado	2009	✓ Autorização: Resolução CEPEX/UFPI nº 200/09 de 08/09/2009. ✓ Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 718 de 16/11/2016, publicada no DOU de 17/11/2016.
1270463	Letras-Português	Licenciatura	2012	✓ Autorização: Resolução CEPEX/UFPI n°100 de 06/05/2009. ✓ Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n°231 de 17/05/2019, publicada no DOU de 20/05/2019.
1186923	Letras-Inglês	Licenciatura	2012	✓ Autorização: Resolução CEPEX/UFPI nº 99/09 de 06/05/2009. ✓ Reconhecido pela Portaria SERES/MEC n° 869 de 11/12/2018, publicada no DOU de 12/12/2018.
1305546	Geografia	Licenciatura	2014	✓ Autorização: Resolução CEPEX/UFPI n°46 de 26/03/2013. ✓ Reconhecido pela Portaria SERES/MEC n° 869 de 11/12/2018, publicada no DOU de 12/12/2018.
1305529	História	Licenciatura	2014	✓ Autorização: Resolução CEPEX/UFPI n°44 de 26/03/2013. ✓ Reconhecido pela Portaria SERES/MEC n°846 de 29/11/2018 publicada no DOU de 30/11/2018.
104726	Pedagogia	Licenciatura	2007	✓ Autorização: Resolução CEPEX/UFPI nº 01/07 de 23/01/2007. ✓ Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n°244, de 31 de maio de 2013, publicada no DOU de 03/06/2013. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC nº 913 de 27/12/18, publicada no DOU de 28/12/2018.
109390	Ciências Biológicas	Licenciatura	2007	✓ Autorização: Resolução CEPEX/UFPI nº 196/07 de 28/09/2007. ✓ Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n°244, de 31 de maio de 2013, publicada no DOU de 03/06/2013.
109358	Física	Licenciatura	2007	✓Autorização: Resolução CEPEX/UFPI nº 195/07 de 28/09/2007. ✓Reconhecido pela Portaria SERES/MEC n° 790 de 22/12/2014, publicada no DOU de 24/12/2014.
109356	Matemática	Licenciatura	2007	✓Autorização: Resolução CEPEX/UFPI nº 194/07 de 28/09/2007.

				✓Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 420 de 24/072014, publicada no DOU de 25/07/2014. ✓Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC nº 913 de 27/12/18, publicada no DOU de 28/12/2018.
108660	Sistema de Informação	Bacharelado	2007	✓ Autorização: Resolução CEPEX/UFPI nº 193/07 de 28/09/2007. ✓ Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 790 de 22/12/2014, publicada no DOU de 24/12/2014. ✓ Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC nº 913 de 27/12/18, publicada no DOU de 28/12/2018.
109386	Química	Licenciatura	2007	✓ Autorização: Resolução CEPEX/UFPI nº 197/07 de 28/09/2007. ✓ Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n°321 de 23/07/2013, publicada no DOU de 24/07/2013.
1305552	Computação e Informática	Licenciatura	2014	✓Autorização: Resolução CEPEX/UFPI n°45 de 26/03/2013. ✓Reconhecimento: Portaria SERES/MEC n° 38, de 12/02/2020, publicada no DOU n°32 de 14/02/2020.
1305536	Ciências da Natureza	Licenciatura	2014	✓Autorização: Resolução CEPEX/UFPI n°43 de 26/03/2013. ✓Em Processo de Reconhecimento (Processo n° 201709221).
1518472	Ciências Contábeis	Bacharelado	2020	✓Autorização: Resolução CEPEX/UFPI n°03 de 04/02/20.
1518473	Turismo	Bacharelado	2020	✓Autorização: Resolução CEPEX/UFPI n°02 de 04/02/20.

Fonte: Coordae/DGOV/Proplan

ANEXO IV – Previsão de vagas a serem ofertadas para o ensino de graduação presencial através do processo seletivo SISU, quinquênio 2020-2024

CAMPUS	CURSO	GRAU	TURNO	ANO																			
				2020				2021				2022				2023				2024			
				1		2		1		2		1		2		1		2		1		2	
				AC	AA	AC	AA	AC	AA	AC	AA	AC	AA	AC	AA	AC	AA	AC	AA	AC	AA	AC	AA
TOTAL CAFS				**80**	**80**	**80**	**80**	**80**	**80**	**80**	**80**	**80**	**80**	**80**	**80**	**80**	**80**	**80**	**80**	**80**	**80**	**80**	**80**
CAFS	ADMINISTRAÇÃO	BACHARELADO	TOTAIS	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
CAFS	ADMINISTRAÇÃO	BACHARELADO	MATUTINO E VESPERTINO	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-
CAFS	ADMINISTRAÇÃO	BACHARELADO	NOTURNO	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25
CAFS	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	LICENCIATURA	TOTAIS	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
CAFS	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	LICENCIATURA	MATUTINO E VESPERTINO	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-
CAFS	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	LICENCIATURA	NOTURNO	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20
CAFS	ENFERMAGEM	BACHARELADO	TOTAIS	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15
CAFS	ENFERMAGEM	BACHARELADO	MATUTINO E VESPERTINO	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15
CAFS	PEDAGOGIA	LICENCIATURA	TOTAIS	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
CAFS	PEDAGOGIA	LICENCIATURA	MATUTINO E VESPERTINO	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20
CAFS	PEDAGOGIA	LICENCIATURA	NOTURNO	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-

CAMPUS	CURSO	GRAU	TURNO	ANO																			
				2020				2021				2022				2023				2024			
				1		2		1		2		1		2		1		2		1		2	
				AC	AA	AC	AA	AC	AA	AC	AA	AC	AA	AC	AA	AC	AA	AC	AA	AC	AA	AC	AA
TOTAL CMPP				1004	1004	689	689	1004	1004	689	689	1004	1004	689	689	1004	1004	689	689	1004	1004	689	689
CMPP	ADMINISTRAÇÃO	BACHARELADO	TOTAIS	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
CMPP	ADMINISTRAÇÃO	BACHARELADO	MATUTINO E VESPERTINO	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-
CMPP	ADMINISTRAÇÃO	BACHARELADO	NOTURNO	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25
CMPP	ARQUEOLOGIA E CONSERVAÇÃO DE ARTE RUPESTRE	BACHARELADO	TOTAIS	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-
CMPP	ARQUEOLOGIA E CONSERVAÇÃO DE ARTE RUPESTRE	BACHARELADO	MATUTINO E VESPERTINO	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-
CMPP	ARQUITETURA E URBANISMO	BACHARELADO	TOTAIS	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15
CMPP	ARQUITETURA E URBANISMO	BACHARELADO	MATUTINO E VESPERTINO	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15
CMPP	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	BACHARELADO	TOTAIS	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18
CMPP	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	BACHARELADO	MATUTINO E VESPERTINO	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18
CMPP	CIÊNCIA POLÍTICA	BACHARELADO	TOTAIS	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-
CMPP	CIÊNCIA POLÍTICA	BACHARELADO	NOTURNO	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-
CMPP	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	BACHARELADO	TOTAIS	18	18	-	-	18	18	-	-	18	18	-	-	18	18	-	-	18	18	-	-

CMPP	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	BACHARELADO	MATUTINO E VESPERTINO	18	18	-	-	18	18	-	-	18	18	-	-	18	18	-	-	18	18	-	-
CMPP	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	LICENCIATURA	TOTAIS	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
CMPP	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	LICENCIATURA	MATUTINO E VESPERTINO	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-
CMPP	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	LICENCIATURA	NOTURNO	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20
CMPP	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	BACHARELADO	TOTAIS	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
CMPP	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	BACHARELADO	NOTURNO	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-
CMPP	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	BACHARELADO	VESPERTINO	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25
CMPP	CIÊNCIAS DA NATUREZA	LICENCIATURA	TOTAIS	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
CMPP	CIÊNCIAS DA NATUREZA	LICENCIATURA	NOTURNO	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
CMPP	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	BACHARELADO	TOTAIS	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
CMPP	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	BACHARELADO	VESPERTINO E NOTURNO	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
CMPP	CIÊNCIAS SOCIAIS	BACHARELADO	TOTAIS	15	15	-	-	15	15	-	-	15	15	-	-	15	15	-	-	15	15	-	-
CMPP	CIÊNCIAS SOCIAIS	BACHARELADO	MATUTINO E VESPERTINO	15	15	-	-	15	15	-	-	15	15	-	-	15	15	-	-	15	15	-	-
CMPP	CIÊNCIAS SOCIAIS	LICENCIATURA	TOTAIS	13	13	-	-	13	13	-	-	13	13	-	-	13	13	-	-	13	13	-	-
CMPP	CIÊNCIAS SOCIAIS	LICENCIATURA	MATUTINO E VESPERTINO	13	13	-	-	13	13	-	-	13	13	-	-	13	13	-	-	13	13	-	-
CMPP	DESIGN DA MODA E ESTILISMO	BACHARELADO	TOTAIS	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20

CMPP	DESIGN DA MODA E ESTILISMO	BACHARELADO	NOTURNO	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-
CMPP	DESIGN DA MODA E ESTILISMO	BACHARELADO	VESPERTINO	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20
CMPP	DIREITO	BACHARELADO	TOTAIS	56	56	-	-	56	56	-	-	56	56	-	-	56	56	-	-	56	56	-	-
CMPP	DIREITO	BACHARELADO	MATUTINO E VESPERTINO	28	28	-	-	28	28	-	-	28	28	-	-	28	28	-	-	28	28	-	-
CMPP	DIREITO	BACHARELADO	NOTURNO	28	28	-	-	28	28	-	-	28	28	-	-	28	28	-	-	28	28	-	-
CMPP	EDUCAÇÃO FÍSICA	LICENCIATURA	TOTAIS	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23
CMPP	EDUCAÇÃO FÍSICA	LICENCIATURA	MATUTINO E VESPERTINO	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23
CMPP	ENFERMAGEM	BACHARELADO	TOTAIS	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
CMPP	ENFERMAGEM	BACHARELADO	MATUTINO E VESPERTINO	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
CMPP	ENGENHARIA CARTOGRÁFICA E DE AGRIMENSURA	BACHARELADO	TOTAIS	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15
CMPP	ENGENHARIA CARTOGRÁFICA E DE AGRIMENSURA	BACHARELADO	MATUTINO, VESPERTINO E NOTURNO	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15
CMPP	ENGENHARIA AGRONÔMICA	BACHARELADO	TOTAIS	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
CMPP	ENGENHARIA AGRONÔMICA	BACHARELADO	MATUTINO E VESPERTINO	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
CMPP	ENGENHARIA CIVIL	BACHARELADO	TOTAIS	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
CMPP	ENGENHARIA CIVIL	BACHARELADO	MATUTINO E VESPERTINO	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20

CMPP	ENGENHARIA DE MATERIAIS	BACHARELADO	TOTAIS	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
CMPP	ENGENHARIA DE MATERIAIS	BACHARELADO	MATUTINO, VESPERTINO E NOTURNO	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
CMPP	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	BACHARELADO	TOTAIS	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
CMPP	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	BACHARELADO	MATUTINO, VESPERTINO E NOTURNO	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
CMPP	ENGENHARIA ELÉTRICA	BACHARELADO	TOTAIS	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
CMPP	ENGENHARIA ELÉTRICA	BACHARELADO	MATUTINO E VESPERTINO	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-
CMPP	ENGENHARIA ELÉTRICA	BACHARELADO	MATUTINO, VESPERTINO E NOTURNO	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20
CMPP	ENGENHARIA MECÂNICA	BACHARELADO	TOTAIS	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
CMPP	ENGENHARIA MECÂNICA	BACHARELADO	MATUTINO E VESPERTINO	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
CMPP	ESTATÍSTICA	BACHARELADO	TOTAIS	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-
CMPP	ESTATÍSTICA	BACHARELADO	NOTURNO	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-
CMPP	FARMÁCIA	BACHARELADO	TOTAIS	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15
CMPP	FARMÁCIA	BACHARELADO	MATUTINO E VESPERTINO	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15
CMPP	FILOSOFIA	LICENCIATURA	TOTAIS	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-
CMPP	FILOSOFIA	LICENCIATURA	MATUTINO E VESPERTINO	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-
CMPP	FÍSICA	BACHARELADO	TOTAIS	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-
CMPP	FÍSICA	BACHARELADO	MATUTINO E VESPERTINO	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-

CMPP	FÍSICA	LICENCIATURA	TOTAIS	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
CMPP	FÍSICA	LICENCIATURA	MATUTINO E VESPERTINO	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-
CMPP	FÍSICA	LICENCIATURA	NOTURNO	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25
CMPP	GEOGRAFIA	LICENCIATURA	TOTAIS	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
CMPP	GEOGRAFIA	LICENCIATURA	MATUTINO E VESPERTINO	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-
CMPP	GEOGRAFIA	LICENCIATURA	NOTURNO	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25
CMPP	HISTÓRIA	LICENCIATURA	TOTAIS	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
CMPP	HISTÓRIA	LICENCIATURA	MATUTINO E VESPERTINO	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-
CMPP	HISTÓRIA	LICENCIATURA	NOTURNO	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25
CMPP	JORNALISMO	BACHARELADO	TOTAIS	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
CMPP	JORNALISMO	BACHARELADO	MATUTINO E VESPERTINO	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
CMPP	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA DE LÍNGUA PORTUGUESA	LICENCIATURA	TOTAIS	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
CMPP	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA DE LÍNGUA PORTUGUESA	LICENCIATURA	MATUTINO E VESPERTINO	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-
CMPP	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA DE LÍNGUA PORTUGUESA	LICENCIATURA	NOTURNO	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25

CMPP	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA, FRANCESA E RESPECTIVAS LITERATURAS	LICENCIATURA	TOTAIS	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-
CMPP	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA, FRANCESA E RESPECTIVAS LITERATURAS	LICENCIATURA	MATUTINO E VESPERTINO	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-
CMPP	LETRAS- LÍNGUA INGLESA E LITERATURA DE LÍNGUA INGLESA	LICENCIATURA	TOTAIS	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-
CMPP	LETRAS- LÍNGUA INGLESA E LITERATURA DE LÍNGUA INGLESA	LICENCIATURA	MATUTINO E VESPERTINO	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-
CMPP	MATEMÁTICA	BACHARELADO	TOTAIS	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-
CMPP	MATEMÁTICA	BACHARELADO	MATUTINO E VESPERTINO	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-
CMPP	MATEMÁTICA	LICENCIATURA	TOTAIS	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
CMPP	MATEMÁTICA	LICENCIATURA	MATUTINO E VESPERTINO	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-
CMPP	MATEMÁTICA	LICENCIATURA	NOTURNO	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25
CMPP	MEDICINA	BACHARELADO	TOTAIS	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
CMPP	MEDICINA	BACHARELADO	MATUTINO E VESPERTINO	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
CMPP	MEDICINA VETERINÁRIA	BACHARELADO	TOTAIS	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
CMPP	MEDICINA VETERINÁRIA	BACHARELADO	MATUTINO E VESPERTINO	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
CMPP	NUTRIÇÃO	BACHARELADO	TOTAIS	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20

CMPP	NUTRIÇÃO	BACHARELADO	MATUTINO E VESPERTINO	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
CMPP	ODONTOLOGIA	BACHARELADO	TOTAIS	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18
CMPP	ODONTOLOGIA	BACHARELADO	MATUTINO E VESPERTINO	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18	18
CMPP	PEDAGOGIA	LICENCIATURA	TOTAIS	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60
CMPP	PEDAGOGIA	LICENCIATURA	MATUTINO	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
CMPP	PEDAGOGIA	LICENCIATURA	NOTURNO	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
CMPP	PEDAGOGIA	LICENCIATURA	VESPERTINO	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
CMPP	QUÍMICA	BACHARELADO	TOTAIS	18	18	-	-	18	18	-	-	18	18	-	-	18	18	-	-	18	18	-	-
CMPP	QUÍMICA	BACHARELADO	MATUTINO E VESPERTINO	18	18	-	-	18	18	-	-	18	18	-	-	18	18	-	-	18	18	-	-
CMPP	QUÍMICA	LICENCIATURA	TOTAIS	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20
CMPP	QUÍMICA	LICENCIATURA	MATUTINO E VESPERTINO	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-
CMPP	QUÍMICA	LICENCIATURA	NOTURNO	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20
CMPP	SERVIÇO SOCIAL	BACHARELADO	TOTAIS	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-
CMPP	SERVIÇO SOCIAL	BACHARELADO	MATUTINO E VESPERTINO	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-
CMPP	ZOOTECNIA	BACHARELADO	TOTAIS	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20
CMPP	ZOOTECNIA	BACHARELADO	MATUTINO, VESPERTINO E NOTURNO	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20	-	-	20	20

CAMPUS	CURSO	GRAU	TURNO	ANO																			
				2020				2021				2022				2023				2024			
				1		2		1		2		1		2		1		2		1		2	
				AC	AA	AC	AA	AC	AA	AC	AA	AC	AA	AC	AA	AC	AA	AC	AA	AC	AA	AC	AA
TOTAL CPCE				**125**	**125**	**125**	**125**	**125**	**125**	**125**	**125**	**125**	**125**	**125**	**125**	**125**	**125**	**125**	**125**	**125**	**125**	**125**	**125**
CPCE	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	LICENCIATURA	TOTAIS	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
CPCE	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	LICENCIATURA	NOTURNO	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-
CPCE	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	LICENCIATURA	VESPERTINO	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25
CPCE	ENGENHARIA AGRONÔMICA	BACHARELADO	TOTAIS	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
CPCE	ENGENHARIA AGRONÔMICA	BACHARELADO	MATUTINO, VESPERTINO E NOTURNO	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
CPCE	ENGENHARIA FLORESTAL	BACHARELADO	TOTAIS	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
CPCE	ENGENHARIA FLORESTAL	BACHARELADO	MATUTINO E VESPERTINO	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
CPCE	MEDICINA VETERINÁRIA	BACHARELADO	TOTAIS	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
CPCE	MEDICINA VETERINÁRIA	BACHARELADO	MATUTINO E VESPERTINO	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
CPCE	ZOOTECNIA	BACHARELADO	TOTAIS	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
CPCE	ZOOTECNIA	BACHARELADO	MATUTINO, VESPERTINO E NOTURNO	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25

CAMPUS	CURSO	GRAU	TURNO	ANO																			
				2020				2021				2022				2023				2024			
				1		2		1		2		1		2		1		2		1		2	
				AC	AA	AC	AA	AC	AA	AC	AA	AC	AA	AC	AA	AC	AA	AC	AA	AC	AA	AC	AA
TOTAL CSHNB				**215**	**217**	**180**	**180**	**215**	**217**	**180**	**180**	**215**	**217**	**180**	**180**	**215**	**217**	**180**	**180**	**215**	**217**	**180**	**180**
CSHNB	ADMINISTRAÇÃO	BACHARELADO	TOTAIS	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
CSHNB	ADMINISTRAÇÃO	BACHARELADO	MATUTINO E VESPERTINO	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-
CSHNB	ADMINISTRAÇÃO	BACHARELADO	NOTURNO	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25
CSHNB	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	LICENCIATURA	TOTAIS	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
CSHNB	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	LICENCIATURA	MATUTINO E VESPERTINO	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25
CSHNB	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	LICENCIATURA	NOTURNO	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-
CSHNB	ENFERMAGEM	BACHARELADO	TOTAIS	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15
CSHNB	ENFERMAGEM	BACHARELADO	MATUTINO E VESPERTINO	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15	15
CSHNB	HISTÓRIA	LICENCIATURA	TOTAIS	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
CSHNB	HISTÓRIA	LICENCIATURA	MATUTINO E VESPERTINO	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-
CSHNB	HISTÓRIA	LICENCIATURA	NOTURNO	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25
CSHNB	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA DE LÍNGUA PORTUGUESA	LICENCIATURA	TOTAIS	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-
CSHNB	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA DE	LICENCIATURA	NOTURNO	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-

	LÍNGUA PORTUGUESA																						
CSHNB	MATEMÁTICA	LICENCIATURA	TOTAIS	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
CSHNB	MATEMÁTICA	LICENCIATURA	MATUTINO E VESPERTINO	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25
CSHNB	MATEMÁTICA	LICENCIATURA	NOTURNO	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-
CSHNB	MEDICINA	BACHARELADO	TOTAIS	-	-	15	15	-	-	15	15	-	-	15	15	-	-	15	15	-	-	15	15
CSHNB	MEDICINA	BACHARELADO	MATUTINO E VESPERTINO	-	-	15	15	-	-	15	15	-	-	15	15	-	-	15	15	-	-	15	15
CSHNB	NUTRIÇÃO	BACHARELADO	TOTAIS	25	27	25	25	25	27	25	25	25	27	25	25	25	27	25	25	25	27	25	25
CSHNB	NUTRIÇÃO	BACHARELADO	MATUTINO E VESPERTINO	25	27	25	25	25	27	25	25	25	27	25	25	25	27	25	25	25	27	25	25
CSHNB	PEDAGOGIA	LICENCIATURA	TOTAIS	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-
CSHNB	PEDAGOGIA	LICENCIATURA	NOTURNO	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-	25	25	-	-
CSHNB	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	BACHARELADO	TOTAIS	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25
CSHNB	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	BACHARELADO	MATUTINO E VESPERTINO	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25	25

Legenda: CC – Concorrência Cota e AC – Ampla Concorrência.
Fonte: UFPI

ANEXO V – Relação dos polos de apoio presencial do ensino de graduação a distância cadastrados no sistema e-MEC

POLO	CÓDIGO E-MEC DO CURSO	CURSO	ENDEREÇO DO POLO
ÁGUA BRANCA-PI	108006	ADMINISTRAÇÃO	AVENIDA JOSE MIGUEL, S/N - CENTRO
	123498	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
	109394	FILOSOFIA	
	109358	FÍSICA	
	1186923	LETRAS - INGLÊS	
	109356	MATEMÁTICA	
	104726	PEDAGOGIA	
	108660	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	
ALEGRETE DO PIAUÍ-PI	1305552	COMPUTAÇÃO	AVENIDA MANOEL SANCHES LEAL, S/N - VILA
	109394	FILOSOFIA	
	1186923	LETRAS - INGLÊS	
	109356	MATEMÁTICA	
	104726	PEDAGOGIA	
	108660	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	
	1518472	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	
ALTOS-PI	123498	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	RUA TIRADENTES, Nº 522 – CENTRO –CEP: 64290-000
ANÍSIO DE ABREU-PI	108006	ADMINISTRAÇÃO	RUA MANOEL RIBEIRO DA SILVA, S/N – ESPERANÇA
	1305546	GEOGRAFIA	
	1186923	LETRAS - INGLÊS	
	104726	PEDAGOGIA	
AVELINO LOPES-PI	109394	FILOSOFIA	PRAÇA NOSSA SENHORA DAS MERCÊS, S/N - CENTRO
	109358	FÍSICA	
BARRAS-PI	108006	ADMINISTRAÇÃO	RUA FENELON CASTELO BANCO, S/N - CENTRO
	109394	FILOSOFIA	
	108660	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	
BOM JESUS-PI	123498	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	PRAÇA ALCEBIADES DE MORAES, S/N
	1305552	COMPUTAÇÃO	
	1305546	GEOGRAFIA	
	109356	MATEMÁTICA	
	109386	QUÍMICA	
BURITI DOS LOPES-PI	108006	ADMINISTRAÇÃO	RUA PROFESSORA MARIA DA GLÓRIA, S/N - CONJUNTO COHAB
	109390	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	
	1305536	CIÊNCIAS DA NATUREZA	

POLO	CÓDIGO E-MEC DO CURSO	CURSO	ENDEREÇO DO POLO
	109394	FILOSOFIA	
	1305546	GEOGRAFIA	
	1186923	LETRAS - INGLÊS	
	109356	MATEMÁTICA	
	108660	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	
CAJAZEIRAS DO PIAUÍ-PI	108006	ADMINISTRAÇÃO	RUA ZÉ PAULINO, S/N - CENTRO
	1305546	GEOGRAFIA	
	1186923	LETRAS - INGLÊS	
	109356	MATEMÁTICA	
	104726	PEDAGOGIA	
	108660	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	
CAMPO ALEGRE DE LOURDES-BA	1305552	COMPUTAÇÃO	RUA CASTRO ALVES – CENTRO
	109394	FILOSOFIA	
	1270463	LETRAS - PORTUGUÊS	
	109356	MATEMÁTICA	
	104726	PEDAGOGIA	
CAMPO MAIOR-PI	108006	ADMINISTRAÇÃO	AVENIDA SANTO ANTONIO, 1736 - SÃO LUIS
	1305552	COMPUTAÇÃO	
	109394	FILOSOFIA	
	109358	FÍSICA	
	1305546	GEOGRAFIA	
	1186923	LETRAS - INGLÊS	
	109356	MATEMÁTICA	
	108660	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	
	1518473	TURISMO	
CANTO DO BURITI-PI	108006	ADMINISTRAÇÃO	RUA RIO GRANDE DO NORTE, 702 - AEROPORTO
	109390	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	
	1305536	CIÊNCIAS DA NATUREZA	
	109394	FILOSOFIA	
	1305546	GEOGRAFIA	
	1186923	LETRAS-INGLÊS	
	109356	MATEMÁTICA	
	108660	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	
CASTELO DO PIAUÍ-PI	108006	ADMINISTRAÇÃO	RUA JOAQUIM TÁVORA, 537 - CENTRO
	1305552	COMPUTAÇÃO	
	109394	FILOSOFIA	
	1305546	GEOGRAFIA	
	1305529	HISTÓRIA	

POLO	CÓDIGO E-MEC DO CURSO	CURSO	ENDEREÇO DO POLO
	109356	MATEMÁTICA	
	109386	QUÍMICA	
	108660	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	
	1518472	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	
CORRENTE-PI	109394	FILOSOFIA	PRAÇA JOAQUIM NOGUEIRA PARANAGUÁ, 73 - CENTRO
	1305529	HISTÓRIA	
	109356	MATEMÁTICA	
	104726	PEDAGOGIA	
ELESBÃO VELOSO-PI	108006	ADMINISTRAÇÃO	PRAÇA PE. JOSÉ PAULO DO RÊGO, 219 - CAPITÃO MUNDOCO
	109394	FILOSOFIA	
	1186923	LETRAS-INGLÊS	
	1270463	LETRAS - PORTUGUÊS	
	109356	MATEMÁTICA	
	104726	PEDAGOGIA	
	108660	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	
ESPERANTINA-PI	108006	ADMINISTRAÇÃO	AVENIDA MINISTRO PETRONIO PORTELA, 1957 – CENTRO
	1305552	COMPUTAÇÃO	
	109394	FILOSOFIA	
	1305546	GEOGRAFIA	
	1305529	HISTÓRIA	
	104726	PEDAGOGIA	
	108660	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	
FLORIANO-PI	123498	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	ROD. BR 343, KM 3.5 - BAIRRO MELADÃO (PRÉDIO DO COLÉGIO TÉCNICO DE FLORIANO - CTF/UFPI)
	1305546	GEOGRAFIA	
	1305529	HISTÓRIA	
	1186923	LETRAS-INGLÊS	
	109356	MATEMÁTICA	
	104726	PEDAGOGIA	
	109386	QUÍMICA	
	108660	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	
	1518472	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	
FRONTEIRAS-PI	1186923	LETRAS-INGLÊS	AVENIDA LANDRI SALES, Nº 554 – CENTRO – CEP: 64690-000
GILBUÉS-PI	108006	ADMINISTRAÇÃO	AV: JOÃO DIAS FIGUEIREDO, S/N - SANTO ANTÔNIO
	109390	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	
	109394	FILOSOFIA	
	1305546	GEOGRAFIA	
	1186923	LETRAS-INGLÊS	

POLO	CÓDIGO E-MEC DO CURSO	CURSO	ENDEREÇO DO POLO
	109356	MATEMÁTICA	
	108660	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	
INHUMA-PI	108006	ADMINISTRAÇÃO	RUA JOÃO GONÇALVES DE HOLANDA, 212 - LIBERDADE
	109390	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	
	1305552	COMPUTAÇÃO	
	109394	FILOSOFIA	
	1305529	HISTÓRIA	
	1186923	LETRAS-INGLÊS	
	1270463	LETRAS - PORTUGUÊS	
	109356	MATEMÁTICA	
	104726	PEDAGOGIA	
	108660	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	
ITAINÓPOLIS-PI	108006	ADMINISTRAÇÃO	PRAÇA ENGENHEIRO DOMINGOS SÁVIO, S/N - CENTRO
	1305546	GEOGRAFIA	
	1186923	LETRAS-INGLÊS	
	1518472	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	
JAICÓS-PI	109394	FILOSOFIA	RUA DEP.CONSTÃNCIO CARVALHO, 264 - SERRANÓPOLES
	109358	FÍSICA	
	1305529	HISTÓRIA	
	109356	MATEMÁTICA	
	104726	PEDAGOGIA	
	108660	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	
JUAZEIRO-BA	108006	ADMINISTRAÇÃO	RUA AGOSTINHO MUNIZ, N 1010 - A BAIRRO SÃO GERALDO - JUAZEIRO - BAHIA
	109394	FILOSOFIA	
	1270463	LETRAS - PORTUGUÊS	
	104726	PEDAGOGIA	
LUÍS CORREIA-PI	108006	ADMINISTRAÇÃO	UNIDADE ESCOLAR ZULMIRA XAVIER, RUA AFONSO SERRA, 605 – CENTRO
	123498	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
	109394	FILOSOFIA	
	1305546	GEOGRAFIA	
	1186923	LETRAS - INGLÊS	
	1270463	LETRAS - PORTUGUÊS	UNIDADE ESCOLAR ZULMIRA XAVIER, RUA AFONSO SERRA, 605 – CENTRO
LUZILÂNDIA-PI	108006	ADMINISTRAÇÃO	RUA JOÃO QUARIGUAZI, 409, CENTRO, LUZILÂNDIA/PI
	109394	FILOSOFIA	
	1305546	GEOGRAFIA	
	1186923	LETRAS - INGLÊS	

POLO	CÓDIGO E-MEC DO CURSO	CURSO	ENDEREÇO DO POLO
	109356	MATEMÁTICA	
	104726	PEDAGOGIA	
	109386	QUÍMICA	
MARCOS PARENTE-PI	1305552	COMPUTAÇÃO	RUA LANDRI SALES S/N - CENTRO (PRÓXIMO A UNIDADE ESCOLAR FLORIANA GOMES DA FONSECA)
	109394	FILOSOFIA	
	1186923	LETRAS - INGLÊS	
	109356	MATEMÁTICA	
	104726	PEDAGOGIA	
MONSENHOR GIL-PI	108006	ADMINISTRAÇÃO	AVENIDA JOEL MENDES, 650 – CENTRO
	109356	MATEMÁTICA	
	104726	PEDAGOGIA	
OEIRAS-PI	108006	ADMINISTRAÇÃO	AV. DESEMBARGADOR CÂNDIDO MARTINS, 67 – CENTRO
	109394	FILOSOFIA	
	1305546	GEOGRAFIA	
	1186923	LETRAS - INGLÊS	
	1270463	LETRAS - PORTUGUÊS	
	109356	MATEMÁTICA	
	109386	QUÍMICA	
	108660	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	
PAES LANDIM-PI	108006	ADMINISTRAÇÃO	RUA TREZE DE MAIO, S/N
	1305552	COMPUTAÇÃO	
	1270463	LETRAS - PORTUGUÊS	
	109356	MATEMÁTICA	
	108660	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	
PALMEIRAIS-PI	1186923	LETRAS-INGLÊS	PI 130, S/N – SERRA NEGRA, CEP: 64420-000
	109356	MATEMÁTICA	
PEDRO II-PI	1518473	TURISMO	RUA MANOEL JORGE, Nº 750 – ENGENHO NOVO CEP: 64255-000
PICOS-PI	108006	ADMINISTRAÇÃO	AV. SENADOR HELVÍDIO NUNES, S/N (AO LADO DO DETRAN DE PICOS) – JUNCO
	108018	ADMINISTRAÇÃO	
	123498	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
	1305552	COMPUTAÇÃO	
	109394	FILOSOFIA	
	1305546	GEOGRAFIA	
	1186923	LETRAS - INGLÊS	
	109356	MATEMÁTICA	
PIO IX-PI	108006	ADMINISTRAÇÃO	
	1305552	COMPUTAÇÃO	

POLO	CÓDIGO E-MEC DO CURSO	CURSO	ENDEREÇO DO POLO
	109394	FILOSOFIA	RUA ALENCAR ARARIPE, S/N - CENTRO (PRÓXIMO AO HOSPITAL LOCAL)
	104726	PEDAGOGIA	
	109386	QUÍMICA	
PIRACURUCA-PI	108006	ADMINISTRAÇÃO	RUA TENENTE RUI BRITO, 1430 – CENTRO CEP: 64240-000 - PIRACURUCA/PI
	109394	FILOSOFIA	
	109358	FÍSICA	
	1305546	GEOGRAFIA	
	1270463	LETRAS - PORTUGUÊS	
	109356	MATEMÁTICA	
	109386	QUÍMICA	
	108660	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	
PIRIPIRI-PI	108006	ADMINISTRAÇÃO	AVENIDA MARECHAL CASTELO BRANCO, 180 – PETECAS
	1305552	COMPUTAÇÃO	
	109394	FILOSOFIA	
	1305546	GEOGRAFIA	
	109356	MATEMÁTICA	
REDENÇÃO DO GURGUÉIA-PI	1305529	HISTÓRIA	RUA FRANCISCO NOGUEIRA, S/N - SANTO ANTONIO
	1186923	LETRAS - INGLÊS	
	104726	PEDAGOGIA	
	109386	QUÍMICA	
REGENERAÇÃO-PI	108006	ADMINISTRAÇÃO	RUA GONÇALO NUNES, 297 – CENTRO
	123498	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
	109394	FILOSOFIA	
	1186923	LETRAS - INGLÊS	
	108660	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	
SANTA CRUZ DO PIAUÍ-PI	1305552	COMPUTAÇÃO	RUA NÉ ARISTARCO, S/N – CENTRO
	109394	FILOSOFIA	
	1305529	HISTÓRIA	
	1186923	LETRAS - INGLÊS	
SÃO JOÃO DO PIAUÍ-PI	108006	ADMINISTRAÇÃO	PRAÇA MANOEL ANTÔNIO DE SOUSA, S/N
	1518472	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	
	1305552	COMPUTAÇÃO	
	109394	FILOSOFIA	
	109358	FÍSICA	
	1305546	GEOGRAFIA	
	1186923	LETRAS - INGLÊS	
	1270463	LETRAS - PORTUGUÊS	
SÃO JOSÉ DO PEIXE-PI	123498	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	

POLO	CÓDIGO E-MEC DO CURSO	CURSO	ENDEREÇO DO POLO
	1305546	GEOGRAFIA	PRAÇA JUSCELINO KUBITSCHEK, S/N - CENTRO
	1305529	HISTÓRIA	
	1186923	LETRAS - INGLÊS	
	104726	PEDAGOGIA	
SÃO RAIMUNDO NONATO-PI	1518473	TURISMO	BR 020, S/N – BAIRRO PRIMAVERA – CEP: 64.770-000
SIMÕES-PI	108006	ADMINISTRAÇÃO	RUA DOM EXPEDITO LOPES, S/N – CENTRO
	109390	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	
	1305536	CIÊNCIAS DA NATUREZA	
	109394	FILOSOFIA	
	1270463	LETRAS - PORTUGUÊS	
	104726	PEDAGOGIA	
	108660	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	
SIMPLÍCIO MENDES-PI	108006	ADMINISTRAÇÃO	RUA PIO SÉRVIO, S/N – CENTRO
	123498	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
	109394	FILOSOFIA	
	1270463	LETRAS - PORTUGUÊS	
	109356	MATEMÁTICA	
	104726	PEDAGOGIA	
	109386	QUÍMICA	
	108660	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	
TERESINA-PI	108006	ADMINISTRAÇÃO	RUA RUI BARBOSA, S/N - BAIRRO MATINHA
	108018	ADMINISTRAÇÃO	
	1305552	COMPUTAÇÃO	
	109394	FILOSOFIA	
	1305546	GEOGRAFIA	
	1270463	LETRAS - PORTUGUÊS	
	1518473	TURISMO	
UNIÃO-PI	108006	ADMINISTRAÇÃO	RUA JOSÉ MOITA, S/N - BAIRRO SÃO SABASTIÃO
	123498	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
	1305552	COMPUTAÇÃO	
	109394	FILOSOFIA	
	1186923	LETRAS - INGLÊS	
	109356	MATEMÁTICA	
	109386	QUÍMICA	
	108660	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	
URUÇUÍ-PI	108006	ADMINISTRAÇÃO	RUA ALMIR BENVINDO, S/N - MALVINAS
	109394	FILOSOFIA	

POLO	CÓDIGO E-MEC DO CURSO	CURSO	ENDEREÇO DO POLO
	1305546	GEOGRAFIA	
	1305529	HISTÓRIA	
	1270463	LETRAS - PORTUGUÊS	
	109386	QUÍMICA	
	108660	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	
VALENÇA DO PIAUÍ-PI	108006	ADMINISTRAÇÃO	AVENIDA 15 DE NOVEMBRO, S/N – CENTRO
	109394	FILOSOFIA	
	1186923	LETRAS - INGLÊS	
	1270463	LETRAS - PORTUGUÊS	
	109356	MATEMÁTICA	
	109386	QUÍMICA	
	108660	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	

ANEXO VI – Vagas ofertadas para o ensino de graduação a distância através do processo seletivo vestibular no quinquênio 2015-2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	ANO	2017			
	PERIODO	1			
	MODALIDADE	À DISTÂNCIA			
CURSO	GRAU	TIPO DE VAGA			TOTAL
		CC	POFESSOR	AC	
ADMINISTRAÇÃO	BACHARELADO	500	-	500	1000
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	BACHARELADO	175	-	175	350
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	LICENCIATURA	60	12	48	120
COMPUTAÇÃO	LICENCIATURA	325	65	260	650
FILOSOFIA	LICENCIATURA	500	100	400	1000
FÍSICA	LICENCIATURA	60	12	48	120
GEOGRAFIA	LICENCIATURA	500	100	400	1000
HISTÓRIA	LICENCIATURA	250	50	200	500
LETRAS-INGLÊS	LICENCIATURA	500	100	400	1000
LETRAS-PORTUGUÊS	LICENCIATURA	350	70	280	700
MATEMÁTICA	LICENCIATURA	550	110	440	1100
PEDAGOGIA	LICENCIATURA	325	65	260	650
QUÍMICA	LICENCIATURA	135	27	108	270
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	BACHARELADO	425	-	425	850
TOTAL		**4.655**	**711**	**3,944**	**9.310**

ANEXO VII – Detalhamento das áreas administrativas e acadêmicas da UFPI

INFRAESTRUTURA DO CENTRO TECNOLOGIA (CT)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	SALAS ADMINISTRATIVAS (Direção, coordenações e departamentos de curso e outros espaços)		14
2	SALAS DE AULAS (Prédio Principal, Engate e Espaço Integrado)	502 a 510 520 a 522 530 a 539 544 a 547 553 a 556 564 a 569 581 a 586	61
3	LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA	-	04
4	LABORATÓRIOS DE ENSINO	-	33
5	ÁREA DE CONVIVÊNCIA	-	01
6	AUDITÓRIOS	-	02
7	BIBLIOTECA	-	01

INFRAESTRUTURA DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS (CCHL)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	SALAS ADMINISTRATIVAS (Direção, coordenações e departamentos de curso e outros espaços)	• Diretoria do CCHL; • Secretaria do CCHL; • Vice-diretora do CCHL; • Sala de Reuniões Professor Camilo Filho; • Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGANT); • Sala de Reuniões e Videoconferência; • Coordenação do Curso de Geografia (CCGEO); • Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO); • Departamento de História (DH); • Coordenação do Curso de História (CCHIS); • Sala de Reuniões do Departamento de História (DH); • Departamento de Ciências Sociais (DCIES); • Coordenação do Curso de Ciências Sociais (CCCS);	56

		• PET – Serviço Social; • Coordenação do Curso de Serviço Social (CCSS); • Departamento de Serviço Social (DSS); • Laboratório de Línguas (CLE); • Núcleo de Estudos Portugueses (NEP); • Sala do PTIA; • Núcleo de Pesquisa sobre Africanidades e Afrodescendência (Ifaradá); • Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP); • Laboratório do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas; • Sala de Apoio ao Projeto de Saúde Mental; • Coordenação do Curso de Ciência Política (CCP); • PET – História; • Conta Júnior (CCCON); • Núcleo de Pesquisa sobre Criança e Adolescente (NUPEC); • PET – Filosofia; • Núcleo de Pesquisa em PPGPP; • Posto Setorial do NTI; • Sala do DECON; • Coordenação de Curso de Administração (CCADM); • Coordenação do Curso de Ciências Contábeis (CCCON); • Coordenação do Curso de Letras Estrangeiras (CLE); • Coordenação do Curso de Letras Vernáculas (CLV); • Coordenação do Curso de Economia (CECO); • Departamento de Ciências Econômicas (DECON); • Banco de Dados de Economia • Coordenação do Curso de Filosofia (CCFIL); • Departamento de Filosofia (DFIL). • Núcleo de Estudos sobre Ruralidades e Territorialidades Piauienses; • Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Filosofia (Sala 301); • Banheiro adaptado (Sala 302A); • Centro Acadêmico de Ciência Política (Sala 302B); • Copa (Sala 306B); • Catáphora – Núcleo de Pesquisa em Texto, Gênero e Discurso (Sala 350A); • Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) (Sala 323A); • Empresa Júnior Visconde de Mauá (Sala 321B); • Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (Sala 323B); • Programa de Pós-Graduação em Sociologia (Salas 308A e 308B); • *English Resourse Information Center* (ERIC) (Sala 345); • Núcleo de Pesquisa (NUPEJ)	

		• Associação Nacional de História (ANPHU); • Núcleo de História Oral (NHO; • Núcleo de Estudos em Gênero e Desenvolvimento (Engendre); • Programa de Pós-Graduação em História do Brasil.	
2	SALAS DE AULAS (Prédio Principal, Engate e Espaço Integrado)	• Salas 303 a 306 – Salas de aula do curso de Filosofia; • Salas 307; 318 a 321; 353 a 356 – Salas de Aula Letras; • Sala 313A – Sala da Cultura Francesa; • Salas 323J; 323L; 323H • 323I – Salas de Aula PPGL; • Salas 346 a 350 – Salas de Aula Economia; • Salas 308; 309; 312, 313 e 352 – Salas de Aula Administração; • Sala 328 – Sala de Aula Ciência Política; • Salas 323C e 323E – Sala de Aula PPGHB; • 323M – Sala de Aula PPGPP • Salas 340 e 343 – Sala de Aula Serviço Social; • Salas 329 a 331 – Salas de Aula História; • Sala 322 - Sala de Aula PPGPP; • Salas 316 e 317 – Salas de Defesa de Teses; • Sala 315 - Sala de Aula PPGCP; • Sala 311 e 342 – Salas de Aula Ciências Sociais; • Sala 310 - Sala de Aula Ciências Contábeis; • Salas 333, 341 e 344 – Salas de Aula Geografia; • Sala 355 – Sala de Aula Filosofia; • Sala 313A – Sala da Cultura Francesa; • Sala 323F – Sala de Aula DINTER ADM; • Sala 351 – Sala de Aula PPGANT; • Sala 314 – Sala de Aula PPGFIL; • Sala 338 – Sala de Aula PPGGEO; • Sala 323G – Sala de aula PPGS; • Sala de Vídeo I – Monsenhor Chaves; • Sala de Vídeo II – Newton Lopes.	56
3	LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA	• Laboratório de Informática (Sala 300); • Laboratório de Informática (Sala 326).	02
4	LABORATÓRIOS DE ENSINO	Laboratório de Línguas	01
		Laboratórios de Prática de Ensino	02
		LPE (com 30 computadores)	01
		LIFE (Sala 306A, com10 computadores)	01

		Laboratórios de Geografia	05
		Laboratório de Geomática	
		Laboratório de Solos e Sedimentos	01
		Laboratório de Geoambiente	01
		Laboratório de Climatologia Geográfica –Tupã	01
		Laboratório de Cartografia Escolar e Geotecnologias (Geotec)	01
		Laboratório de Ciências Sociais	01
		Laboratório do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia	01
5	ÁREA DE CONVIVÊNCIA	Praças: Praça Sudeste; Praça da Economia (Praça Oeste); Praça Noroeste; Praça da Filosofia (Praça Leste).	04
		Passarela Principal do CCHL	01
		Pátios para Exposições	03
		Hall	03
		Palco de atividades culturais	01
		Praças de Alimentação	02
6	AUDITÓRIOS	• Auditório Noé Mendes (com 100 lugares); • Auditório Sala 340B (com 80 lugares); • Auditório de Defesa de Tese (com 90 lugares); • Auditório de Defesa de Tese 2 (com 90 lugares).	04
7	BIBLIOTECA	Biblioteca Setorial	01

INFRAESTRUTURA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO (CCE)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	SALAS ADMINISTRATIVAS (Direção, coordenações e departamentos de curso e outros espaços)	Diretoria (com secretaria; secretaria administrativa; depósito; arquivo morto; sala de reunião; Sala do STI CCE; copa e sala dos convênios);	08
		DEFE (com salas da chefia; secretaria; reunião e depósito);	04
		DMTE (com salas de chefia; secretaria; reunião; depósito; sala de substitutos);	05
		DEA (com salas de chefia; secretaria; reunião; depósito);	04
		DCS (com salas de chefia; sala de reunião; sala de vídeo);	03
		Coordenação do curso de Pedagogia (com sala de coordenação; secretaria; reunião e depósito);	02
		Coordenação do curso de Comunicação Social (com sala de coordenação e depósito);	03
		Coordenação do curso de LEDOC (com sala de coordenação; secretaria e reunião);	04
		Coordenação do curso de Artes Visuais (com sala de coordenação; secretaria e depósito);	04

		Coordenação do curso de Música (com sala de coordenação; secretaria; reunião; almoxarifado de instrumentos musicais);	04
		Coordenação do curso de Moda, Design e Estilismo (com sala de coordenação; reunião; secretaria; serviços xerox);	04
		Coordenação do curso de Pós-Graduação em Educação (com sala de coordenação; reunião; defesa; núcleos; revista; COMFOR);	06
		Coordenação do curso de Pós-Graduação em Comunicação Social (com sala de coordenação e secretaria).	02
2	SALAS DE AULAS (Prédio Principal, Engate e Espaço Integrado)	• Salas do DEFE: 422 a 424, 438 a 440, 472 e 473; • Salas do DMTE: 425, 428, 429, 431 a 433, 474 e 475; • Salas do DEA: 443 a 445; • Salas do DCS: 453 a 455 e 457 a 459; • Salas do curso de Moda, Design e Estilismo:22, 23, 24 e 27 a 29; • Salas do curso de LEDOC (Espaço Integrado - EUI):10 a 13; • Salas do curso de Música: 447, 448, 476 e 477; • Salas do curso de Pós-Graduação em Educação: 01 a 04; • Salas do curso de Pós-Graduação em Comunicação Social: 02 salas de estudo.	45
3	LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA	Laboratórios de informática atendem todos os cursos.	04
4	LABORATÓRIOS DE ENSINO	• Laboratório de Webjornalismo; • Laboratório de Fotografia (dois); • Laboratório de Jornalismo; • Laboratório de TV; • Rádio (3 salas). • Labmídia; • Limus; • Laboratório de Desenho; • Laboratório de Criatividade; Laboratório de Produção Gráfica; • Laboratório de Estamparia; • Laboratório de Materiais têxteis; • Laboratório de Computação gráfica; • Laboratório de Montagem do vestuário. • Laboratório de Modelagem.	18
5	ÁREAS DE CONVIVÊNCIA	• Espaço Carretel • Praça da Coruja • Praça do Cajueiro • Pátio do PPGED • Pátio da Diretoria • Pátio do Auditório Salomé	07

		• Pátios da Moda	
6	AUDITÓRIOS	• Auditório Salomé Cabral; • Auditório de Música.	02
7	BIBLIOTECA	Biblioteca Setorial	01
8	HEMEROTECA	Hemeroteca do curso de Comunicação Social	01
9	NÚCLEO TÊXTIL	Núcleo têxtil do curso de Moda, Design e Estilismo	01
10	BANHEIROS	• Comunicação Social (03); • Moda, Design e Estilismo (6); • Pedagogia (9); • Música; • DEA (01); • PPGED (02)	22
11	GABINETES DE PROFESSORES	• DMTE (15); • DEFE (17); • DEA (06); • DCS e PPGCOM (12); • Moda, Design e Estilismo (16); • Música (06); • PPGED (20).	92
12	ANFITEATRO	Moda, Design e Estilismo (01) Comunicação Social (01)	02
13	SALAS DE ESTUDO	• 1P a 6P – salas de estudo individual; • Sala de Piano; • Estúdios de Música (E1 e E2); • PPGED; • Sala de Vídeo do CCE.	11
14	ESPAÇOS/SALAS DE PROJETOS	• PET; • Brinquedoteca; • OBEJUV.	03
15	COPA/COZINHA	-	03
16	SALA DE SEGURANÇAS	-	01
17	CENTROS ACADÊMICOS	Centros acadêmicos dos cursos	06
18	EMPRESA JÚNIOR	Empresa do Junior do curso de Moda, Design e Estilismo	01
19	PRAÇA ALIMENTAÇÃO	No bloco da moda e no engate CCE-CCHL	02
20	XEROX	-	03
21	ESTACIONAMENTO	-	03

INFRAESTRUTURA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA (CCN)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1	ALMOXARIFADO	Almoxarifados – Diversos Setores	09
2	ANFITEATRO	Anfiteatro Prof. Dr. João Benício de Melo Neto	01
3	ÁREAS DE CONVIVÊNCIA	áreas de convivência do CCN II; biblioteca setorial e PPG-química	03
4	AUDITÓRIOS	Auditórios diversos	06
5	BANHEIROS	Banheiros diversos: uso coletivo, privativo e para PNE's.	62
6	BIBLIOTECA	Biblioteca Setorial do CCN	01
7	CENTROS ACADÊMICOS	Centros Acadêmicos dos cursos de graduação	08
8	LIGA ACADÊMICA	Liga Acadêmica de Computação	01
9	COPA/COZINHA	Copa/cozinha diversas	10
10	DEPÓSITOS	Depósitos de materiais de limpeza	05
11	LABORATÓRIOS DE ENSINO	Laboratórios de Ensino diversos	21
12	LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA	Laboratórios de Informática diversos	08
13	LABORATÓRIOS DE PESQUISA	Laboratórios de Pesquisa diversos	39
14	SALAS ADMINISTRATIVAS	Chefias de cursos - graduação	05
		Coordenações de cursos – graduação e pós-graduação	15
		Secretarias de cursos – graduação e pós-graduação	16
		Diretoria	01
		Hall de acesso/consulta ao acervo – Biblioteca Setorial	01
		Sala de xerox/arquivo	03
		Salas de reuniões	04
15	SALAS DE AULAS	Salas de aulas diversas – graduação e pós-graduação	56
16	SALAS DE ESTUDOS	Salas de estudos diversas – graduação e pós-graduação	16
17	SALAS DE PROFESSORES	Gabinetes pessoais	159
18	SALAS DIVERSAS	Sala de Montagem - Herbário	01
		Sala de Secagem - Herbário	01
		Sala de apoio a projetos – Departamento de Computação	01
		Sala de bens inservíveis – Departamento de Física	01
		Sala de Moinho – PPG-Química	01

		Salas de equipamentos de informática (servidor de internet)	02
		Sala de Videoconferência – PPG-Computação	01
		Sala dos técnicos – Dep. de Biologia e Departamento de Química	02

INFRAESTRUTURA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE (CCS)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	ÁREA TOTAL (m²)
1	SALAS DE AULA	67	50,00
2	LABORATÓRIOS	98	64,10
3	INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS: Direção do Centro	01	128,94
4	INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS: Departamentos	15	444,73
5	INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS: Coordenações de Cursos e Programas	15	420,22
6	SALA DE VÍDEO	05	125,00
7	COPA	15	79,19
8	CANTINA /LANCHONETE	05	57,40
9	AUDITÓRIOS	07	1008,74
10	BIBLIOTECAS (SETORIAIS)	05	291,64
11	BANHEIROS COLETIVOS	57	454,41
12	BANHEIROS ADAPTADOS A PNE	14	41,47
13	GABINETES PARA DOCENTES	111	1048,70
14	SETOR DE REPROGRAFIA	04	34,16
15	LABORATÓRIOS/CENÁRIOS DE PRÁTICA		
NOME		QUANTIDADE	CURSO(S)/PROGRAMA(S) ATENDIDO(S)
Laboratório de Dor e Inflamação		03	Mestrado em Farmacologia
Laboratório de Digestório		01	Mestrado em Farmacologia
Laboratório de pesquisa em Leishmaniose		01	Mestrado em Farmacologia
Laboratório de Cardiovascular		01	Mestrado em Farmacologia
Laboratório de Anatomia patológica (com 20 lugares)		01	Medicina, Odontologia, Enfermagem, Nutrição, Farmácia e Educação Física.
Laboratório de Avaliação Física e Funcional (com 10 lugares)		01	Educação Física
Laboratório de Enfermagem (com 40 lugares)		01	Enfermagem

Laboratório de Práticas Holísticas (com 20 lugares)	01	Enfermagem
Laboratório de Simulação	01	Enfermagem
Centro Cirúrgico (com 20 lugares)	01	Enfermagem
Laboratório de informática (LIG)	09	Todos os cursos do CCS
Laboratório de Informática Pós-Graduação (LAINF)	02	02
Laboratório de Anatomia (cada um com 40 lugares)	03	Medicina, Odontologia, Enfermagem, Nutrição, farmácia, Educação Física, Biologia e Química.
Laboratório de Histologia (cada um com 40 lugares)	03	Medicina, Odontologia, Enfermagem, Nutrição, farmácia e Educação Física, Medicina Veterinária, Biologia e Química
Laboratório de Pesquisa do DMOR	01	Todos os cursos do CCS
Laboratório de avaliação Nutricional (com 15 lugares)	01	Nutrição
Laboratório de Bromatologia e Bioquímica de alimentos (com 15 lugares)	01	Nutrição
Laboratório de Técnica Dietética (com 15 lugares)	01	Nutrição
Laboratório de Microbiologia e Controle de Qualidade de Alimentos (com 15 lugares)	01	Nutrição
Laboratório de análise Sensorial de alimentos (com12 lugares)	01	Nutrição
Laboratório de Desenvolvimento de Produtos (com12 lugares)	01	Nutrição
Laboratório de Nutrição Experimental (com15 lugares)	01	Nutrição
Biotério setorial 1	01	NPPM
Biotério setorial 2	01	Departamento de Biofísica e Fisiologia

INFRAESTRUTURA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA (CEAD)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
1	SALAS ADMINISTRATIVAS	23
2	SALAS DE AULAS	Nos polos
3	LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA	01
4	LABORATÓRIOS DE ENSINO	01
5	ÁREA DE CONVIVÊNCIA	01
6	AUDITÓRIOS	01
7	BIBLIOTECAS (Setoriais)	42 (uma unidade em cada polo de apoio presencial)
8	POLOS A DISTÂNCIA	42

INFRAESTRUTURA DO CAMPUS ALMÍCAR FERREIRA SOBRAL (CAFS)

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	ÁREA TOTAL (m²)	CAPACIDADE APROXIMADA (N° DE CARTEIRAS OU CADEIRAS)
SALAS DE AULA	26	1602,12m² (61,62m² cada)	60
LABORATÓRIOS BIOLOGIA	20	1049,90m²	30
LABORATÓRIOS ENFERMAGEM	5	308,1m²	-
LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	01	124,35m²	-
PIBID/RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA	01	61,62m²	-
LABORATÓRIOS PEDAGOGIA	02	123,24m²	-
LOJA CONCEITO E LABORATÓRIO DE PRODUÇÃO	01	479,51m²	-
INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS: Direção, Secretaria Acadêmica, Arquivo e Protocolo	02	166,42m²	-
INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS: NTI, Coordenação Financeira, Contabilidade e Finanças, Limpeza Conservação e Vigilância.	04	107,87m²	-
INSTALAÇÕES ADMINISTRATIVAS: Coordenações de Curso E NAE	06	374,44m²	-
COPA	03	20,24m²	-
AUDITÓRIO	01	439,36m²	234
SALA DE VÍDEO	01	93,02m²	80
RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO	01	1513,40m²	192
RESIDÊNCIA UNIVERSITÁRIA	01	1714,39m²	192
BIBLIOTECA	01	480,67m²	-
BANHEIROS COLETIVOS	16	265,41m²	-
BANHEIROS ADAPTADOS A PNE	13	36,23m²	-
GABINETES PARA DOCENTES	27	445,92m²	-
ALMOXARIFADO/DEPÓSITO	03	83,44m²	-
GARAGEM	01	508,74m²	-
BIOTÉRIO	01	242,56m²	-

INFRAESTRUTURA DO CAMPUS PROFESSORA CINOBELINA ELVAS (CPCE)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
1	SALAS ADMINISTRATIVAS	19
2	SALAS DE AULAS	41
3	LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA	3
4	LABORATÓRIOS DE ENSINO	26
5	ÁREA DE CONVIVÊNCIA	1
6	AUDITÓRIOS	5
7	BIBLIOTECA	1

INFRAESTRUTURA DO CAMPUS SENADOR HELVIDIO NUNES DE BARROS (CSHNB)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	QUANTIDADE
1	SALAS ADMINISTRATIVAS	-	35
2	SALAS DE AULAS	45	-
3	LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA	04	-
4	LABORATÓRIOS DE ENSINO	40	-
5	ÁREA DE CONVIVÊNCIA	-	01
6	AUDITÓRIOS	-	02
7	BIBLIOTECA	-	01

ANEXO VIII – Infraestrutura de laboratórios por curso

LABORATÓRIOS DOS CURSOS PRESEENCIAIS

CÓDIGO e-MEC	NOME DO CURSO	NÍVEL ACADÊMICO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE DE ENSINO	CAMPUS/CENTRO	TIPO DE LABORATÓRIO	TOTAL
484	MEDICINA	Graduação	Bacharelado	Presencial	CCS	Hospital universitário	11
						Hematologia	
						Informática	
						Ambulatório médico	
						Análises clínicas	
						Anatomia humana	
						Genética	
						Doenças infecciosas e parasitárias	
						Clínica médica	
						Bioquímica	
						Biologia geral	
485	ODONTOLOGIA	Graduação	Bacharelado	Presencial	CCS	Clínica odontológica	5
						Dentística restauradora	
						Ortodontia	
						Prótese	
						Informática	
486	ENFERMAGEM	Graduação	Bacharelado	Presencial	CCS	Biotério	12
						Biologia celular	
						Biofísica	
						Anatomia humana	
						Semiologia	
						Parasitologia	
						Microscopia	
						Microbiologia	
						Hospital universitário	
						Histopatologia	
						Histologia	
						Doenças infecciosas e parasitárias	13
487	EDUCAÇÃO FÍSICA	Graduação	Licenciatura	Presencial	CCS	Sala de ginástica	4
						Piscina	
						Dança	
						Espaços para esportes	

CÓDIGO e-MEC	NOME DO CURSO	NÍVEL ACADÊMICO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE DE ENSINO	CAMPUS/CENTRO	TIPO DE LABORATÓRIO	TOTAL
488	NUTRIÇÃO	Graduação	Bacharelado	Presencial	CCS	Farmacologia	15
						Histologia	
						Microbiologia	
						Nutrição	
						Parasitologia	
						Patologia	
						Técnica dietética	
						Tecnologia de alimentos	
						Fisiologia humana	
						Redes de computadores	
						Cozinha experimental	
						Clínica de avaliação nutricional	
						Bioquímica	
						Anatomia humana	
						Biologia celular	
490	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Graduação	Bacharelado	Presencial	CCHL	Informática	1
491	DIREITO	Graduação	Bacharelado	Presencial	CCHL	Escritório modelo de Direito (prática jurídica)	2
						Espaço para atividades jurídicas	
492	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	Graduação	Bacharelado	Presencial	CCHL	Empresa júnior	2
						Informática	
494	HISTÓRIA	Graduação	Licenciatura	Presencial	CCHL	Informática	1
495	GEOGRAFIA	Graduação	Licenciatura	Presencial	CCHL	Geoprocessamento	4
						Geografia	
						Mineralogia do solo	
						Cartografia	
496	FILOSOFIA	Graduação	Licenciatura	Presencial	CCHL	Informática	1
497	SERVIÇO SOCIAL	Graduação	Bacharelado	Presencial	CCHL	Informática	1
498	CIÊNCIAS SOCIAIS	Graduação	Bacharelado	Presencial	CCHL	Informática	1
499	ENGENHARIA CARTOGRÁFICA E DE AGRIMENSURA	Graduação	Bacharelado	Presencial	CT	Informática	8
						Estruturas, saneamentos e meio ambiente	
						Concreto	
						Geoprocessamento	
						Cartografia	
						Mecânica dos solos	

CÓDIGO e-MEC	NOME DO CURSO	NÍVEL ACADÊMICO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE DE ENSINO	CAMPUS/CENTRO	TIPO DE LABORATÓRIO	TOTAL
						Topografia	
						Materiais de construção	
504	MEDICINA VETERINÁRIA	Graduação	Bacharelado	Presencial	CCA	Técnica cirúrgica	13
						Radiologia	
						Tecnologia de alimentos	
						Veterinária	
						Virologia	
						Zootecnia	
						Semiologia	
						Clínica	
						Biotecnologia	
						Técnica operatória	
						Reprodução animal	
						Química	
						Química Orgânica	
508	ENGENHARIA AGRONÔMICA	Graduação	Bacharelado	Presencial	CCA	Plantas medicinais	9
						Nutrição de plantas	
						Zoologia	
						Tecnologia de sementes	
						Zootecnia	
						Química Orgânica	
						Química analítica	
						Geoprocessamento	
						Sementes	
512	ENGENHARIA CIVIL	Graduação	Bacharelado	Presencial	CT	Físico Química	26
						Hidráulica	
						Informática	
						Instalações hidrossanitárias e elétricas	
						Materiais de construção	
						Mecânica dos fluidos	
						Mecânica dos solos	
						Mineralogia do solo	
						Modelos, maquetes e plástica	
						Química	
						Topografia	

CÓDIGO e-MEC	NOME DO CURSO	NÍVEL ACADÊMICO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE DE ENSINO	CAMPUS/CENTRO	TIPO DE LABORATÓRIO	TOTAL
						Pavimentação	
						Engenharia ambiental	
						Engenharia civil	
						Computação	
						Arquitetura	
						Física	
						Estruturas, saneamentos e meio ambiente	
						Ensaio de materiais	
						Eletricidade	
						Elétrica	
						Conforto ambiental	
						Concreto	
						Computação gráfica	
						Asfalto	
						Cartografia	
513	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	Graduação	Bacharelado	Presencial	CCN	Informática	1
516	FARMÁCIA	Graduação	Bacharelado	Presencial	CCS	Fisiologia humana	17
						Embriologia	
						Toxicologia	
						Físico Química	
						Formas farmacêuticas sólidas	
						Hematologia	
						Histologia	
						Hospital universitário	
						Imunologia	
						Informática	
						Microbiologia	
						Parasitologia	
						Química	
						Química analítica	
						Química Orgânica	
						Tecnologia farmacêutica	
						Farmacotécnica	
517	ARQUITETURA E URBANISMO	Graduação	Bacharelado	Presencial	CT	Topografia	6
						Materiais de construção	

CÓDIGO e-MEC	NOME DO CURSO	NÍVEL ACADÊMICO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE DE ENSINO	CAMPUS/CENTRO	TIPO DE LABORATÓRIO	TOTAL
						Maquetes	
						Informática	
						Conforto ambiental	
						Arquitetura	
518	FÍSICA	Graduação	Bacharelado	Presencial	CCN	Mecânica	6
						Termodinâmica	
						Óptica	
						Instrumentação	
						Informática	
						Eletromagnetismo	
519	QUÍMICA	Graduação	Bacharelado	Presencial	CCN	Química analítica	7
						Química Orgânica	
						Química	
						Microbiologia	
						Físico Química	
						Física	
						Bioquímica	
520	MATEMÁTICA	Graduação	Bacharelado	Presencial	CCN	Informática	1
525	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Graduação	Bacharelado	Presencial	CCN	Microscopia	15
						Biologia vegetal	
						Biologia molecular	
						Biologia celular	
						Biologia animal	
						Anatomia vegetal	
						Anatomia animal	
						Fisiologia vegetal	
						Genética	
						Geologia	
						Informática	
						Zoologia	
						Morfologia animal	
						Entomologia	
						Botânica	
18373	ADMINISTRAÇÃO	Graduação	Bacharelado	Presencial	CCHL	Empresa júnior	2
						Informática	
22128	LETRAS - PORTUGUÊS E FRANCÊS	Graduação	Licenciatura	Presencial	CCHL	Línguas	2
						Informática	

CÓDIGO e-MEC	NOME DO CURSO	NÍVEL ACADÊMICO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE DE ENSINO	CAMPUS/CENTRO	TIPO DE LABORATÓRIO	TOTAL
22129	JORNALISMO	Graduação	Bacharelado	Presencial	CCE	Áudio	5
						Telejornalismo	
						Redação	
						Jornalismo	
						Computação	
32832	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA	Graduação	Licenciatura	Presencial	CCHL	Informática	1
33221	PEDAGOGIA	Graduação	Licenciatura	Presencial	CSHNB	Brinquedoteca	3
						Informática	
						Didática	
56030	LETRAS - INGLÊS	Graduação	Licenciatura	Presencial	CCHL	Informática	3
						Línguas	
						Multimídia (multimeios)	
73192	PEDAGOGIA	Graduação	Licenciatura	Presencial	CCE	Informática	1
94086	LETRAS - PORTUGUÊS	Graduação	Licenciatura	Presencial	CSHNB	Informática	1
99714	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Graduação	Licenciatura	Presencial	CPCE	Anatomia vegetal	16
						Biofísica	
						Bioquímica	
						Botânica	
						Fisiologia animal	
						Fisiologia vegetal	
						Genética	
						Geologia	
						Histologia	
						Informática	
						Microbiologia	
						Microscopia	
						Química	
						Química Orgânica	
						Zoologia	
						Anatomia animal	
99718	ENGENHARIA FLORESTAL	Graduação	Bacharelado	Presencial	CPCE	Anatomia vegetal	19
						Botânica	
						Desenho	
						Fazenda experimental	
						Fertilidade do solo	
						Fisiologia vegetal	

CÓDIGO e-MEC	NOME DO CURSO	NÍVEL ACADÊMICO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE DE ENSINO	CAMPUS/CENTRO	TIPO DE LABORATÓRIO	TOTAL
						Fitopatologia	
						Fitossanidade	
						Genética	
						Informática	
						Mecânica dos solos	
						Microbiologia	
						Microscopia	
						Química	
						Química Orgânica	
						Tecnologia de sementes	
						Zoologia	
						Empresa junior	
						Madeira: tratamento, produção e produtos	
99722	ZOOTECNIA	Graduação	Bacharelado	Presencial	CPCE	Informática	1
99860	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Graduação	Licenciatura	Presencial	CSHNB	Paleontologia	3
						Parasitologia	
						Química	
99864	ENFERMAGEM	Graduação	Bacharelado	Presencial	CSHNB	Enfermagem	20
						Farmacologia	
						Fisiologia animal	
						Genética	
						Imunologia	
						Informática	
						Microbiologia	
						Parasitologia	
						Patologia	
						Química Orgânica	
						Técnica dietética	
						Monitoramento ambiental	
						Anatomia animal	
						Anatomia humana	
						Biofísica	
						Biologia celular	
						Biologia geral	
						Bioquímica	
						Biotério	

CÓDIGO e-MEC	NOME DO CURSO	NÍVEL ACADÊMICO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE DE ENSINO	CAMPUS/CENTRO	TIPO DE LABORATÓRIO	TOTAL
						Bromatologia	
99870	ADMINISTRAÇÃO	Graduação	Bacharelado	Presencial	CSHNB	Informática	2
						Empresa junior	
99916	ENGENHARIA AGRONÔMICA	Graduação	Bacharelado	Presencial	CPCE	Anatomia animal	16
						Anatomia vegetal	
						Biologia celular	
						Bioquímica	
						Botânica	
						Fisiologia vegetal	
						Fitopatologia	
						Fitossanidade	
						Genética	
						Geologia	
						Informática	
						Mecânica dos solos	
						Microbiologia	
						Química	
						Química analítica	
						Zoologia	
102580	NUTRIÇÃO	Graduação	Bacharelado	Presencial	CSHNB	Bromatologia	13
						Tecnologia de alimentos	
						Anatomia humana	
						Biologia celular	
						Biologia molecular	
						Bioquímica	
						Biotério	
						Histologia	
						Microbiologia	
						Nutrição	
						Parasitologia	
						Patologia	
						Técnica dietética	
102588	MATEMÁTICA	Graduação	Licenciatura	Presencial	CSHNB	Informática	1
102590	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	Graduação	Bacharelado	Presencial	CSHNB	Informática	1
102675	MEDICINA VETERINÁRIA	Graduação	Bacharelado	Presencial	CPCE	Análises clínicas	26
						Anatomia animal	
						Biologia celular	

CÓDIGO e-MEC	NOME DO CURSO	NÍVEL ACADÊMICO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE DE ENSINO	CAMPUS/CENTRO	TIPO DE LABORATÓRIO	TOTAL
						Bioquímica	
						Clínica veterinária	
						Doenças infecciosas e parasitárias	
						Fazenda experimental	
						Histologia	
						Hospital veterinário	
						Informática	
						Microbiologia	
						Morfologia animal	
						Nutrição animal	
						Parasitologia	
						Patologia	
						Química	
						Radiologia	
						Reprodução animal	
						Técnica cirúrgica	
						Técnica operatória	
						Tecnologia de alimentos	
						Zootecnia	
						Semiologia	
						Embriologia	
						Clínica	
						Necropsia	
104018	HISTÓRIA	Graduação	Licenciatura	Presencial	CSHNB	Informática	2
						História	2
112454	ARQUEOLOGIA	Graduação	Bacharelado	Presencial	CCN	Informática	16
						Fotografia	
						Topografia	
						Química analítica	
						Paleontologia	
						Paleografia	
						Museu	
						Imagem e som	
						Desenho	
						Cerâmica	
						Cartografia	

CÓDIGO e-MEC	NOME DO CURSO	NÍVEL ACADÊMICO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE DE ENSINO	CAMPUS/CENTRO	TIPO DE LABORATÓRIO	TOTAL
						Botânica	
						Anatomia humana	
						Geoprocessamento	
						Zoologia	
						Material Bélico	
116402	ESTATÍSTICA	Graduação	Bacharelado	Presencial	CCN	Informática	1
116404	MODA, DESIGN E ESTILISMO	Graduação	Bacharelado	Presencial	CCE	Tecnologia têxtil	5
						Modelagem	
						Estamparia	
						Design de moda	
						Costura	
116406	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	Graduação	Bacharelado	Presencial	CT	Informática	3
						Processos industriais	
116408	ENGENHARIA ELÉTRICA	Graduação	Bacharelado	Presencial	CT	Análise da qualidade da energia elétrica	15
						Elétrica	
						Eletrônica	
						Eletricidade	
						Eletromagnetismo	
						Eletrônica analógica digital	
						Eletrotécnica	
						Informática	
						Instrumentação	
						Luminotécnica	
						Máquinas elétricas	
						Medidas elétricas	
						Automação Industrial	
						Sistemas Digitais	
						Circuitos digitais	
116410	ENGENHARIA MECÂNICA	Graduação	Bacharelado	Presencial	CT	Calibração	28
						Circuitos pneumáticos e óleo	
						Computação gráfica	
						Desenho	
						Eletrônica	
						Eletrônica analógica digital	
						Ensaio de materiais	

CÓDIGO e-MEC	NOME DO CURSO	NÍVEL ACADÊMICO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE DE ENSINO	CAMPUS/CENTRO	TIPO DE LABORATÓRIO	TOTAL
						Ensaios mecânicos	
						Estudos da força	
						Informática	
						Manufatura integrada por computador	
						Máquinas e ferramentas	
						Mecânica computacional	
						Mecânica dos fluidos	
						Mecânica dos solos	
						Mecânica vibratória	
						Mecatrônica	
						Metalografia	
						Metalurgia	
						Metrologia	
						Motores à combustão	
						Prototipagem	
						Robótica	
						Soldagem	
						Termodinâmica	
						Tratamentos térmicos	
						Usinagem	
						Automação Industrial	
116632	ENFERMAGEM	Graduação	Bacharelado	Presencial	CAFS	Anatomia humana	6
						Bioquímica	
						Enfermagem	
						Imunologia	
						Microbiologia	
						Microscopia	
116638	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Graduação	Licenciatura	Presencial	CAFS	Anatomia humana	23
						Anatomia vegetal	
						Biologia animal	
						Biologia celular	
						Biologia geral	
						Biologia molecular	
						Biologia vegetal	
						Botânica	
						Entomologia	

CÓDIGO e-MEC	NOME DO CURSO	NÍVEL ACADÊMICO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE DE ENSINO	CAMPUS/CENTRO	TIPO DE LABORATÓRIO	TOTAL
						Fisiologia vegetal	
						Genética	
						Geologia	
						Microbiologia	
						Microscopia	
						Morfologia animal	
						Morfologia vegetal	
						Paleontologia	
						Parasitologia	
						Química	
						Zoologia	
						Didática	
						Computação	
						Biotecnologia	
116640	ADMINISTRAÇÃO	Graduação	Bacharelado	Presencial	CAFS	Informática	1
116642	PEDAGOGIA	Graduação	Licenciatura	Presencial	CAFS	Informática	1
300518	FÍSICA	Graduação	Licenciatura	Presencial	CCN	Informática	6
						Eletromagnetismo	
						Instrumentação	
						Óptica	
						Termodinâmica	
						Mecânica	
300520	MATEMÁTICA	Graduação	Licenciatura	Presencial	CCN	Informática	1
1105124	MÚSICA	Graduação	Licenciatura	Presencial	CCE	Música	1
1105133	ARTES VISUAIS	Graduação	Licenciatura	Presencial	CCE	Cerâmica	9
						Desenho	
						Gravura	
						Pintura	
						Modelagem	
						Artes plásticas	
						Diagramação	
						Arte gráfica e ilustração	
						Multimídia (multimeios)	
1105815	CIÊNCIAS SOCIAIS	Graduação	Licenciatura	Presencial	CCHL	Informática	1
1105825	HISTÓRIA	Graduação	Bacharelado	Presencial	CCHL	Informática	1
1105828	QUÍMICA	Graduação	Licenciatura	Presencial	CCN	Anatomia humana	3
						Biologia geral	

CÓDIGO e-MEC	NOME DO CURSO	NÍVEL ACADÊMICO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE DE ENSINO	CAMPUS/CENTRO	TIPO DE LABORATÓRIO	TOTAL
						Informática	
1105897	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Graduação	Licenciatura	Presencial	CCN	Biologia molecular	15
						Biologia celular	
						Biologia animal	
						Anatomia vegetal	
						Biologia vegetal	
						Botânica	
						Entomologia	
						Fisiologia vegetal	
						Anatomia animal	
						Geologia	
						Genética	
						Morfologia animal	
						Informática	
						Zoologia	
						Microscopia	
1154629	CIÊNCIA POLÍTICA	Graduação	Bacharelado	Presencial	CCHL	Informática	1
1178392	ENGENHARIA DE MATERIAIS	Graduação	Bacharelado	Presencial	CCN	Química	1
1188908	CIÊNCIAS DA NATUREZA	Graduação	Licenciatura	Presencial	CCN	Anatomia humana	7
						Astronomia	
						Biologia geral	
						Física	
						Instrumentação	
						Parasitologia	
						Química	
1270583	LETRAS - LIBRAS	Graduação	Licenciatura	Presencial	CCHL	Informática	1
1270584	EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS DA NATUREZA	Graduação	Licenciatura	Presencial	CAFS	Zoologia	11
						Óptica	
						Microscopia	
						Microbiologia	
						Informática	
						Botânica	
						Biologia molecular	
						Biologia celular	
						Anatomia vegetal	
						Anatomia animal	
						Química	

CÓDIGO e-MEC	NOME DO CURSO	NÍVEL ACADÊMICO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE DE ENSINO	CAMPUS/CENTRO	TIPO DE LABORATÓRIO	TOTAL
1270592	EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS DA NATUREZA	Graduação	Licenciatura	Presencial	CSHNB	Informática	1
1270636	EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS DA NATUREZA	Graduação	Licenciatura	Presencial	CCE	Informática	1
1270649	EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS DA NATUREZA	Graduação	Licenciatura	Presencial	CPCE	Informática	1
1342610	MEDICINA	Graduação	Bacharelado	Presencial	CSHNB	Informática Biologia geral Biologia celular	3

Fonte: Censo da Educação Superior

LABORATÓRIOS DOS CURSOS À DISTÂNCIA

CÓDIGO e-MEC	NOME DO CURSO	NÍVEL ACADÊMICO	GRAU ACADÊMICO	MODALIDADE DE ENSINO	CENTRO	TIPO DE LABORATÓRIO	TOTAL
104726	PEDAGOGIA	Graduação	Licenciatura	Curso a distância	CEAD	Informática	1
108006	ADMINISTRAÇÃO	Graduação	Bacharelado	Curso a distância	CEAD	Informática	1
108660	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	Graduação	Bacharelado	Curso a distância	CEAD	Informática	1
109356	MATEMÁTICA	Graduação	Licenciatura	Curso a distância	CEAD	Informática	1
109358	FÍSICA	Graduação	Licenciatura	Curso a distância	CEAD	Informática Física	2
109386	QUÍMICA	Graduação	Licenciatura	Curso a distância	CEAD	Física Informática Química	3
109390	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Graduação	Licenciatura	Curso a distância	CEAD	Informática Genética Fisiologia animal Botânica Bioquímica Biologia geral Morfologia animal	7
109394	FILOSOFIA	Graduação	Licenciatura	Curso a distância	CEAD	Informática	1
123498	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Graduação	Bacharelado	Curso a distância	CEAD	Informática	1
1186923	LETRAS - INGLÊS	Graduação	Licenciatura	Curso a distância	CEAD	Informática	1
1270463	LETRAS - PORTUGUÊS	Graduação	Licenciatura	Curso a distância	CEAD	Informática	1
1305529	HISTÓRIA	Graduação	Licenciatura	Curso a distância	CEAD	Informática	1

1305536	CIÊNCIAS DA NATUREZA	Graduação	Licenciatura	Curso a distância	CEAD	Informática	1
1305546	GEOGRAFIA	Graduação	Licenciatura	Curso a distância	CEAD	Informática	1
1305552	COMPUTAÇÃO E INFORMÁTICA	Graduação	Licenciatura	Curso a distância	CEAD	Informática Tecnologia da informação	2

Fonte: Censo da Educação Superior

ANEXO IX – HU-UFPI: Infraestrutura física e serviços hospitalares

INFRAESTRUTURA

ESPAÇO FÍSICO			
ITEM	**ESPAÇO**	**QUANTIDADE**	**OBSERVAÇÃO**
1	SALAS ADMINISTRATIVAS (Direção, gerências. divisão, setor, unidade e outros espaços)	29	
2	ESPAÇOS ACADÊMICOS	05	
3	LEITOS DE UTI	15	Passando por adequações, em virtude da Pandemia pelo novo Coronavírus.
4	LEITOS DE INTERNAÇÃO	175	Passando por adequações, em virtude da Pandemia pelo novo Coronavírus.
5	SALAS CIRÚRGICAS	13	10 salas cirúrgicas no Centro Cirúrgico e 03 salas cirúrgicas no Centro cirúrgico ambulatorial.
6	CONSULTÓRIOS	53	
7	ENFERMARIAS	47	
8	POSTOS DE INTERNAÇÃO	04	
9	LABORATÓRIO ANÁLISES CLINICAS	01	

SERVIÇOS HOSPITALARES

CONSULTAS						
ITEM	**ESPECIALIDADE (Conforme TABELA SIGTAP) (Registro AGHU)**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**
1	Geriatria	2146	1907	2035	2485	2871
2	Endocrinologia	5683	3570	5.427	6786	6086
3	Dermatologia	3208	2988	3.888	4080	4202
4	Infectologia	2	0	---	---	---
5	Cirurgia Geral	3788	3600	2819	3424	2760
6	Urologia	3354	2257	2018	1826	1375
7	Nefrologia	2359	2902	2803	2394	2425
8	Cirurgia plástica	1104	1187	1142	1061	1039
9	Cardiologia	2897	3930	2.752	3419	2854
10	Cirurgia cardiovascular	311	794	1077	1099	1168
11	Angiologia Clínica/Cirurgia Vascular	2304	0	1853	1749	1788
12	Gastroenterologia	5926	5596	5.853	6436	6996
13	Coloproctologia	1111	1480	454	276	426

14	Cirurgia do aparelho digestivo	557	626	602	639	830
15	Oftalmologia	10937	7081	7.663	7519	9067
16	Ginecologia/Cirurgia Gineológica	7642	6742	6.525	6312	6888
17	Mastologia	2484	1580	1.151	764	1526
18	Neurologia	6472	8248	7.807	7900	5572
19	Neurocirurgia	1201	1675	2.090	2126	2483
20	Ortopedia	5723	4791	5.013	4251	4591
21	Reumatologia	4103	5449	4.393	3841	4881
22	Pneumologia	2823	2710	2.918	3250	3461
23	Cirurgia torácica	153	274	174	259	262
24	Psiquiatria	2109	3020	3.382	3751	4078
25	Hematologia	1191	1821	2.004	1901	2335
26	Oncologia (investigação diagnóstica)	---	---		56	147
27	Oncologista Clínico (INCLUINDO A CONSULTA APAC)	69	272	771	3618	4645
28	Cancerologia Cirúrgica	62	137	356	688	1011
29	Anestesiologia	6	344	408	654	563
30	Cirurgia da cabeça e do pescoço	0	1296	813	922	809
31	Médico Clínico	---	---	69	317	214
32	Otorrinolaringologista	0	564	1.741	1655	1815
33	Médico Residente	0	297	186	---	754

EXAMES						
ITEM	**ESPECIALIDADE (Conforme TABELA SIGTAP) (Registro AGHU)**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**
1	02.01 Coleta de material	1408	556	1394	1253	1470
2	02.02 DIAGNÓSTICO EM LABORATÓRIO CLÍNICO	108277	109213	139267	170479	245813
3	DIAGNÓSTICO POR ANATOMIA PATOLÓGICA E CITAPATOLÓGICA	4779	4278	4400	6215	8030
	02.04 DIAGNÓSTICO POR RADIOLOGIA					
4	Exames Radiológicos (Diversos)	6452	6263	8727	7607	7171
	02.05 DIAGNÓSTICO POR ULTRASSONOGRAFIA					
5	02.05.01.003-2 Ecocardiografia Transtorácica	2426	3112	3481	3036	3272
6	02.05.01.004-0 Ultrassonografia doppler colorido de vasos	954	623	385	269	256

7	02.05.02 Ultrassonografia dos demais sistemas	1553	3671	4400	3903	4379
8	02.06 DIAGNÓSTICO POR TOMOGRAFIA	3842	2845	3041	5736	5543
9	02.07 DIAGNÓSTICO POR RESSONÂNCIA MAGNÉTICA	213	812	726	1070	1639
02.09 DIAGNÓSTICO POR ENDOSCOPIA						
10	02.09.01.002-9 Colonoscopia	615	800	790	661	465
11	02.09.01.003-7 Esofagogastroduodenoscopia	1465	1769	1504	1378	738
12	02.09.01.005-3 Retossigmoidoscopia	250	496	408	76	185
13	02.09.04.001-7 Broncoscopia	25	11	26	46	40
14	02.09.04.004-1 Videolaringoscopia	0	0	390	595	837
	02.11.02 Diagnóstico em cardiologia					
15	02.11.02.001-0 Cateterismo cardíaco**	0	52	147	222	393
16	02.11.02.003-6 Eletrocardiograma(ECG)	5689	2429	7367	8211	9233
17	02.11.02.004-4 Monitoramento pelo sistema HOLTER 24hs (3canais)	594	357	403	501	529
18	02.11.02.005-2 Monitorização ambulatorial de pressão arterial(MAPA)	681	755	514	480	934
19	02.11.02.006-0 Teste de esforço / teste ergométrico	0	625	51	0	380
	02.11.04 Diagnóstico de ginecologia-obstetrícia					
20	02.11.04.002-9 Colposcopia	270	682	578	637	756
21	02.11.04.004-5 Histeroscopia(diagnóstica)	126	382	578	771	844
	02.11.05 Diagnóstico em neurologia					
22	02.11.05.004-0 Eletroencefalograma em vigilia e sono espontaneo C/ ou S/ fotoestímulo (EEG) (8)	338	547	428	430	262
	02.11.06 Diagnóstico em oftalmologia					
23	02.11.06.001-1 – Biometria ultrassônica (monocular)	0	1176	1416	1575	2761
24	02.11.06.003-8 Campimetria computadorizada ou manual com gráfico	---	---	1283	1308	1645
25	02.11.06.005-4 – Ceratometria	0	1002	1313	1332	2255
26	02.11.06.012-7 Mapeamento de retina com gráfico	1462	798	683	1282	2423

27	02.11.06.014-3 Microscopia especular de córnea	0	1083	1954	1929	1979
28	02.11.06.017-8 Retinografia colorida binocular	1018	383	255	310	917
29	02.11.06.018-6 – Retinografia fluorescente binocular	0	43	52	45	67
30	02.11.06.025-9 Tonometria	0	350	214	2612	5006
31	02.11.06.026-7 – Topografia computadorizada de córnea	0	129	160	560	592
	02.11.08 Diagnóstico em pneumologia					
32	02.11.08.005-5 Espirometria ou prova de função pulmonar	---	---	331	948	216
	02.11.09 Diagnóstico em urologia					
33	02.11.09.001-8 Avaliação urodinâmica completa (estudo urodinâmico)	128	220	209	185	134
34	02.11.09.007-7 Urofluxometria	301	209	185	175	110
	02.14 DIGNÓSTICO POR TESTE RÁPIDO					
35	***02.14.01 Teste realizado fora da estrutura de laboratório	---	---	72	112	49

CIRURGIAS						
ITEM	**ESPECIALIDADE (Conforme TABELA SIGTAP) (Registro AGHU)**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**
1	040102 Cirurgias de pele, tecido subcutâneo e mucosa	154	94	90	90	77
2	040201 Cirurgia de tireóide e paratireóide	48	99	98	65	34
3	040202 Cirurgia da suprarrenal	67	1	3	1	00
4	TOTAL CIRURGIA DE GLÂNDULAS ENDÓCRINAS	115	100	101	66	34
5	040301 Trauma e anomalias do desenvolvimento	0	0	8	16	31
6	040302 Coluna e nervos periféricos	9	21	23	40	50
7	040303 Tumores do sistema nervoso	0	0	1	8	05
8	040305 Tratamento neurocirúrgico da dor funcional	2	8	7	2	04
9	TOTAL NEUROCIRURGIA	11	29	39	66	90

10	040401 Cirurgia das vias aéreas superiores e do pescoço	15	21	11	8	23
11	040402 Cirurgia da face e do sistema estomatognático	60	53	45	80	74
12	040403 Anomalia Crânio e bucomaxilo facial	0	0	2	3	03
13	Total Cirurgia das vias aéreas superiores, da face, da cabeça e do pescoço	75	74	58	91	100
14	040501 Palpebras e vias lacrimais	2	13	8	6	06
15	040503 Corpo vítreo, retina, coróide e esclera	0	0	17	31	34
16	040504 Cavidade orbitária e globo ocular	0	1	2	21	07
17	040505 Conjuntiva, córnea, câmara anterior, íris, corpo ciliar e cristalino	0	1	2	0	02
18	Total Cirurgia Oftalmológica	2	15	29	58	49
19	040601 Cirurgia cardiovascular	0	93	199	245	208
20	040602 Cirurgia vascular	60	87	148	218	177
21	040603 Cardiologia intervencionista	0	13	91	89	52
22	040604 Cirurgia endovascular	0	4	12	11	38
23	Total Cirurgia Cardiovascular	60	197	450	563	475
24	040701 Esôfago, estômago e duodeno	26	38	36	43	35
25	040702 Intestinos , reto e anus	99	110	110	124	76
26	040703 Pancreas, baco, figado e vias biliares	434	593	439	454	393
27	040704 Parede e cavidade abdominal	238	424	319	265	272
28	Total Cirurgia do Aparelho Digestivo	797	1165	904	886	776
29	040801 Cintura escapular	7	2	3	15	24
30	040802 Membros superiores	15	32	26	53	92
31	040803 Coluna vertebral e caixa torácica	0	3	11	52	110
32	040804 Cintura pélvica	3	11	6	4	09
33	040805 Membros inferiores	23	73	38	93	156
34	040806 Gerais	60	91	91	93	113
35	Total Cirurgia Osteomuscular	108	212	175	310	504
36	040901 Rim, ureter e bexiga	28	58	75	63	32
37	040902 Uretra	5	13	10	7	11
38	Cirurgia Aparelho Urinário	33	71	85	70	43
39	040903 Próstata e vesícula seminal	14	25	15	15	02
40	040904 Bolsa escrotal, testículos e cordão espermático	12	17	9	4	06
41	040905 Pênis	27	15	14	9	06
42	Total Cirurgia Aparelho Genital Masculino	53	57	38	28	14
43	040906 Útero e anexos	260	284	301	324	232
44	040907 Vagina, vulva e períneo	30	43	52	53	56

45	Total Cirurgia Ginecológica	290	327	353	377	288
46	041001 Mama	39	41	58	50	68
47	041102 Outras cirurgias relacionadas com o estado gestacional	1	1	0	0	00
48	041201 Traqueia e brônquios	6	8	0	3	00
49	041202 Mediastino	0	2	8	2	01
50	041203 Pleura	0	10	11	7	09
51	041204 Parede torácica	2	22	27	34	34
52	041205 Pulmão	3	4	3	4	12
53	Total Cirurgia Torácica	11	46	49	50	56
54	041304 Outras cirurgias plásticas/reparadoras	3	9	12	21	18
55	041401 Buco-maxilo-facial	2	3	4	9	18
56	041402 Cirurgia oral	2	5	11	10	06
57	Total Cirurgia Bucomaxilofacial	4	8	15	19	24
58	041501 Múltiplas	82	180	193	239	292
59	041502 Sequenciais (exceto os sequenciais em oncologia)	3	5	21	39	21
60	041504 Procedimentos cirúrgicos gerais	17	26	30	32	60
61	0415020050 - Procedimentos sequenciais em Oncologia	0	0	19	33	55
62	041601 Urologia	0	0	2	12	03
63	041602 Sistema linfático	0	0	1	2	02
64	041603 Cabeça e pescoço	0	0	2	14	22
65	041604 Esôfago-gastro duodenal e vísceras anexas e outros orgãos intra-abdominais	0	0	16	39	35
66	041605 Colo-proctologia	0	0	7	13	09
67	041606 Ginecologia	0	0	22	20	29
68	041608 Pele e cirurgia plástica	0	0	8	22	32
69	041609 Ossos e partes moles	0	0	3	8	06
70	041611 Cirurgia torácica	0	0	4	5	02
71	041612 Mastologia	0	0	6	14	19
72	Total Cirurgia Oncológica	0	0	90	182	214
Total de Cirurgias Hospitalares		**1858**	**2657**	**2790**	**3237**	**3203**

INTERNAÇÕES						
ITEM	ESPECIALIDADE (Conforme TABELA SIGTAP) (Registro AGHU)	2015	2016	2017	2018	2019
1	030301 Tratamento de doenças infecciosas e parasitárias	41	55	62	48	56
2	030302 Tratamento de doenças do sangue, orgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	89	147	197	151	114
3	030303 Tratamento de doenças endocrinas, metabólicas e nutricionais	39	40	69	40	31
4	030304 Tratamento de doenças do sistema nervoso central e periférico	176	175	222	170	167
5	030305 Tratamento de doenças do aparelho da visão	1	1	1	3	02
6	030306 Tratamento de doenças cardiovasculares	196	206	229	301	279
7	030307 Tratamento de doenças do aparelho digestivo	282	348	439	430	406
8	030308 Tratamento de doenças da pele e do tecido subcutâneo	28	42	24	29	20
9	030309 Tratamento de doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	105	120	114	58	58
10	030310 Tratamento durante a gestação, parto e puerpério	0		1	1	00
11	030311 Tratamento de malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	0	4	1	4	01
12	030314 Tratamento de doenças do ouvido/apófise mastóide e vias aéreas	87	154	158	143	186
13	030315 Tratamento das doenças do aparelho geniturinário	41	68	140	75	64
14	030408 Quimioterapia - procedimentos especiais	0	0	103	14	13
15	030410 Gerais em oncologia	68	147	393	562	599
16	030501 Tratamento dialítico	0	0	0	1	01
17	030502 Tratamento em nefrologia em geral	30	67	103	81	67

18	030801 Traumatismos	2	3	7	6	04
19	030802 Intoxicações e envenenamentos	1	0	1	0	00
20	030804 Complicações consequentes a procedimentos em saúde	1	259	191	148	120
21	**Total Internações Clínicas**	**1286**	**2074**	**2690**	**2479**	**2376**

Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024

Aprovado pela resolução CONSUN nº 20/2020 de 29/06/2020, conforme processo nº 23111.027122/2020-22

Capa: Renan Marques - SCS/UFPI

Universidade Federal do Piauí

Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento
Diretoria de Governança

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella - Bairro Ininga
CEP 64049-550 - Teresina - PI
www.proplan.ufpi.br